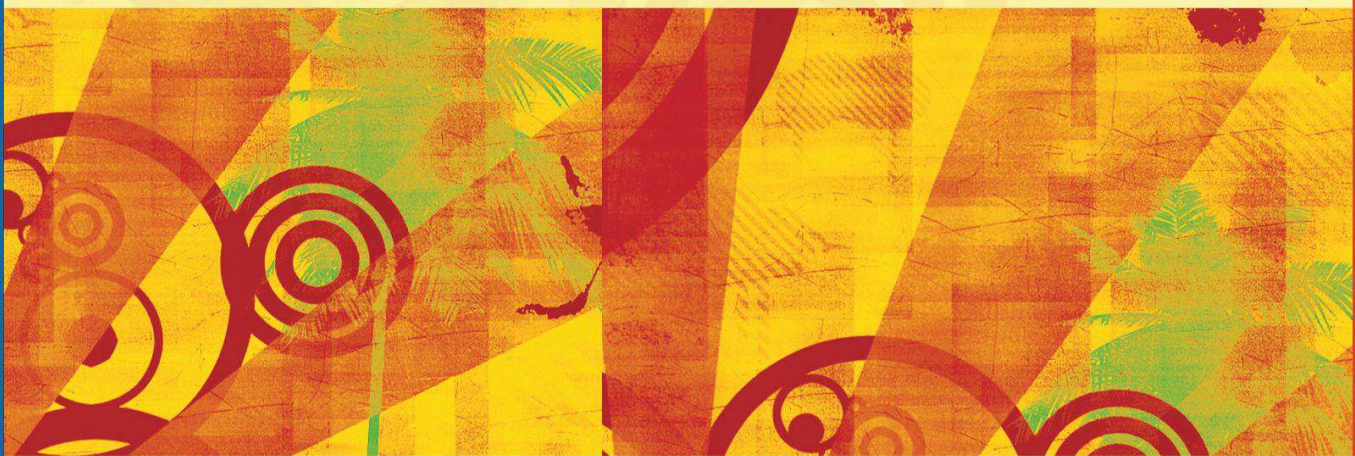


(EDITORAufmg)

Horizontes latino-americanos do lazer

Horizontes latinoamericanos del ocio

Christianne L. Gomes
Rodrigo Elizalde



VENDA PROIBIDA

Horizontes
latino-americanos
do lazer

Horizontes
latinoamericanos
del ocio

MINISTRO DO ESPORTE Aldo Rebelo
SECRETARIA NACIONAL DE
ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER Afonso Barbosa
E INCLUSÃO SOCIAL

UNIVERSIDADE FEDERAL REITOR Clélio Campolina Diniz
DE MINAS GERAIS VICE-REITORA Rocksane de Carvalho Norton

EDITORA DIRETOR Wander Melo Miranda
UFMG VICE-DIRETOR Roberto Alexandre do Carmo Said

CONSELHO Wander Melo Miranda (PRESIDENTE)
EDITORIAL Ana Maria Caetano de Faria
Flavio de Lemos Carsalade
Heloisa Maria Murgel Starling
Márcio Gomes Soares
Maria Helena Damasceno e Silva Megale
Roberto Alexandre do Carmo Said

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA DIRETOR Emerson Silami Garcia
E TERAPIA OCUPACIONAL DA UFMG VICE-DIRETOR Sérgio Teixeira da Fonseca

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE
EDUCAÇÃO FÍSICA Luciano Sales Prado

COORDENADORES DO CELAR
Christianne Luce Gomes e
Hélder Ferreira Isayama

COORDENADOR DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DO LAZER Marcus Aurélio Taborda de Oliveira

COORDENADORES DO GRUPO OTIUM -
LAZER, BRASIL & AMÉRICA LATINA Christianne Luce Gomes e Rodrigo Elizalde

Christianne L. Gomes
Rodrigo Elizalde

Horizontes
latino-americanos
do lazer

Horizontes
latinoamericanos
del ocio

Belo Horizonte
Editora UFMG
2012

© 2012, Christianne L. Gomes, Rodrigo Elizalde

© 2012, Editora UFMG

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

G633h Gomes, Christianne L., 1970-
 Horizontes latino-americanos do lazer = Horizontes
 latinoamericanos del ocio / Christianne L. Gomes, Rodrigo Elizalde. – Belo
 Horizonte : Editora UFMG, 2012.
 343 p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7041-940-8

1. Lazer – América Latina. 2. Recreação – América Latina.

I. Elizalde, Rodrigo. II. Título. III. Título: Horizontes
latinoamericanos del ocio.

CDD: 790.01

CDU: 379.8(8=6)

Elaborada pela DITTI – Setor de Tratamento da Informação Biblioteca Universitária da UFMG

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos seus autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista das instituições apoiadoras da obra.

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Danívia Wolff

ASSISTÊNCIA EDITORIAL: Eliane Sousa e Euclídia Macedo

COORDENAÇÃO DE TEXTOS: Maria do Carmo Leite Ribeiro

PREPARAÇÃO DE TEXTOS: Alexandre Vasconcelos de Melo

REVISÃO DE PROVAS: Camila Figueiredo, Davi Bezerra de Souza, Juliana Santos e Késia Oliveira

REVISÃO DA TRADUÇÃO EM ESPANHOL: Cristiano Barros

COORDENAÇÃO, PROJETO GRÁFICO E MONTAGEM DE CAPA: Cássio Ribeiro

FORMATAÇÃO: Robson Miranda

EDITORA UFMG

Av. Antônio Carlos, 6.627 CAD III - Bloco II

Campus Pampulha 31270-901 Belo Horizonte MG

Tel: + 55 31 3409-4650 – Fax: + 55 31 3409-4658

www.editora.ufmg.br editora@ufmg.br

Eu sinto que tudo está mudando ao nosso redor
respiro um ar cada vez melhor
que exalta o clamor do meu coração
para esta região.

Me despertei sussurrando uma nova canção
e minha janela se encheu de sol
saio a procurar o fato e a razão
de tanta emoção.

América desperta novamente
e não é que seja feliz seu despertar
mas esta manhã é aconselhável
sua decisão de unida lutar.

Não deixará ao destino e à sorte
a dívida que tem que pagar-te
se enriqueceram outras vidas com sua morte
hoje renasce e finalmente começa a caminhar.
(...)

Bom dia, Brasil, meu gigante
quanto tempo sem ti, vá em frente.

Nicarágua sem Somoza
segue mais bonita do que ontem.

Haiti, a negra, chorando está.

Colômbia, Equador, Uruguai, Venezuela, Argentina
vão crescendo para fazê-la melhor.

uma longa fila de árvores gigantes
contra o vento do norte, brutal e arrogante.
(...)

América minha
a vida aqui vai crescer.
a união da dignidade
gera a liberdade, de uma vez.

(...)

“Bom dia América”, Pablo Milanés.

Sumário

Prefácio	Pensamento crítico latino-americano e produção de conhecimento em lazer	9
Introdução	Abrindo novos horizontes para os estudos do lazer na América Latina	27
Capítulo 1	América Latina: perspectivas conceituais e contextuais	35
Capítulo 2	Análise teórico-conceitual do lazer e da recreação na América Latina	63
Capítulo 3	América Latina e lazer: reflexões históricas, culturais e geopolíticas	87
Capítulo 4	Trabalho e lazer na América Latina	113
Capítulo 5	América Latina, educação e lazer	131
Considerações finais		153
Notas		157

Sumario

Prefacio	Pensamiento crítico latinoamericano y producción de conocimiento en ocio	177
Introducción	Abriendo nuevos horizontes para los estudios del ocio en América Latina	195
Capítulo 1	América Latina: perspectivas conceptuales y contextuales	203
Capítulo 2	Análisis teórico-conceptual del ocio y de la recreación en América Latina	231
Capítulo 3	América Latina y ocio: reflexiones históricas, culturales y geopolíticas	257
Capítulo 4	Trabajo y ocio en América Latina	283
Capítulo 5	América Latina, educación y ocio	301
Consideraciones finales		323
Notas		327

Prefácio | Pensamento crítico latino- -americano e produção de conhecimento em lazer

Aceitamos o desafio de prefaciar o livro *Horizontes latino-americanos do lazer* porque consideramos que a temática tratada na obra é relevante e requer novas discussões e aprofundamentos que contribuam com o avanço de conhecimentos em nossa região. Como contribuição aos fundamentos contidos neste livro, elaboramos um texto que trata de alguns assuntos relacionados com o tema da produção de conhecimento na região latino-americana.

Nesse sentido, e situados na perspectiva do pensamento crítico latino-americano, este prefácio problematiza o conhecimento e suas formas, ou condições de produção, buscando contribuir com a compreensão dos processos de formação no âmbito de mestrado na América Latina, cujo propósito central está relacionado com a produção de conhecimento novo sobre o lazer.

Algumas reflexões sobre o pensamento crítico latino-americano

Pode-se afirmar que o pensamento crítico é aquele capaz de fazer a leitura de uma determinada realidade, estabelecendo diferenças, semelhanças, comparações e associações, permitindo desvelar sentidos ocultos intencionalmente, elaborar juízos, interrogar, exigir respostas, decifrar e interpretar códigos impostos como verdades únicas por aqueles que têm ou tomam como próprio o poder da enunciação.

O pensamento crítico latino-americano representa uma iniciativa gestada nessa região, que aposta na reivindicação de formas de viver, de ser, de pensar, de conhecer, de entender a vida, a partir de referenciais distintos dos tradicionais, provenientes das metrópoles, com um selo de universais, objetivos, racionais e, portanto, válidos e legítimos para conduzir todas as sociedades do mundo a supostos estados de progresso e desenvolvimento.

Nesse sentido, o pensamento crítico latino-americano surge como contraponto do paradigma promovido pelas elites *crioulas*, herdeiras de formas de dominação próprias da Colônia, sobre as quais se implementaram logo os Estados na América Latina.

Nas palavras de Edgardo Lander:

As diferentes vertentes principais do pensamento que têm sido historicamente hegemônicas sobre e desde a América Latina podem ser caracterizadas como colonial/eurocêntricas. Existe uma continuidade básica desde as crônicas das índias, o pensamento liberal da independência, o positivismo e o pensamento conservador do século XIX, a sociedade da modernização, o desenvolvimentismo em suas diversas versões durante o século XX, o neoliberalismo e as disciplinas acadêmicas institucionalizadas nas universidades do continente. Mas além da diversidade de suas orientações e de seus variados contextos históricos, é possível identificar nessas correntes hegemônicas um substrato colonial que se expressa na leitura dessas sociedades a partir da cosmovisão europeia e seu propósito de transformá-las à imagem e semelhança das sociedades do Norte, que em sucessivos momentos históricos serviram de modelo a ser imitado.¹

Ao estabelecermos como objeto deste escrito um olhar atual sobre essa lógica de pensamento, faz-se necessário uma retrospectiva que permita situar as abordagens a partir das quais se tem feito suas construções.

A descolonização, tanto epistêmica como em outros âmbitos da existência humana, tem representado assuntos sobre os quais o pensamento crítico colocou seu interesse na América Latina. Para Lander,² são relevantes as contribuições de Martí e Mariátegui no final do século XIX, passando pelo pensamento político-acadêmico, as lutas populares e os debates sobre o desenvolvimento nos anos de 1960 e 1970, até a problematização das formas de conhecimento objetivo, com a proposta de uma ciência com compromisso político pela transformação social, do sociólogo colombiano Orlando Fals Borda. Também Freire, com a *Pedagogia do oprimido*, e Dussel, com a filosofia da liberação, representam contribuições importantes nessa linha.

A partir de um olhar atual, é possível afirmar que a perspectiva da problematização dos pressupostos coloniais e eurocêntricos representa hoje a expressão e desenvolvimento do pensamento crítico latino-americano. De acordo com Lander:

Alguns dos assuntos principais dessas explorações anteriores têm sido retomados mais recentemente com novas e fecundas perspectivas na forma de um questionamento global e sistemático aos pressupostos coloniais e eurocêntricos dos saberes sociais *de e* sobre o continente. Este debate expressa as condições nas quais se dá a produção político-intelectual latino-americana na atualidade.³

Nessa mesma direção, afirma Escobar que a genealogia do que é chamado programa de investigação da modernidade/colonialidade inclui:

A Teologia da Liberação desde os anos sessenta e setenta; os debates na filosofia e ciência social latino-americana sobre noções como filosofia da liberação e uma ciência social autônoma (e.g., Enrique Dussel, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Pablo Gonzáles Casanova, Darcy Ribeiro); a teoria da dependência; os debates na América Latina sobre a modernidade e pós-modernidade dos

anos oitenta, seguidos pelas discussões sobre hibridez em antropologia, comunicação, os estudos culturais nos anos noventa; e, nos Estados Unidos, o grupo latino-americano de estudos subalternos.⁴

Assumindo então que a modernidade/colonialidade representa uma importante perspectiva na complexidade do pensamento crítico latino-americano atual, seguidamente apresentaremos algumas reflexões a partir do âmbito específico do lazer.

Questões em torno do espaço (lugar) latino-americano e alguns assuntos que suscitam

O contexto nos países da América Latina está marcado por fenômenos como a desigualdade, a exclusão, a pobreza, a economia informal, a dependência, o deslocamento, a violência, o racismo etc. Problemas que, nos dizeres de Escobar,⁵ sendo modernos, não encontram resolução na modernidade. Como, então, estabelecer uma leitura que permita uma adequada relação com o lazer? Como atua o lazer, nessa parte ocupada pelos habitantes da América Latina, nos momentos atuais? Quais formas o lazer assume nestes contextos? A partir de que perspectiva se faz possível evidenciar o lazer como fenômeno fundamental em qualquer projeto individual e/ou coletivo?

Fundamentalmente, propõe-se uma releitura e problematização dos referentes até hoje utilizados para os estudos sobre o lazer que modelam os discursos e a geração de conhecimento nas sociedades periféricas do sistema-mundo moderno/colonial. De tal maneira que se avance no sentido da construção de marcos referenciais de acordo com as características e necessidades da região que permitam o estabelecimento de diálogos e discussões com aqueles produzidos em outras regiões do mundo.

Assim, torna-se necessário conhecer os marcos referenciais mais amplos, tais como: pós-desenvolvimento,⁶ transmodernidade,⁷ florescimento humano,⁸ modernidade/colonialidade⁹ ou pós-modernismo

oposicional.¹⁰ Em síntese, é relevante conhecer novas propostas de enunciação que façam visível a realidade de um fenômeno como o lazer, em contextos que em nada respondem àqueles sobre os quais se têm construído suas definições.

No estado atual do sistema-mundo, ainda que o lazer apareça reconhecido como um direito social, a realidade é que, na lógica dominante da expansão cultural e de abertura das economias e dos mercados em uma dimensão global, sua presença ocorre como uma forma de mercadoria, gerando estados de exclusão a pessoas e comunidades, impossibilitadas de participarem como consumidoras, relegadas a um lazer solidário e filantrópico como nos chama a atenção Fernando Mascarenhas,¹¹ ancorados em ofertas empobrecidas de “mercolazer”, desconhecedoras do valor das próprias práticas lúdicas.

Na mesma direção, afirma Fernando Tabares:

É comum ler e escutar sobre o desaparecimento ou extinção de múltiplas e variadas espécies tanto animais como vegetais, de línguas que desaparecem por desuso, de costumes e usos de distintos tipos que sucumbem ante o projeto homogeneizador que pretende fazer do mundo inteiro território de práticas e produtos estandarizados. Assim, então, poderia se dizer que o mundo é menos mundo e a vida menos vida, menos diversa e rica (...). Assim como desaparecem distintas espécies, línguas, usos e costumes, também o fazem as expressões lúdicas, existentes em todos os povos do mundo desde sempre. Talvez pelo pouco valor que tradicionalmente se atribui a esse tipo de práticas, ou pelo avassalador do projeto colonizador. Hoje a indústria da cultura dá a mão aos onipresentes meios de comunicação, homogeneízam sonhos, desejos e aspirações, tudo isso, para que seus produtos não encontrem obstáculos para sua distribuição. Nesse cenário, diferentes expressões lúdicas se vão extinguindo, sem ficar nem mesmo uma resenha de sua existência. Também a extinção das expressões lúdicas com a identidade e diversidade nelas contidas empobrecem a vida e terminam por mostrá-la de somente uma cor.¹²

Assumindo que o desenvolvimento, como um estado a mais da implantação do sistema-mundo, corresponde a um modo civilizatório cujo objetivo fundamental é a criação das condições para seu adequado

funcionamento naqueles lugares onde ainda não existe plenamente, vale a pena indagar: Qual é seu impacto na transformação e/ou desaparecimento das formas de vida, sociedade e cultura, que obstaculizam sua implantação?

O lazer, como estratégia, atua nos territórios da periferia, influenciado pelos diferentes âmbitos que o configuram. Em consequência, o modo de desenvolvimento implementado até o dia de hoje nos países subdesenvolvidos – inscrito no sistema-mundo moderno/colonial – valoriza o lazer, em termos do que pode representar em crescimento, ou quiçá, como aspecto marginal e compensatório, importante para a recuperação de energias e forças para voltar ao mundo sério do trabalho, mesmo que seja em qualquer condição. Nesse contexto, como desenvolver o lazer como estratégia de algumas “outras” formas que não correspondam às tradicionais variáveis a partir das quais ele se define e pode ser analisado?

Nesse contexto, o interesse pelo lazer nas sociedades periféricas requer, no nosso entender, a busca de outras enunciações que possibilitem tornar visível o que Mignolo¹³ denomina como colonialidade ou cara oculta da modernidade, referindo-se àqueles que têm sido objeto de intervenção pelo sistema-mundo moderno/colonial, tentando superar, como ele mesmo discute, o fundamento de Wallerstein¹⁴ relativo ao moderno sistema mundial ou economia-mundo capitalista.

A implementação do desenvolvimento ainda segue tendo grandes impactos nos países da periferia (na economia, na política, nos conflitos armados, nas culturas locais, no meio ambiente etc.). Paradoxalmente, a abordagem de aspectos como a ludicidade, o jogo, a recreação ou o lazer, inclusive naquelas propostas denominadas de “alternativas”, tem sido praticamente inexistente – vale mencionar a proposta de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn,¹⁵ de *Desenvolvimento a escala humana*, que inclui o lazer como uma necessidade.

A ideia do lazer como fenômeno próprio das sociedades industrializadas – aquela que idealizou e liderou a implementação do desenvolvimento – envolveu os intelectuais e ativistas de distintos tipos, naquela visão que uma e outra vez invisibilizava o lazer e suas práticas, discursos

e formas de conhecimento, e sua presença que, apesar de tudo e de todos, foi mais além do proposto pelo projeto civilizador e desenvolvimentista. O lazer, como a vida, normalmente surge das mais diversas maneiras e nos lugares mais inesperados; e assim devem existir marcos de referência suficientemente amplos e diversos.

Problematizações em torno do estudo do lazer nos países da periferia

Para entender o exercício de ler o lazer na particularidade dos países da América Latina, faz-se necessário avançar na construção de referentes que permitam dar conta de assuntos que os marcos referenciais existentes não fazem visíveis. O enfoque da modernidade/colonialidade, ao propor, em âmbito local, a reivindicação da visibilização das histórias próprias e os aspectos dela derivados, gera a necessária problematização dos referentes universais para a leitura do lazer nas diferentes sociedades do mundo. Essa situação evidencia uma série de questões que serão expostas a seguir.

Um primeiro tema relaciona-se com a visibilização e problematização de um projeto do centro à periferia e com as formas tradicionais de dar conta desse processo, mais centrado na análise de sua implementação do que na leitura do impacto sobre as sociedades onde ocorrem intervenções. Esse exercício suscita, nesse sentido, questões em torno dos elementos constitutivos do projeto – civilizador – que configurou uma realidade em que desaparecia aquilo que constituía o território, os imaginários, as formas de entender e viver o trabalho e o lazer (nem sempre separados) etc. de milhões de pessoas, para, em contrapartida, inventar o progresso e o desenvolvimento que os nomeava como seres humanos situados em um ponto de início, com a obrigação de avançar até estados de civilização e progresso. E mais na linha da temática deste texto, de que maneira esse projeto atuou e segue atuando sobre as formas de existência do lazer, presentes nesses territórios da periferia?

Outro aspecto faz surgir novas perguntas: ao definir a região latino-americana como um território com características próprias, faz-se necessário explicitar, para uma análise adequada de um fenômeno como o lazer, a colonialidade como imaginário que atua para justificar a configuração do projeto civilizador. Dessa maneira, destacam-se questões em torno da influência que a colonialidade tem na geração de categorias que naturalizam e valorizam pouco as condições do lazer que são próprias dos países e habitantes da região latino-americana em comparação com as dos países centrais. Nesse sentido, a questão é por que se dá maior valor a algumas práticas locais – geradas no centro do sistema-mundo –, para que apareçam como referentes a partir dos quais se faz possível ler o avanço do campo? O que foi que aconteceu para que isso ocorresse?

Um assunto que também suscita questões nesse campo se dirige às informações sobre os benefícios do lazer para a superação de situações tão complexas como o conflito, a marginalização, a violência de todo tipo ou a desigualdade. Que referente se faz possível nesse tipo de afirmação? É possível superar situações tão complexas como a exclusão, a pobreza ou o conflito armado e suas consequências, com somente um tipo de práticas de lazer? Que imaginários influenciam os promotores dessas práticas, com relação aos habitantes de nossas sociedades, para afirmar que isso é possível?

Já no campo de geração de conhecimento sobre o tema do lazer, algumas perguntas que surgem no marco do processo civilizador se orientam a partir de aspectos como: O que acontecia em nossos países, sobretudo em termos da geração de conhecimento no campo de estudos do lazer, que não se restringia apenas a esse campo específico, mas que era uma regularidade que atravessava a vida das sociedades da região latino-americana? O que fazia possível aquela situação de lugares produtores de conhecimento e lugares receptores do mesmo?

Segundo os fundamentos desenvolvidos por Mignolo¹⁶ sobre as histórias locais e os projetos globais, assim como sobre a geopolítica do conhecimento,¹⁷ existem lugares de enunciação nos quais as histórias locais se convertem em projetos globais (por exemplo, no campo do

lazer, autores como Dumazedier, Huizinga, Veblen, Elias, Csizksentmihalyi, Cuenca, Trilla, Munné) e histórias locais que simplesmente são os espaços onde se executam ditos projetos, adotando-se, rejeitando-se ou apenas ignorando-se. Histórias locais que têm sido invisibilizadas ou desconhecidas, ou simplesmente postas na lógica dos lugares de enunciação, impossibilitadas pelos dispositivos de maior circulação. Enfim, são situações que devem ser analisadas com maior profundidade.

Aqui aparecem mais algumas perguntas, relacionadas com a construção de conhecimento sobre o lazer na região. O que tem sido escrito sobre o tema do lazer? Em torno de quais objetos se produz conhecimento? Em seus exercícios de investigação, quais problemas os acadêmicos abordam? Que tipo de pesquisa se desenvolve, que discursos circulam e que práticas se promovem? Essas são questões que suscitam o descentramento das tradicionais perguntas, que só fazem visíveis alguns aspectos das complexas sociedades periféricas. Questionar esses e outros aspectos, que fazem parte dessas realidades, pode ser um aporte para a configuração de propostas mais amplas e, sobretudo, mais pertinentes no campo dos estudos do lazer.

Formas outras de conhecimento, próprias da América Latina, para a produção de conhecimento em lazer e recreação

Na perspectiva do pensamento crítico latino-americano, o interesse de análise se relaciona com o aparecimento de investigações a partir do enfoque crítico social, ou seja, daquele que aposta manifestadamente pela transformação das condições de desigualdade e exclusão. Uma perspectiva que, fundamentalmente, aposta pela problematização do enfoque positivista como possibilidade única de conhecimento. Frente ao interesse de conhecimento, esse enfoque está correlacionado com as histórias coloniais locais, como as denomina Mignolo.¹⁸ Seu interesse não aponta para a implementação de um projeto global, mas, ao contrário, para fazer visíveis as particularidades dessa implementação,

em relação com as vidas daqueles expostos a esse processo, que, na maioria das vezes, são invisíveis.

A presença de pesquisas com esse enfoque fornece pistas sobre o interesse daqueles que adotam processos de produção de conhecimento. Representa outro tipo de processos de investigação, mais próximos dos contextos sociais e culturais locais e as necessidades e possibilidades de participação das pessoas envolvidas nesses processos.

Dito dessa forma, o que se faz nesse tipo de enfoque é a problematização do empírico-analítico, de seus postulados e práticas, suas regularidades constitutivas para avançar na construção de marcos referenciais próprios e metodologias mais pertinentes aos contextos diversos e complexos, próprios das sociedades da periferia. De tal maneira que amplia o marco de atuação das diferentes perspectivas em situação de tensão.

Desde a década de 1950, com a sistematização de experiências¹⁹ e a Investigação Ação Participativa dos anos de 1970,²⁰ têm sido iniciados, faz alguns anos, processos que tentam buscar outras formas de conhecer, mais contextualizadas com as características próprias da América Latina.

A abordagem de Fals Borda²¹ sobre um avanço nas duas últimas décadas frente à acumulação de informação original, de reflexões teóricas e metodológicas próprias que possibilitam um olhar diferente e um interesse por outros problemas mais particulares dessa região do mundo, abre o caminho na linha de geração de processos que permitam fortalecer uma comunidade de interesse de conhecimento próprio no campo dos estudos do lazer.

Um primeiro assunto que se propõe para essa mudança do enfoque crítico social tem relação, na periferia, com a opção de entender o conhecimento como um fenômeno local que corresponde às condições reais das pessoas. Essa compreensão difere do enfoque empírico-analítico e, em geral, da ciência moderna em seu conjunto, os quais reforçam a pretensão de universalidade e adotam marcos referenciais e metodológicos como se estes pudessem ser aplicados em qualquer lugar do mundo, ou seja, como se fossem o ponto zero do planeta. A esse respeito, Fals Borda e Mora-Osejo assinalam que:

Os marcos de referência científicos como obra de humanos, inspiram-se e se fundamentam em contextos geográficos, culturais e históricos concretos. Esse processo é universal e se expressa em diferentes modalidades. Justifica-se na busca da plenitude da vida e satisfação espiritual e material dos que intervêm nos processos investigativos e criadores, assim como dos que o difundem, compartilham e praticam.²²

Essa afirmação vem apoiar a ideia da geopolítica do conhecimento, da necessidade de fazer visíveis não somente os lugares de enunciação, mas também os interesses que se põem em jogo.

Destacam-se duas perspectivas do conhecimento, aquela que aponta a manutenção de determinadas condições, buscando a forma de levar a todos os seres humanos, em um mesmo sentido, na direção do *status quo*, e aquela que reivindica a problematização das condições de desigualdade e exclusão, restituindo aos marginais a possibilidade de participar nas transformações necessárias para a construção de sociedades mais justas e respeitadas da diversidade e da diferença.

Com respeito aos estudos do lazer

Com referência aos estudos do lazer nas sociedades da periferia, um aspecto se ressalta, a coincidência existente entre o lazer como projeto global e a ciência (positiva) como forma universal e válida de conhecimento. Problematizar a produção de conhecimento das sociedades latino-americanas requer, sem dúvida, a identificação desse fato. Como se desvela na colonialidade do saber, existe uma forma por excelência para fazer ciência, que, sobretudo no marco da diferença colonial, não somente opera na diferenciação entre os tipos de conhecimento, mas também em relação com os seres humanos de alguns e outros espaços.

Essa matriz, a partir da mesma operação do conhecimento, subalterna estratégias do lazer, a favor de outras, correspondentes ao projeto global. Denominações como práticas populares, tradicionais, autóctones são utilizadas para denominar as práticas próprias dos países situados à margem, tanto temporal como espacial.

Na história das sociedades centrais, pode ser que o popular e o tradicional correspondam a formas anteriores da história própria, mas, na periferia isto não pode ser visto da mesma forma. Nas operações centro-periferia, o histórico se assume como uma operação a partir da qual se assinalam alguns lugares intermediários com relação ao ponto definido de referência. Nas palavras de Lander: “A história continua existindo somente em um sentido limitado: aos países subdesenvolvidos fica um trecho por percorrer para alcançar a meta na qual os aguardam os ganhadores da grande carreira universal em direção ao progresso.”²³

Nessa matriz, as práticas permitem ler o estado de desenvolvimento de uma sociedade. A ciência positiva identifica os estados de implementação, mas não as práticas próprias que seguem existindo. Não como sinal de um estado anterior da história, mas como a presença, simultânea, de práticas que correspondem a formas de vida de alguns setores da população, à margem do desenvolvimento, por exclusão ou simplesmente porque suas formas de vida são orientadas por regularidades distintas daquelas que são típicas da modernidade.

Dessa maneira, a universalidade e seu projeto global de lazer devem ser considerados como uma forma de expressão, com interesses, marcos referenciais e metodologias próprias, mas não como a única. Muitas outras expressões existem, apesar de que esses modos não as façam visíveis. Por isso, é tão necessária a construção de marcos referenciais outros que possibilitem a integração e a visibilização de todas as expressões, valorizando sua existência, de acordo com os aportes que faz aos grupos humanos que as praticam.

Formas outras de vida requerem, igualmente, perguntas outras, marcos outros, buscas outras que, no contexto local, favoreçam a leitura do lazer. Por isso, a pergunta na periferia não deve se orientar para a existência ou não do lazer – em sua versão ocidental –; deve ser dirigida para indagar as formas de existência desse fenômeno no contexto próprio das sociedades de nossa região, tão diversas, tão complexas, tão dependentes, tão descrentes de si mesmas. Ou seja, para um mundo diverso, paradigmas outros de conhecimento, onde coexistam as formas

próprias das histórias locais e também as do projeto global, mas desta vez em condições de igualdade, onde reais diálogos sejam possíveis.

Alguns desafios para a perspectiva crítica latino-americana nos estudos do lazer

Alguns desafios que a perspectiva crítica latino-americana deve assumir frente aos estudos do lazer na região:

- A objetividade

Um assunto que deve ser levado em conta é o tema da objetividade, que ressalta as formas de conhecimento implementadas na América Latina, e a problematização da relação entre teoria e prática. Segundo Fals Borda:

Ao entender mais claramente como o conhecimento popular podia ser congruente com o herdado da ciência acadêmica, tivemos que descartar algumas definições profiláticas de “compromisso” (compromisso-pacto) que nos haviam ensinado. Advertimos que aqueles colegas que acreditavam trabalhar com neutralidade e objetividade absoluta terminavam voluntária ou involuntariamente apoiando o *status quo*, com o que obscureciam a realidade ou boa parte dela, e impediam as transformações sociais e políticas nas quais estávamos imersos ou que ansiávamos impulsionar.²⁴

Com a clareza de que o que se investiga está condicionado pelas circunstâncias próprias de sua vida, a aposta por formas de conhecimento outras, que avançam para a transformação, requer o compromisso explícito das pessoas que impulsionam processos de geração de conhecimento em nossas sociedades. Desvelar os interesses implícitos, tanto na produção de conhecimento como nas formas mesmas de existência do lazer em nossas sociedades, é uma tarefa que deve ser assumida, sobretudo no que se refere ao impulso de processos de câmbio.

Por exemplo, no contexto latino-americano, a pergunta pela relação de pesquisas com o enfoque empírico-analítico e o crítico-social tem

a ver com o feito de considerar os interesses que subjazem nos diferentes enfoques de geração de conhecimento. Quiçá porque, como afirma Fals Borda: “a descolonização relaciona-se com a descoberta, em nossas próprias mentes e condutas, das características de uma forma de conhecer e de atuar que se haviam implantado em nós mesmos, principalmente através da educação.”²⁵

A esse respeito e apoiados em uma investigação sobre a produção de conhecimento em lazer e recreação na Colômbia, afirma Osorio:

O que acontece é que eu acredito, e nisso sou muito insistente, que ainda nos falta uma cultura acadêmica e de produção de conhecimento, que a gente assuma posições políticas nas investigações, ou seja, acredito que pode haver uma aproximação hermenêutica, qualitativa, entre a prática e a investigação, pois, de alguma maneira, segue-se manejando, ingenuamente, sem considerar as implicações políticas que ambas têm. Porque transformação é político, sim, automaticamente.²⁶

Desvelar, pois, os interesses e apostar manifestamente numa opção política que problematiza as formas de conhecimento, mas de igual maneira, as formas de expressão do lazer nas sociedades da periferia, abre um importante caminho para a construção de marcos referenciais próprios, que, por sua vez, permitam a conformação e o fortalecimento de grupos de investigadores que constituem comunidades acadêmicas com o objetivo de propor modos mais afinados com o local, para, a partir daí, estabelecer relações com outros grupos, outros marcos de análise e outras propostas metodológicas.

Nas palavras de Fals Borda:

Por essas razões, chegamos a declarar que as pessoas comuns merecem conhecer mais sobre suas próprias condições vitais para defenderem seus interesses, do que aquelas outras classes sociais que têm monopolizado o saber, os recursos, as técnicas e o poder mesmo, isto é, que devemos prestar tanta ou mais atenção na produção do conhecimento do que na produção material. Assim, poderemos inclinar a balança em prol da justiça para os grupos desprotegidos da sociedade.²⁷

A relação sujeito-objeto

A partir do tradicional olhar das formas hegemônicas, as formas de conhecer e as práticas de jogo, diversão e festa, foram subalternizadas. Nessa forma de funcionamento do sistema-mundo moderno/colonial, a periferia se converte em objeto de conhecimento, analisado pelos científicos objetivos, habilitados para tal fim.

Um interesse de conhecimento pela transformação avança pela restituição da possibilidade de gerar conhecimento e, nessa mesma linha, pela restituição das expressões próprias do lazer. Mas, igualmente pela restituição do direito de participação das pessoas, que, a partir da diferença colonial, se encontram em condições de subalternização, como grupos populacionais a que se deve tirar do atraso, já que, por si mesmos, são incapazes de fazê-lo. Para Lander:

Reforçam-se aqui os olhares coloniais que somente reconhecem como sujeitos significativos aos portadores de projetos modernizantes: os empresários, os tecnocratas, os vizinhos de classe média, os habitantes da mitológica sociedade civil. A indiferença ante os outros, que não encontram lugar nessa utopia de mercado e democracia liberal, delata a permanência do racismo fundante do pensamento colonial.²⁸

Propõe-se, então, a opção de gerar formas de conhecimento mais próprias da América Latina, como a Investigação Ação Participativa e a reconstrução decidida de uma história do lazer na periferia, que torne visível o não contado e que forneça elementos para tentarmos entender melhor o que somos hoje. Que envolvam diretamente, nos processos de investigação, as pessoas que tradicionalmente foram concebidas como objetos de conhecimento. Ainda que existam situações que possam ser questionadas tanto por suas formas, como pela radicalização dessas perspectivas, no que se refere à ingerência que segue havendo na tomada de decisão sobre temáticas e processos de pesquisa por parte dos pesquisadores, esse enfoque de conhecimento é muito importante e oferece grandes possibilidades para avançar.

No marco dos projetos globais e das histórias locais, indagar pelas condições a partir das quais os processos que impulsionaram o desenvolvimento do lazer e da recreação foram propiciados permitirá caracterizar e entender melhor a configuração de enfoques e interesses frente à produção de conhecimento, que constroem contextos nos quais algumas formas de conhecimento encontram condições mais propícias que outras.

À maneira de conclusão

A modernidade/colonialidade representa, na atualidade, uma importante perspectiva do pensamento crítico latino-americano atual. A problematização que possibilita esse marco de análise às regularidades próprias dos modos tradicionais de conhecimento representa uma incalculável contribuição ao estudo dos programas de matérias sobre lazer, recreação e tempo livre na América Latina. Discursos, enfoques e interesses devem ser considerados para a análise das diferentes propostas de formação de pesquisadores. Disso dependerá a possibilidade de se construir cenários equilibrados, nos quais as diferentes perspectivas e interesses de conhecimento possam interatuar para a construção de marcos condizentes com a complexidade e a diversidade da região latino-americana.

Na perspectiva do lazer, o grande desafio está vinculado ao desenvolvimento de um pensamento capaz de recolher e dar conta da singularidade histórica, social, cultural e política das comunidades da região latino-americana. Um pensamento crítico que integre e signifique a rica produção intelectual, científica, cultural e acadêmica de pessoas e instituições que, com uma ampla tradição, têm contribuído com a interpretação, compreensão e transformação das realidades locais, muitas das vezes silenciadas pela ideologia da dominação e pela subalternização.

Finalizamos expressando nosso desejo de que este livro seja uma contribuição para o desenvolvimento do pensamento crítico sobre o lazer na América Latina, ampliando as possibilidades de diálogo e de avanço do conhecimento produzido sobre esse tema em nossa região.

José Fernando Tabares Fernández

Membro da Corporación CIVITAS:
Estudios de Ocio, Cultura y Sociedad

Víctor Alonso Molina Bedoya

Docente da Universidad de Antioquia e
Membro da Corporación CIVITAS:
Estudios de Ocio, Cultura y Sociedad

Introdução

Abrindo novos horizontes para os estudos do lazer na América Latina

Inspirados na letra/poema que inaugura este livro, do cantor Pablo Milanés, sentimos que os estudos sobre o lazer na América Latina estão ingressando em um novo momento, que representa um tempo/espço social de reflexão, análise crítica e despertar de consciências sobre o passado que nos constituiu e que integra a história latino-americana. Trata-se de um tempo/espço do presente que, cotidianamente, nos desafia a encontrar caminhos alternativos para enfrentar os graves problemas que marcam nossa região. Mas é também um tempo/espço de esperança, pois, como sujeitos sociais, históricos e políticos, o futuro das sociedades latino-americanas depende dos compromissos e responsabilidades que quisermos assumir hoje visando ao alcance de nossos sonhos e utopias no amanhã.

Preparamos este livro pensando, justamente, em colaborar com o alcance de desafios tão importantes e instigantes como esses. O conteúdo da obra foi sistematizado a partir de uma pesquisa bibliográfica sobre a temática do lazer na América Latina. Essa busca consistiu na primeira etapa de uma investigação mais ampla, que se encontra em andamento, tendo como objetivo analisar as propostas de Mestrado em Lazer desenvolvidas atualmente na região (Brasil, Costa Rica, Equador e México). Trata-se, assim, de um caminhar em busca de novos conhecimentos sobre o lazer na América Latina que vem sendo empreendido com o imprescindível apoio de algumas instituições brasileiras: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério do Esporte e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

É importante destacar, também, que a publicação deste livro bilíngue significa mais um passo comprometido com a ampliação dos horizontes do lazer no contexto latino-americano, visando colaborar com a integração e com os diálogos na região, notadamente nesta área específica. Cabe pontuar que este caminhar começou em 2007, quando foi iniciado um projeto colaborativo com a finalidade de registrar, sistematizar, difundir e ampliar o intercâmbio de saberes e experiências sobre o lazer na América Latina. Como os trabalhos coletivos sobre esse tema ainda são muito incipientes na região, essa iniciativa possibilitou conhecer alguns aspectos da produção de conhecimentos nesse âmbito. A referência básica foi constituída pelos estudos sobre a recreação e o lazer realizados por autores de oito países latino-americanos: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México, Uruguai e Venezuela.¹

Nesse empreendimento, cada pesquisador ou grupo de pesquisadores responsáveis pelo estudo do tema em seu país sistematizou os dados para retratar a recreação e o lazer conforme sua preferência e possibilidade de aprofundamento teórico-metodológico. Assim, diferentes perspectivas de análise e reflexão foram adotadas e todas foram consideradas importantes. Essa diversidade revelou pontos em comum entre os países estudados, diferenças peculiares a cada contexto e também as múltiplas possibilidades de trocas solidárias em termos de aprendizado coletivo

sobre o lazer enquanto um campo de vivências, de conhecimentos, de formação e de intervenção.

Os estudos realizados mostraram distintos níveis de profundidade, consistência teórica e análise crítica. Entretanto, apesar das particularidades que diferenciam os oito países latino-americanos investigados, foi possível observar alguns elementos comuns sobre a recreação e o lazer na América Latina. Alguns desses aspectos serão salientados no presente livro porque serviram de ponto de referência para as discussões e análises aqui propostas.

Muito se fala sobre América Latina, mas pouco se sabe sobre os significados desse termo, que não foi aprofundado nos estudos sobre o lazer realizados pelos autores dos oito países indicados anteriormente. Muitas dúvidas sobre os significados da expressão ainda estão pendentes para os estudiosos da recreação e do lazer em várias partes do mundo, e não somente nos países latino-americanos.

Para colaborar com o preenchimento dessa lacuna, a preocupação central do Capítulo 1 deste livro foi buscar conhecimentos que nos permitissem compreender o processo de construção conceitual e contextual da América Latina. Nosso ponto de partida foram as seguintes indagações: O que significa a expressão América Latina? Quando, onde e por que ela foi elaborada?

Responder a essas perguntas é difícil, porque ainda precisamos realizar estudos e análises sobre o tema. Nesse sentido, os estudos que compõem o Capítulo 1, ressaltaram a urgente necessidade de compreender as parcialidades e limitações da expressão América Latina e de colaborar com a sua ressignificação.

Feita essa discussão inicial, o Capítulo 2 propõe uma reflexão sobre os entendimentos de recreação e de lazer que prevalecem no contexto latino-americano. Afinal, as imprecisões e indefinições conceituais presentes nos estudos sobre recreação, lazer, ócio e tempo livre na América Latina foram destacadas por vários autores² como uma fragilidade dos estudos produzidos sobre a temática. Muitas vezes esses termos são utilizados indistintamente, gerando contradições e problemas de compreensão.

A imprecisão e a confusão conceitual comprometem, na visão dos autores latino-americanos citados anteriormente, o avanço de conhecimentos sobre o tema na região – que, tradicionalmente, enfatizam o conceito de *recreación* em detrimento do conceito de *ocio* (lazer). Por que isso acontece? Quais são as origens dos conhecimentos produzidos sobre a recreação, e de que maneira eles foram propagados na América Latina? No que se refere ao lazer, os saberes e teorias inicialmente elaborados sobre o tema, no século XIX, são adequados à nossa região? Por quê?

O Capítulo 2 se debruça sobre essas e outras questões, apontando a necessidade de ressignificar os saberes teórico-conceituais sobre o lazer na América Latina numa perspectiva contra-hegemônica. Entendemos que essa perspectiva envolve um amplo conjunto de redes, iniciativas, estratégias educativas e movimentos populares engajados na compreensão e no enfrentamento das consequências econômicas, sociais e políticas do capitalismo neoliberal, visualizando no lazer um campo possível para o desenvolvimento de ações alternativas comprometidas com o repensar sobre os limites e as possibilidades que marcam a realidade atual. Obviamente, para que isso aconteça, torna-se imprescindível contar com profissionais que atuem como mediadores de um processo de aprendizagem transformacional que também pode integrar nossas experiências de lazer.

Por isso, neste livro entendemos que o lazer é uma prática social complexa que pode ser concebida como uma necessidade humana e como uma dimensão da cultura caracterizada pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espço social. Essa compreensão embasa nossas reflexões, análises e interpretações.

Em geral, quando retrocedemos no tempo para tratar do lazer, tomamos como ponto de partida as sociedades greco-romanas ou as modernas sociedades urbano-industriais europeias. Essas são as duas versões históricas mais difundidas nos estudos sobre o lazer e, mesmo gerando acaloradas polêmicas entre os estudiosos do tema quanto à pertinência de uma ou outra corrente, continuam sendo amplamente reforçadas por autores de vários países do mundo.

Esse panorama nos leva a indagar: Outras releituras sobre o lazer na América Latina podem ser feitas, ou a história é única, centralizando-se na Europa da Antiguidade ou da modernidade ocidental? As reflexões sobre o lazer na América Latina devem considerar apenas as sociedades urbano-industriais? Quais são as implicações históricas, culturais, sociais, econômicas e (geo)políticas desse tipo de abordagem nas distintas realidades latino-americanas? Ao anunciar outras perspectivas de análise, o Capítulo 3 procurou contribuir com essa discussão.

Na maioria das vezes, quando se considera o lazer, se aborda também o trabalho, pois, são evidentes os vínculos social e historicamente constituídos entre esses dois fenômenos. Como o lazer não é uma fração isolada, está em íntima relação com os demais campos da vida em sociedade, evidenciando a importância de aprofundar conhecimentos sobre a problemática do trabalho na América Latina e sobre seus desafios atuais. Esse é o tema central de discussão do Capítulo 4, que foi impulsionado por algumas reflexões fundamentais: A redução da jornada de trabalho significa uma progressiva ampliação do tempo livre e do lazer, em especial nas sociedades latino-americanas? Que papel o lazer assume nesse processo de reconfiguração do trabalho verificado nos dias atuais?

É notória a importância de se repensar criticamente esses aspectos, pois os problemas sociais, políticos e econômicos que marcam a região latino-americana precisam ser enfrentados de modo urgente, em vez de serem simplesmente disfarçados ou amenizados por programas recreativos nem sempre comprometidos com uma educação crítica e problematizadora. Dessa maneira, é importante questionar: Qual é o custo social e ecológico do crescimento, progresso e desenvolvimento, especialmente para as sociedades latino-americanas? De que maneira a educação favorece a perpetuação desse modelo? Que tipo de educação possibilitará a transformação dessa realidade, tornando-a mais solidária e sustentável? Como o lazer poderia contribuir com esses desafios na América Latina? Essas interrogações indicam a importância de estimular o pensar crítico por meio de uma educação comprometida com o lazer, que nos ajude a caminhar na direção de sociedades sustentáveis e que valorizem uma ética transcultural e intercultural. Em termos gerais, esse é o tema abordado nos capítulos 4 e 5.

Salientamos que as citações apresentadas, na íntegra, para enriquecer este livro, foram traduzidas das obras originais em espanhol para o português, e vice-versa, para facilitar a compreensão do leitor. Além disso, para evitar dificuldades de compreensão, esclarecemos que na versão em espanhol do livro a palavra *ocio* foi tratada como sinônimo de lazer em português.

Embora algumas pessoas possam pensar que investigar a temática do lazer na América Latina signifique um modismo passageiro, para nós representa um exercício muito complexo, desafiador, carente de aprofundamentos e comprometido com o despertar de consciências. Trata-se de um terreno arenoso e repleto de incertezas, mas que significa também uma possibilidade ímpar de conhecermos mais sobre nós mesmos, sobre nossas culturas, sobre nossas histórias e tradições, sobre uma multiplicidade de avanços e retrocessos que, entre outras coisas, nos permite colocar em realce muitos aspectos do lazer, de nossos povos e de nossas culturas que continuam sendo negligenciados e silenciados no contexto latino-americano e em outras partes do mundo.

Por isso, convocamos: América, desperta... Talvez esse despertar não seja inteiramente feliz, porque supõe desvelar dolorosas cicatrizes, novas e antigas. Isto é inevitável quando se toma a decisão de expandir a consciência sobre o mundo que temos, sobre aquele que queremos, e também sobre o papel que o lazer assume nesse processo.

É urgente e necessário enfrentar esse desafio, ampliando os horizontes para os estudos e para os projetos e ações sociais, culturais, políticas e pedagógicas compromissadas com o lazer na América Latina. Esperamos, assim, que esta obra seja vista como uma modesta contribuição ao repensar de algumas dessas questões. Como as pesquisas e os estudos sobre a recreação e o lazer na região latino-americana ainda carecem de aprofundamentos, muitas das ideias desenvolvidas neste livro se encontram em construção, evidenciando a provisoriedade e o dinamismo do processo de construção do conhecimento. Por isso, ansiamos pela possibilidade de empreender novos diálogos, reflexões e aprofundamentos sobre esse tema tão relevante.

Que a leitura deste livro, mais do que oferecer respostas, possa estimular novas perguntas, estudos e pesquisas que ampliem os horizontes do lazer na América Latina e no mundo.

Os autores

Belo Horizonte, Brasil / Santiago, Chile

Primavera de 2010

Capítulo 1 | América Latina Perspectivas conceituais e contextuais

Como ponto de partida para as reflexões propostas neste livro, consideramos essencial entender a origem histórico-social e conceitual da expressão América Latina. Afinal, o que queremos dizer quando a empregamos? Quando, onde e por que ela foi elaborada?

Considerando que nem sempre os significados dessa expressão estão claros para os estudiosos da recreação e do lazer em várias partes do mundo, e não somente na região, este capítulo pretende realizar uma análise do processo de construção da noção de América Latina. Busca-se compreender os aspectos mais expressivos que possibilitaram a constituição conceitual e contextual desse termo, levando em consideração a urgente necessidade de ressignificá-lo nas realidades latino-americanas atuais.

Antes de entrar nesse tema é essencial discutir o que significa um conceito, identificando quais são os elementos-chave a considerar no processo de conceitualização de uma temática de estudo. Este desenvolvimento teórico pode colaborar e complementar as reflexões propostas neste livro e é fundamental para as análises que aqui serão efetuadas.

O que é um conceito?

Geralmente, no exercício de esclarecer os significados de um termo, quase sempre consultamos, no primeiro momento, os dicionários. Mesmo que a maioria dos dicionários seja baseada nos saberes do chamado sentido comum, vejamos o que alguns deles nos dizem sobre a própria palavra *conceito* e sobre alguns de seus usos e significações.

O *Dicionário da língua espanhola* (<www.rae.es>) revela que essa expressão possui vários significados. As definições mais próximas do que nos interessa são descritas da seguinte maneira: conceito é uma ideia que concebe ou forma o entendimento; um pensamento expressado com palavras; a opinião ou o juízo sobre algo. Logo, se refere à ideia de formar conceito, que é compreendido como determinar algo na mente após examinadas as circunstâncias.

Os dicionários da língua portuguesa também indicam a existência de diversas acepções para essa palavra. De acordo com Ferreira,¹ *conceito* é uma ideia, ou seja, uma representação mental de algo que pode ser concreto ou abstrato. Esta visão também é adotada por Houaiss.² Para esse autor, *conceito* é uma representação mental de um objeto que se mostra como um instrumento fundamental do pensamento em sua tarefa de identificar, descrever e classificar os diferentes elementos e aspectos da realidade.

Este último entendimento está presente no *Dicionário de filosofia* de Abbagnano.³ Para o autor, a função primeira e fundamental do conceito é a mesma da língua, ou seja, a comunicação. O autor acrescenta que um conceito é normalmente representado e indicado por um nome, mas ele não se reduz a um nome. Desta maneira, diferentes nomes podem expressar um mesmo conceito. É assim que os conceitos ajudam-nos a compreender e a comunicar, colaborando também a elucidar e fixar os significados e usos de uma determinada palavra, permitindo-nos dialogar e construir entendimentos comuns sobre os fenômenos que observamos, estudamos e com os quais estamos envolvidos. Em síntese, quando nós expressamos um conceito, estamos indicando certo tipo de

especulação ou de representação sobre a natureza, sobre a sociedade, sobre o ser humano e sobre suas práticas.

Para Galuch e Sforzi,⁴ a formação de conceitos é um processo, não é um resultado de transmissão de palavras ou de definições que expressem a generalização compreendida nos conceitos. Por isso, a formação de conceitos é o movimento do pensamento com oscilações constituídas, pouco a pouco, pelo uso das palavras, de combinações entre operações mentais, isolando atributos comuns entre objetos, abstraindo determinadas características, simbolizando e chegando a sínteses.

Dando continuidade a essa discussão, a seguir sistematizamos⁵ alguns aspectos-chave de um conceito:

- *Os conceitos são representações da realidade material/imaterial.* O processo mental-racional de sistematização de ideias por parte de um autor, ou de diversos autores, envolve abstrações que são influenciadas por diversos elementos: compreensão de ser humano, visão de mundo, personalidade, história de vida, valores, princípios éticos e morais, projetos políticos etc. É assim que um conceito expressa a forma como cada um vê e nomeia os distintos fenômenos.
- *Os conceitos são o mapa, mas, não são o território.* Enquanto representações da realidade, os conceitos nunca serão totalmente equivalentes a esta realidade que buscam expressar. O mapa sempre será uma representação de uma realidade concreta, por isso não se deve confundir as representações – os conceitos – com esse real que eles buscam expressar.
- *Os conceitos precisam ser contextualizados porque eles não são universais.* É fundamental considerar que alguns conceitos são válidos para uma determinada realidade e para alguns sistemas de ideias, mas nem sempre eles podem ser generalizados, nem entendidos como universais. Um conceito adquire sentido em uma produção (prática/teórica), integrando o conjunto das visões de seu(s) autor(es), participando de uma determinada realidade contextual, e assim por diante. O que pode ser válido em um contexto histórico, político e cultural, ou dentro de um sistema teórico específico, em outras circunstâncias ou em outro contexto pode não ter validade.

- *Os conceitos são dinâmicos.* Um conceito pode ser apropriado e suficiente para explicar a realidade em um determinado tempo/espaço histórico/social, mudando seus significados e seus usos de acordo com as intenções dos sujeitos que os produzem e das exigências de cada momento. Os sentidos de cada conceito são complexos, fluidos e estão em constante transformação.
- *Todo conceito está em um estado de inacabamento.* Isto possibilita uma constante transformação e aprofundamento, mas expressa simultaneamente a parcialidade e as limitações de nossas representações do mundo. Por serem construções humanas, em muitos casos as representações são marcadas pela ilusão. Nossa humanidade evidencia que somos inacabados e estamos em constante formação. O mesmo acontece com o processo de conceitualização.
- *Os conceitos não são neutros, tampouco totalmente objetivos.* Toda explanação, interpretação e forma de entender a realidade estará marcada por visões de mundo, entendidas como cosmovisões e paradigmas, presentes de forma explícita ou implícita e oculta, expressando uma impossibilidade de neutralidade. Então, a busca de imparcialidade e objetividade será somente uma aspiração, uma pretensão que não poderá concretizar-se totalmente. Levar em conta esta impossibilidade do conhecimento humano é um primeiro passo para começarmos a ser um pouco mais humildes ao elaborar nossas teorias.
- *Um mesmo conceito pode gerar diversas interpretações.* Desta maneira, um conceito pode ser elaborado por vários autores com significados e intenções distintas, de acordo com as visões de cada um deles e de seu contexto específico. Por um lado, a multiplicidade de sentidos que um mesmo conceito pode ter é uma fonte rica de aprendizagem. Mas, por outro lado, pode ser também uma fonte de confusão, como é comum com relação ao emprego dos conceitos de América Latina, lazer, recreação e tempo livre, muitas vezes tratados de forma vaga e pouco rigorosa na região.

Pelo que foi recentemente discutido, é fundamental modificar a forma de elaborar conhecimentos e reconhecer as limitações que qualquer conceito ou teoria possuem, mas abrindo-nos para correr o risco de formular novas perspectivas a partir das quais compreenderíamos

o complexo da atualidade.⁶ Isto é muito importante, especialmente quando se considera o campo teórico-conceitual do lazer e da recreação na América Latina.

América Latina: controvérsias que marcam as origens do conceito

Iniciamos esta reflexão com algumas perguntas fundamentais: O que significa o termo “América Latina”? Em qual contexto ele foi elaborado? A partir de quais elementos se justifica a criação do conceito de América Latina?

Responder a essas perguntas não é uma tarefa simples. Os livros, artigos, enciclopédias, sites e outras fontes de dados sistematizados por autores de diversos países são controversos e imprecisos quando se trata de esclarecer em que consiste a América Latina. Muitos afirmam que essa expressão foi criada por Napoleão III quando as tropas francesas invadiram o México, em 1862, visando ocupar posteriormente a América Central e a América do Sul para constituir um Império Latino.⁷

Para o então conselheiro de Estado de Napoleão III, Michel Chevalier, essa pretensão requeria que a França estabelecesse um elo de identidade com a Ibero-América. Por isso, Del Paso⁸ argumenta que, na realidade, a noção de América Latina não foi elaborada por esse imperador, mas por Chevalier, o ideólogo da teoria panlatina.

Cabe salientar que, no ano de 1861, outro intelectual de nacionalidade francesa, Tisserand, publicou um artigo na *Revue des Races Latines*. Em seu artigo, Tisserand designa de América Latina o que até então se denominava na Europa, genericamente, de Novo Mundo, América Espanhola, América do Sul, Repúblicas hispano-americanas ou até mesmo de Índias Ocidentais. Com isso, de acordo com Zea,⁹ o conceito de América Latina passou a integrar o ideal de panlatinismo defendido por Tisserand, Chevalier e muitos outros intelectuais da época.

Chevalier¹⁰ já havia publicado anteriormente o livro *Lettres sur l'Amérique du Nord*. A primeira edição dessa obra data de 1836, e nela, o autor apresenta os resultados das observações efetuadas ao longo de dois anos de sua visita aos Estados Unidos com o objetivo de conhecer mais profundamente a sociedade americana. A expressão “Europa Latina” é citada nesses escritos de Chevalier, evidenciando que esse termo já circulava na época, sendo utilizado para designar as regiões europeias originárias das línguas latinas. Acredita-se, assim, que a partir da invasão mexicana por parte do imperador francês, tendo Chevalier como conselheiro, os franceses difundiram a expressão Europa Latina, inventando depois um termo similar: o de “América Latina”.

Essa afirmação é passível de acirradas polêmicas. Alguns estudiosos não estão de acordo em que as origens da expressão América Latina sejam atribuídas a Napoleão III, a Chevalier ou a qualquer outra personalidade francesa ou europeia. Nessa linha de interpretação, os estudos de Bruit¹¹ mostram que, antes da invasão francesa no México, o colombiano José María Torres Caicedo e o argentino Carlos Calvo já estavam utilizando o termo “América Latina”. Ardao¹² e Larramendi¹³ também afirmam que correspondeu a Torres Caicedo¹⁴ utilizar pela primeira vez esse termo, em 1856, em seu poema “Las dos Américas”. Pouco depois, Carlos Calvo¹⁵ publicou em Paris uma obra composta por vários volumes e, no título de seu trabalho, também utilizou a expressão América Latina, englobando em suas abordagens os Estados compreendidos entre o Golfo do México e o Cabo de Hornos, situado no extremo sul do Chile.

Seguramente, essa nova expressão estava relacionada com o conceito de Europa Latina, mas assumia uma conotação distinta ao referir-se ao continente americano. As pesquisas de Bandeira¹⁶ evidenciam que a América Latina, enquanto um conceito que engloba a região constituída pelo México, América Central e América do Sul, foi usado de forma pioneira pelo intelectual e político chileno Francisco Bilbao,¹⁷ que proferiu uma conferência, em Paris, em 24 de junho de 1856.

Esta é também a posição defendida por Mix.¹⁸ Para esse autor, foi somente depois de Francisco Bilbao que Torres Caicedo utilizou

e começou a difundir a expressão América Latina no contexto parisiense, sobretudo nos meios diplomáticos e culturais ibero-americanos da capital francesa. De acordo com a proposição de Bilbao, o termo abarcava o conjunto de países colonizados por Espanha, Portugal e França na América Meridional, de modo que seus habitantes possuíam, inevitavelmente, uma ascendência de origem latina. Foi com esse significado que a expressão começou a ser difundida na Europa e também na América.

Essas considerações sugerem que, mesmo que o conceito de América Latina tenha sido elaborado por intelectuais latino-americanos, incontestavelmente as ideias correntes na Europa, sobretudo na França, influenciaram a sua constituição no século XIX. Uma evidência disso é o fato de que o chileno Francisco Bilbao realizou sua conferência em Paris, mesma cidade em que, pouco depois, o argentino Carlos Calvo publicou a sua obra. O colombiano Torres Caicedo, por sua vez, estava em Veneza quando escreveu seu famoso poema que fazia alusão à América Latina. Essas evidências revelam que esse conceito foi gestado no contexto europeu, sendo irrelevante o fato de que tenha sido inventado, ou não, por latino-americanos.

Por isso, deve ser destacado que, em suas origens, o termo América Latina estava diretamente relacionado ao conceito de Europa Latina. Além disso, não se pode negligenciar a ambição imperialista que, de forma dissimulada, estava contida nos ideais de “Europa Latina”, de “raças latinas” e, conseqüentemente, de “América Latina”.

Conforme salienta Bandeira,¹⁹ Napoleão III reivindicava para os franceses a condição de legítimos herdeiros de Roma e buscava novas áreas de expansão para a França, pois pretendia constituir um vasto Império Latino em oposição à Grã-Bretanha. O latim era a língua oficial de Roma, a partir da qual foram constituídas as chamadas línguas latinas (ou neolatinas), como o francês, o espanhol e o português. Isso foi uma consequência do isolamento das diferentes regiões dominadas por Roma, de modo que o latim coloquial falado em cada uma dessas áreas acabou sofrendo alterações, gerando assim diferentes línguas originadas a partir de uma raiz comum.

Além desta herança linguística, os franceses se consideravam herdeiros das supostas grandezas comumente atribuídas aos antigos romanos. Paralelamente, deve-se destacar que a composição do Império Romano relaciona-se não somente com os feitos de notável grandeza, mas, principalmente, com muitas atrocidades. Com o ideal de Europa Latina defendido pelo império francês, não teria por que ser diferente.

Elementos que justificam a criação do conceito de América Latina

A que se deve a criação do conceito de América Latina? Seria a questão linguística, como acontece no caso da expressão “Europa Latina”, ou outros elementos devem ser considerados?

Esclarecemos que o predomínio de línguas de origem latina – também denominadas de línguas românicas – na América do Sul, na América Central e no Caribe, apesar de ser a justificativa mais difundida para designar a região latino-americana, não é consistente, coerente e adequada. Por exemplo, o francês é uma das línguas oficiais do Canadá e prevalece em todo o leste canadense. Se a questão linguística fosse um critério determinante, o Canadá deveria fazer parte da América Latina, assim como acontece com o Haiti, onde o francês é a língua oficial. Talvez isso fosse possível se o Canadá estivesse situado ao sul dos Estados Unidos. Mas, estando no extremo norte do continente, a localização territorial automaticamente o abduz da América Latina. Assim, no que se refere ao Canadá, o critério da localização geográfica predomina sobre o linguístico, já que se trata de um país situado na América do Norte que possui uma língua de origem latina.

O mesmo não acontece com o México. Esse país também situa-se na América do Norte, mas, como sua realidade em termos de desenvolvimento socioeconômico contrasta com a dos Estados Unidos e a do Canadá, o México é incluído na América Latina. Neste caso, o critério territorial utilizado como marco de referência para a constituição

geográfica da América do Norte deixa de ter sentido, mostrando que vários aspectos estão em jogo quando se trata de justificar a composição de uma região designada como América Latina. Os argumentos para que o México seja considerado um país latino-americano são: ter o espanhol como língua oficial e apresentar características socioeconômicas similares aos demais países latino-americanos, pouco importando a sua localização geográfica.

Outras fragilidades e inconsistências envolvem a constituição da América Latina quando o critério de referência adotado se justifica pelo aspecto linguístico. O inglês, língua de origem germânica, é o idioma oficial de muitos Estados latino-americanos, em especial daqueles que formam ilhas localizadas no mar do Caribe.²⁰ Se este critério fosse válido e coerente, os Estados da região caribenha que não possuem línguas de origem latina também não integrariam a América Latina.

Além disso, ao adjetivar uma parte da América como “latina”, ficam excluídas e negligenciadas as línguas faladas pelos povos nativos da região, as línguas mestiças, *crioulas*, as línguas das populações de origem africana, além das incontáveis línguas originadas em outras partes do mundo e que convivem, na região, em decorrência dos contínuos processos migratórios.

Ampliando esta reflexão sobre os aspectos comumente utilizados para explicar o que é América Latina, podemos afirmar que as justificativas étnicas também são inadequadas para caracterizar a região. Antes da colonização, os incontáveis povos ameríndios habitavam todas as Américas – do Sul, Central e do Norte –, assim como toda a região caribenha, e não apenas um determinado território exterior às delimitações dos Estados Unidos e do Canadá. É preciso refletir criticamente sobre esses aspectos quando se pensa na constituição da noção de América Latina, pois ela não pode ser explicada de forma coerente por razões étnicas, raciais, geográficas ou linguísticas.

Ao retomar as origens do conceito é possível verificar que, ao mesmo tempo que a designação América Latina anunciava as ambições imperialistas da França na segunda metade do século XIX, foi também

desenvolvida para demonstrar as diferenças, os contrastes e os antagonismos da região com a América do Norte, principalmente com os Estados Unidos. Essas diferenças expressam os conflitos existentes entre França e Inglaterra (e outros países da Europa) por suas ambições colonizadoras e imperialistas na América e em outras partes do mundo. Paralelamente, os Estados Unidos passaram por um incrível processo de urbanização e de industrialização, especialmente no decorrer do século XIX, época em que o conceito foi esboçado e começou a ser difundido.

Desde que foram colonizados, os Estados Unidos (a “Nova Inglaterra”) representavam uma parte do chamado Novo Mundo, que passou por um processo de ocupação e de desenvolvimento histórico-social e econômico muito distinto daquele verificado nas demais colônias latino-americanas. Estas foram organizadas especialmente para atender aos interesses do país colonizador, fornecendo riquezas, produtos minerais, gêneros agrícolas e mão de obra abundante para satisfazer as necessidades das metrópoles europeias. Tanto na antiga América Espanhola, como no Brasil e em outras colônias situadas no Caribe, o modelo de colonização adotado foi baseado no mercantilismo, ícone do sistema capitalista colonial. Trata-se de um modelo de colonização de exploração, e não necessariamente de ocupação e povoamento, como acabou ocorrendo majoritariamente nos Estados Unidos e no Canadá, permitindo a estes dois países norte-americanos possibilidades de desenvolvimento socioeconômico com um pouco mais de autonomia em comparação com as demais áreas colonizadas da região.

Ao contrário das colônias inglesas, que ocupavam a América do Norte – a princípio eram apenas 13 agrupamentos situados na costa leste do subcontinente –, as colônias da Espanha, Portugal, França e Holanda, entre outros países europeus, tinham uma posição muito vulnerável na região, principalmente quando comparadas aos Estados Unidos, primeira nação americana a se tornar independente e autossuficiente, sem laços de dependência extrema com a Inglaterra ou outro país.

“Duas Américas”: pedra fundamental da construção da América Latina

À medida que cresciam, os Estados Unidos conquistavam áreas canadenses e chegaram a expandir seu domínio sobre o México, tomando boa parte do seu território. Notadamente no século XIX, os Estados Unidos exerceram também diversos tipos de ascendência sobre as outras colônias estabelecidas em todo o continente americano e na região do Caribe. Este é um indicativo muito importante quando se retoma as origens do termo América Latina – que precisa ser, cada vez mais, conhecido, contextualizado, compreendido e criticamente analisado.

Vale recordar que enquanto alguns intelectuais ficavam deslumbrados com o ímpeto da sociedade norte-americana, outros se preocupavam em defender a América Latina diante da crescente expansão dos Estados Unidos, instigando fervorosos debates contra o imperialismo europeu e norte-americano. Essas ideias controversas estão registradas em obras muito interessantes. Por exemplo, podem ser citados os trabalhos do argentino Sarmiento, como os livros *Facundo: civilización y barbarie*²¹ e *Conflicto y armonía de las razas em América*.²² Sarmiento pontua que era necessário romper com a barbárie do passado hispânico para colocar definitivamente a América, doente, no caminho da civilização. Conforme sua visão, o espanhol, o indígena e o africano eram expressão máxima da barbárie, sendo o resultado da mestiçagem entre eles, considerado ainda mais bárbaro.

Carvalho²³ salienta que, para Sarmiento, a raça e o fenômeno da mestiçagem eram vistas como fonte das incapacidades e causa da inferioridade do homem hispano-indígena, que, segundo o julgamento do autor argentino, teve a infelicidade de ter nascido na América e de conter sangue ibérico, indígena, africano ou mestiço. Por isso, era forte o sentimento de vergonha das próprias origens, justificando uma postura subalterna de inferioridade.

A negação da herança hispânica e a renúncia às identidades construídas por diferentes culturas geraram a necessidade de recorrer a outros modelos de sociedade adotados por aqueles que, supostamente, marchavam rumo à civilização e ao progresso:

A América do Sul fica atrás e perderá sua missão providencial de sucursal da civilização moderna. Não detenhamos os Estados Unidos em sua marcha: é o que, definitivamente, propõem alguns. Alcancemos os Estados Unidos. Sejamos a América, como o mar é o Oceano. Sejamos Estados Unidos.²⁴

Por outro lado, nem todos os autores da época ficavam deslumbrados com o exemplo norte-americano, tomando uma postura defensiva em face do avanço dos Estados Unidos e questionadora diante de seus propósitos imperialistas. Preocupado com esse aspecto, Torres Caicedo, em 1861, lançou as bases para a formação de uma “liga Latino-americana”.²⁵ Em seu poema “Las dos Américas”, escrito em setembro de 1856, em Veneza, Torres Caicedo faz menção à América Latina, expressão empregada no texto com o intuito de distinguir, dos Estados Unidos, a vasta região hispânica do continente. O poema focaliza a existência de duas Américas distintas e critica, ainda que brevemente, as crescentes influências dos Estados Unidos sobre toda a América Latina.

Na obra *La América en peligro*, de 1862, Francisco Bilbao denunciou o despotismo europeu e sua política de expansão, proclamando também a necessidade de defender o México contra o imperialismo francês.²⁶ De notável destaque é também a obra *Nuestra América*, de José Martí, publicada em 1891. Preocupado com o imperialismo dentro e fora da América, o autor explica:

Jamais houve na América, da Independência para cá, assunto que requeira mais sensatez, nem que obrigue a mais vigilância, nem peça exame mais claro e minucioso, que o convite que os Estados Unidos potentes, repletos de produtos invendíveis, e determinados a estender seus domínios na América, fazem às nações americanas de menos poder, ligadas pelo comércio livre e útil com os povos europeus, para ajustar uma liga contra a Europa, e firmar acordos com o

resto do mundo. Da tirania da Espanha soube salvar-se a América espanhola; e agora, depois de ver com olhos judiciais os antecedentes, causas e fatores do convite, urge dizer, porque é a verdade, que chegou para a América espanhola a hora de declarar sua segunda independência.²⁷

Contrariando o ponto de vista de Sarmiento, Martí questiona o predomínio dos Estados Unidos sobre os demais povos americanos. Para o autor cubano, o mito de que havia uma superioridade da “raça anglo-saxã” sobre a “raça latina” deveria ser combatido, assim como a crença infundada sobre a baixaza da “raça negra”, usada para justificar sua escravidão, paralelamente ao extermínio dos indígenas. Para ele, a opressão pela ideia de raça era não somente um fato inumano, mas também um instrumento de dominação imperialista. Enquanto os Estados Unidos não conhecessem mais a realidade latino-americana, respeitando-a, não poderiam convidá-la para uma união sincera e que fosse realmente útil para ambos. Por isso, em sua obra o autor faz uma advertência através das seguintes perguntas: É conveniente para a América Latina estabelecer uma união política e econômica com os Estados Unidos? As amizades projetadas e permeadas de interesses imperialistas convêm a qual das duas Américas?

Os dados aqui apresentados evidenciam que a pedra fundamental da construção do conceito de América Latina está atrelada ao contraste entre *duas* Américas: entre a América do Norte, de um lado, e a América do Sul e América Central, incluindo o México e o Caribe, de outro lado. Isto mostra como é frágil a justificativa da constituição da América Latina a partir das línguas originadas do latim, das características étnicas, raciais ou da localização geográfica, pois, desde suas origens, esse conceito se fundamenta no contraste socioeconômico e geopolítico estabelecido entre os Estados Unidos e as demais Américas, principalmente da antiga América Espanhola.²⁸

É importante pontuar esses aspectos porque, apesar de o Brasil e demais países (além das colônias existentes atualmente na região) serem reconhecidos como parte integrante da América Latina, as publicações do século XIX focalizam os contrastes sociais, econômicos, históricos,

culturais e políticos entre os Estados Unidos e os países de origem hispana quando tratam, mesmo que indireta e genericamente, desse novo conceito. Daí decorre a existência de “duas Américas”: uma formada predominantemente pelos Estados Unidos, e a outra, pelo conjunto de países que, anteriormente, constituíam a América Espanhola.

Em suma, os Estados Unidos representam uma significativa referência para a constituição da região latino-americana e para a afirmação do conceito de América Latina, pois é ao sul das fronteiras estadunidenses que está situada a porção “latina” do continente. Consideramos que tal distinção pode ser vista, até mesmo nos dias atuais, a partir de dois enfoques diferentes, opostos e complementares.

Por um lado, mesmo com as desigualdades socioeconômicas que ainda hoje são perceptíveis nos Estados Unidos, a sua ascensão e consolidação foi tão surpreendente que esse país não tinha nenhum elo de identificação com a antiga América Espanhola, com o Brasil ou com as demais colônias situadas na região. Gozando de uma situação de prestígio e de hegemonia, muitos dos interesses estadunidenses passaram a colidir com as ambições dos próprios países imperialistas da Europa. Desse modo, para os Estados Unidos, do ponto de vista geopolítico, não seria interessante ser confundido com os países denominados de latino-americanos, em geral classificados como inferiores, debilitados, enfermos, atrasados, incapazes e impotentes. Assim, essa distinção era conveniente para os Estados Unidos e, por extensão, também para o Canadá. Posteriormente, a questão da hegemonia norte-americana será retomada.

Por outro lado, já no início do século XIX, ampliavam-se as articulações políticas, por parte de lideranças nascidas nas colônias hispano-americanas, em prol da independência. Desse ponto de vista, o emergente conceito de América Latina era bem visto pelas lideranças revolucionárias por representar um símbolo de identidade e de unificação regional. Por essa razão, os problemas, características e interesses nacionais e regionais na América Latina foram debatidos no decorrer de todo o século XIX, sendo grande a preocupação em conter o avanço

imperialista sobre a América: tanto o europeu, como o norte-americano. Afinal, como visto, os Estados Unidos passaram a significar uma ameaça situada no próprio continente, somando-se assim ao imperialismo praticado por mais de 300 anos pelos países colonizadores da Europa. Parafraseando Martí,²⁹ a ameaça provinha tanto dos “tigres de fora”, como dos “tigres de dentro”, demandando proteger e cuidar da “nossa América”.

Outro aspecto relacionado aos movimentos independentistas que marcaram o início do século XIX é o fato de que muitos ideais revolucionários foram postulados por filhos das elites coloniais: nascidos em terras americanas, mas educados na Europa, absorvendo assim os valores emergentes do chamado Velho Continente. Excetuando-se a independência haitiana,³⁰ cujo processo revolucionário foi conduzido por um ex-escravo de descendência africana, inúmeras lideranças latino-americanas envolvidas com as lutas pela independência eram filhos das elites locais, como, por exemplo, Simon Bolívar, Bernardo O’Higgins, José de San Martín e outros. Obviamente, tendo sido educados na Europa, ou viajando com frequência para o Velho Continente, estas personalidades acabaram assimilando os fundamentos iluministas, positivistas e liberais vigentes no século XIX. Entre essas ideias, estavam os conceitos de Europa Latina, de América Latina e de raças latinas – que, como já salientado, traziam em seu âmago uma ambição imperialista. Certamente, o conceito de América Latina não ficou imune a essa intenção, que pode não ter ficado tão clara para todos aqueles que o defendiam.

Talvez seja por isso que o chileno José Victorino Lastarria³¹ tenha afirmado, em sua obra *La América*, o absurdo de sermos “latinos” em política, moral e religião, anulando nossa personalidade em favor da unidade de um poder absoluto que domina a consciência, o pensamento, a vontade e, com isso, todos os direitos conquistados com a revolução hispano-americana. Segundo o autor, a teoria das raças foi inventada para gerar manipulação e opressão, sendo absurda a crença de que exista uma “raça latina”, seja na América, ou fora dela.

Popularização do conceito no século XX e possibilidades de ressignificação

Apesar das inconsistências e incoerências que marcaram o processo de constituição do conceito de América Latina no século XIX, seu uso foi ganhando popularidade, principalmente no decorrer do século XX. Segundo Dias,³² a institucionalização do termo ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, ao ser utilizado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), órgão criado em 1948. De acordo com as análises do autor, o enfoque da CEPAL restringia a América Latina aos aspectos econômicos e geopolíticos. Desde então, nessa abordagem, a América Latina tornou-se sinônimo de subdesenvolvimento, pobreza e atraso. Como foi salientado no início deste capítulo, essa compreensão revela que um conceito pode mudar seus significados e seus usos de acordo com as intenções dos sujeitos que os produzem e das exigências de cada momento. Por isso, os sentidos de um conceito são complexos, fluidos e passíveis de transformação.

Dias³³ explica ainda que, atualmente, não é possível abolir o nome, pois é do senso comum a existência de uma região chamada “América Latina”. De fato, esse termo encontrou poucas resistências em seu processo de constituição, talvez por ter sido facilmente assimilado em diferentes âmbitos e contextos.

A difusão do conceito pode ser observada, na atualidade, nos meios de comunicação, no campo acadêmico, nas investidas do mercado e no campo da gestão das políticas públicas, pois, cada vez mais, avolumam-se as considerações sobre a América Latina. Se por um lado é impossível ou desnecessário suprimir o conceito, por outro, é imprescindível ressignificá-lo – sem desconsiderar, contudo, os aspectos socioeconômicos e geopolíticos que estão por trás do processo de constituição da noção de América Latina.

Primeiramente, é necessário destacar que uma possível ressignificação do conceito precisa estar comprometida com uma postura crítica e contextualizada sobre as representações que envolvem o termo “América

Latina”. Além disso, é necessário refletir sobre as limitações e incoerências que integram suas origens, desvelar as conotações imperialistas que estiveram por trás da construção do conceito e ampliar o seu entendimento a partir de diferentes perspectivas. As reflexões desenvolvidas neste capítulo pretendem ser uma contribuição neste sentido; contudo, o tema ainda requer muitas pesquisas, aprofundamentos e análises.

Em segundo lugar, é preciso conhecer as distintas realidades que compõem a região. Esse longo caminho passa por vários campos, mas pode ser iniciado pela própria identificação dos Estados englobados pela América Latina, para, a partir daí, tentar conhecer um pouco mais esse contexto tão abrangente. Afinal, o que parece óbvio nem sempre é assim. Atualmente, a região conta com 35 países independentes, sendo 12 na América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela); sete na América Central (Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá); o México na América do Norte, além de 15 países constituídos por ilhas localizadas na região do Caribe (Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Cuba, Curaçao, Dominica, Granada, Haiti, Jamaica, República Dominicana, São Cristóvão e Nevis, Santa Lucia, São Martín, São Vicente e Granadinas, Trinidad e Tobago). A maioria dos países caribenhos foi criada recentemente, inclusive dois deles se tornaram independentes em 2010 (Curaçao e São Martín), a partir da dissolução das Antilhas holandesas.

Além desses países, outros Estados e territórios compõem a América Latina. Guadalupe, Martinica, São Bartolomeu e Guiana Francesa são territórios ultramarinos da França situados na região. Enquanto os três primeiros estão localizados no Caribe (mais precisamente nas chamadas Antilhas francesas), o último localiza-se na própria América do Sul, fazendo fronteira com o Brasil e com o Suriname. A Ilha Clipperton também é uma possessão francesa situada no oceano Pacífico, mas, na realidade, trata-se de um atol desabitado. Porto Rico é um Estado livre que tem status de território autônomo dos Estados Unidos, sendo governado pelo mesmo presidente. No oceano Atlântico Sul há também as Ilhas Malvinas, território ultramarino da Inglaterra, cuja soberania é

reclamada pela Argentina desde o século XIX. Há menos de 30 anos, mais precisamente em 1982, argentinos e ingleses travaram a Guerra das Malvinas, disputando a posse do território. Mesmo com a vitória militar britânica no conflito, a Argentina continua reivindicando a sua soberania.

Reconhecer a existência desses países, Estados e territórios, localizando-os geográfica e territorialmente na região, é relevante, mas representa somente um ponto de partida, visto que isso não é suficiente para aprofundar conhecimentos sobre a América Latina. Conhecer com mais profundidade a(s) realidade(s) latino-americana(s) demanda realizar estudos e pesquisas históricas, sociais, culturais, étnicas, econômicas, políticas, entre outras, aprofundando conhecimentos sobre as características que marcam a região. Isso demanda um despertar no sentido de estar mais informado, sensibilizado, consciente e engajado social e politicamente em face das peculiaridades que possibilitaram e possibilitam a constituição de uma *América Latina*.

Alguns aspectos problemáticos são compartilhados pela maioria dos países, ou até mesmo por todos, indicando a existência de elementos comuns: variadas formas de pobreza e violências, desigualdades sociais e a tendência a concentrar o poder econômico e político, em consequência da tradição de muitos regimes autoritários e ditatoriais que marcaram profundamente muitos países latino-americanos. Outro elemento unificador situa-se na formação histórica das nações que integram a América Latina, ou seja, a colonização de exploração a que foram submetidas, com sérias implicações observáveis até mesmo nos dias atuais. Há de se ressaltar, também, o fato de muitos países possuírem índices significativos de dívidas externas e não conseguirem superar a situação de dependência econômica de outros países, especialmente dos Estados Unidos, que, gradativamente, foram exercendo uma expressiva influência e dominação sobre praticamente toda a região. Atualmente, a ascendência norte-americana sobre os países latino-americanos abrange vários campos, inclusive a recreação e o lazer.

Segundo Sader,³⁴ desde o início do século XX já se observava uma gradativa penetração da influência norte-americana na América Latina,

mas, com o fim da URSS, os Estados Unidos passaram a ser considerados a única superpotência atual no mundo e se projetaram também na Europa Ocidental, no Japão e mais recentemente na China. Tal estratégia goza de grande eficácia para a hegemonia estadunidense no mundo, sem encontrar outras formas de vida (salvo às do fundamentalismo islâmico, adversário frágil nesse plano) para concorrer com as suas, o que reforça implicitamente a ideia da existência de um modelo único que se deve seguir: o capitalismo neoliberal.

O autor esclarece que a hegemonia dos Estados Unidos precisa ser analisada levando-se em consideração um sistema de correlação de forças, pois esse país apresenta sérias debilidades, principalmente em termos econômicos, o que no entanto não compromete o seu poder em âmbito mundial. Por exemplo, o déficit comercial da economia dos Estados Unidos é sempre destacado como uma debilidade, mas nas análises sobre o tema, quase sempre fica negligenciada a capacidade de consumo desse mercado que é o mais rico do mundo e, por isso, é ambicionado por todas as outras economias do planeta. Nessa relação, o mercado norte-americano acaba gerando, a seu favor, um extenso processo de dependência que envolve vários países do mundo, incluindo os latino-americanos. Assim, quando esse mercado entra em recessão, todas as outras economias acabam sendo afetadas e, por isso, almejam a pronta recuperação dos Estados Unidos.³⁵

Ademais, a estratégia de transferir empresas norte-americanas para produzir em outras regiões do mundo faz com que a economia dos Estados Unidos seja cada vez mais voltada para o setor de serviços, ampliando a capacidade de influência econômica desse país pelo mundo afora – especialmente no México, na Índia e na China –, ao mesmo tempo que eleva sua capacidade de produção de mais-valia, pela exploração de mão de obra barata na periferia do sistema.³⁶ Sem contar a degradação ambiental e a privatização dos recursos naturais que direta e indiretamente os países mais ricos provocam em todo o mundo, através da perpetuação de um modelo de produção e consumo destrutivo e insustentável do ponto de vista social e ambiental, com consequências irreversíveis para o planeta, entre outros elementos que poderiam ser

mencionados. Busca-se o crescimento da economia como recurso para alcançar o almejado desenvolvimento, para o qual se estimula o consumismo, e com isto a depredação da natureza e a exclusão de muitos seres humanos.

Cabe pontuar que embora as análises sobre a hegemonia dos Estados Unidos tendam a se concentrar no plano econômico, ela é um fenômeno muito mais extenso e não se limita a essa dimensão. Uma das características fundamentais do século XX e que diferencia a hegemonia britânica da norte-americana é, justamente, a ampliação do seu alcance. Sader³⁷ pontua que o *american way of life* constitui, por exemplo, a grande mercadoria vendida por Hollywood, que se torna ainda mais valiosa na medida em que projeta para o mundo, por meio do lazer, os valores norte-americanos. Colocadas a serviço do sistema como um de seus potentes campos de ação, diversas possibilidades de lazer são amplamente comercializadas e consumidas em várias partes do mundo, o que inevitavelmente contribui com a gradativa incorporação e assimilação do estilo de vida norte-americano.

Como é possível observar, as considerações de Sader³⁸ sobre a hegemonia do modelo neoliberal se centralizam na crítica à hegemonia norte-americana. O autor entende que a força da hegemonia dos Estados Unidos não pode ser subestimada, devendo ser analisada para se desenhar o campo de atuação de forças contra-hegemônicas. Sabemos que a perpetuação e o êxito do capitalismo neoliberal não se devem a um único país, envolvendo o bloco dos supostos países desenvolvidos e também as oligarquias financeiras nacionais dos países do chamado Hemisfério Sul – que, por sua vez, representam os interesses privados de empresas transnacionais e de especuladores financeiros que visam o lucro sem critérios éticos, sociais, ambientais e de longo prazo.

Vale lembrar que, segundo cifras da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação e do Programa Mundial de Alimentos da ONU (PMA),³⁹ cerca de um bilhão de pessoas passam fome no mundo e vivem em condições de extrema miséria. Quanto seria necessário para erradicar essa situação? Segundo dados da FAO, bastariam cerca de 30 bilhões de dólares anuais. Esse valor pode estar subestimado,

mas, certamente, trata-se de uma quantia ínfima, por exemplo, em comparação com o montante gasto com a fabricação/comercialização de armas, sendo insignificante, diante dos vários trilhões de dólares prontamente disponibilizados para salvar os grupos e instituições financeiras envolvidos com a especulação da crise econômica que marcou o ano de 2008.

Em outras palavras, no contexto geopolítico mundial existe uma nítida divisão entre o “Norte” e o “Sul”, mas cada um desses hemisférios também apresenta suas desigualdades e contradições internas. Assim, torna-se possível identificar o Sul dentro do Norte e vice-versa, pois o mundo está sendo regido pelos interesses privados que constituem o cerne do modelo neoliberal capitalista: um paradigma fundamentado no crescimento econômico e na acumulação de capital em poucas mãos. De acordo com as informações divulgadas pela revista *Forbes*, em 2010 as dez pessoas mais ricas do mundo possuíam, juntas, uma fortuna pessoal estimada em quase 300 bilhões de dólares. Aproximadamente 10% dessa riqueza, que está concentrada nas mãos de apenas dez pessoas, seria suficiente para erradicar a fome e a miséria de um bilhão de pessoas – ou seja, de 1/6 da população mundial no período de um ano. Curiosamente, dois latino-americanos fazem parte desse seleto grupo de privilegiados: um mexicano encabeça a lista e um brasileiro ocupa a 8ª posição. Segundo as estatísticas oficiais, a América Latina abriga mais de 50 milhões de pessoas famintas e que vivem abaixo da linha da pobreza, um desafio ainda pendente em todos os países da região.

É essencial destacar, ainda, que, mesmo sendo possível verificar a existência de características comuns, capazes de conferir uma relativa unidade à América Latina, é urgente tratá-la de uma maneira menos generalizante, pois, indiscutivelmente, ela não constitui uma realidade homogênea, e seu principal atributo é a diversidade. Existem aspectos partilhados por quase todos os países, mas, como pontuou Braudel,⁴⁰ as nações latino-americanas são muito diferentes entre si, havendo expressivos contrastes, diferenças e diversidades que precisam ser conhecidas e analisadas com mais cuidado, rigorosidade e consistência.

A questão das singularidades de cada país, de cada época e de cada conjuntura foi também ressaltada por Ianni.⁴¹ Esse autor lembra que, apesar das semelhanças, convergências e ressonâncias latino-americanas, cada país possui uma história particular, interesses específicos, distintos jogos de forças sociais e combinações singulares em termos de formas de vida e de trabalho. Além disso, cada realidade social compreende particularidades no que se refere à multiplicidade de grupos, etnias, expressões culturais, cosmovisões, valores, tradições, identidades, imaginários sociais, mitos, heróis, sonhos, utopias etc.

Nesta perspectiva, Mignolo⁴² também recorda que o termo América Latina é uma construção ideológica que não alcança e não abarca a diversidade social e cultural da região. Para que o conceito seja ressignificado considerando as características regionais específicas, torna-se imprescindível enfrentar alguns desafios – entre os quais as iniquidades sociais, pobreza, exclusões, violências, racismo etc. –, dando espaços para a expressão daqueles cujas vozes vêm sendo silenciadas por vários séculos. Esses desafios ressaltam a importância de se considerarem aspectos mais amplos e que têm relação com toda a América Latina, correlacionando-os às particularidades das realidades locais. Para superar essas e outras dificuldades, é imprescindível retomar a questão política da integração latino-americana e suprimir a colonialidade do saber e do poder⁴³ que vem perpetuando-se nos diferentes países latino-americanos e que alcança os estudos e as ações desenvolvidas no campo da recreação e do lazer. Esse é um dos aspectos que serão tratados nos próximos capítulos deste livro.

Em síntese, é possível perceber que o termo “América Latina” precisa ser ressignificado e, para isso, outros saberes e reflexões podem ser acrescentados a essas análises. Afinal, “América Latina” ainda é um conceito parcial, limitado, confuso e incompleto, mas que pode ser ressignificado a partir de projetos e ações mais conscientes, coerentes, consistentes e críticos por parte dos próprios latino-americanos que constroem e reconstróem, continuamente, a região, os saberes e as práticas socioculturais nela presentes.

Apesar de possuir muitos problemas e desafios pendentes, os distintos países da América Latina compartilham alguns elementos que são admiráveis e muitas vezes não são verificados em outras partes do mundo. Neste sentido, podem ser citados como exemplos: sua valiosa biodiversidade, a multiplicidade de recursos naturais, sua riqueza cultural e humana, a valorização da festividade, a abertura para o intercâmbio cultural com tolerância e respeito às diferenças, a existência de grupos de origens diversas – tais como os povos indígenas que ainda salvaguardam suas tradições e conhecimentos ancestrais, assim como os afro-descendentes e os grupos de descendentes de distintos países do mundo. Outro aspecto positivo a ser destacado é a abertura verificada, em muitos países latino-americanos, para inovar de maneira criativa com a finalidade de encontrar caminhos alternativos para os problemas enfrentados no cotidiano, descobrindo novos horizontes para o desenvolvimento humano pautado na solidariedade e no enfrentamento das desigualdades sociais.

Um exemplo das iniciativas gestadas na região é o Fórum Social Mundial (FSM),⁴⁴ que pretende ser um espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, intercâmbio de experiências e articulação de redes, movimentos sociais, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital ou por qualquer forma de imperialismo, tendo em vista o desafio de construir “outro mundo possível”, diretriz básica e lema do Fórum.

O FSM é uma iniciativa engajada na luta contra a exclusão social no mundo, sendo uma expressão do que Boaventura de Souza Santos⁴⁵ denomina como globalização contra-hegemônica, que se opõe a uma globalização neoliberal. Como destaca o autor, a globalização contra-hegemônica se refere a um amplo conjunto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra as consequências econômicas, sociais e políticas da globalização neoliberal, propondo concepções e estratégias de ação alternativas.

Nessa mesma direção, Sader⁴⁶ considera que o FSM tem constituído o espaço mais importante de convergência e de intercâmbio na perspectiva de elaboração de uma estratégia alternativa ao neoliberalismo

e à hegemonia norte-americana no mundo. Desde o primeiro evento, realizado em 2001, o lema escolhido indicava que o Fórum não trataria apenas de resistência, mas da afirmação da possibilidade de alternativas e da necessidade de “um outro mundo possível”. Alguns anos depois, o movimento conseguiu afirmar-se contra os Fóruns Econômicos Mundiais que acontecem anualmente na cidade suíça de Davos. O FSM procura ser um espaço de discussão dos temas mais importantes da humanidade – os temas sociais –, buscando a representatividade e a ampla participação popular.

Acreditando na grande relevância e no alcance do FSM, entendemos que essa iniciativa não deve ser tratada de forma idealizada, pois precisa ser encarada como um processo de construção de possibilidades que, para continuar sendo uma alternativa ao paradigma hegemônico, precisa estar ciente de suas limitações e comprometida com a busca de estratégias para enfrentar suas próprias dificuldades. Por isso, para superar o neoliberalismo, é imprescindível construir alternativas criativas e efetivas a esse modelo. Algo que podemos pensar que ainda não existe em âmbito massivo e que nem é vislumbrado integralmente no horizonte histórico atual, uma vez que as estratégias alternativas que acontecem são locais, pouco difundidas e parcialmente conhecidas, limitando seu florescimento em patamares globais. Afinal, o que de fato está globalizado e naturalizado como única opção é o capitalismo neoliberal, mesmo sendo um sistema que, como visto, prioriza os interesses financeiros privados sobre todos os outros.

Apesar disso, é relevante destacar que, além do FSM, já existem alternativas ao modelo atual, como por exemplo, as práticas de economia solidária, os postulados da economia ecológica, pós-extrativa, ou as ideias de crescimento ou decrescimento, os bancos de tempo ou a proposta do Bom Viver/*Buen Vivir*, entre outras, que questionam a ênfase nos aspectos econômicos de mercado e a obsessão pelo consumo, ou o falaz mito do progresso contínuo pela via do crescimento econômico. Dessa forma, questiona-se diretamente a ênfase habitual de entender o bem-estar unicamente como um assunto de rendimentos econômicos ou de posse material, algo que já problematizava a *Teoría del Desarrollo a*

*Escala Humana*⁴⁷ ao assinalar que o desenvolvimento deve se referir às pessoas e não aos objetos.

Por ser uma construção latino-americana, destacamos a proposta do Bom Viver/*Buen Vivir*,⁴⁸ que, valorizando os saberes indígenas, coloca no centro a importância da vida e da qualidade de vida, mas não reduz essa última no que se refere ao consumo ou à posse de bens materiais. Essa proposta postula um profundo câmbio de paradigma através de um novo estilo de convivência no qual nos preocupamos com todos e com tudo o que nos rodeia. O mais importante não é o homem nem o dinheiro, mas alcançar uma autêntica harmonia com a natureza e a vida, superando assim a limitada visão antropocêntrica e economicista atual.

Como destaca Fernando Huanacuni Mamani, o Bom Viver (ou Viver Bem) aponta para uma vida simples, que reduza a adicção ao consumo e se comprometa com processos produtivos que respeitem os seres humanos e não destruam o meio ambiente.

O Viver Bem não é o mesmo que *viver melhor*, o *viver melhor* é à custa do outro. *Viver melhor* é egoísmo, desinteresse pelos demais, individualismo, pensar somente no lucro. Porque para viver melhor se faz necessário explorar o próximo, se produz uma profunda competição, se concentra a riqueza em poucas mãos (...) O Viver Bem está em desacordo com o luxo, a opulência e o desperdício; combate o consumismo. (...) submeter e explorar o próximo e atentar contra a natureza possivelmente nos permita *viver melhor*, mas isso não é Viver Bem, não é uma vida harmônica entre o homem e a natureza. Em nossas comunidades não queremos que ninguém *viva melhor*, já que isso é aceitar que alguns estejam em situação melhor ao custo de que os outros, as maiorias, vivamos mal. Estarmos melhor e ver que outros estão piores não é Viver Bem. Queremos que todos possam viver bem, queremos obter relações harmônicas entre todos os povos.⁴⁹

Os elementos essenciais do Bom Viver implicam a ruptura com a ordem social atual, buscando sua transformação. Nessa perspectiva, se abandona a pretensão do desenvolvimento como um processo linear, de sequências históricas que devem ser repetidas. Assim, não se reconhece uma postura nem linear, nem única da história. Ademais, defende

outra relação com a natureza, reconhecendo-a como sujeito de direitos, e se postulam outras formas de continuidade relacional com o ambiente. Outro aspecto significativo é a não redução das relações sociais ao econômico, nem de todas as coisas a bens ou serviços mercantilizados. Isso permite destacar que o Bom Viver reconceptualiza a qualidade de vida e o bem-estar ao reconhecer que não dependem exclusivamente da posse de bens materiais ou da quantidade de dinheiro.⁵⁰

O Bom Viver, sendo plural, não busca gerar uma proposta essencialista ou universal que seja idêntica para todas as culturas e todos os contextos. A partir dessa pluralidade, propõe a busca de “bons viveres” que podem adotar distintas formulações em cada circunstância social, política, cultural e ambiental.

Nesse sentido, o Bom Viver se apresenta como uma proposta na qual diversos elementos são valorizados e compartilhados no sentido de despertar outros futuros, sendo assim um horizonte utópico de câmbio. Desta maneira, é possível gerar mudanças nas ideias sobre o desenvolvimento, indo além de correções ou ajustes. Não é suficiente tentar “desenvolvimentos alternativos”, já que estes se mantêm dentro da mesma racionalidade de entender o progresso, o uso da natureza e as relações entre os humanos. O alternativo, sem dúvida, tem sua importância, mas são necessárias transformações mais profundas. Ao invés de insistir nos “desenvolvimentos alternativos”, deveriam ser construídas “alternativas ao desenvolvimento”, como salienta Escobar.⁵¹

Embora seja nova e esteja em construção, a proposta chama a atenção para muitos aspectos tradicionalmente negligenciados pelo modelo hegemônico atual, como a valorização de todo ser humano e da vida. Por isso, Gudynas⁵² sublinha que o Bom Viver aparece como a mais importante corrente de reflexão que brindou a América Latina nos últimos anos.

Considerando as ideias aqui apresentadas, finalizamos este capítulo destacando que os limites e as possibilidades da América Latina precisam ser mais estudadas e pesquisadas a partir de diferentes perspectivas: históricas, sociais, econômicas, culturais, geopolíticas, educacionais e políticas, entre tantas outras. Além disso, é fundamental ampliar

os espaços para que os diversos olhares e as múltiplas vozes sejam escutadas, valorizadas e respeitadas... a voz e o olhar do indígena, da mulher, da pessoa idosa, do jovem, da criança e de tantos outros sujeitos que, com seus amplos e particulares saberes, podem nos ajudar a compreender nossas origens e a construir novas utopias.

O próximo capítulo, ao discutir alguns desses aspectos, pretende gerar mais algumas contribuições no sentido de instigar reflexões sobre a recreação e o lazer no contexto latino-americano.

Capítulo 2

Análise teórico-conceitual do lazer e da recreação na América Latina

Este capítulo propõe uma reflexão sobre os entendimentos de recreação e de lazer que prevalecem na América Latina e tem como objetivo apresentar as principais abordagens a partir das quais essas temáticas são entendidas na região, ampliando as suas possibilidades de ressignificação.

Como foi destacado por vários autores,¹ as imprecisões e indefinições conceituais sobre recreação, lazer e tempo livre são uma fragilidade dos estudos produzidos sobre a temática na região. Muitas vezes esses termos são utilizados indistintamente, gerando contradições e problemas de compreensão que acabam comprometendo o avanço de conhecimentos sobre o tema. Por que isso acontece? Quando, onde e por que foram produzidos os conhecimentos sobre a recreação e o lazer mais difundidos na América Latina? Os saberes e teorias inicialmente elaborados sobre esses temas são adequados à nossa região? Por quê? Essas são algumas das reflexões desenvolvidas neste capítulo, tendo em vista a importância de discutir algumas alternativas para que o lazer possa colaborar com a construção de sociedades participativas, solidárias e sustentáveis.

Releitura dos conceitos e teorias sobre a recreação e o lazer

Uma análise de artigos, livros e outras publicações de autores latino-americanos que produzem conhecimentos sobre o lazer e a recreação evidencia que são múltiplos os entendimentos e os significados adotados em nossa região. Esclarecemos que não temos a intenção de fazer uma análise pontual de cada um deles. O que se considera é que, de forma geral, além das possíveis diferenças que marcam cada produção, na América Latina podemos constatar a presença de duas grandes abordagens nas quais é possível agrupar os variados entendimentos de lazer e de recreação. Além dos conceitos de lazer e de recreação, existe todo um contexto de produção de conhecimentos que necessita ser conhecido e analisado. Considerando esses aspectos, essas abordagens serão apresentadas a seguir.

A recreação

Essa abordagem remete, inevitavelmente, aos Estados Unidos. Para compreender a recreação como um fenômeno social/educativo é necessário retroceder ao final do século XIX, quando ocorreu uma ampla difusão do recreacionismo. Essa proposta propiciou a sistematização de conhecimentos e metodologias da intervenção para crianças, jovens e adultos. Esses conhecimentos fundamentam-se na sistemática da recreação dirigida, que fomentou a criação de espaços próprios para a prática de atividades recreativas consideradas saudáveis, higiênicas, moralmente válidas, produtivas e vinculadas à ideologia do progresso.

Ressaltamos que os fundamentos aqui destacados indicam as raízes da recreação institucionalizada, e não as dos divertimentos e das experiências recreacionais que sempre integraram as culturas humanas. É importante esclarecer esse aspecto, porque muitas vezes se observa uma tendência a confundir a história das manifestações culturais lúdicas com a história das propostas de recreação que foram sistematizadas e institucionalizadas nos Estados Unidos.

Baseando-se nos estudos de R.V. Russell, Salazar Salas² salienta que a recreação foi constituída nos Estados Unidos a partir de duas frentes que promoviam o jogo para a população infantil e que foram crescendo e envolvendo os governos locais e nacional, assim como pessoas que formaram organizações, buscaram fundos e escreveram textos com o seguinte objetivo:

(...) educar as pessoas a usar positivamente seu tempo livre. A filosofia dessa época era ajudar as pessoas mais necessitadas e sem educação. É por isso que a filosofia e a missão original da recreação estadunidense se centraram em oferecer atividades que enriquecessem e melhorassem a qualidade de vida das pessoas participantes.³

Uma dessas frentes foi caracterizada pela criação de *Hull Houses*, que eram casas comunitárias encarregadas de oferecer diversos serviços sociais: aulas, informações relacionadas aos direitos civis e ao trabalho, serviços de enfermagem e atividades recreativas, baseadas no desenvolvimento de jogos para as crianças menores, esportes, clubes sociais para crianças e adolescentes, programas culturais para as pessoas adultas. A autora⁴ ressalta que a primeira *Hull House* foi criada por Jane Addams e Ellen Starr, sendo a iniciativa desenvolvida em Chicago e tendo sido fundadas mais de 300 em outras cidades. Nessa época, os Estados Unidos passavam por um intenso processo de industrialização e de urbanização, havendo poucas áreas livres para o desenvolvimento de atividades recreativas.

A outra frente que constitui as origens da recreação norte-americana está relacionada com a criação de *playgrounds*, que posteriormente serviram como modelo para os centros de recreação, praças de esportes e jardins de recreio difundidos por vários países latino-americanos.

Procurando contribuições nas experiências e nos conhecimentos produzidos na Europa, o primeiro *playground* dos Estados Unidos, criado no ano de 1885, foi inspirado nos parques infantis de Berlim, na Alemanha. Em 1925 já existiam 8.115 centros de recreação (nova denominação dada a esses espaços), sendo criados 635 apenas no ano de

1924, quando 80 cidades realizaram 123 acampamentos de verão para crianças e jovens. A grande repercussão do recreacionismo inaugurou um novo estilo de vida nos Estados Unidos, fomentando novas frentes de formação e de atuação profissional, estruturando assim as bases da recreação como um serviço a ser prestado. Com a ajuda de instituições como a Young Men's Christian Association (YMCA) – Associação Cristã de Moços (ACM) na língua portuguesa –, nas primeiras décadas do século XX o recreacionismo foi difundido rapidamente por diversos países, alcançando especialmente a América Latina.⁵

No Brasil, os registros do brasileiro Frederico Gaelzer, feitos nas primeiras décadas do século XX, são uma das evidências dessa afirmação. Com o apoio da ACM de Porto Alegre/Brasil, Gaelzer passou um longo período nos Estados Unidos (1919-1925) se qualificando em educação física, esporte e recreação. No relatório escrito por Gaelzer, enviado aos diretores da ACM de sua cidade, com data de 16/09/1919, o autor destaca que os 800 participantes dos cursos ministrados pela YMCA, em Chicago, estavam reunidos pacificamente sob o mesmo ideal. Os participantes desses cursos, segundo Gaelzer, eram de 25 nacionalidades diferentes, sendo todos possuidores da mesma moral pura e sã requerida pela ACM.⁶

Muitos desses 800 participantes deveriam ser latino-americanos, contribuindo de forma decisiva para a difusão da recreação por diversos países da América Latina. Obviamente, muitas práticas recreativas como os jogos e outras formas de diversão já existiam, mas, nesse momento, foram sistematizadas como parte integrante de um conceito de recreação elaborado nos Estados Unidos.

Tamanha foi a importância da recreação nos Estados Unidos no despertar do século XX que em 1906 foi fundada, em Washington, a *Playground Association of America*.⁷ Inicialmente, os *playgrounds* eram simples parques infantis, mas, à medida que começaram a ser utilizados pelos pais e irmãos mais velhos das crianças, tiveram os seus programas ampliados e não se restringiram apenas aos jogos e atividades físicas, sendo enriquecidos com música, esportes, teatro, trabalhos manuais,

estudo da natureza e inúmeras outras opções que pudessem atender os interesses de pessoas de diferentes faixas etárias. Nos *playgrounds* norte-americanos o jogo foi concebido como um fator educacional importante para a aquisição de habilidades diversas, com resultados surpreendentes. A recreação passou a ser considerada, então, como uma possibilidade que deveria ser estendida a todas as fases da vida.⁸

Joseph Lee foi eleito, em 1910, presidente dessa Associação, cargo ocupado por 27 anos consecutivos, até o seu falecimento. Ele é considerado, pelos autores norte-americanos, como o pai da recreação criadora, o líder mais experiente que contribuiu de maneira decisiva para a difusão desse movimento nos Estados Unidos. Para Joseph Lee, a recreação não representava um luxo, mas uma necessidade. Assim, a recreação não era, simplesmente, “(...) uma coisa de que a criança gosta, mas algo de que precisa para crescer. É mais do que parte essencial da lei do seu crescimento, do processo através do qual ela se torna adulta.”⁹

Nas primeiras décadas do século XX, os *playgrounds* se tornaram o padrão característico dos parques urbanos nos Estados Unidos, designados para uso diário em horários específicos e divididos segundo o sexo e a idade. Os *playgrounds* foram vistos como instituições completas que, simultaneamente, tratavam da educação moral, física, higiênica e social das crianças, especialmente daquelas pertencentes aos segmentos populares. Por essa razão, o caráter e as qualificações dos líderes de recreação era considerado o aspecto mais importante, o que abriu novas frentes de formação e de atuação profissional nessa área.¹⁰

Nos Estados Unidos, a recreação foi engendrada, assim, como uma proposta de intervenção deliberada, ou seja, como uma ação conduzida, intencionalmente, por profissionais especializados. Em consonância com essa concepção, diferentes práticas culturais como o jogo, a ginástica, a brincadeira, a música, a pintura, o teatro e a dança, por exemplo, foram visualizadas como grandes possibilidades educativas. Um elemento que, cada vez mais, foi sendo visto como imprescindível para o emprego racional e positivo das horas vagas.¹¹

É necessário esclarecer que, em suas origens norte-americanas, a recreação dirigida foi vista como uma estratégia educativa essencial para promover, sutilmente, o controle social. Nesse processo, foi amplamente difundida a ideia de que a recreação poderia preencher, racionalmente, o tempo vago ou ocioso com atividades consideradas úteis e saudáveis do ponto de vista físico, higiênico, moral e social. Com isto, a recreação foi considerada essencial para a formação de valores, hábitos e atitudes a serem consolidados, moralmente válidos e educativamente úteis para o progresso das sociedades modernas. Em um primeiro momento, o desenvolvimento de eventos, políticas, programas e projetos recreativos foi, e muitas vezes ainda continua sendo, direcionado principalmente aos grupos sociais em situação de risco ou de vulnerabilidade social, procurando a redução de conflitos sociais e da delinquência, a manutenção da paz e da harmonia social, assim como a ocupação positiva e produtiva do tempo ocioso.

Além disso, muitos programas de recreação visavam preencher as horas vagas das crianças, jovens, adultos e idosos, colaborando com a constituição de corpos disciplinados, obedientes, aptos, produtivos e vigorosos. Nessa perspectiva a recreação, em muitas ocasiões, acaba sendo usada como estratégia para esquecer os problemas gerados pela lógica excludente que impera nas realidades latino-americanas. Por sua vez, as diversas acepções da palavra recreação são fundamentadas na área de pedagogia, psicologia e, sobretudo, na educação física. Essa última área, ao lado do esporte, é a mais associada à recreação, tanto na vida cotidiana como nos estudos, cursos, propostas da formação sobre o tema, campo de atuação profissional no setor privado, nas organizações do terceiro setor e também no âmbito das políticas públicas de vários países latino-americanos.

Vários autores norte-americanos desenvolveram diferentes conceitos de recreação e continuam realizando estudos e pesquisas com o objetivo de fundamentar o tema. Em geral, predomina a compreensão de que a recreação refere-se às atividades realizadas durante o tempo livre, escolhidas voluntariamente para obter prazer ou satisfação, como pode ser verificado nos levantamentos conceituais desenvolvidos por Salazar Salas.¹²

Nossos estudos evidenciaram que os fundamentos norte-americanos foram e continuam sendo amplamente difundidos em distintos países da América Latina, que, apesar de possuírem alguns enfoques mais específicos, assimilaram os pressupostos básicos da abordagem sistematizada nos Estados Unidos, destacando-se a dimensão empírica contida na ideia de recreação como atividade. Dessa forma, os principais significados incorporados pela recreação na região latino-americana estão vinculados às seguintes compreensões: (a) atividades prazenteiras com potencial educativo, com destaque para o jogo infantil organizado, atividades esportivas ou pré-esportivas; (b) disposição física ou mental para a prática de alguma atividade prazenteira, seja individual ou coletiva; (c) conteúdo e metodologia de trabalho para a área de educação física; (d) serviço a ser prestado, visando ao desenvolvimento de programas recreativos para pessoas de diferentes faixas etárias.

Assim, os principais entendimentos de recreação elaborados e difundidos em distintos países da América Latina se baseiam no empirismo e se mesclam com a ideia de atividade operacional geralmente desenvolvida como um serviço que requer a atuação de um líder, seja profissional ou voluntário. Daí decorre a importância de a recreação ser orientada ou dirigida.

É necessário destacar que muitos estudos desenvolvidos sobre a recreação na região latino-americana procuram ser um aporte para o desenvolvimento humano a partir de uma postura crítica, questionadora e comprometida com a qualidade de vida das pessoas. Por sua vez, existem estudiosos e instituições latino-americanas que valorizam o potencial lúdico e criativo da recreação, seja como uma ferramenta educativa, seja como uma possibilidade de animação sociocultural, campo de atuação da educação física, do turismo, da psicologia social, da pedagogia e do trabalho social, entre outras áreas.

Esses e outros temas vêm sendo analisados por estudiosos latino-americanos, que procuram intercambiar conhecimentos e experiências através da publicação de artigos e livros, da apresentação de trabalhos e de palestras em eventos científicos sobre a temática da recreação e do lazer que são realizados, a cada ano, em distintos países da região.

São também tema de estudo e de pesquisa no âmbito de alguns cursos de pós-graduação desenvolvidos atualmente na América Latina, tais como: “Mestrado e Doutorado em Estudos do Lazer” – Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; “Maestría Profesional en Recreación” – Universidad de Costa Rica; “Maestría en Recreación y Tiempo Libre” – Escuela Politécnica del Ejército, no Equador; “Maestría en Recreación” – Universidad YMCA, México, e “Maestría en Recreación y Administración del Tiempo Libre” – Universidad Regional Miguel Hidalgo, que também é mexicana.¹³

Essas e outras iniciativas mostram que, certamente, muitos conceitos de recreação tentam ir além de uma abordagem meramente operacional. Mas a compreensão da recreação como sinônimo de atividades prazenteiras com potencial educativo, do nosso ponto de vista, é a mais difundida na América Latina desde as primeiras décadas do século XX, o que não pode ser desconsiderado. Paradoxalmente, em muitos casos os discursos sobre a recreação são mais elaborados do que suas práticas, já que frequentemente as implementações concretas não conseguem escapar do ativismo, de um fazer por fazer, carente dos postulados que defendem.

Então, historicamente, as ideias e perspectivas norte-americanas possibilitaram a formulação do conceito da recreação, palavra que corresponde a *recreation* em inglês e *recreación* em espanhol, sendo inexistente na língua francesa.

Sobre esse aspecto, é possível observar uma confusão entre os termos recreação (*recreación*) e lazer (*ocio*) na América Latina, dificuldade expressada por Ried, Leiva e Elizalde¹⁴ e Suárez,¹⁵ entre outros.¹⁶ Ambos os conceitos coexistem em muitos países latino-americanos, mas, geralmente, observa-se uma grande dificuldade de compreensão.

Pelo que foi exposto até o momento, torna-se relevante fazer a seguinte indagação: Será que os estudos sobre o lazer seguiram o mesmo percurso histórico-social da recreação, sendo produzidos a partir dos mesmos princípios, valores, fundamentos, contextos, conceitos e teorias?

Vejamos, assim, alguns aspectos marcantes no que se refere à produção de conhecimentos sobre o lazer no chamado mundo ocidental.

O lazer

Nos estudos sobre o lazer difundidos no Ocidente é possível verificar que as raízes dessa abordagem, geralmente, são localizadas na antiga Grécia clássica ou na modernidade europeia. Essas duas interpretações distintas são divergentes em termos da ocorrência histórica do lazer e geram intensos debates acadêmicos: para alguns, a existência do lazer é observada desde as sociedades gregas e, para outros, o lazer é um fenômeno específico das sociedades modernas, urbanas e industrializadas.

Independentemente do contexto histórico e das características consideradas, o desenvolvimento teórico sobre o tema, desde o final do século XIX, possibilitou a sistematização de conhecimentos sobre o lazer, uma palavra que hoje, segundo alguns estudiosos, corresponde aos termos *leisure* em inglês, *loisir* em francês e *ocio* em espanhol. Antes de prosseguir, é importante compreender os fundamentos básicos que alguns autores desenvolvem para contextualizar suas teorias e conceitos de lazer. Posteriormente, explicaremos por que não compartilhamos com as teses de que o lazer tenha surgido na antiga Grécia clássica, tampouco na modernidade europeia, invocando, em contrapartida, outras perspectivas de análise.

Para alguns autores,¹⁷ o lazer foi associado, a princípio, ao termo grego *skholé* e ao vocábulo romano *otium*. Recuperando o significado de *skholé*, essa palavra representava uma possibilidade de abstenção das atividades ligadas à mera subsistência. Implicava, necessariamente, as condições de paz, reflexão, prosperidade e liberdade em face das tarefas servis e das necessidades da vida produtiva. Como dependia de certas condições educacionais, políticas e socioeconômicas, *skholé* constituía um privilégio reservado a uma pequena parcela dos homens livres. Para Aristóteles, as pessoas tinham que aprender a desejar o repouso filosófico, pois é por meio dele que se tornaria possível alcançar virtudes. Dessa forma, em seu sentido grego, *skholé* era vinculada à possibilidade de descanso e repouso, condição propiciada pelo distintivo característico dos privilegiados: a abstenção da necessidade de exercer o trabalho útil ou produtivo e a possibilidade de dedicação à contemplação, à meditação e à reflexão filosófica.¹⁸

Como destaca Munné,¹⁹ o *otium* romano era estratificado socialmente: estava associado, no caso das elites intelectuais, com a meditação e a contemplação. Era o *otium* com dignidade. Porém, no que concerne às pessoas comuns, *otium* significava descanso e divertimento proporcionados pelos grandes espetáculos. Essa estratégia fazia referência à tradicional expressão “pão e circo” e tinha como finalidade despolitizar o povo, reduzido à condição de mero espectador, evidenciando assim o potencial muitas vezes alienante dos divertimentos massivos.

A conexão que os romanos fizeram entre o *otium* e o *negotium* é interessante de compreender. O *negotium*, palavra latina que originou o termo negócio, foi entendido como ocupação e atividade. Dessa forma, o trabalho (negócio e comércio) também representava a negação do *otium*. Para ter uma visão mais clara sobre a forma de entender lazer e trabalho na Antiguidade greco-romana é importante recordar que, etimologicamente, a palavra “trabalho” deriva do latim *tripalium*, que significava um instrumento de tortura para obrigar os escravos a realizar determinadas tarefas.²⁰ Com isso, na visão clássica greco-romana, o lazer era muito mais valorizado que o trabalho, algo distinto ao que ocorreu posteriormente.

No transcurso dos chamados séculos medievais, à medida que a Igreja difundia o cristianismo, uma nova moral passa a definir outros sentidos para a concepção de lazer. Dessa forma, o lazer assumiu novos significados articulados à moral católica, na qual a busca da salvação da alma, por meio da negação e rejeição dos prazeres mundanos, tratados como uma clara expressão do pecado, assinalou fortemente esse contexto e período histórico.

O controle por parte da Igreja tornou-se mais evidente durante a Inquisição, dramático processo que marcou profundamente a vida de muitos povos por vários séculos. A Igreja procurou reforçar seu poder e unidade de forma repressiva, condenando à fogueira aqueles que praticavam supostas heresias, como festas profanas, carnavais, jogos, encontros de música, teatro e poesia, entre outras práticas socioculturais, o que implicou a rejeição de muitas manifestações culturais associadas com o pecado.

As investigações do historiador Roger Chartier revelam que, na Europa medieval, as festas e encontros camponeses, além de serem reprovados pelas condenações eclesiásticas, eram sempre mencionados como o lugar do trabalho comum, do jogo e da dança, do riso e da diversão, dos contos e das canções, das confissões e dos rumores. Assim, como essas reuniões eram consideradas ilícitas, sujas e malditas, deveriam ser evitadas.²¹

Sendo assim, o discurso hegemônico fez com que muitas experiências culturais de lazer, nesse contexto, estivessem carregadas de valores morais que acabaram sendo essenciais para o mundo do trabalho, sobretudo na fase histórica conhecida como modernidade. Nesse novo período, a forma de perceber o lazer foi marcada principalmente por uma visão negativa, o que deve ter sido, em parte, produto da influência do protestantismo, ao considerar as vivências de lazer como um vício e a educação como um meio moralizante para o trabalho.²² A visão protestante enfatizou a ética do trabalho como um bem supremo e rejeitou o lazer por considerá-lo como potencial ameaça para o “espírito” de base do modelo da produção capitalista. Desse modo, o sentido clássico de lazer como manifestação baseada na meditação, na reflexão e na contemplação foi perdido, sendo assim rechaçado e carregado de preconceitos.²³

Nessa perspectiva, desde o século XIX o lazer está muito vinculado às categorias trabalho e tempo livre – concebidos a partir de uma perspectiva sociológica. Por essa razão, a sociologia é uma área importante (mas não a única) que fundamenta as teorias e as análises desenvolvidas sobre a temática, principalmente por autores da Europa e dos Estados Unidos. Para muitos estudiosos, entre os quais se destaca Dumazedier,²⁴ o lazer surgiu na modernidade europeia do século XIX como fruto da revolução industrial ocorrida, naquele tempo, nos principais centros urbanos da Europa, sobretudo na Inglaterra. Para ele, o lazer se contrapõe ao trabalho e corresponde a uma liberação periódica do trabalho no fim do dia, da semana, do ano e da vida, quando a aposentadoria é alcançada.

Independentemente de que a ocorrência histórica do lazer seja situada na Grécia clássica ou na modernidade europeia, é possível

observar que a Europa, com suas práticas e instituições, é considerada imprescindível e determinante para o “surgimento” do lazer em todos os cantos do mundo, inclusive na América Latina. Assim, se perpetua a ideia de que existe uma história única e universal do lazer, que coloca a Europa em uma posição central, destacada e que deve ser tratada como válida para todo o mundo.

Discordamos de ambas as interpretações. Elas colaboram com a manutenção de uma lógica evolutiva e linear que define os tempos, as histórias, as culturas e as práticas de todas as realidades e de todos os povos que, por sua vez, devem almejar o modelo ocidental – urbano, industrial e capitalista – como o ideal a ser alcançado para atingir um suposto progresso. Esse contexto foi importante para a produção de alguns conceitos mais elaborados sobre o lazer, vinculados principalmente à temática do trabalho produtivo. Mas um conceito não é o fenômeno, é somente uma representação da realidade que se pretende designar. Dessa maneira, o que “surgiu” na Europa do século XIX foi o conceito de lazer como contraponto do trabalho industrial capitalista. Essa compreensão vem predominando no Ocidente, mas não corresponde integralmente à realidade que o conceito busca representar.

Desde o século XX essas duas interpretações distintas sobre a origem do lazer têm gerado profundas controvérsias quando se busca retomar a história desse fenômeno. Em geral, ambas são amplamente utilizadas nas teorias sobre o lazer que orientam e fundamentam os estudos sobre essa temática em várias partes do mundo, exercendo influências significativas sobre os conhecimentos difundidos nos distintos países da América Latina. Essas interpretações, ainda que sejam dotadas de lógicas próprias, se referem a realidades específicas, pertinentes quando se trata da Europa, por exemplo. Mas elas são inadequadas e insuficientes para discutir o lazer e a recreação na América Latina. Essa região possui outras singularidades e outros marcos históricos, culturais, sociais, políticos e econômicos. Tudo isso demanda outras interpretações, abordagens, reflexões e ressignificações, assim como a sistematização de outros saberes que sejam capazes de dialogar criticamente com as realidades latino-americanas. Como esclarece Escobar,²⁵ para falar

de América Latina é necessário considerar os lugares e as realidades locais, obviamente sem perder de vista o contexto mais amplo. Nesse sentido, as análises sobre os conceitos e teorias do lazer e da recreação não podem ser universais e globalizantes.

Além disso, as duas interpretações sobre uma suposta origem do lazer, destacadas previamente, são produções teóricas que reforçam o mito da centralidade da Europa como referência privilegiada para a constituição do mundo, sobretudo do chamado “mundo ocidental”. Desse modo, excluem a decisiva participação de outras realidades em um jogo de poder que envolve, de maneira desigual, vários componentes, dentre os quais os povos e as culturas de outros continentes, tais como América Latina, África e Ásia.

Algumas considerações sobre as duas abordagens destacadas

É essencial ressaltar que a palavra *ócio* ainda está carregada de conotações negativas nos países latino-americanos de língua espanhola (e de língua portuguesa também, o que explica em parte por que no Brasil, por exemplo, o conceito mais difundido seja o de lazer). O *ócio* é, em geral, visto como uma ameaça para o desenvolvimento de sociedades que pretendem se modernizar, progredir, desenvolver e se expandir economicamente. Prevalece o princípio “tempo é dinheiro” e, dessa maneira, não se pode perder tempo com atividades consideradas inúteis e improdutivas. Por isso, entendemos que foi por essas razões que a palavra mais difundida e legitimada na América Latina de língua espanhola tenha sido *recreación*, e não *ocio*, desconsiderando assim os aspectos fundamentais que estão na base das concepções de cada um desses termos.

Ademais, na atualidade o lazer e a recreação são, cada vez mais, concebidos como mercadorias direcionadas para o consumo alienado e alienante de bens e de serviços oferecidos pelo livre mercado, algo imprescindível para o êxito e para a perpetuação do sistema neoliberal capitalista, como foi tratado no primeiro capítulo deste livro. Dessa

forma, quando o lazer fica nas mãos do mercado (como acontece, em muitos casos, nas realidades latino-americanas), será compreendido quase exclusivamente como um nicho econômico gerador de lucro a serviço da economia, e não necessariamente como uma forma de possibilitar uma maior qualidade à vida dos seres humanos, para que possam alcançar um bom viver. Assim, o lazer será entendido unicamente como outro objeto de consumo, perdendo com isso sua capacidade potencial de ser uma contribuição na geração de outras perspectivas criativas e críticas que permitam mudar o olhar e fazer frente às problemáticas sociais atuais de forma inovadora e renovada. Por essa via, a relação que cada pessoa estabelece com seu próprio lazer tende a ser passiva, gerando um consumo alienado, marcado por uma forte tendência escapista e sobreconsumidora.²⁶

Nos últimos anos, alguns estudiosos de distintos países latino-americanos vêm tentando repensar suas compreensões de *recreación*, o que nós reconhecemos como importante e interessante. Outros autores preferem rever e ampliar suas concepções de *ocio* porque entendem que o conceito de recreação é limitado e insuficiente, já que, em muitos casos, remete a um simples ativismo. Todas essas possibilidades podem ser interessantes, mas, muitas vezes geram confusões e imprecisões conceituais que envolvem o *ocio* e a *recreación* na língua espanhola, causando amplas controvérsias entre estudiosos dessas temáticas na América Latina.

Como foi mencionado, os conceitos são representações/abstrações que expressam uma visão parcial e não neutral da realidade. Mais além da busca de objetividade, a perspectiva que se tem de qualquer sistema ou fenômeno real sempre estará mediada pelo olhar do observador e condicionada, em grande parte, pelo seu contexto. Já que os conceitos não podem ser tratados como absolutos e universais, é muito importante considerar não somente as concepções de lazer (*ocio*) e de recreação (*recreación*) que um determinado autor utiliza. Também é fundamental reconhecer de onde nascem esses conceitos, conhecer e analisar os contextos em que foram produzidos, a que motivações respondem, os valores que expressam, os fundamentos que os definem, as visões de mundo e as ideologias subjacentes, assim como os projetos políticos da sociedade com os quais estão comprometidos.

No caso da América Latina esse cuidado é fundamental porque, como tratado neste capítulo, em geral o desenvolvimento teórico-conceitual do lazer e da recreação mais difundido entre os estudiosos dessas temáticas está diretamente vinculado às características e aos interesses que são próprios de outras realidades. Lembramos que, de acordo com a classificação elaborada por Munné,²⁷ é possível identificar três abordagens na produção teórica sobre o lazer: (1) a abordagem empírica, que foi iniciada nos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX e, pouco depois, alcançou a Europa; (2) a abordagem teórica, que envolve as teorias sobre o lazer produzidas por autores norte-americanos e europeus; e (3) a abordagem crítica, relacionada às produções norte-americanas e europeias, que, entre outros aspectos, analisam o lazer enquanto parte do processo de produção e consumo nas sociedades industriais capitalistas. Munné classifica todas essas abordagens como burguesas, por terem, como denominador comum, uma tripla atitude: subjetiva no âmbito psicológico, individualista, no sociológico e liberal, no político. Propõe, como a alternativa, uma abordagem que supere a visão burguesa a partir de uma perspectiva dialética baseada, sobretudo, nas ideias de Marx e nas teorias elaboradas pelos autores da Escola de Frankfurt.

Sem dúvida o esforço de Munné gera interessantes contribuições para os estudos sobre o lazer e sobre o tempo livre. Contudo, a Europa e os Estados Unidos são colocados como centros da produção do conhecimento sobre a temática do lazer. Seguindo essa interpretação, afirmamos novamente que o resto do mundo, incluindo a América Latina, deveria apenas reproduzir as teorias geradas em outros contextos.

Obviamente, muitos conhecimentos produzidos em distintos países podem ser úteis e necessários para ajudar-nos a refletir sobre o lazer em nossas realidades. Entretanto, conceitos e teorias não devem ser tratados de forma universal, tampouco serem assumidos e incorporados de forma descontextualizada e sem um posicionamento crítico, evitando assim a perpetuação de redes invisíveis de dominação, gerando a colonialidade do poder e do saber, dois dispositivos situados em uma mesma “matriz genética”.²⁸ Sendo assim, é necessário entender e avaliar a necessidade de ressignificar, reler e reescrever com profunda atenção os fundamentos adotados.

Desse modo, os conceitos e as teorias elaborados por autores de outros contextos e de outras épocas podem ser interessantes quando representam um ponto de partida para novas leituras, interpretações e ressignificações contextualizadas e críticas. É assim que os conceitos e teorias do lazer e da recreação sistematizados na América Latina e em outras realidades necessitam de diálogos, mais profundos e contínuos, articulados com os desafios sociais, políticos, históricos, econômicos e ambientais, entre outros, presentes em cada cultura e em cada sociedade.

Em suma, reconhecemos os esforços de vários autores latino-americanos em conceituar e desenvolver teorias sobre a recreação e sobre o lazer, o que é válido e vem gerando contribuições importantes no sentido de fundamentar essas temáticas. Entretanto, esses desenvolvimentos ainda são acompanhados de muitos problemas, entre os quais destacamos as dificuldades e imprecisões históricas, políticas, sociais, culturais e também teórico-conceituais. Isso pode estar relacionado às seguintes razões:

- Na América Latina existem distorções quanto ao uso do conceito de recreação, vinculando-o, por exemplo, às lutas operárias europeias do século XIX. Entendemos que a elaboração do conceito de recreação ocorreu nos Estados Unidos na transição do século XIX para o século XX e está relacionada ao uso social e moral positivo do tempo livre. Por meio da difusão de determinados divertimentos, a recreação institucionalizada funcionou como um potente sistema de controle social em toda a América, destinado primeiramente a crianças, e, posteriormente, a pessoas de todas as idades. Dessa maneira, a recreação não corresponde necessariamente ao direito relacionado à redução da jornada de trabalho reivindicada pelos trabalhadores europeus do século XIX.
- Em muitos casos, o lazer é aceito quando é útil à lógica da produção e do consumo capitalista. Geralmente, é rejeitado e visto como um vício a ser combatido porque representa uma ameaça ao modelo de produção capitalista, que tem a ética do trabalho como um bem supremo. Potencialmente, o lazer pode confrontar o sistema vigente e exatamente por isso pode adquirir um caráter contra-hegemônico.

- Por sua vez, o lazer pode estimular as pessoas a refletirem sobre suas realidades e vivências, ajudando-as a valorizar as diversas manifestações socioculturais lúdicas, e não apenas aquelas que podem ser compradas e vividas de forma passiva e alienada, como fuga da rotina ou como evasão. Dessa maneira, as pessoas poderiam desenvolver sua capacidade crítica e questionadora por meio do lazer.
- Consideramos que o lazer é mais amplo do que a recreação, seja esta institucionalizada ou não. Sendo o lazer entendido como uma necessidade humana fundamental, a recreação passa a ser um dos possíveis meios de satisfazer a necessidade de lazer. Por isso, o lazer pode incluir a recreação, o que não acontece de forma inversa. Assim, enfatizamos que o lazer (*ocio*) e a recreação (*recreación*) são diferentes.²⁹

Considerando os aspectos recentemente citados, poderíamos optar por seguir aprofundando conhecimentos sobre a recreação, trabalhando com a ressignificação desse conceito e com a busca de estratégias para transformar sua prática e superar suas limitações. Esclarecemos que neste momento não temos a intenção de avançar nessa direção porque, como já explicitamos, entendemos que o lazer é um campo mais amplo e que inclui a recreação, o que não elimina a necessidade de continuar repensando as práticas recreativas.

Por isso, entendemos que um novo olhar teórico e conceitual sobre a temática do lazer precisa ser construído resgatando os saberes e práticas socioculturais já elaborados nos territórios latino-americanos. Considerando as culturas dos povos indígenas, dos grupos descendentes da África e de outros continentes do mundo, que são a base da diversidade cultural e étnica da região destacamos: as teorias históricas, sociais, ecológicas, (geo)políticas e pedagógicas que marcam o pensamento crítico de autores latino-americanos; a educação popular e os movimentos de base; as práticas comunitárias de autogestão; a economia solidária; assim como tantas outras práticas e experiências alternativas ao sistema neoliberal capitalista concretizadas, com êxito, no contexto latino-americano, embora sejam pouco conhecidas.

O importante é que muitas dessas práticas estão sendo desenvolvidas na América Latina como alternativas concretas para superar as problemáticas existentes nessa região. Destacamos, dessa maneira, que existem outros horizontes possíveis frente a um sistema excludente que se pretende afirmar como modelo único e universal.

A América Latina é um mosaico de realidades marcado pela diversidade em vários sentidos. Um deles é que em seu cotidiano convivem as línguas indígenas, as línguas originárias dos colonizadores da Europa e as línguas chamadas *crioulas*. Sendo assim, pensamos que, em um primeiro momento, o mais importante e medular não será a palavra que se utiliza (recreação ou lazer), já que o que realmente importa é a essência dos conceitos, ou seja, as perspectivas e as visões que eles expressam.

De acordo com a interpretação aqui adotada, enquanto uma prática social contextualizada na América Latina, o lazer necessita ser compreendido e reconhecido como uma necessidade humana e como uma dimensão da cultura, dois aspectos que estão interrelacionados. Dessa maneira, os povos e sociedades que compõem a região latino-americana constroem e significam suas práticas culturais, que são vividas como desfrute da cultura e da vida social em suas próprias temporalidades. Assim, o lazer não está subjugado ao trabalho industrial, à urbanização, tampouco ao capitalismo, apesar de estar em íntima relação com estes e com outros elementos do contexto mais amplo.

Neste sentido, como mencionado, necessita ser revista a forma tradicional de conceituar o lazer principalmente em função do trabalho, como se fosse oposto a este. Essa não é a única possibilidade de entender e de vivenciar o lazer. É fundamental destacar que, de acordo com essa visão, a existência do lazer ficaria justificada somente a partir das características e dos interesses do trabalho. Segundo nossa interpretação, o lazer necessita ser conceituado e ressignificado a partir de outros olhares, e a perspectiva da cultura nos parece ser um importante caminho a partir do qual começa essa mudança.

Ampliando os horizontes teórico-conceituais sobre o lazer na América Latina

Entendemos que o lazer é uma necessidade humana e uma dimensão da cultura, representando, portanto, uma prática social complexa que precisa ser historicamente situada.

De acordo com Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn,³⁰ as necessidades não se limitam à mera subsistência e expressam uma tensão constante, própria dos seres humanos, entre carência e potência. Conceber as necessidades tão somente como carência implica restringi-las à sensação de que “falta algo”. Na medida em que as necessidades comprometem, motivam e mobilizam as pessoas, são também potencialidade. Assim, a necessidade do lazer não é apenas uma carência, mas também uma potência para vivenciá-lo.

Comumente ocorre uma confusão entre necessidades e desejos, como uma estratégia de mercado para que os desejos sejam vistos como necessidades a serem supridas com bens de consumo. Entretanto, segundo os autores mencionados acima, enquanto os desejos são ilimitados, as necessidades humanas são finitas e podem ser entendidas a partir de *categorias existenciais* (ser, ter, fazer, estar) e *categorias axiológicas* (subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, liberdade, criação, identidade e lazer). O que varia de uma cultura para outra e, de acordo com o contexto histórico, são as formas de satisfazer as necessidades humanas. Em outras palavras, o que está culturalmente determinado não são as necessidades humanas fundamentais, mas os modos como elas são satisfeitas. Além disso, toda necessidade humana não satisfeita adequadamente pode gerar uma pobreza. Por isso, é importante tratar de pobrezas, no plural, cientes de que estas produzem patologias diversas, o que demanda valorizar a satisfação sinérgica das nossas necessidades.

Fundamentados nesses postulados, entendemos que a necessidade de lazer vincula-se com a fruição de incontáveis práticas culturais constituídas socialmente. Assim, a necessidade de lazer pode ser satisfeita de

múltiplas formas, segundo os valores, crenças e interesses dos sujeitos, grupos e instituições em cada contexto histórico, social e cultural.

Assim compreendido, o lazer não é um fenômeno isolado e se manifesta em diferentes contextos de acordo com os sentidos e os significados culturalmente produzidos/reproduzidos pelos sujeitos em suas relações com o mundo. O lazer participa da complexa trama histórico-social que caracteriza a vida na sociedade, e é um dos fios tecidos na rede humana de significados, dos símbolos e das significações.³¹

Na vida cotidiana o lazer constitui-se de relações dialógicas com outros campos além do trabalho, tais como a educação, a política, a economia, a linguagem, a saúde, a arte, a ciência e a natureza, entre outras dimensões da vida, sendo parte integrante e constitutiva de cada sociedade.³²

Desse modo, expressamos nosso entendimento de lazer como uma necessidade humana e dimensão da cultura caracterizada pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espço social. Assim, o lazer é constituído na articulação de três elementos fundamentais: a ludicidade, as manifestações culturais e o tempo/espço social. Juntos, esses elementos configuram as condições materiais e simbólicas, subjetivas e objetivas que podem – ou não – fazer do lazer um potente aliado no processo de transformação de nossas sociedades, tornando-as mais humanas e inclusivas.³³

É importante esclarecer que a ludicidade refere-se à capacidade do *homo ludens* – em sua essência cultural disposta a brincar, jogar, imaginar, compartilhar, desfrutar, rir e se emocionar – de elaborar, apreender e expressar significados. Por isso, a ludicidade é uma linguagem referenciada no brincar, sendo marcada pela exaltação dos sentidos e das emoções: mesclando alegria e angústia, prazer e conflito, relaxamento e tensão, satisfação e frustração, liberdade e concessão. Vale lembrar que, no senso comum, as palavras lúdico e ludicidade³⁴ são, de forma equivocada, associadas exclusivamente à infância e são tratadas como sinônimo de determinadas manifestações da cultura, principalmente ligadas ao jogo. Essa interpretação pode ser ampliada, pois as práticas culturais não são lúdicas em si mesmas: elas são construídas na interação do sujeito com a experiência vivida, o que pode abarcar diversas manifestações culturais.

As manifestações culturais que constituem o lazer são práticas sociais vivenciadas como desfrute e como fruição da cultura, tais como: festas, jogos, passeios, viagens, poesia, grafite e desenhos, pintura, escultura, dança, vivências e expressões corporais, jogos eletrônicos e experiências virtuais, fotografia, teatro, atividades comunitárias, feiras com novas modalidades de intercâmbio, atividades recreativas e esportivas, festivais e eventos artísticos, variadas formas de educação popular local, espaços de conversação e debate etc.

Essas e outras manifestações possuem significados singulares para cada sujeito e para cada grupo humano e, por isso, não podem ser reduzidas a divertimentos, embora eles também sejam amplamente vivenciados como experiências de lazer. Assim, as manifestações culturais constituem práticas sociais complexas permeadas por aspectos simbólicos e materiais que integram a vida de cada pessoa e a cultura de cada povo, podendo assumir múltiplos significados: ao serem concretizadas em um determinado tempo/espço social, ao dialogarem com um determinado contexto e, também, ao assumirem um papel peculiar para os sujeitos, para os grupos sociais, para as instituições e para a sociedade que as vivenciam histórica, social e culturalmente.³⁵

Não nos esqueçamos de que o lazer também compreende outras práticas culturais que abrem possibilidades de introspecção – tais como a meditação, a contemplação e o relaxamento – que podem representar significativas experiências pessoais e sociais graças ao seu potencial reflexivo. Certamente, existe um preconceito com esse tipo de experiência, porque ela desafia a lógica produtivista que impera em nossa realidade social ao ser, lamentavelmente, considerada como improdutiva e como perda de tempo. Discordamos desse tipo de visão, já que, na vida humana, nem tudo deverá ser medido unicamente pela via da produtividade. Além disso, indagamos: Produtivo para quem? Mesmo se esse tipo de experiência fosse improdutiva, o que justifica a urgência de termos que ser produtivos? A que interesses e a que valores essa preocupação com a produtividade atende?

Compreendido assim, todo fenômeno sociocultural, incluindo o lazer, expressará as peculiaridades do contexto histórico e social em que se desenvolve enquanto “produção cultural” – no sentido da reprodução,

reconstrução e transformação de diversos conteúdos culturais vivenciados pelas pessoas, grupos e instituições. Essas ações são construídas em um tempo/espaço social de construção humana, dialogando, influenciando e sendo influenciadas pelas demais esferas da vida na sociedade, o que permite ressignificar, continuamente, a cultura.³⁶

Assim, a dimensão tempo é inseparável da dimensão espacial, e vice-versa, constituindo um tempo/espaço social. Tal compreensão salienta a relevância de problematizar as representações abstratas das categorias tempo e espaço. Santos³⁷ destaca que não é possível definir os acontecimentos históricos e espaciais “fora de suas próprias determinações ou sem levar em conta a totalidade da qual eles emanam e que eles reproduzem. O espaço social não pode ser explicado sem o tempo social”, conclui Milton Santos. O tempo/espaço social é produzido, portanto, como condição de possibilidade das relações sociais e da natureza, através da qual a sociedade, ao mesmo tempo que produz a si mesma, transforma a natureza e dela se apropria,³⁸ ou melhor, com ela interage. Assim sendo, o tempo/espaço é um produto das relações sociais e da natureza e constitui-se por aspectos objetivos, subjetivos, simbólicos, concretos e materiais, evidenciando conflitos, contradições e relações de poder.

Constatamos, ainda, que não há fronteiras absolutas e rígidas entre o trabalho e o lazer, tampouco entre o lazer e as obrigações diárias. Mesmo que o sujeito esteja em busca de satisfação, mais flexibilidade e liberdade de escolha através do lazer, nem sempre estará isento de obrigações sociais, familiares, profissionais, institucionais etc. Esses aspectos se mesclam e se interpenetram, dinamicamente, na vida cotidiana.³⁹

Nessa perspectiva, o lazer pode gerar experiências de abertura marcadas por uma atitude que rompa e transgrida o lícito e o permitido, situando-se muitas vezes à margem do socialmente adequado e aceito. Isso evidencia um dos grandes perigos que o lazer representa para a manutenção do *status quo*. Daí surge, em parte, a intenção de silenciar e proibir a disruptividade, a alteridade e a inovação subversiva, e tudo aquilo que pode expressar um lazer problematizador, contra-hegemônico e transformacional.⁴⁰

Estamos cientes de que os olhares sobre o lazer podem ser diferentes, já que cada pessoa ou pesquisador pode adotar um ponto de vista distinto para compreendê-lo. Como ressaltado, em toda a América Latina e, especialmente, nos países de língua espanhola, a palavra *ocio* é, geralmente, rechaçada. Ao optarmos pela palavra *ocio* como sinônimo de lazer, não pretendemos reforçar ou supervalorizar os saberes e práticas como são entendidos em outros países não americanos – por exemplo, na Espanha, onde é comum o uso desse conceito, ao contrário da América Latina de língua castelhana, onde o conceito mais difundido é o de *recreación*. Nossa opção representa uma ação comprometida com a ressignificação e com a reconceituação do *ocio/lazer* nos estudos sobre a temática na América Latina, o que tomamos como um desafio e como um processo já iniciado.

Com isso, não pretendemos cair em um relativismo conceitual, mas abrir-nos, como já expressamos, à multiplicidade de sentidos e compreensões que, mais do que desvirtuar nosso entendimento, nos ajudem a ampliar os olhares. Desse modo, reconhecemos que da mesma maneira como acontece com os ecossistemas naturais, a diversidade humana é o melhor antídoto diante da morte social e cultural.⁴¹ Essa morte pode ser entendida como uma homogeneização de mentalidades ao buscar que todos pensem da mesma maneira, não existindo o reconhecimento da valiosa riqueza presente nas diferenças e nas singularidades.

Essas considerações ressaltam a necessidade de promover uma educação crítica/criativa *por e para* o lazer, uma vez que ele representa uma possibilidade de refletir sobre a realidade na qual vivemos, para, assim, podermos contribuir com as urgentes transformações que as sociedades humanas requerem para que sejam participativas, inclusivas, equitativas, democráticas e justas. Por isso, o lazer não pode ser visto como um antídoto para os problemas sociais, cujo objetivo seja simplesmente aliviar as tensões ou compensar os dilemas que marcam profundamente o mundo atual,⁴² mas sim como um dos elementos que possibilitam a construção de sociedades realmente solidárias e sustentáveis.

Numa perspectiva crítica, questionadora e transformacional, o lazer é fundamental para contribuir com o enfrentamento dos emergentes conflitos humano-sociais e ambiental-ecológicos que aumentam a cada dia, mostrando uma situação real de emergência planetária.⁴³ É essencial destacar que, entendido dessa forma, o lazer pode estar comprometido com a busca de alternativas a partir de uma lógica contra-hegemônica que permita o reconhecimento, valorização e respeito à diversidade cultural, elemento determinante se almejamos sociedades na quais o acesso a uma vida boa para todos seja possível, para os sujeitos de hoje e para as gerações futuras.

Sabemos que as discussões aqui realizadas não esgotam o assunto, mas, ao contrário, o deixam em aberto para novas e futuras reflexões. Essas ideias são, assim, apenas alguns dos múltiplos olhares que podem ser feitos em relação à humanização e à democratização do acesso dos sujeitos de todas as idades, gêneros, etnias e grupos sociais às oportunidades de lazer próprias de suas realidades.

Nesse sentido, o desafio de revalorizar e de ressignificar o lazer/*ocio* não representa uma nova forma de doutrinação ou hegemonia gnoseológica e epistemológica. Sendo assim, busca-se estimular a produção de novos conhecimentos que ajudem a conectar conceitos fragmentados e isolados, como uma forma de contextualizá-los e de aproximá-los das necessidades da América Latina atual. Nesse sentido, afirmamos que as teorias e os conceitos responderão sempre ao que entendemos por ser humano e às utopias com que sonhamos.

Como contribuição ao desenvolvimento de novas perspectivas para os estudos sobre o lazer, no próximo capítulo apresentamos uma possibilidade de releitura inicial sobre seu processo de constituição histórica, cultural e geopolítica na América Latina.

(Este capítulo foi baseado no artigo “Ocio y recreación en América Latina: conceptos, abordajes y posibilidades de resignificación”, publicado por Elizalde e Gomes (2010) na *Revista Polis*, n. 26. O texto original foi revisado, reestruturado e complementado para ser publicado neste livro.)

Capítulo 3

América Latina e lazer Reflexões históricas, culturais e geopolíticas

Como tratado no capítulo anterior, é fundamental desenvolver outras releituras sobre o lazer que sejam mais coerentes com as peculiaridades latino-americanas. Ao buscar outras perspectivas de análise, este terceiro capítulo pretende contribuir com essa discussão. Para isso, propõe o desenvolvimento de algumas reflexões sobre as implicações históricas, culturais, sociais, econômicas e geopolíticas relacionadas ao lazer na América Latina.

Desvelando possibilidades para a produção de conhecimentos sobre o lazer na América Latina

Na atualidade, o lazer apresenta uma relativa valorização no lugar que ocupa dentro da academia, nas políticas públicas e nas estratégias privadas de negócios e empreendimentos econômicos em vários países do mundo, inclusive na maioria dos países latino-americanos. Assim, o lazer é entendido e tratado a partir de distintas perspectivas: educativa,

cultural, política, social, histórica, ambiental, epistemológica, econômica, publicitária, comunicacional, artística, comunitária, entre tantas outras, mostrando uma especial versatilidade para ser vinculado a outros elementos da cultura e da vida social.

Todavia, quando colocado a serviço do modelo neoliberal capitalista, o lazer acaba colaborando com o crescimento de estilos de vida cada dia mais consumistas, racistas, classistas, arrivistas e machistas. Sendo assim, é necessário esclarecer que o lazer pode representar tanto um espaço de liberdade e dignificação da condição humana, como contrariamente expressar uma forma de reforçar as injustiças, alienações e opressões sociais do presente.¹

Ademais, no Ocidente, os conhecimentos produzidos sobre a temática do lazer geralmente são tratados como se o saber fosse único e universal. Esta noção de universalidade é construída a partir dos princípios positivistas que marcaram o processo de produção do saber desde o século XIX, postulando que a leitura da totalidade do tempo e espaço pode ser realizada a partir de um único ponto de vista – em geral, do ponto de vista hegemônico ocidental.

Assim, observa-se a instituição de uma universalidade radicalmente excludente, que é a expressão de uma colonização, decretada ou camuflada, que por vários séculos tem sua existência marcada pela dominação em vários âmbitos: econômico, (geo)político, social, cultural etc. A colonialidade do saber é uma das formas mais perversas e eficientes de garantir a perpetuação do jogo de poder que mantém as desigualdades socioeconômicas e geopolíticas verificadas em nosso planeta, como indicam os estudos de Lander,² com sérias implicações para a América Latina e para os países de outros continentes do chamado hemisfério Sul.

Nesse sentido, se estamos comprometidos com a construção de sociedades democráticas, inclusivas, participativas, equitativas, solidárias e respeitadas dos seres humanos e da vida também por meio do lazer, necessitamos encontrar novos horizontes para a produção de conhecimentos sobre esse tema na região. Infelizmente, como foi tratado no capítulo anterior, o que ainda se verifica no campo de estudos do lazer

em distintos países latino-americanos é uma reprodução de conhecimentos produzidos em outras realidades – especialmente na Europa e nos Estados Unidos – como se eles fossem saberes universais. Como em um jogo de xadrez, é urgente e necessário colocar em xeque muitas das supostas verdades sobre o lazer.

Como ressalta Morin,³ estamos transitando de uma época de certezas a um tempo de crescentes incertezas e indefinições, em que já não existem conhecimentos nem verdades absolutas. Tudo isso põe em evidência a premente necessidade de encontrar novos referenciais que possam colaborar com a produção de “conhecimentos outros”⁴ sobre o lazer na América Latina. Conhecimentos que sejam contextualizados, críticos e conscientes no que se refere às problemáticas sociais que arrasam povos e sociedades latino-americanas e que representam uma das veias mais profundas e abertas de nossa região. Assinalamos alguns dos desafios pendentes para não nos esquecermos de quem somos, onde vivemos e o que necessitamos modificar.

Reafirmamos que os conceitos e teorias elaborados por autores de outros contextos e de outras épocas podem ser interessantes quando representam um ponto de partida para novas leituras, interpretações e ressignificações contextualizadas e críticas. Desta forma, os saberes sistematizados, tanto na América Latina, como em outras realidades, necessitam de diálogos mais profundos e críticos com relação aos desafios sociais, políticos, históricos, econômicos e ambientais, entre outros, presentes em cada cultura e em cada sociedade.⁵

Desse modo, como visto anteriormente, além das conhecidas histórias que predominam na produção de conhecimentos sobre o tema nas sociedades ocidentais – tais como na Grécia antiga ou nas modernas sociedades urbano-industriais europeias, assim como o recreacionismo constituído nos Estados Unidos – outras histórias sobre o lazer e sobre as práticas recreativas vivenciadas em diferentes tempos e espaços sociais podem e devem ser contadas. As histórias, assim como as culturas, estão em processo constante de construção, por isso afirmamos que elas são escritas a cada dia.

Entre elas, incluímos as múltiplas releituras que podem ser realizadas sobre o lazer na América Latina. Considerar o lazer como uma necessidade humana e dimensão da cultura caracterizada pela vivência lúdica de manifestações culturais em cada tempo/espço social significa levar em conta a multiplicidade de práticas e tradições culturais, populares e indígenas, vividas no campo ou nos centros urbanos, ou seja, requer considerar um diverso mosaico existente na América Latina.

Ao tratar do lazer na América Latina não temos a intenção de fazer análises generalistas que desconsiderem as realidades locais ou que invisibilizem os saberes particulares. Nossa intenção, neste capítulo, é apontar “caminhos outros” para a produção de conhecimentos sobre a temática do lazer em nossas realidades, convidando a todos a realizarem novas reflexões, estudos, pesquisas e interpretações sobre o tema. Esse desafio é fundamental para descortinar outros horizontes a partir dos quais pensamos e problematizamos o lazer nas sociedades latino-americanas, atrevendo-nos a encontrar novos caminhos pelos quais transitar, mas tomando a liberdade de deixar dúvidas, incertezas, incompletudes e perguntas abertas.

Visto por esta perspectiva, é pertinente tratar do lazer em distintos tempos/espços sociais da região hoje denominada América Latina, inclusive naqueles considerados inadequados para sua manifestação, como na fase pré-colombiana, que antecede a chegada dos colonizadores europeus na América. Os povos que viveram nesse tempo/espço social – como os Maias, Astecas e Incas, entre incontáveis outros povos e grupos culturais distribuídos por toda a América – desfrutaram de suas culturas por meio da vivência lúdica de várias manifestações.

O lazer na América pré-colombiana

Encontramos muitas dificuldades para retomar o tempo/espço que precede o ano de 1492 na América. As pesquisas sobre as práticas culturais dos povos nativos dessa época são pouco conhecidas e esses saberes são de difícil acesso, até mesmo nos dias atuais. Os conhecimentos

decorrentes das pesquisas arqueológicas e históricas, por exemplo, podem ser muito interessantes. Mas, salvo raras exceções, esses saberes são pouco considerados nos estudos sobre o lazer em diversos países do mundo, que geralmente focalizam o suposto surgimento desse fenômeno nas modernas sociedades urbano-industriais, ressaltando seus vínculos com o trabalho industrial capitalista. Esse tipo de análise sobre o lazer também é importante, mas esta não pode ser a única forma de abordá-lo e de contextualizá-lo na América Latina.

Considerando a fase pré-colombiana, por exemplo, muitas manifestações culturais vivenciadas ludicamente pelos Maias, possivelmente, foram por eles mencionadas em seus registros escritos, por eles produzidos no decorrer de aproximadamente oito séculos. Entretanto, como lamenta Galeano,⁶ sob o fogo da Inquisição católica, no ano de 1562 todo esse acervo foi transformado em cinzas por um Frei chamado Diego de Landa.

Muitos consideram que as culturas dos povos nativos que habitavam o continente americano eram atrasadas e pouco evoluídas, o que acabou naturalizando diversas formas de dominação e exclusão. Não é isso que o legado construído pelas culturas nativas nos mostra. Muitas de suas grandezas podem ser visualizadas nas heranças por eles deixadas na região latino-americana: objetos de arte, arquitetura, monumentos religiosos, invenções técnicas, canais de irrigação e cultivos agrícolas, conhecimentos matemáticos, de medicina e de astronomia, entre tantos outros. Os indícios da presença dessas culturas também podem ser encontrados em artesanatos, pinturas, esculturas, festividades, jogos, danças, ritmos, cantos e diversos instrumentos musicais que ainda permanecem. Estas e outras práticas culturais construídas pelos nativos da região constituem um importante legado, não apenas para seus descendentes latino-americanos, mas para toda a humanidade.

Ressaltamos que as culturas ameríndias não se resumem aos Incas, Maias e Astecas, sendo perceptível uma diversidade de povos e culturas no território americano. Entretanto, para ilustrar, serão feitas algumas considerações que focalizam essas três culturas. Os Maias, por exemplo, apreciavam a música, a dança e o drama. Era comum desenvolverem

um jogo de bola denominado “pok-a-rok”, no qual uma bola de goma (borracha) era passada com os cotovelos, joelhos ou com o quadril através de um dos três aros colocados no meio e nos lados extremos do espaço demarcado para o jogo. Os Astecas também valorizavam a poesia, a dança, a música e a dramatização. Praticavam um jogo de bola similar ao dos Maias, denominado “tlachtli”, no qual o desafio consistia em passar, com os joelhos ou com os quadris, a bola por um dos aros de pedra dispostos nas paredes laterais da quadra. Os Incas desenvolviam rituais religiosos e, neles, incluíam cantos e danças adornadas com máscaras.⁷ A maioria do legado dessas culturas foi completamente destruída, mas muitas de suas expressões materiais e imateriais resistiram ao processo de extinção e podem ser conhecidas no patrimônio construído ao ar livre ou que se encontra preservado em alguns museus, testemunhando algumas das suas peculiaridades e de suas grandezas.

Obviamente, até a chegada dos conquistadores na América, nenhuma das culturas nativas conhecia a bússola, o vidro ou a pólvora, ficando assombradas com essas e outras invenções que foram, em parte, responsáveis pela sua subjugação e aniquilação. Quando os espanhóis chegaram à América o império teocrático dos Incas estava em seu apogeu, estendendo seu poder sobre o que hoje constitui o Peru, a Bolívia e o Equador, abarcando parte da Colômbia e do Chile, o norte argentino e uma parte do Brasil. Enquanto os Maias povoavam a região de Yucatán e de toda a América Central, os Astecas tinham conquistado completamente a região mexicana. A capital dos Astecas (Tenochtitlán) era cinco vezes maior que Madri e tinha o dobro da população de Sevilha, a maior das cidades espanholas da época. Mas as armas de pedra e de madeira eram ineficazes e incapazes de garantir a proteção dos povos nativos contra as armas de fogo dos conquistadores.⁸

Cerca de 70-90 milhões de indígenas viviam na América pré-colombiana. Porém, segundo Ribeiro,⁹ mais da metade dessa população morreu logo no primeiro contato com os colonizadores. Um século e meio depois da chegada de Colombo, os ameríndios foram reduzidos a 3,5 milhões. Isso mostra o alto nível de violência que, inevitavelmente, integra a conquista e a colonização imperialista e que marcou não somente a América, mas também a África, boa parte da Ásia e outras regiões do mundo.

A redução exponencial dos nativos americanos relaciona-se, em grande parte, às mortes indígenas decorrentes das batalhas com os conquistadores. Galeano¹⁰ ressalta que três anos depois do descobrimento Colombo dirigiu pessoalmente a campanha militar contra os indígenas da Ilha Dominicana, exterminando-os sem muitas dificuldades. Sem contar que muitos indígenas foram enviados à Espanha para serem vendidos como escravos em Sevilha, onde vários deles acabaram morrendo miseravelmente. Outro motivo foram os óbitos provocados pelas bactérias, pestes e doenças trazidas pelos conquistadores, pois os nativos não estavam imunizados contra as novas enfermidades.

As condições de trabalho servil e desumano a que os ameríndios foram submetidos também provocaram a drástica redução de povos nativos da América. No planalto do México e no altiplano andino havia ouro, prata e outros metais preciosos acumulados em grandes quantidades, constituindo as primeiras fontes de riqueza a serem descobertas. Os indígenas que trabalhavam nas minas de prata de Potosí, encontrada em 1545, onde hoje se situa a atual Bolívia, morreram aos milhares em pouquíssimo tempo. A população nativa das ilhas do Caribe foi exterminada na extração/lavagem de ouro ou atuando nas plantações agrícolas até a sua completa extenuação. Muitos morriam num espaço de quatro anos. Os indígenas da Ilha Dominicana, por não verem sentido algum nesta nova forma de vida, procuravam abreviá-la matando seus filhos e se suicidando em massa, o que foi interpretado pelo historiador Fernández de Oviedo como “passatempo” ou simplesmente como uma artimanha para não ter que trabalhar: porque eram vistos como preguiçosos, vadios e ociosos por natureza, portanto, inaptos para impulsionar o processo produtivo requerido pela modernidade europeia.¹¹

Com esses dados, é possível verificar que as colônias americanas foram descobertas, conquistadas e colonizadas dentro do processo de expansão do capital comercial europeu, sendo elas imprescindíveis para a constituição da modernidade, entendida como um novo momento histórico, social, cultural, econômico e político que envolveu distintos sujeitos, nações e continentes do mundo.

Pelas ideias recém-discutidas, é pertinente a observação de Dussel:¹² a modernidade subsumida de um horizonte mundial tem como importante marco a conquista do oceano Atlântico e o desenvolvimento do mercantilismo capitalista, permitindo aos países colonizadores da Europa uma extraordinária acumulação de riqueza monetária. Entendemos que esta riqueza foi gerada através das grandes quantidades de ouro, prata, pedras e metais preciosos extraídos das novas colônias latino-americanas, além da abundante mão de obra escrava e servil (indígena e africana) e dos diversos recursos naturais e gêneros alimentícios disponíveis na região. Esses elementos conferem as condições históricas e sociais fundamentais para a constituição da Era Moderna de um ponto de vista mais ampliado, que extrapola as fronteiras do continente europeu.

Como mostra Dussel,¹³ até o século XV a Europa Latina era uma cultura periférica, secundária, isolada e sitiada pelo mundo muçulmano. Incessantemente, os países europeus procuravam impor-se no Mediterrâneo oriental, mas não conseguiam ter êxito. As cruzadas representaram mais uma tentativa nesse sentido, que também acabou fracassando. Até esse momento a Europa nunca havia sido centro da história, nem mesmo com o Império Romano, como comumente se acredita. Além disso, a designação *Europa* só passou a ser utilizada com um sentido continental por volta do século XVIII, como um claro esforço para reforçar o imaginário social acerca da existência de uma unidade entre os países imperialistas daquele continente, fortalecendo-os e destacando-os ainda mais diante do mundo.

O autor explica que, apesar de estar tão difundido e naturalizado entre nós, o pensamento de que o Ocidente é o resultado da sequência helenístico+romano+cristão é uma equação falsa, uma invenção ideológica que rapta a cultura grega como se ela fosse exclusivamente europeia e ocidental. Além disso, é importante acrescentar que a diacronia unilinear Grécia-Roma-Europa é um constructo ideológico forjado no final do século XVIII romântico alemão, o qual, posteriormente, fundamentou o “modelo ariano”, racista e ultranacionalista.

Esses princípios reforçam o mito de que, desde as épocas do apogeu grego e romano, tais culturas foram o centro da história mundial. Isso foi possível, de acordo com o autor, após a descoberta da

América – quando a Europa moderna, pela primeira vez na história, constitui outras culturas como sua periferia. Como destaca Mignolo,¹⁴ até então não havia uma história mundial, mas histórias isoladas e justapostas: a romana, a persa, a dos reinos hindus, a chinesa, a inca etc.

Como assinalam diversos autores que produzem conhecimentos vinculados ao campo de estudos pós-coloniais na América Latina,¹⁵ não se pode falar de modernidade sem considerar as relações de poder constituídas por meio da colonialidade. Esta é a face oculta, o lado silenciado e negligenciado da modernidade e também da pós-modernidade que acaba reforçando-a. Sobre esse aspecto, é importante recordar as palavras de Mignolo: “O imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias (...).”¹⁶

Os indígenas americanos, por exemplo, foram considerados pelos colonizadores animais débeis, preguiçosos, estúpidos e sem alma, como explica Galeano. Por isso eles afirmavam que o trabalho forçado era o melhor remédio para curar suposta maldade natural dos nativos. Eles “mereciam os tratos que recebiam porque seus pecados e idolatrias constituíam uma ofensa a Deus”,¹⁷ além de não terem gratidão com os conquistadores por todo o bem que lhes fizeram. É assim que as crueldades sofridas pelos ameríndios e, posteriormente, pelos milhões de africanos escravizados e traficados para a América, foram amplamente justificadas pelos conquistadores, que tinham até mesmo as bênçãos papais para seguir com sua nobre missão de catequizar os pagãos e, em consequência, negar e devastar suas culturas.

“Nós”... e “os outros”

Quando os colonizadores espanhóis e portugueses (assim como os ingleses, os holandeses e os franceses, entre outros) chegaram à América e tiveram contato com as culturas nativas, tiveram um choque cultural. Afinal, as práticas culturais dos ameríndios eram extremamente distintas daquelas valorizadas pelos colonizadores.

Nesse âmbito, são curiosas as duas interpretações abaixo, que foram sabiamente associadas por Dussel:

Na obra de Tzvetan Todorov, *Nós e os outros* (1989), o “nós” corresponde aos europeus, e os “outros” somos nós, os povos do mundo periférico. A modernidade definiu-se como “emancipação” no que diz respeito ao “nós”, mas não percebeu seu caráter mítico-sacrificial com relação aos “outros”. Montaigne (1967, p. 208) de algum modo percebeu-o quando afirmou: “Assim, podemos chamá-los bárbaros com relação às nossas regras da razão, mas não com relação a nós mesmos, que os superamos em todo gênero de barbárie.”¹⁸

A constatação de Dussel¹⁹ é irrefutável: nem sempre prevalece a lucidez expressada por Montaigne nessa citação de sua obra *Los caníbales*, publicada originalmente em 1580.

O encontro/enfrentamento entre cosmovisões e modos de vida tão diferentes poderia ter dado início a um processo de diálogo cultural, mas isso não aconteceu: as práticas culturais ameríndias e africanas eram consideradas inferiores, bárbaras, selvagens, primitivas e atrasadas em contraposição/comparação com as práticas culturais dos conquistadores europeus, estas sim, percebidas como modernas, superiores, avançadas, válidas, legítimas, universais e desenvolvidas.

O encontro entre os conquistadores e os Maias, os Astecas e os Incas, por exemplo, não permitiu o reconhecimento e a valorização das grandezas dessas sociedades nativas. Seus amplos conhecimentos e tradições culturais foram vistos como primitivos e pagãos, tendo que seguir um largo caminho de desenvolvimento até um ponto superior, onde os conquistadores consideravam estar situados.

Para ilustrar esse aspecto recorreremos aos estudos de Medeiros,²⁰ que apresenta alguns dados sobre as manifestações culturais de lazer dos indígenas brasileiros. Segundo a autora, as danças eram muito apreciadas, sendo comuns aquelas que imitavam animais e totens. Havia também as danças que celebravam os principais acontecimentos da vida – nascimento, morte, partida para a caça, colheita etc. Muitas danças eram adornadas com o uso de máscaras, ressaltando o sentido religioso

dessas manifestações. Comumente, o corpo era pintado com tintas coloridas, feitas de frutos. O compasso rítmico era marcado por tambores, maracás, bastões e guizos pendurados aos colares ou outras partes do corpo. De modo geral, eram feitas ao redor de um círculo, podiam ser acompanhadas pela ingestão de bebidas alcoólicas e durar vários dias.

Baseando-se principalmente nos registros de Jean de Léry datados de 1611, em decorrência de uma viagem ao Brasil na qual ele teve a oportunidade de conhecer algumas práticas culturais dos indígenas, Medeiros esclarece o seguinte:

Fossem rituais ou guerreiras, as suas festas eram ruidosas, incluindo sempre canto e dança. A Jean de Léry agradou a música com que auxiliavam a magia e cultuavam os deuses, sendo ele o primeiro a registrá-la. Após uma festa religiosa, anotou no seu diário de viagem: “Ora, estas cerimônias tendo assim durado cerca de duas horas, aqueles 500 ou 600 selvagens, continuando sempre a dançar e cantar, surgiu uma tal melodia que, embora eles não soubessem o que é a arte da música, os que não os ouviram estariam a crer que se harmonizassem tão bem.”²¹

Manifestações culturais como essas foram – e continuam sendo, porque incontáveis povos indígenas ainda podem ser encontrados em alguns países latino-americanos – consideradas inferiores, bárbaras, selvagens, primitivas e atrasadas em contraposição/comparação com as práticas culturais europeias, tidas como modernas, avançadas, válidas, legítimas e universais. São, assim, classificadas como expressão de um passado tradicional que necessita ser superado por meio de um percurso linear que, supostamente, poderia conduzir a um estágio mais elevado, moderno e desenvolvido. Entretanto, Lander adverte:

Ao caracterizar as expressões culturais como “tradicionais” ou “não modernas”, como em processo de transição em direção à modernidade, nega-se-lhes toda possibilidade de lógicas culturais ou cosmovisões próprias. Ao colocá-las como expressão do passado, nega-se sua contemporaneidade.²²

Pelo que foi exposto anteriormente, não se pretende idealizar os povos e culturas indígenas, africanas e mestiças, tampouco confinar a América Latina a uma condição sublimada de vítima. É necessário destacar que a consideração de primitivos e atrasados, dos conquistadores aos povos não europeus, é um equívoco e uma limitação. Essas representações geraram uma prática discursiva ideológica, que, desde o momento do “descobrimento” da América, fez com que os espanhóis, os portugueses e outros conquistadores europeus se considerassem superiores aos nativos, instaurando assim uma diferença fundamental de um ponto de vista ontológico: os exploradores/colonizadores eram naturalmente superiores em seu ser, tendo assim o poder e o direito de dominar os selvagens, tratando-os como inferiores por natureza.

Daí decorreu a ideia de que, sendo dóceis e, num primeiro momento, receptivos aos exploradores, os ameríndios dariam ótimos servos e escravos, pois a base dessa inferioridade colocava-se na própria constituição desses sujeitos como seres humanos que valiam pouco, ou que não valiam nada. Nada havia que discutir, já que a diferença supostamente existente entre eles era de base ontológica: portanto, inquestionável.²³

Nos dias de hoje é possível constatar a força e a eficácia neutralizadora dessa ideologia que, lamentavelmente, vem se perpetuando histórica, social e politicamente ao longo dos séculos. Inclusive em muitas atividades recreativas que impõem formas estereotipadas e homogêneas de diversão e entretenimento que contribuem para reforçar a discriminação e a exclusão sociocultural.

Essa ideologia considera que alguns seres são inferiores e outros superiores em sua própria essência, algo utilizado para justificar a hierarquização, a dominação e a violência. Nessa perspectiva, os discursos em torno da supremacia masculina e a ideia de raça necessitam ser questionados. Esses discursos foram forjados para legitimar relações de dominação e de exploração do homem branco sobre os/as “não brancos/as”, fazendo com que o racismo e o sexismo (entre outros “ismos”) se perpetuem por todo o nosso planeta.

No caso da ideia de raça, sua premissa fundamental – hierarquização de supostas diferenças raciais – não tem nenhuma sustentação de um ponto de vista biológico, pois a “raça” humana é uma só. Como recordam

Goellner *et al.*,²⁴ o conceito de raça significa “uma construção discursiva histórica cujo uso evidencia relações de força e de dominação que existem dentro de uma sociedade”. Nesse sentido, é interessante indagarmos até que ponto a ideia de raças humanas não é uma classificação criada para justificar a existência do racismo, como já intuía José Martí e Francisco Bilbao, conforme indicado no primeiro capítulo.

Sobre esse aspecto é essencial salientar que, junto com os ameríndios e os europeus, milhões de africanos traficados como escravos foram trazidos nessa condição para a América, a partir do século XVI, para substituir a mão de obra indígena, que era cada vez mais escassa. Com a chegada dos africanos, diversas manifestações culturais típicas da África também foram difundidas e incorporadas às culturas nativas da região latino-americana, que passou a acolher uma grande variedade de manifestações culturais de origens diversas.

Assim, ganhamos o ritmo marcante do canto negro (de trabalho, feitiçaria e acalanto), das danças africanas (cateretê, lundu, candomblé, batuque, samba, coco) e dos seus bailados dramáticos (congós, maracatus, cucumbis [congadas]). Até hoje os instrumentos africanos (atabaques, agogôs, puítas, berimbaus, marimbas) enriquecem o nosso folclore e subsistem várias das suas cerimônias entre nós, numa influência duradoura.²⁵

Brasil, Cuba, Haiti e Jamaica, entre outros países, constituíram o principal mercado de africanos traficados como escravos para o trabalho nas lavouras de açúcar, café, cacau, algodão, tabaco e frutas, entre outros gêneros agrícolas, e também nas minas de ouro, prata e pedras preciosas que abundavam nas colônias latino-americanas. Reno²⁶ também ressalta a singularidade e a diversidade das danças e cerimônias desenvolvidas pelos africanos e seus descendentes, muitas delas celebradas ao som de tambores e outros instrumentos musicais trazidos da África, entoados ao som das línguas africanas nativas. A capoeira, entre outras práticas culturais, continua sendo muito difundida em várias cidades brasileiras e latino-americanas. Nas rodas de capoeira os participantes marcam o ritmo da ginga com palmas, cantos e instrumentos musicais, tais como o berimbau, o atabaque e o pandeiro.

Obviamente, desde aquela época, os segmentos sociais privilegiados procuram desenvolver, no contexto latino-americano, as mesmas práticas de lazer vivenciadas e valorizadas nas antigas metrópoles europeias. Por esse motivo, desde o despontar do século XVI, é muito mais fácil encontrar estudos e pesquisas que fazem menção às práticas de lazer vivenciadas pelas elites coloniais latino-americanas, do que aquelas que eram apreciadas pelos ameríndios ou pelos africanos escravizados. Alguns países europeus e os modos de vida neles valorizados constituíram, assim, uma importante referência para os segmentos hegemônicos que se estabeleceram nas colônias americanas desde o início do processo de colonização/catequização dos nativos bárbaros e pagãos. Certamente, isso também acabou influenciando o lazer vivenciado em distintos contextos da América Latina.

As práticas de lazer das elites coloniais: modelo a ser seguido

É relevante destacar que os primeiros tempos de colonização foram marcados pelo apogeu de Potosi, cidade onde abundavam minas de prata e outras riquezas. Algumas vivências de lazer das elites de Potosi foram registradas por diversos autores, tais como Gustavo Adolfo Otero, Vicente G. Quesada e Pedro Vicente Cañete e Domínguez, como indicam as pesquisas de Galeano.²⁷ Sucre, cidade fundada em 1538 com o nome de Vila da Prata, também desfrutou consideravelmente a riqueza gerada pela exploração da prata. Nessa cidade foi instalada uma corte faustosa e, ao lado das igrejas e casarões, foram construídos parques e quintas de recreio. As suntuosas festas da corte e os banquetes eram famosos nessas cidades.

As missas e outras festividades religiosas indicam a força da Igreja Católica na região latino-americana desde os primeiros momentos da colonização. A moral católica, inevitavelmente, passou a integrar o lazer pensado, vivido e valorizado pelas elites coloniais.

No começo do século XVII, a cidade de Potosi já contava com 36 igrejas esplendidamente ornamentadas, 36 casas de jogo e 14 escolas de danças. Os salões, teatros e tablados para as festas ostentavam riquíssimos tapetes, cortinas, brasões e obras de ourivesaria (...). Às touradas seguiam-se os jogos de argolinha e nunca faltavam os duelos no estilo medieval, rixas de amor e de orgulho, com elmos de ferro incrustados de esmeraldas e vistosas plumagens, arreios e estribos de filigrana de ouro, espadas de Toledo e cavalos chilenos paramentados com todo o luxo. Em 1579, queixava-se o ouvidor Matienzo: “Nunca faltam – dizia – novidades, safadezas e atrevimentos.” Por essa época, havia em Potosi 800 jogadores profissionais e 120 prostitutas célebres, a cujos resplandecentes salões acoiriam os mineiros ricos. Em 1608, a cidade festejava as festas do Santíssimo Sacramento com seis dias de comédias e seis noites de festas de máscaras, oito dias de touradas e três de saraus, dois de torneios, além de outras festas.²⁸

Como pode ser verificado na citação anterior, as elites coloniais ostentavam práticas de lazer que refletiam os valores e o modo de vida europeu vigente naquela época. Contudo, aproximadamente trezentos anos depois que as primeiras minas de Potosi foram descobertas, a prata e o estanho se esgotaram. Foi, conseqüentemente, inaugurada uma fase de decadência e pobreza que atingiu a todos que ali viviam e ainda vivem, pois, hoje, a miséria é uma das marcas dessa cidade boliviana, que já foi riquíssima em outras épocas. Ocorreu o mesmo em Sucre e em Cuzco, a antiga capital dos Incas, assim como nas cidades mexicanas de Guanaquato e Zacatecas, que, em seus momentos de esplendor, contavam com jardins semelhantes aos da Babilônia, templos monumentais, teatros, praça de touros e arenas de rixas de galos. A arquitetura magistral dos edifícios públicos e privados, o ar da sociedade e as práticas realizadas pelas elites contrastavam substancialmente com a nudez, a ignorância e a rusticidade da população indígena mexicana.²⁹

Como havia ocorrido em Potosi, a antiga Vila Rica (atual cidade mineira de Ouro Preto, no Brasil) passou a gozar de riqueza súbita no final do século XVII. Augusto de Lima Júnior³⁰ esclarece que a descoberta de ouro levou multidões a Minas Gerais, especialmente à Vila Rica, onde as procissões católicas e os espetáculos passaram a ser cada

vez mais comuns. Práticas culturais como estas eram cada vez mais frequentes no Brasil e não podem ser tratadas de modo simplista como se fossem menos divertimentos, uma vez que evidenciam como o lazer se articulava a distintas manifestações da religiosidade católica, envolvendo diferentes segmentos da sociedade – obviamente, preservando-se as segregações sociais e classistas.

Ainda hoje, na cidade de Pirenópolis, localizada no Estado de Goiás (próxima de Brasília, capital do Brasil), há muitos anos são realizadas, anualmente, grandes festas, como a cavahada. De origem portuguesa, esta manifestação cultural celebra a vitória dos cristãos sobre os mouros no século VIII. Manifestações culturais como esta foram introduzidas em vários outros países latino-americanos, principalmente por sacerdotes da Igreja Católica, numa tentativa de valorizar o sagrado em detrimento do profano. Esse objetivo, contudo, nem sempre era alcançado.

Na antiga Vila Rica colonial, e também nos dias atuais, as procissões e romarias eram feitas a pé, a cavalo ou em triunfais carros cobertos de ouro, com trajes de fantasia e alegorias deslumbrantes. Eram também realizados torneios de montaria, touradas e danças nas ruas ao som de instrumentos musicais como flautas, gaitas e violas. Santos³¹ observa que no Tijuco (hoje, cidade mineira de Diamantina, também situada no Brasil), a segunda metade do século XIX foi marcada por banquetes, bailes noturnos, teatros e concertos, entre outras práticas que marcaram o lazer dos segmentos privilegiados e beneficiados pela extração de diamantes, ouro e pedras preciosas. Nessa época, mais da metade da população do Tijuco era formada por escravos. Machado Filho³² esclarece que, em decorrência das transformações econômicas que o município experimentava, Diamantina vivia no final do século XIX a euforia da *belle époque*: possuía iluminação a querosene, abastecimento de água potável, calçamento nas ruas centrais. Espelhando-se na modernidade europeia, esta pequena cidade construiu também um teatro, uma biblioteca pública, e um parque municipal, onde muitas vezes as bandas de música, os saraus e os grêmios literários eram realizados e faziam as suas apresentações.

O lazer, as influências estrangeiras e a pretendida modernidade latino-americana

Algumas pessoas acreditam que, como o processo de colonização latino-americano foi unilateral e espoliador, a solução seria desprezar toda a influência advinda dos colonizadores europeus. Não estamos de acordo com esse tipo de pensamento porque negar todo esse legado – que, incontestavelmente, faz parte das culturas latino-americanas – seria negar a nós mesmos. Além disso, é importante ressaltar que as sociedades latino-americanas representam um mosaico constituído por influências culturais de origens diversas.

Foi principalmente no decorrer do século XIX que muitos imigrantes provenientes de diversos países do mundo, e não apenas da Europa, passaram a viver em distintos países latino-americanos, em busca de trabalho e de oportunidades de negócios no chamado Novo Mundo. Vários deles foram tratados como mão de obra imprescindível para promover o progresso e o desenvolvimento dos países latino-americanos, tendo em vista substituir os ex-escravos, pois, na segunda metade do século XIX, a escravatura africana já havia sido abolida em quase toda a América Latina, surgindo, no entanto, novas formas de exploração menos visíveis e explícitas que se mantêm até a atualidade.

Como foi discutido no primeiro capítulo deste livro, nessa época muitos países se tornaram independentes das antigas metrópoles, o que ocorreu de modo pacífico ou marcado por fortes enfrentamentos. As ex-colônias seguiram seus percursos, mas tiveram que pagar um preço alto pela ansiada liberdade e independência. Assim, os novos Estados autônomos contraíram vultosas dívidas externas desde o momento em que foram gestados.

Muitos estrangeiros se interessaram em construir uma nova vida nas antigas colônias europeias da América. Vários imigrantes foram empregados na construção das ferrovias que se multiplicavam em muitos países latino-americanos e também na edificação de outros empreendimentos, como, por exemplo, o canal do Panamá. Essas e outras medidas foram

consideradas fundamentais para garantir o fluxo das matérias-primas produzidas nos países latino-americanos para os portos localizados em diferentes pontos estratégicos da região, de onde seguiam em direção à Europa – e, em contrapartida, para permitir a distribuição, no contexto da América Latina, dos produtos industrializados produzidos, principalmente, pela Inglaterra.

Isto evidencia que o avanço do capitalismo industrial e o êxito urbano-industrial europeu estiveram intrinsecamente relacionados ao vínculo de dependência econômica estabelecido entre Europa e América Latina, favorecendo obviamente os países colonizadores. Galeano³³ explica que o valor do capital investido em todas as indústrias das cidades europeias até o ano de 1800 foi muito pequeno em relação à gigantesca massa de capitais gerada desde as primeiras etapas de exploração da América Latina: com os metais preciosos e matérias-primas, com o trabalho escravo e, por sua vez, com o lucro gerado pelo tráfico de escravos africanos, tudo isso somente nos séculos XVI-XVII.

Assim, a América ingressou no capitalismo comercial de uma forma muito ágil, contribuindo para dar a esse ciclo um vigor colossal, o que foi imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo industrial alguns anos depois.³⁴ Isto possibilitou a criação de um ambiente favorável para vários países colonialistas e imperialistas, o que financiou o estabelecimento de fábricas, sobretudo na Inglaterra, dando um grande impulso à Revolução Industrial.

Galeano considera que existem apenas dois lados nessa divisão político-econômica: em um, estão os países que se especializaram em ganhar e, no outro, estão os que se especializaram em perder, como a maioria dos países latino-americanos. É assim que, em muitos casos, a América Latina trabalha para outros e não para o próprio bem-estar de seus povos. Assim, essa região:

Continua existindo a serviço de necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos destinados aos países ricos que ganham, consumindo-os, muito mais do que a América Latina ganha os produzindo. São muito mais altos os impostos que cobram os compradores que os preços que recebem os vendedores (...).³⁵

Na primeira metade do século XX, a vinda de estrangeiros para a América Latina foi novamente intensificada com as guerras processadas na Europa, quando os governos de alguns países adotaram políticas de incentivo à imigração estrangeira como estratégia para atrair mão de obra qualificada. Nem sempre os estrangeiros encontravam condições dignas para se instalar nos novos países, vivendo muitas vezes sob precárias condições, tal como a maioria das populações latino-americanas. Os estrangeiros trabalharam no plantio/colheita de gêneros agrícolas, assim como nas indústrias que começavam a despontar, nas primeiras décadas do século XX, nos centros latino-americanos mais urbanizados e industrializados, com destaque para São Paulo e para a cidade do México, entre outros.

Tudo isso colaborou para ampliar a miscigenação e a diversidade cultural na América Latina. Em alguns países os indígenas ainda representam a maioria da população, como na Bolívia, Equador e Peru. Entretanto, como foi dito, não podemos nos esquecer de que em outros territórios da América praticamente todos os indígenas foram exterminados, o que é uma parte silenciada da história. Em contrapartida, em outros países, é marcante a presença dos afrodescendentes (Brasil, Cuba, Haiti, Jamaica etc.) e, em outros, os descendentes de europeus são mais expressivos (como na Argentina, no Uruguai e no sul do Brasil). Assim, pode-se dizer que indígenas, europeus e africanos, assim como os imigrantes provenientes de diversas partes do mundo, e seus descendentes, constituem a diversidade étnica e cultural dos povos latino-americanos. As identidades e as diversidades culturais representam, portanto, uma das principais características das realidades da América Latina, bem como das vivências de lazer desenvolvidas na região.

A imigração foi considerada interessante pelos europeus que queriam se afastar da Europa assolada por duas grandes guerras e pelos estrangeiros de distintas nacionalidades que buscavam novas oportunidades de trabalho. Os destinos mundiais mais procurados eram aqueles que apresentavam novas possibilidades de desenvolvimento urbano-industrial, como vários países latino-americanos.

Afinal, ao longo do século XIX, muitos desses países passaram a almejar aos níveis de desenvolvimento, progresso e crescimento verificados nos países que ocupavam uma posição de hegemonia no cenário internacional. Tanto os princípios urbanísticos e pedagógicos adotados na França, como os processos de desenvolvimento capitalista urbano-industrial vigentes na Inglaterra e nos Estados Unidos, foram considerados modelos imprescindíveis a serem seguidos pelas nações latino-americanas que pretendiam sair da condição de atraso para ingressar definitivamente na modernidade.

Forjada sobre o discurso acerca do desenvolvimento, observa-se que a modernidade capitalista consagrou sua excelência a partir do progresso técnico, materializado no avanço do domínio do homem sobre a natureza como se ele estivesse separado dela, em uma relação de competição. Segundo Grangeiro,³⁶ esta visão de mundo considera como progresso histórico o domínio da natureza pelo homem, culminando em uma ideologia que concebe as relações sociais apenas em função de suas realizações técnicas abstratas, mensuradas em termos de contabilidade monetária. Com isso, historicamente, foi imposta uma forma de sociabilidade na qual as relações sociais e políticas se objetivam através de uma economia mercantil generalizada. Dessa maneira, a satisfação das necessidades humanas, necessariamente, passa a ser mediada pelo mercado e seus componentes (valor de câmbio, mercadoria, dinheiro, capital, lucro etc.).

Esta concepção afirmou-se com a revolução industrial europeia do século XIX e foi potencializada com o avanço científico-tecnológico, sobretudo no século seguinte, baseada na crença de que a ciência e a tecnologia solucionariam todas as problemáticas e efeitos indesejáveis do sistema.³⁷ Esse aspecto dinamizou as estratégias de crescimento econômico das indústrias capitalistas da Europa, seguida dos Estados Unidos, que, como visto anteriormente, têm um poder muito amplo sobre a América Latina, exercendo outro tipo de subjugação protagonizada pelo mercado – que se apresenta em seu disfarce de social, livre e democrático.

Os antigos conquistadores são agora os tecnocratas com seus aviões privados; os cobradores de impostos do reino foram substituídos pelos burocratas financistas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial; os traficantes de escravos são hoje os defensores dos lucros privados das grandes corporações transnacionais e das especulações financeiras, como denunciava Galeano³⁸ nos anos de 1970.

Esse processo histórico tem, cada vez mais, variadas e perversas implicações: sociais, econômicas, políticas, culturais e inclusive ecológicas, com consequências desastrosas e, em muitos casos, irreversíveis. Desde que a produção continue crescendo, pouco importa se a miséria, a fome, o desemprego, a pobreza, a concentração de riqueza, a desigualdade e a exclusão continuem aumentando. De igual modo, pouco importa se os bosques são cortados, a biodiversidade destruída e a vida de todo o planeta colocada em perigo, levando-nos a uma situação de real emergência planetária. Isso demanda questionar a ideologia do crescimento como algo positivo em todos os sentidos, como adverte Elizalde.³⁹ Afinal, quais são os custos socioambientais desse pseudo-desenvolvimento gerado pelo capitalismo neoliberal que costumamos chamar de progresso?

Na esteira dessa discussão, podemos questionar também a classificação das nações do mundo em desenvolvidas e não desenvolvidas, subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, tendo como única referência o modelo socioeconômico vigente nos países que ocupam posição de hegemonia na divisão internacional do trabalho e no mercado mundial.

Segundo Gadotti,⁴⁰ desenvolvimento não é um conceito neutro. Ele tem um contexto histórico, político e social “bem preciso dentro de uma ideologia do progresso, que supõe uma concepção de história, de economia, de sociedade e do próprio ser humano”. Essa visão é representativa dos interesses capitalistas e neoliberais e desconsidera o fato de que essa forma de sociabilidade não é a única possível. Além das estratégias baseadas no subjugo e nas relações desiguais de poder, sempre existiram formas alternativas e solidárias de objetivar socialmente o

intercâmbio dos seres humanos com a natureza. Nem sempre o modelo de vínculo social estabelecido assume a configuração de uma relação mercantil, na qual o frio interesse se converte em norma de conduta social.⁴¹

Não olvidemos que os países hegemônicos do chamado hemisfério Norte, desde o momento em que se estabeleceram como epicentro e culminação do ideal de progresso, são tomados como referência universal. Esse suposto progresso foi possível graças a uma ação exploratória de seres humanos e das riquezas naturais geradas *nas/pelas* (ex)colônias que hoje, não por mero acaso, constituem o bloco planetário dos países do Sul, das nações empobrecidas classificadas como Terceiro Mundo e rotuladas como subdesenvolvidas e atrasadas, cuja população está muito distante do ideal de ser humano estabelecido: branco, europeu, do sexo masculino e católico/cristão. Nesse processo, os povos de distintos países da América Latina até perderam seu direito de serem chamados americanos, como destaca Galeano.⁴² Para este autor, a América é, para o mundo, nada mais que os Estados Unidos: os latino-americanos habitam uma “subAmérica”, uma América de segunda classe, de nebulosa identificação e que, lamentavelmente, segue funcionando como “pátio traseiro” para os Estados Unidos.

Nesse processo histórico, um elemento foi e segue sendo primordial: os mecanismos de exploração adotados pelos próprios latino-americanos que lucram com o sistema neoliberal, de caráter político, social e econômico desigual e injusto. Como visto no primeiro capítulo, as classes privilegiadas da América Latina e as oligarquias financeiras nacionais que concentram o poder econômico e, na maioria dos casos, também o poder político, são os guardiães do sistema, situando o mercado no centro das decisões medulares das nações desta região.⁴³

Com isso, os mercadores da “santa cultura ocidental” denunciados por Neruda no poema “Los nuevos propietarios”, permanecem intocáveis.⁴⁴

(...)
Entraram todos como povo faminto,
fugindo dos golpes, dos guardas.
Logo, de camiseta em camiseta,
expulsaram o conquistador
e estabeleceram a conquista
do armazém de ultramarinos.
Então adquiriram orgulho
comprado no mercado negro.
Se adjudicaram
fazendas, chicotes, escravos,
catecismos, comissariados,
troncos, cortiços, bordéis,
e a tudo isto denominaram
santa cultura ocidental.⁴⁵

Podemos ver que, cada vez mais, a ideologia de mercado capitalista invade amplos setores da vida social latino-americana e de todo o mundo. Paralelamente, cresce a influência da indústria cultural, principalmente norte-americana. Impulsionada pelo processo de globalização neoliberal, esta ideologia nos faz acreditar que existe um único modelo de sociedade e, com isso, uma forma única de vivenciar o lazer, que passa a ser visto como uma mercadoria a ser comercializada para ser consumida.

Dessa forma, a histórica importação dos saberes europeus tradicionalmente verificada na região, combinada com a valorização do estilo de vida norte-americano, faz com que o mundo seja visto como um grande centro comercial onde tudo está à venda para ser consumido, incluindo o lazer, a cultura, a saúde e a educação. Assim, vão sendo homogeneizados os saberes, as visões de mundo, os gostos e as preferências, fazendo-nos acreditar que no ato de consumo poderemos ascender a um nível mais elevado, mais avançado, civilizado, evoluído e moderno. Esse nível é difundido, no imaginário social latino-americano, pelo ideal ocidental representado pela Europa e pela América do Norte.

Além de ser limitado e parcial, esse ideal desconsidera que na América Latina e no mundo convivem diversas formas de organizações sociais e práticas culturais que não devem ser hierarquizadas, já que sua riqueza reside, justamente, em suas singularidades. Assim, é necessário ampliar o conhecimento e a valorização das iniciativas comprometidas com a releitura e a reconstrução de nossas realidades, bem como com a ressignificação do lazer na América Latina.

Pelo que foi exposto neste capítulo, observa-se que o lazer diz respeito a inúmeras práticas socioculturais que, pouco a pouco, vão sendo ressignificadas, ganhando outras características e se somando a outras possibilidades existentes nos distintos países que integram a região. É verdade que, na América Latina, a alegria e a festa são também muito valorizadas, constituindo uma expressiva e interessante forma de celebrar e de se divertir, e em alguns casos, de resistir e de enfrentar os profundos e graves problemas sociais que são acentuados na região.

Visto por esse ângulo, as inúmeras manifestações de lazer são parte integrante e indissociável das culturas latino-americanas e do imaginário social que as sustenta. Vários exemplos podem ser citados: o *tango* argentino, o *samba* brasileiro e a *salsa* bailada em inúmeros países; a *capoeira* e as *batucadas*; as festas *Inti Raymi* e *Intiyaya* do Equador; a festa do *Día de los Muertos* e a tradição dos *hombres voladores* do México; o jogo *Mapuche chueca* ou *palín*; o jogo *Zaranda* dos *Guaiqueríes* e dos *Guamonteyes* da Venezuela; as expressões artísticas populares das *Murgas* uruguaias; as *ramadas*, *mingas* e *fiestas costumbristas* do Chile; os *Juegos de calle* desenvolvidos na Colômbia que atraem multidões de todas as idades e classes sociais às ruas da cidade de Caldas por alguns dias – que, curiosamente, não coincidem necessariamente com o final de semana; o carnaval do Brasil e suas diversas expressões.

Nesses e nos demais países latino-americanos a gastronomia, permite a descoberta de inúmeros aromas, cores e sabores. Podem ser citados, ainda, as múltiplas festas e carnavais de toda a América morena e mestiça; as partidas de futebol jogadas aos domingos em inúmeros bairros populares; a crescente participação em redes e mídias sociais e os encontros cotidianos entre amigos e vizinhos em praças e esquinas de

favelas e pequenas vilas, buscando algo em comum para estar em contato e para compartilhar com os outros suas alegrias, tristezas e esperanças.

Obviamente, é impossível listar todas as práticas de lazer vivenciadas na América Latina. Alguns exemplos foram mencionados apenas para destacar a diversidade de manifestações lúdicas e culturais dos povos latino-americanos. As formas de viver o lazer vêm sendo ampliadas nesse contexto, diversificando as tradições culturais e mudando os estilos de vida nos territórios da região. Assim, a América Latina é um mosaico marcado pela diversidade em vários sentidos, e o lazer, concebido enquanto uma dimensão da cultura, é parte fundamental desse processo.

Esses dados sobre o lazer reforçam o imaginário social que ronda a região, o que indica que se festeja muito e se trabalha pouco nos países latino-americanos que, supostamente, abrigam uma legião de ociosos. Mas as estatísticas oficiais indicam a existência, em vários países da América Latina, de jornadas de trabalho semanais superiores a 44 horas, índice que pode até mesmo estar subestimado. Muitas vezes os segmentos mais empobrecidos da população precisam complementar e ampliar o seu orçamento mensal e, para isso, enfrentam uma segunda jornada de trabalho ao se envolverem com serviços informais, temporários e precarizados. No caso das mulheres trabalhadoras essa situação torna-se mais preocupante, pois muitas acumulam uma terceira jornada laboral, relacionada aos inevitáveis e imprescindíveis serviços domésticos. Algumas dessas questões serão discutidas no próximo capítulo deste livro.

(Algumas ideias expostas neste capítulo foram baseadas na conferência “Mapping leisure and life through the ages in Latin America”, proferida por Christianne Luce Gomes na sessão presidencial II do Comitê Científico “Sociologia do Lazer”, que integrou o XVII Congresso Mundial de Sociologia – ISA, realizado em Gotemburgo, Suécia, em julho de 2010. O texto original foi reestruturado e ampliado pelos autores deste livro.)

Capítulo 4 | Trabalho e lazer na América Latina

Este capítulo é dedicado à reflexão sobre a problemática do trabalho na América Latina e sobre seus desafios atuais, procurando vincular essa discussão com a temática do lazer. O texto foi impulsionado por algumas indagações: a redução da jornada de trabalho significa uma progressiva ampliação do tempo livre e do lazer, em especial nas sociedades latino-americanas? Que papel o lazer assume nesse processo de reconfiguração do trabalho verificado nos dias atuais?

Para contextualizar o tema, inicialmente são apresentados alguns limites que marcam as realidades latino-americanas da atualidade. Em seguida, a discussão retoma o pensamento de alguns autores que analisam a categoria trabalho e questiona a tese de que o suposto tempo livre está sendo progressivamente ampliado. Assim, propõe repensar a questão da centralidade do trabalho na sociedade atual e do papel que o lazer pode desenvolver em nossa vida social.¹

A problemática do trabalho na América Latina atual

Na América Latina, apesar dos avanços na esfera do trabalho, em muitos casos se perdem conquistas decorrentes das lutas laborais empreendidas em várias partes do mundo. As sociedades humanas são dinâmicas e assim como se avança em alguns aspectos, ao mesmo tempo retrocedemos em outras dimensões. É o caso da precarização do mundo do trabalho, produto da globalização neoliberal.

Vemos como já não se conta com a estabilidade laboral tão almejada por milhões de trabalhadores e se vive na incerteza ralacionada à manutenção do emprego no futuro. Essa crescente tendência à precarização do trabalho, em parte, pode ser devido ao fato de que as empresas privadas exigem maior flexibilidade laboral. Essas propostas são apoiadas por alguns organismos internacionais e também por muitos governos nacionais que aceitam como válidas e necessárias tais políticas laborais, com o pretexto de favorecer assim o crescimento econômico da nação. Dessa forma, é pertinente perguntar: Quantas dessas atividades laborais poderão ser consideradas como “trabalho decente”?

Ao buscar uma visão global da situação do trabalho na América Latina vemos uma série de problemas. Um deles é a grande massa de trabalhadores que trabalha no setor informal da economia: sem salário estável, nem proteção social, nem contrato de trabalho, nem cumprimento da legislação laboral nacional e internacional. Isso não acontece somente nas estruturas econômicas da chamada economia informal, mas também está presente em empresas de todo porte, chegando a ser uma prática habitual, por exemplo, pela via da terceirização e subcontratação laboral.

Segundo dados disponibilizados no ano de 2010 no website da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o emprego informal está amplamente difundido em vários países e faz com que muitos trabalhadores careçam, quase inteiramente, de estabilidade e segurança no trabalho, tenham um baixo nível salarial e não disponham de nenhum tipo de proteção social. Os níveis de informalidade variam consideravelmente entre os países e situam-se em 30% em algumas regiões da

América Latina, até mais de 80% em outras. É necessário reconhecer, ainda, a existência de uma ampla gama de atividades econômicas laborais de subsistência, que são alternativas encontradas por um grande número de pessoas sem trabalho para poder sobreviver. Contudo, em muitos casos essas precárias alternativas não são consideradas nas cifras oficiais como sendo expressões do desemprego.

Em relação a esse aspecto, as cifras de desemprego urbano regional na América Latina não são totalmente claras e em algumas zonas podem estar subestimadas, pois, em média, giram em torno de apenas 8,5% da população economicamente ativa, como mostram os dados da CEPAL e da OIT.²

De forma paralela, destacamos outro problema muito presente na América Latina, que é a não valorização e reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado, geralmente desempenhado pela mulher. Esse tipo de atividade laboral é necessário, ou melhor, fundamental, para o funcionamento da sociedade, mas segue invisibilizado e subvalorizado.

Na América Latina, outra situação preocupante se refere ao trabalho infantil. Lamentavelmente isto segue existindo e é muito mais grave do que parece. Segundo dados do Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil da OIT,³ estima-se que no mundo em torno de 218 milhões de meninos e meninas entre 5 e 17 anos de idade já trabalham, dos quais 76% têm menos de 14 anos de idade. A experiência demonstra que o trabalho infantil entorpece a educação e o desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social dessas crianças.

A América Latina não escapa dessa realidade, ao existir na região aproximadamente 17 milhões de meninos e meninas entre 5 e 17 anos que não estão usufruindo sua infância e adolescência, nem desenvolvendo suas faculdades físicas e mentais por estarem imersos em situações de trabalho.⁴ Produto de seu estado de indefesa e de inocência, as crianças podem chegar a se envolver em situações altamente dramáticas, tais como a escravidão, o recrutamento forçado, a prostituição, a pornografia, o tráfico de seres humanos, o tráfico de drogas e outras atividades ilícitas tanto ou mais graves.

Segundo a Agência Latino-Americana de Informação,⁵ o panorama da América Latina e do Caribe é desolador quando se consideram os números referentes ao trabalho infantil. No Brasil, sete milhões de crianças estão obrigados a trabalhar para subsistir. Mais de dois milhões de crianças de 5 a 15 anos trabalham na agricultura na Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá. No Brasil, Colômbia e Equador, 20% das meninas de 10 a 14 anos trabalham como empregadas domésticas, sendo a porcentagem ainda mais alta nas zonas rurais. No que se refere às atividades ligadas à mineração, 500.000 meninos trabalham no Peru e 13.500, na Bolívia. No Equador, aproximadamente 314.000 meninos trabalham, considerando uma população de 12 milhões de habitantes. Ainda que não se disponha de estatísticas referentes aos países mais pobres e maiores do Caribe, o trabalho infantil é um problema crescente nesse contexto, revelando a gravidade dessa situação.

Essa realidade é também preocupante quando se considera o caso das crianças indígenas. Mesmo que elas, tradicionalmente, realizem tarefas em seu entorno familiar e comunitário – que são culturalmente aceitas e através das quais perpetuam o conhecimento tradicional e aprendem a se desenvolver em seu meio – uma enorme proporção de crianças indígenas se envolve em atividades de trabalho fora de sua comunidade, seja nas plantações agrícolas, nas minas e pedreiras, no serviço doméstico ou em outras formas de exploração econômica e laboral. De acordo com os estudos realizados pelo IPEC (2009), estima-se que no Equador e na Bolívia aproximadamente a metade das crianças e adolescentes indígenas entre 5 e 17 anos está imersa em situações de trabalho, muitas das quais podem ser tipificadas em suas formas mais duras. Na Guatemala, onde a população indígena representa 41% da população total e tem indicadores de pobreza, educação e acesso a serviços muito abaixo da média nacional, metade das crianças trabalhadoras desse país são indígenas. Esse grupo tem até 80% menos de probabilidade de ingressar na escola em comparação com as crianças não indígenas.

O trabalho escravo é outra problemática alarmante. Lamentavelmente, essa situação ainda persiste em algumas partes do mundo e na América Latina. Esse tipo de trabalho não se reduz somente aos

imigrantes sem documentação e que se veem forçados a trabalhar nessas condições, afetando também as pessoas que são do próprio país. Muitos vivem em situação de extrema carência de meios materiais para sua sobrevivência, vendo-se obrigados a aceitar situações muito precárias. O trabalho forçado compreende o trabalho degradante obtido mediante coerção, escravidão por dívidas ou ameaças a membros da família, entre outras situações como as mencionadas. Geralmente, muitos trabalhadores operários cumprem largas jornadas de trabalho sem descanso, amontoados no mesmo lugar, onde vivem junto a suas famílias, carecem de documentos, de dinheiro e quase não contam com permissão para saídas.

Vinculado a tudo isso, é necessário reconhecer os esforços que, nos últimos anos, a OIT⁶ e outras instituições governamentais e não governamentais vêm desenvolvendo, no sentido de melhorar as condições de trabalho e de vida das populações latino-americanas, em especial no que se refere ao desenvolvimento de políticas de promoção de trabalho decente, diálogo social tripartido, políticas de responsabilidade social e cumprimento das leis trabalhistas vigentes. Mas, como visto, sem dúvida, os desafios são muitos e as realidades sociais atuais são complexas e requerem colaborações intersetoriais e interinstitucionais, algo que não necessariamente existe, pois, como será tratado a seguir, o que vem prevalecendo na América Latina (e em outras partes do mundo) é a progressiva deterioração das relações de trabalho.

A precarização do trabalho

Como mencionado no segundo capítulo, etimologicamente a palavra “trabalho” tem sua origem no termo latino *tripalium*, que significava um instrumento de tortura. Essa noção é decorrente, sobretudo, das tradições grega e judaico-cristã, que entendiam e designavam o trabalho como uma atividade penosa e obrigatória, vista inclusive como um castigo para o ser humano. Com o transcurso do tempo, paulatinamente o trabalho passou a ser entendido como uma atividade que define o

homem. Apesar de todas essas contradições, a finalidade do trabalho foi vinculada com a satisfação das necessidades humanas fundamentais.⁷

No século XVIII, Adam Smith afirma que o trabalho é a verdadeira fonte de riqueza, opondo-se assim à tese mercantilista que considerava que a riqueza provinha das quantidades de ouro e prata disponíveis. Para o autor, a divisão internacional do trabalho, o livre intercâmbio e a concorrência favoreciam a produção e a quantidade de trabalho necessário para produzir uma mercadoria determinava o valor dessa atividade humana.⁸

Esse pensamento, que ressalta o valor do trabalho, foi radicalmente criticado pelo pensamento marxista, segundo o qual o patrão não compra somente o produto do trabalho, mas também se apropria da força de trabalho, vista como qualquer outra mercadoria. Assim, o capitalismo acarreta uma nova forma de escravidão: a exploração do homem pelo próprio homem.⁹

Essa exploração ressalta a necessidade de distinguir os significados das expressões trabalho concreto e trabalho abstrato, que foram formuladas por Marx e são utilizadas por estudiosos de diversas áreas que problematizam essa temática. Embora muitos aspectos do pensamento marxista apresentem algumas lacunas quando se consideram as realidades latino-americanas e necessitem ser repensados, como sublinha Aricó,¹⁰ segundo Antunes,¹¹ é necessário compreender essa dupla dimensão presente no mundo do trabalho para que possamos entender a crise que marca nossas sociedades, especialmente nos dias de hoje.

O trabalho concreto se volta para a produção de bens e para a satisfação das necessidades humanas, colaborando com a realização do indivíduo enquanto criador e transformador do meio que o rodeia. O trabalho possui características essencialmente qualitativas, e seu caráter de utilidade possibilita o intercâmbio entre os homens e a natureza. Nessa perspectiva, o trabalho é uma atividade cujo sentido histórico original está relacionado com a criação de objetos socialmente necessários e úteis.

Por sua vez, o trabalho abstrato se reduz ao gasto de força humana produtiva, seja física ou intelectual. A força produtiva se converte em uma mercadoria, que tem como finalidade criar novos produtos com vistas à obtenção de lucro. Trata-se de uma produção determinada socialmente, direcionada para o mundo das mercadorias e da valorização do capital. Assim, essa atividade humana se restringe a um meio de subsistência, representando, em síntese, uma esfera alienante e embrutecedora para o trabalhador, de quem é retirada a possibilidade de compreender os objetivos de seu trabalho, de dominar o processo global da produção e de desfrutar do produto de seu trabalho. Os problemas destacados no início deste capítulo são claros exemplos das distintas formas que o trabalho abstrato pode ter nas sociedades latino-americanas da atualidade.

Nessa perspectiva, o trabalho concreto representa uma possibilidade de realização humana; em contrapartida, o trabalho abstrato é apenas um meio de subsistência, garantido na forma de pagamento de um salário que gera, potencialmente, um processo de alienação. Esse processo, também denominado de “estranhamento”, não é efetivo somente em termos de resultado, mas também abarca o próprio ato de produção.

Aranha¹² explica que alienação significa separação pela perda sofrida, pelo trabalhador, de uma parte de seu ser, de sua atividade e de sua constituição humana. Alienado, o trabalho se transforma em uma fonte de sofrimento para o trabalhador. Torna-se um impedimento para a formação humana integral e para o fortalecimento dos vínculos humanos sadios, provocando o isolamento social do indivíduo. Nessa circunstância, a alienação se manifesta em três âmbitos, que por sua vez podem ser relacionados:¹³

- a) Aos produtos do trabalho: o trabalhador não possui a propriedade nem o controle sobre os frutos de seu trabalho, não determina o quê, nem o porquê daquilo que é produzido.
- b) À atividade do trabalho: o trabalhador não controla o processo de produção dos produtos, participando apenas como executor de procedimentos concebidos por outros;

- c) À espécie: ao se sujeitar a esse processo de desapropriação de si mesmo, o trabalhador não se desenvolve plenamente como ser humano.

De acordo com Antunes,¹⁴ Marx defendia o pressuposto de que o trabalho deveria ser uma possibilidade de desfrute da vida. Paradoxalmente, sobre o desígnio da propriedade privada, se tornou trabalho abstrato, alienado, desumanizado, produzindo alienação e estranhamento da vida. Mais do que atividade humana, o trabalho abstrato é apenas uma aparência, já que é também uma atividade puramente imposta e o único motivo que obriga a realizá-la é uma necessidade externa e acidental, não uma necessidade interna, própria e necessária. Por esse motivo, se produz a desumanização do trabalhador e a coisificação de sua vida social.

Segundo esse pensamento, no capitalismo trabalhamos para sobreviver, para obtermos os meios de prover nossa existência. Essa é, talvez, uma das razões pelas quais o trabalho ainda é concebido pelos segmentos assalariados majoritários como uma atividade nociva e como um verdadeiro suplício, ao ser uma atividade imposta e não necessariamente optada.

Isso é agravado pela crise do trabalho que marca a sociedade contemporânea. A cada ano as corporações e as grandes empresas eliminam milhões de empregos e, apesar de surgir novos postos de trabalho, estes muitas vezes são temporários e oferecem uma remuneração inferior às antigas ocupações.¹⁵

É importante esclarecer que emprego é distinto de ocupação laboral e de posto de trabalho. Emprego refere-se a relações estáveis de trabalho assalariado: é formal e minimamente garantido por princípios da segurança e proteção social, como indenização em caso de acidente de trabalho, descanso semanal e férias anuais remuneradas, entre outros. Assim, emprego é um tipo específico de trabalho, ou seja, o trabalho assalariado formal, com um pagamento que considere as garantias e cumprimento de leis laborais para o trabalhador.

Na América Latina nos dias de hoje, em muitos casos, o emprego é considerado tradicional e inviável, principalmente porque gera um custo adicional para o empregador. Muitas vezes essa opção acaba sendo substituída por relações de trabalho consideradas mais flexíveis, tais como: trabalho temporário, trabalho autônomo ou por conta própria, prestação de serviços e subemprego, subcontratação e outras. Sem dúvida, estas e muitas outras formas de ocupação destroem os direitos sociais e laborais. Por isso, elas estão desvinculadas dos princípios mínimos da seguridade social, o que faz com que o trabalhador fique totalmente vulnerável e subordinado aos interesses hegemônicos do mercado neoliberal capitalista. É assim que atualmente se apresentam realidades tão ambivalentes e contraditórias, pois existe um discurso empresarial em que se fala de responsabilidade social como se fosse um baluarte de nosso tempo, enquanto na mesma realidade concreta se desenvolvem crescentes práticas que evidenciam a precariedade laboral que impera em nosso contexto.

Para Werneck, Stoppa e Isayama¹⁶ essa situação vem sendo agravada por diversos fatores, tais como: (a) os efeitos da globalização neoliberal, que acabam provocando demissões em massa; (b) as consequências do avanço tecnológico, que permitem uma substituição de algumas operações do trabalho humano pela máquina; e (c) a redução de postos de trabalho da máquina estatal, estratégia adotada em muitos países nas últimas décadas do século passado para enfrentar o problema do déficit público por meio de programas de demissão ou aposentadoria voluntária, entre outras medidas.

Alguns especialistas acreditam que já chegamos ao fim dos empregos e que sua desapareção gradual é uma mera questão de tempo. Outros chegam a afirmar que, com o avanço das novas tecnologias, o trabalho humano é cada vez mais desnecessário.

Em contraste, autores como Singer¹⁷ e Antunes¹⁸ discordam da recente afirmação, assegurando que o trabalho humano continua sendo indispensável para o êxito do capitalismo neoliberal. Por isso, em sua trajetória profissional, muitos trabalhadores encontram uma ocupação, mas nem sempre um emprego estável que tenha garantidas todas as

leis trabalhistas vigentes. Esclarecemos, com isso, que tanto o desemprego como as oportunidades de subemprego verificadas nas sociedades latino-americanas contemporâneas são o indício de um problema muito mais complexo, isto é, a deterioração das relações de trabalho e sua precarização crescente. Mesmo que a situação atual seja traduzida por muitos especialistas do assunto como o fim do emprego, na realidade ela significa uma tentativa de destruição do trabalho protegido, algo que passa a ser um elemento quase estrutural do atual sistema laboral em seu conjunto.

Ao fazer estas considerações, destacamos que a expressão precarização do trabalho descreve de maneira mais adequada o contexto atual. Os novos postos gerados a partir das transformações das tecnologias, a divisão internacional do trabalho e o avanço do setor de serviços, na maioria das vezes, não oferecem, a seus eventuais ocupantes, as garantias que as leis e os contratos coletivos vinham assegurando aos empregados formais, seja na América Latina ou em outras partes do mundo.

Ao mesmo tempo, o surgimento de altos níveis de individualismo e, com isso, uma diminuição de muitas práticas associativas, como sindicatos e grêmios, para a obtenção e defesa de direitos laborais e outros, produz um retrocesso nos ganhos obtidos durante anos de lutas trabalhistas. Esse retrocesso exerce uma ampla influência no tempo livre dos trabalhadores e suas famílias.

Trabalho e tempo livre: contradições na atualidade

Como visto, geralmente o trabalho é concebido como uma obrigação, e não como uma autêntica possibilidade de realização humana. Segundo Padilha,¹⁹ como o trabalho é colocado em situação de oposição à liberdade, esta só poderia ser vivenciada pelo trabalhador no tempo fora do ato produtivo. Assim, o tempo livre surge como um suposto tempo de liberdade, de liberação das amarras, obrigações e contradições presentes no mundo do trabalho.

É necessário recordar que as sociedades humanas sempre se organizaram em tempos sociais, ou seja, em momentos determinados pelas atividades sociais nelas desenvolvidas.²⁰ É assim que a vida coletiva é regida pela articulação desses momentos, o que nas sociedades urbanizadas da atualidade se diferencia, por exemplo, de algumas sociedades indígenas, nas quais os tempos sociais não são tão fragmentados por estarem muitas vezes vinculados aos ciclos da natureza, e não ao tempo artificial determinado pelo relógio. É assim que, em nossos dias, o principal sentido de tempo livre prevalece como um tempo de não trabalho.

Dessa forma, a lógica excludente do capitalismo neoliberal rege não só o tempo de trabalho, mas também o tempo fora dele. Todavia, o chamado tempo livre pode ser também um tempo de alienação e consumismo, ou pelo contrário, ser um tempo de reflexão e práxis. Numa abordagem crítica da sociedade, o tempo está repleto de contradições, o que faz com que o tempo livre, como fenômeno social, também seja contraditório.²¹

Essa opinião é compartilhada por muitos estudiosos, como Souza Júnior,²² para quem a categoria tempo livre deveria constituir um momento em que cada ser social poderia dispor de si mesmo livremente, sem submeter-se ao imperativo de ter que trabalhar para viver. Contudo, nas sociedades capitalistas, o tempo livre está muito distante de alcançar esse ideal, representando quase somente um momento de reprodução da força de trabalho. Assim, o tempo livre está longe de significar a total liberdade do sujeito ou de promover uma autonomia frente às diversas formas de opressão e de alienação social. Trata-se de um período no qual o indivíduo se encontra livre momentaneamente, mas esta liberdade é somente aparente e limitada. Além disso, o autor acredita que o desenvolvimento das forças produtivas deveria levar a humanidade a reduzir o tempo no trabalho, dispondo cada vez mais de tempo no qual possa desenvolver suas potencialidades.

As reflexões sobre a progressiva ampliação do tempo livre, assim como suas articulações com o trabalho e o lazer, foram estabelecidas no transcurso do século XX.²³ Essas reflexões foram retomadas há alguns

anos por De Masi,²⁴ entre outros autores, que tomou como referência a progressiva redução formal da jornada de trabalho no transcurso do século passado, que em vários países latino-americanos, atualmente, está limitada a oito horas diárias, podendo, na prática, ser muito superior a isso.

De acordo com o pensamento desse sociólogo italiano, enquanto nossos antepassados trabalhavam quase a metade de suas vidas, na sociedade pós-industrial de hoje nós trabalhamos apenas um décimo de nossa existência. Para De Masi²⁵ o tempo livre corresponde 9/10 da vida humana, sendo facilitado pelas novas tecnologias.

Em contrapartida, Santos²⁶ observa que as contínuas evoluções tecnológicas prometeram não somente uma liberação do esforço no trabalho, provocando também mais tempo livre para todos, mais informação, mais comunicação, mais política e mais desenvolvimento humano. Em outras palavras, um mundo melhor. Apesar disso, o autor comenta que, lamentavelmente, a realidade vem mostrando que o tempo livre não está sendo ampliado, mas está sendo reduzido em grande escala devido, principalmente, às condições sociais de existência da maioria das pessoas, que são marcadas por diversas formas de exclusão e de desigualdades.

A explicação elaborada por De Masi,²⁷ ainda que seja dotada de uma lógica própria, não considera questões sociais que são fundamentais para uma compreensão mais ampla e consistente do trabalho e do chamado tempo livre. Em várias regiões do mundo continuam predominando jornadas de trabalho extremamente longas dos primeiros tempos do capitalismo, de modo que a jornada real de trabalho foi reduzida apenas em certa medida. Conseqüentemente, cada vez mais as pessoas buscam, desesperadamente, o tempo livre, como pondera Kurz.²⁸

Acrescentamos a isso os longos períodos de tempo que os trabalhadores destinam ao deslocamento de suas casas aos seus locais de trabalho, o que pode equivaler a várias horas quando se pensa na realidade e na dimensão de muitas cidades latino-americanas, nas quais é inevitável conviver com a precariedade dos transportes públicos. Essa situação, sem dúvida, aumenta de forma significativa o tempo adicional agregado à sua atividade laboral.

Além disso, na contemporaneidade as exigências de desempenho profissional crescem consideravelmente. Há um novo paradigma produtivo que está exigindo maior esforço e, quando não prolonga as jornadas, acaba provocando uma intensificação durante o tempo de trabalho. Muitas corporações aderiram à redução de pessoal, optando por estratégias que parecem gerar melhores resultados para as empresas. Logo, aqueles que permaneceram empregados passaram a trabalhar muito mais, seja para conseguir cumprir todas as tarefas, ou para não correrem o risco de ficarem desempregados. Por sua vez, os trabalhadores informais também acabam trabalhando muito, porque enfrentam jornadas extensas para tentar manter sua condição de renda.²⁹

Como foi mencionado no início deste capítulo, o setor informal vem adquirindo um enorme peso nos países latino-americanos, estimando-se que representa entre 30% e 80% do mercado de trabalho, com perspectivas de permanecer e crescer ainda mais.³⁰ A OIT esclarece que o setor informal é, quase por definição, precário, pois está à margem das redes de regulação estatal e de controle, incluindo trabalhos diversos e fragmentados. Esclarecemos que o problema não será o crescimento do setor informal ou formal, mas as condições de precariedade laboral a que os trabalhadores são submetidos.

É assim que atualmente, na América Latina, o trabalhador, além de trabalhar muito, fica vulnerável aos imperativos do mercado, provocando uma grave deterioração das condições e relações de trabalho que, obviamente, acabam influenciando o seu lazer. Sem contar que cresce, em proporções impressionantes, o número de trabalhadores informais contratados em regime de tempo parcial ou por períodos temporais, ou em outros casos, com um salário-base muito inferior ao mínimo legal, que deverá ser alcançado com o cumprimento de metas laborais, que não dependem exclusivamente do trabalhador. Tudo isso ocorre, especialmente, no setor de prestação de serviços.

Agregamos que, no setor de prestação de serviços, desde a década de 1980, o número de empregados informais supera os formais em vários países do mundo, sendo esta situação traduzida simplesmente como

redução geral do emprego. Tal realidade não está circunscrita exclusivamente aos países latino-americanos, alcançando também o chamado Primeiro Mundo. Além disso, compreende tanto a exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos trabalhistas, assim como a consolidação de uma considerável mão de obra de reserva e substituição. Obviamente, ainda existem algumas possibilidades de emprego estável, mas tais oportunidades só estão sendo asseguradas a grupos muito limitados, compostos por trabalhadores qualificados e especializados que não podem ser facilmente substituídos.³¹

Assim, a queda do emprego formal e o crescimento do informal acabam gerando, em conjunto, uma ampla mudança no mundo do trabalho. À medida que os empregados formais deixam de ser a maioria de profissionais ocupados, os direitos legais duramente conquistados acabam sendo vistos como privilégios, cuja existência passa a ser entendida como um impedimento à expansão do emprego formal.³² Consequentemente, a maioria dos trabalhadores necessita buscar formas alternativas para sobreviver.

Vale recordar que, segundo o Informe do Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas, no princípio do século XXI aproximadamente um bilhão de pessoas (quase 1/6 da população mundial) vive em pobreza absoluta, como enfatizado no primeiro capítulo, com renda inferior a um dólar por dia. Outros 2,8 bilhões vivem apenas com o dobro desse valor. Sem contar que o conjunto de países pobres, onde vivem cerca de 85% da população mundial, obtém somente 21% da produção de riqueza mundial, enquanto o bloco dos países ricos, que engloba 14,8% da população mundial, fica com 78,5% da produção de riqueza material do planeta.³³

Em todos os países considerados subdesenvolvidos, ou em vias de desenvolvimento, as condições de renda das famílias, na realidade atual, não são muito alentadoras – tanto na área urbana, como na rural.

Sabemos que a maioria de lares na América Latina e nos países do chamado hemisfério Sul, apresenta muita dificuldade para chegar ao fim do mês com seu nível de gasto familiar total. Enquanto muitos se

veem obrigados a prolongar sua jornada de trabalho, outros se encontram à margem dos meios e recursos para vivenciar seus direitos sociais básicos com dignidade, sem poder desfrutar plenamente do patrimônio comum construído pela humanidade.

Frente a esse contexto contemporâneo de clara injustiça social, iniquidade e exclusão, que papel o lazer desenvolve nas sociedades latino-americanas? Veremos em seguida algumas possibilidades para discutir esse tema.

Trabalho e lazer: o desafio da humanização

Na atualidade latino-americana, podemos verificar que a ética do trabalho continua sendo valorizada e internalizada pelas populações. Nessa perspectiva, a falta de disposição para o trabalho, em geral, é vista como o principal obstáculo para a ascensão social, pois o trabalho duro e constante é considerado como a via de acesso para uma vida exitosa.

Não podemos deixar de considerar, também, o fato de que, para outros profissionais, essa ética não é reconhecida como algo que produz somente efeitos benéficos. Para esses trabalhadores, mais que o trabalho, o que importa é a própria riqueza por ele proporcionada. O trabalho é considerado, assim, como um meio capaz de proporcionar um estilo de vida mais interessante, com mais qualidade, autonomia e satisfação. De acordo com essa compreensão, a capacidade universalmente apreciada é poder escolher como levar a vida, os lugares onde viver, trabalhar e usufruir o lazer, os companheiros para compartilhar estas e outras experiências, tendo ainda a oportunidade de modificar tudo isto.³⁴

Além disso, em sociedades onde impera o trabalho abstrato vem ocorrendo a constituição de uma massa de trabalhadores excluídos do processo produtivo, ampliando a aparência da sociedade fundada na “não centralidade” da categoria trabalho, como se ele tivesse perdido esse papel na sociabilidade humana. Mas a compreensão das transformações em curso no mundo do trabalho nos obriga a ir além das aparências,

revelando que o sentido dado ao ato laboral pela lógica excludente do capitalismo neoliberal é completamente diferente do sentido que a humanidade pode conferir a ele.

Não podemos ignorar o fato de que a centralidade do trabalho é um assunto complexo, já que a sociabilidade se constrói a partir de vários componentes e, por isto, é social e historicamente determinada, demandando aprofundamentos e estudos consistentes. Antunes³⁵ comenta que no mundo contemporâneo vem ocorrendo uma maior articulação entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre as operacionais e as de concepção, entre a produção e o conhecimento científico, que se expandem fortemente na atualidade.

Assim, a busca de uma vida plena de sentido e revestida de autenticidade acaba encontrando no trabalho seu lócus primeiro de realização. De fato, tanto na família, como na escola, somos preparados para o trabalho, sendo ainda modestas e mínimas as iniciativas que nos educam para a vivência crítica e criativa do lazer. Isto não significa que uma vida gratificante se resume exclusivamente ao trabalho, o que seria um completo absurdo, como bem ressalta Antunes.³⁶ A busca de uma vida cheia de sentido também inclui o lazer, que adquire um significado muito especial para o ser social. Assim, a vida deve ser plena de sentido dentro e fora do trabalho, e a construção de uma nova realidade, mais justa, inclusiva, digna e humanizada também se constrói por meio do lazer, que adquire papel fundamental nesse processo.

Se o trabalho se torna (...) autônomo e livre, e por isso dotado de sentido, será também (e decisivamente) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do uso autônomo do tempo livre e da liberdade que o ser social poderá se humanizar e se emancipar em seu sentido mais profundo.³⁷

O lazer é um fenômeno que dialoga com o contexto e, por isto, é vulnerável e apresenta ambiguidades e contradições. Assim, o lazer pode tanto expressar formas de reforçar as desigualdades, injustiças, alienações e opressões sociais, como representar uma possibilidade de liberdade e

dignificação da condição humana. Essa consideração ressalta a necessidade de valorizar o potencial crítico, transformacional e criativo do lazer. Como foi enfatizado no segundo capítulo, o lazer representa uma possibilidade de refletir sobre a realidade em que vivemos para que possamos sonhar e lutar pela construção de sociedades mais inclusivas, justas, humanas e sustentáveis. Contudo, o lazer não deve ser visto como uma solução milagrosa para a problemática social com o objetivo de simplesmente aliviar as tensões ou compensar os dilemas que marcam profundamente o mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, o lazer pode ampliar as possibilidades para que as pessoas exerçam seu papel de sujeitos sociais, históricos e políticos no sentido de construir outras formas de ver o mundo e de estar nele. É assim que o lazer, enquanto uma necessidade humana e dimensão de cultura, pode tornar-se uma prática social comprometida com a transformação e reconstrução da nossa sociedade – seja por meio do jogo, da festa, da música, da poesia, do teatro, das expressões audiovisuais e outras manifestações artísticas, assim como por meio da criação e apropriação de novos espaços de vida comunitária, entre múltiplas possibilidades. Assim, essas e outras experiências não são vividas como um mero passatempo que gera evasão da realidade e é desenvolvido simplesmente em função de interesses consumistas e alienantes. As experiências de lazer são vividas como uma possibilidade concreta de intervir no próprio contexto enfrentando as contradições e conflitos nele presentes, muitos dos quais colocam em evidência a problemática do mundo do trabalho cada vez mais precário, desumanizado e excludente que marca não apenas as sociedades latino-americanas, mas todas as sociedades da atualidade.

Como bem disse Riesman,³⁸ o lazer não é capaz de salvar o trabalho, fracassando juntamente com ele, e só será significativo para as pessoas se o trabalho o for também.

Assim, o papel que o lazer necessita desenvolver em nossa sociedade está relacionado com a humanização da vida social por meio da ampliação do pensamento crítico e criativo sobre todas as dimensões

da vida, incluindo os próprios processos de trabalho. Trabalho e lazer necessitam ser vivenciados no interior de uma ordem social mais justa, capaz de romper com a lógica excludente comprometida com a reprodução e a manutenção do *status quo*.

Sem dúvida, na atualidade latino-americana tudo isto ainda é um desafio pendente, porque nossas realidades são fortemente marcadas por exclusões de distintas naturezas, que equivocadamente mudam o sentido do lazer ao vê-lo, quase exclusivamente, como um privilégio, em vez de ser reconhecido como uma necessidade humana fundamental que, em muitos países, é tratado como um direito social, constituinte da cidadania.

Consideramos que um dos muitos desafios pendentes será a busca de fundamentos que permitam reconhecer, compreender e sistematizar conhecimentos sobre as práticas latino-americanas cotidianas de lazer. Desse modo, consideramos que o campo das vivências cotidianas de lazer requer aprofundamentos críticos por se tratar de uma realidade cambiante e emergente no contexto latino-americano atual.

Por último, acreditamos ser importante ressaltar o desafio de continuar repensando essas temáticas no contexto latino-americano, pois o assunto é inesgotável e, incontestavelmente, pode colaborar com a urgente necessidade de humanização de nossas sociedades atuais. Como visto, é necessário e imprescindível encontrar novos caminhos que possam colaborar com a construção de projetos de sociedades comprometidos com a justiça social, com a equidade e com a solidariedade, o que põe em evidência a importância do lazer e da educação, tema que será discutido no próximo capítulo.

Capítulo 5 | América Latina, educação e lazer

Este capítulo tem como objetivo refletir sobre a crise social, educativa e ecológica da atualidade, resultante de um modelo de produção/consumo de mercado – privado ou estatal –, baseado na crença de que o crescimento econômico gera progresso e que isso sempre equivale a desenvolvimento humano. Algumas das perguntas que ficam em aberto são: Qual é o custo social e ecológico desse crescimento, progresso e desenvolvimento neoliberal capitalista, especialmente para as sociedades latino-americanas? De que maneira a educação tradicional favorece a perpetuação desse modelo? A partir de quais perspectivas a educação poderá colaborar com a transformação social dessa realidade? Como o lazer poderá contribuir com esses desafios na América Latina?

Busca-se neste capítulo encontrar caminhos alternativos para promover uma mudança paradigmática em âmbito epistemológico, político e educativo que faça frente a algumas das alarmantes realidades sociais e ecológicas do presente. Pretendemos encontrar pistas a partir das quais se pode *diseñar*¹ a almejada transformação social das sociedades latino-americanas para que sejam solidárias, participativas, sustentáveis e inclusivas. Para isso, consideramos que a contribuição do

lazer em seu potencial aporte para uma aprendizagem transformacional é fundamental.

A necessidade de promover um câmbio de paradigma

Como ponto de partida, afirmamos que as sociedades humanas atuais, de forma global, requerem urgente e profundo câmbio de paradigma. Esclarecemos que utilizamos o conceito de paradigma no sentido de cosmovisão, que se traduz na forma de entender o mundo e atuar nele, já que existem problemáticas que evidenciam uma situação preocupante de crise global e de emergência planetária.

No campo social a situação é alarmante, chegando a níveis lamentáveis no que se refere à degradação de valores. Isso se expressa por meio da violência, da exclusão e da pobreza material vivida por uma parte importante da humanidade, elementos que se contrastam com o extremo nível de concentração de riqueza econômica em que vivem poucos privilegiados.

Para entendermos a gravidade dos níveis de iniquidade e de injustiça social existentes, basta lembrar que, como mencionamos anteriormente, cerca de um bilhão de pessoas passam fome todos os dias, enquanto o maior milionário do mundo possui uma fortuna pessoal de mais de 70 bilhões de dólares. Somado a esse impactante contraste, alguns dos negócios mais rentáveis da atualidade são o tráfico de armas, de drogas, de seres humanos e a especulação financeira, indicativos que mostram claramente o tipo de sociedades que temos construído.

Paralelamente, acontecem verdadeiras pandemias sociais, tais como a perda da diversidade cultural, produto da tão aplaudida globalização neoliberal, que, em muitos casos, se traduz em uma homogeneização cultural. Destacamos, ainda, o surgimento cada vez maior de máfias organizadas (nacionais e internacionais) e as várias formas delitivas e criminais. O preocupante consumismo em suas diversas formas, vinculado ao sobre-endividamento da população na busca de ter mais e mais.

Além disso, constatamos múltiplas expressões de segregação, tais como a aporofobia (rejeição dos pobres), racismo e xenofobia, machismo, sexismo, fundamentalismos religiosos e/ou nacionalistas e todos os variados tipos de violências cotidianas, sem contar o aumento de novas patologias físicas, psíquicas e sociais. Entre elas, destacamos as inúmeras enfermidades causadas pelo estilo de vida atual, a desnutrição, a obesidade, a anorexia e a bulimia, o estresse e a depressão, a ansiedade, o individualismo, a apatia política, o alcoolismo, a farmacodependência e a drogadicção, assim como as distintas possibilidades de consumismo, entre tantas outras produzidas pela dificuldade de satisfazer adequadamente as nossas necessidades humanas.²

Podem ser citadas, ainda, as variadas formas de contaminação, sobre-exploração e degradação ecológica e ambiental que abarcam, praticamente, todo o planeta, e que sem dúvida geram novas enfermidades. Entende-se que o fenômeno é amplo e complexo, e somente para sintetizar, assinalamos os desequilíbrios climáticos, com todas as suas impensáveis alterações; as variadas formas de mutações e perda de biodiversidade em ecossistemas aquáticos e terrestres; a alarmante diminuição de água doce em nível global e a privatização desse recurso natural; a desertificação e a erosão de amplos territórios; os desastres ecológicos cotidianos e excepcionais, que geram a crescente morte da natureza e da vida planetária, entre tantos outros problemas em aumento.³

Na área do conhecimento, considerando mais especificamente a ciência e a tecnologia, a teoria da complexidade vem mostrando o inadequado dos arcaicos modos de atuar nesse campo. É assim que as formas clássicas da ciência mediante a disjunção, parcelamento, reducionismo, mecanicismo e simplificação dos saberes não somente afetam a possibilidade do conhecimento dos conhecimentos, como também nosso conhecimento sobre nós mesmos e sobre o mundo. O crescimento de saberes separados e de disciplinas fragmentadas faz com que cada um, especialista ou não, ignore cada vez mais o saber existente, surgindo um novo obscurantismo e uma mutilação do saber.⁴ Consequentemente, predomina uma ciência cada vez mais ligada cegamente à tecnologia, perdendo em muitos casos a consciência (com-ciência) dos efeitos

negativos, não desejados ou impensados, que suas ações geram. Por essa via, existe uma crescente mutilação da vertente ética do saber humano.

Constata-se, ainda, uma profunda insatisfação com o atual sistema educativo formal, por ser pouco efetivo na constituição de seres humanos criativos, proativos, conscientes e transformadores. Em geral, o sistema educativo gera sujeitos reprodutores e funcionais ao modelo vigente, mesmo ciente de que esse modelo apresenta características excludentes e desumanas para amplos contingentes populacionais de vários países do mundo, notadamente na América Latina.

De acordo com o relatório da Unesco⁵ sobre a educação formal na América Latina, a pobreza econômica é um dos mais poderosos fatores da marginalização na educação. As pesquisas indicam que uma das razões que impossibilitam a frequência das crianças na escola é a pobreza material em que muitas famílias latino-americanas se encontram. Isso vem acontecendo até mesmo nos países onde a educação básica é um direito, pois o custo dos uniformes, transportes, livros e material escolar pode representar um obstáculo para que as crianças ingressem na escola e concluam seus estudos. Mesmo que os índices de pobreza absoluta na região latino-americana e caribenha sejam mais baixos do que em outras regiões dos chamados países em desenvolvimento, mais de 90 milhões de pessoas seguem vivendo com menos de 2 dólares por dia. Ademais, o aumento dos preços dos alimentos e a crise financeira mundial comprometeram os esforços em busca da redução da pobreza.⁶

Sabemos que a desnutrição prejudica e impede o adequado desenvolvimento educacional das crianças, tendo também uma relação direta com o ingresso tardio na escola e com o seu abandono antes dos ciclos primários serem finalizados. Ainda segundo o documento elaborado pela Unesco, existem graves problemas na região. A realidade latino-americana indica que aproximadamente 9% das crianças nasceram com peso insuficiente. No Equador, Haiti e Trinidad e Tobago esse percentual é maior, afetando uma entre cada seis crianças. Na República Dominicana, El Salvador, Guatemala e Suriname, entre 31 e 39% das crianças que ingressaram na escola primária a abandonaram antes de terminar o último ano letivo, e na Nicarágua, essa porcentagem se eleva

para 56%. Outro exemplo é a repetição escolar, que também representa um sério problema em alguns países latino-americanos: segundo o relatório da Unesco, em 2005 a porcentagem média de alunos repetentes do primário ultrapassou 15% no Suriname e se aproximou de 19% no Brasil, enquanto no conjunto da região foi inferior a 4% em 2007. O Brasil é o oitavo país do mundo em termos de adultos analfabetos, contando com 14 milhões de pessoas nessa situação. Na Guatemala e na Nicarágua as taxas de analfabetismo alcançam um percentual superior a 20%, enquanto no Equador, El Salvador, Honduras, Jamaica e na República Dominicana essas taxas oscilam entre 11 e 18%.

O relatório da Unesco também revela que 9% da população adulta da América Latina (cerca de 36 milhões de pessoas) não desenvolveram as competências elementares da leitura, escrita e cálculo, que são necessários para a vida diária. Em relação a essa realidade, nos perguntamos quantos alunos ingressaram em cursos de nível superior apresentando analfabetismo funcional, ou seja, tendo completado o ensino médio sabendo pouco sobre o que foi ensinado.

Frente a essa realidade, ressaltamos o desafio de construir uma educação contextualizada e crítica que parta do subjetivo chegando ao coletivo, da ética chegando à estética. Uma educação centrada no sujeito que aprende, valorizando seu papel histórico e social. Algo tão considerado no plano teórico, mas tão pouco aplicado nas práticas educativas que, tradicionalmente, estão distantes desses ideais, como destaca Calvo:

Desde pequenos nos fizeram crer que estudar era difícil, que o jogo estava proscrito enquanto aprendíamos e que o fracasso escolar sucedia porque não nos dedicávamos o suficiente. Ensinaram-nos que estudar deveria ser feito sozinho, em algumas ocasiões em grupo, em silêncio e concentrado. Não havia que se distrair, e para evitar isso, deveríamos controlar a imaginação, que era representada como “a louca da casa”. Qualquer relação banal que fizéssemos com a matéria, mas que parecesse alheia ao tema em questão, era deixada de lado, pois nos distraía do estudo. Somente havia que perguntar diretamente sobre o que estava sendo tratado. Por isso, perguntávamos pouco. Não sabíamos o que consultar, pois não entendíamos o que nos ensinavam.⁷

Com essas considerações preliminares é possível constatar a existência de uma crise que diz respeito a várias dimensões da nossa vida social. Entretanto, o que é uma crise? Attali⁸ a entende como a larga e difícil reescrita que separa duas formas provisionais do mundo, aquela que, ao menos em parte, entende ser necessário abandonar as dificuldades por se considerar incapaz de resolver os problemas, e esta outra forma distinta que precisamos alcançar: aquela que estimula a busca de alternativas inovadoras e de novos caminhos que possibilitem reconstruir a sociedade, gerando as transformações que se requerem e que muitos de nós almejamos.

Ao ver que em grande medida a nossa crise atual é produto de falsas crenças que se traduzem em determinadas formas de produção e consumo, é indispensável realizar uma mudança paradigmática facilitada pela educação. Uma revolução educativa de consciências e de condutas, para a qual se necessita remover mitos e crenças amplamente arraigados no pensamento ocidental.

Entendemos que alguns desses mitos e crenças podem ser sintetizados nos seguintes enunciados:⁹

- Crença na existência de um ideal civilizatório. O que se traduz na naturalização e universalização do ideal ocidental de modernidade e de progresso e se expressa na crença em um modelo de desenvolvimento único e superior, social de mercado, neoliberal e capitalista. Esse mito não permite o reconhecimento da existência de outras alternativas possíveis.
- Crença que a responsabilidade primeira da educação formal é preparar as pessoas para que atendam às necessidades e interesses desse modelo civilizatório, adaptando-se a ele de forma passiva e acrítica.
- Crença de que o modelo escolarizado de ensino é a principal forma de adquirir conhecimentos, desconsiderando outras formas de educação extraescolar que são tão ou mais efetivas do que a educação formal.
- Crença no progresso contínuo, como se o desenvolvimento das sociedades humanas fosse sempre sinônimo de avanço em uma dada realidade. Isto se expressa em uma incapacidade de autocrítica para provocar os profundos câmbios requeridos.

- Crença na ciência ocidental como verdade absoluta e superior, o que se traduz na incorporação de tecnologias externas que não necessariamente serão apropriadas pelas realidades locais específicas, desconsiderando todos os outros saberes existentes: populares, indígenas, comunitários, espirituais e outros não ocidentais – que são tratados como não válidos e pouco rigorosos.
- Crença na capacidade da tecnologia humana para transformar e controlar todos os processos naturais e reverter todos os efeitos indesejados, assim como a desconsideração dos efeitos não previstos e prejudiciais da ação científica e tecnológica no mundo.
- Visão da natureza como objeto de uso, o que se traduz em um desmedido antropocentrismo.
- Crença na existência de uma natureza planetária ilimitada, o que se traduz na desconsideração e desrespeito aos limites da natureza planetária.
- Crença em que mais é igual a melhor. Isto é, que o crescimento econômico será sempre bom e positivo, o que se traduz em sobre-exploração de recursos e contaminação desmedida, sem considerar os limites naturais.

Como pode ser observado, os desafios são grandes, já que demandam superar muitos mitos que são a base do projeto capitalista neoliberal, os quais estão arraigados nas práticas educativas (formal e informal, destacando-se a televisão) e nas atividades de produção e consumo estruturantes desse modelo na América Latina e em todo o mundo. Nessa perspectiva, ressaltamos a urgente necessidade de realizar mudanças no sentido de conseguir superar, ou ao menos enfrentar, as alarmantes e crescentes problemáticas sociais, ecológicas, políticas, econômicas e educacionais verificadas na atualidade. Sendo assim, deve-se assumir a crise atual como uma possibilidade de realizar o salto qualitativo que se precisa, para o qual uma educação para a aprendizagem transformacional, na América Latina, será um elemento essencial, protagônico e decisivo em todo esse processo.

Educar para outros mundos possíveis

Ao falar de transformação, basicamente se faz alusão à ideia de mudança de um estado existente a outro distinto. É assim que tudo, tanto o inerte como o vivo, mesmo que seja de forma imperceptível, sempre está em constante transformação. A “revolução” vai mais além, ao se referir a uma mudança que aponta a alterar radicalmente este preexistente, buscando melhorar e aperfeiçoar o que está defasado em relação ao que se necessita, assim como identificar o que é preciso mudar em um momento específico. Entendida dessa forma, a revolução busca satisfazer a solicitação que o novo impõe.

O universo é dinâmico e está em constante mudança. Nada é estático e a força do novo permanentemente vai abrindo caminhos à inovação, ao incerto e ao imprevisível, que, de forma inevitável, vai surgindo. Mesmo que não percebamos, as tensões entre as forças antagônicas do velho e do novo, a continuidade e a alteridade, estão lutando de forma permanente, até que, finalmente, se produz esta impostergável transformação e alteração da ordem anterior existente.

No humano ocorre algo similar, e é assim que no transcurso da história temos visto como se vão produzindo colapsos de culturas e sociedades completas, com transformações impensadas. Em muitos casos, isso impossibilita a sobrevivência da cultura e o desenvolvimento da humanidade em seu conjunto.

Para manter a ordem do preexistente, parece que existe uma forte tendência humana a apegar-se ao conhecido, ao prévio, à certeza e àquilo habitualmente presente no antigo. Quando se aceita as mudanças, em geral, isso ocorre somente como continuidade do preexistente, mas não como uma ruptura radical com o prévio. Que, para os seres humanos, pode ser devido principalmente a razões culturais, já que na história da humanidade existiram algumas culturas que conseguiram visualizar a necessidade de transformar seus estilos de vida. Tal como assinala Diamond,¹⁰ esses grupos se abriram à inovação encontrando formas de incorporar as mudanças que possibilitaram transformações significativas,

permitindo a sobrevivência de sua sociedade, vencendo a morte e o colapso enquanto cultura.

É assim que as mudanças requeridas para desenvolver novas práticas educativas – não apenas na educação formal, pois essas práticas incluem o conjunto da sociedade e as atividades humanas como um todo – devem partir da aceitação do outro, permitindo-o que se expresse livremente, de acordo consigo mesmo, com seu ritmo e sua emoção; valorizando e escutando seus pontos de vista e suas formas de entender a realidade. Tudo isto buscando, intencionalmente, o desenvolvimento da imaginação e do talento criativo, elementos tão necessários quando sonhamos com outros mundos possíveis.

Será importante entender que os seres humanos são inerentemente sociais. Estamos de acordo com Olson,¹¹ quando afirma que em nosso DNA, mais que existir um gene egoísta e individualista, o que prima é a sociabilidade, manifestada na necessidade de interação com os outros, como um impulso à busca do afeto, da empatia e da solidariedade.

Tal como disse Maturana, entendemos que “a emoção fundamental que faz possível a história da hominização é o amor”. Assim, “o amor é a emoção que funda o social; sem aceitação do outro na convivência não há fenômeno social”.¹²

Desse modo, se necessita desenvolver uma educação ética e afetiva baseada no princípio básico da solidariedade, entendida como expressão de empatia e de amor a outros, incluindo o mundo. Isto é de vital importância na construção de sociedades sustentáveis, já que, como foi destacado, os níveis de iniquidade atual são alarmantes, o que demanda uma urgente solidariedade intrageracional, isto é, solidariedade entre os seres humanos de hoje. É necessário, também, pensar nas gerações futuras, isto é, solidariedade intergeracional. Ademais, é imprescindível desenvolver comportamentos solidários com a natureza e com a vida em seu conjunto.

Ampliando essas ideias pela perspectiva pedagógica, contrariamente ao habitual, torna-se importante reconhecer o valor do equívoco e do erro como elementos necessários que possibilitam a aprendizagem dentro e

fora da escola. É preciso deixar que as dúvidas, as perguntas, incertezas, vacilações, ambiguidades, conflitos e contradições se expressem como fatores-chave para motivar a aprendizagem através da geração de novos conhecimentos, possibilitando assim novas perguntas mais profundas e críticas contextualizadas, no sentido de problematizar a realidade. Se não se trabalha com as perguntas, com a possibilidade do erro e da contradição, e somente se focaliza o acerto e o que se sabe, não se estará aberto ao incerto e desconhecido. Assim, será muito difícil aprender algo novo e gerar novos saberes por meio da problematização da realidade. Portanto, é necessário conectar os novos conhecimentos com tudo o que não se sabe, com as incertezas e com os saberes próprios do sujeito que aprende. Somente reconhecendo os erros e descobrindo como poderemos aprender com eles poderemos superá-los.

Partindo-se dessas premissas, educar para outros mundos possíveis é educar *pelas/para as* perguntas, *pela/para a* cooperação e a solidariedade, o afeto, o respeito e a valorização da vida. Valorização dos outros similares a mim, mas, por sua vez, valorizando os outros distintos, únicos e singulares. Desse modo, torna-se necessário ter consciência de que, apesar de todos os conhecimentos que possamos ter, sempre existirá muito mais que desconhecemos. Mais do que ser um problema para a educação, isto se torna um incentivo para seguir perguntando, indagando, investigando e aprendendo. Isto é o que Paulo Freire¹³ chamou de curiosidade epistemológica, algo que deverá transformar-se na alma de todo processo educativo ao ser estimulado de forma consciente e intencional.

Em outros âmbitos, também será necessário ressignificar a compreensão dos processos de aprendizagem e do ato de ensinar não como algo imposto e sem consideração, tampouco sem respeito pelo sujeito que aprende. Nesse sentido, torna-se essencial revalorizar a educação não somente como um processo de transmissão de conhecimentos, ampliando sua compreensão ao ser entendida como problematização, construção e criação de conhecimentos pelo/para o próprio educando. Isto significa mudar o foco geralmente colocado no ensino, para a aprendizagem. Como indica Freire,¹⁴ ensinar já não será somente

transferir conhecimentos, mas criar possibilidades de sua produção ou de sua construção, entendendo isso como um processo contínuo e permanente, no qual quem ensina aprenda ao ensinar, e quem aprende ensine ao aprender.

Ao valorizar a compreensão complexa da realidade reconhecendo a possibilidade de múltiplas perspectivas para entender um mesmo fenômeno, compreendemos que várias delas, ao mesmo tempo, poderão ser válidas e interessantes. Isso significa abrir a educação para uma perspectiva dialógica, complementar e não excludente, nem possuidora de uma verdade única, absoluta e superior. Isto é medular para penetrar no mundo da complexidade social, ambiental e ecológica, sendo também essencial para desenvolver o princípio ético da aceitação e valorização da diversidade humana e cultural.

Retomando o pensamento de Maturana, verificamos que:

(...) o educar se constitui no processo no qual a criança ou o adulto convive com o outro e, ao conviver com o outro, se transforma espontaneamente, de maneira que seu modo de viver se faz progressivamente mais congruente com o outro no espaço da convivência. O educar ocorre, portanto, todo o tempo; de maneira recíproca, como uma transformação estrutural contingente a uma história no conviver, o que resulta que as pessoas aprendem a viver de maneira que se configuram segundo o conviver da comunidade de onde vivem. A educação como “sistema educacional” configura um mundo e os educandos confirmam, em seu viver, o mundo que viveram em sua educação. Os educadores, por sua vez, confirmam o mundo que viveram ao serem educados no educar.¹⁵

Seguindo os fundamentos propostos por Maturana,¹⁶ ressaltamos a importância de que as pessoas se desenvolvam como seres humanos à medida que se aceitam e respeitam a si mesmas e aos outros, em um espaço de convivência no qual, por sua vez, os outros se aceitam e respeitam a si mesmos e aos demais. A negação do outro será uma limitação que se anseia corrigir; cada pessoa precisa aprender a aceitar e a respeitar a si mesma e aos outros.

Educar para a solidariedade e a cooperação, a liberdade e o ser autêntico, para a capacidade de escolher baseado em princípios éticos e estéticos é educar para optar, apelando a nossos valores e utilizando nosso pensamento criativo e nossa capacidade crítica, sendo guiados não somente por hábitos, modas, ordens ou estereótipos alheios a nossa própria essência e consciência. É também educar para o reconhecimento, o respeito e a valorização da diversidade cultural.

Sobre esse aspecto, é importante reconhecer que a América Latina é constituída por sociedades pluriculturais e multiculturais, que contêm dentro de si diversas culturas, que, em muitos casos, não se respeitam, tampouco se valorizam. A região apresenta grande variedade de povos com todas as suas diversas expressões, tradições culturais e experiências de lazer. Dessa forma, a educação na América Latina precisa configurar novas relações entre identidades globais e locais, entre diversidades e identidades, desafio que nos instiga a avançar no sentido de compreender a complexidade inerente a nossa condição humana em suas múltiplas formas e expressões.

Na América Latina já existem desenvolvimentos teóricos que procuram resgatar a pluralidade e a diversidade que deve orientar os debates sobre o tema. Alguns fundamentos desenvolvidos nesse âmbito são interessantes, mas, em muitos casos se mostram insuficientes para enfrentar os limites verificados nas realidades latino-americanas, como é o caso do multiculturalismo e do hibridismo cultural.

O multiculturalismo é válido porque reconhece a existência de culturas diferentes ao negar uma cultura única, mas, ademais de sua vertente crítica – que procura denunciar hierarquias e exclusões, valorizando os movimentos de resistência – não avança em termos de gerar diálogos e integrações mais consistentes e críticas entre as distintas culturas. Assim como o multiculturalismo, o hibridismo desconsidera a simultaneidade de culturas, sociedades, valores e tempos/espços sociais *da/na* América Latina. Dessa forma, predominam práticas, representações e conceitos hegemônicos.

Como mencionamos anteriormente, a norma civilizatória tida como válida, natural, universal e superior concebe outras culturas como

atrasadas e pouco evoluídas. Partindo-se dessas premissas, muitas práticas culturais foram/são subvalorizadas e menosprezadas; muitos aspectos importantes da história latino-americana foram/são silenciados e muitos processos foram/continuam sendo mutilados e desterrados. As pessoas passam a acreditar que existem somente duas culturas: uma delas é a moderna, concebida como avançada e certa; a outra, por sua vez, é um bloco composto por incontáveis culturas latino-americanas, vistas como atrasadas, primitivas, selvagens e sem valor. Essa crença é uma falácia amplamente difundida, que, em um nível macro, mantém antigas formas de dominação social, e no nível individual, transmite e ensina formas de negação da própria identidade e desprezo da própria cultura à qual se pertence.

Ontem, hoje e sempre é imprescindível desvelar os conflitos do presente e buscar a transformação social, no sentido de valorizar e promover diálogos frutíferos entre as incontáveis culturas da América Latina, tendo em conta os muitos desafios já anunciados. Para isto é necessário nos comprometermos com a constituição de práticas culturais/educativas baseadas em relações de reciprocidade, e não de hierarquização. Esse desafio demanda, inicialmente, construir uma forma distinta de sentir, pensar e fazer, para reconstruir e ressignificar os fundamentos incorporados e assimilados como naturais e verdadeiros, que, na maioria das vezes, somente encobrem variadas formas de opressão, exclusão e injustiças.¹⁷

Sendo assim, consideramos que uma alternativa possível é fomentar explícita e decididamente uma ética transcultural que ponha ênfase no respeito e valorização das diferenças, sabendo que esse é o desafio de uma educação intercultural consistente e transformadora, que consiga superar sua própria debilidade.

Nesse sentido, o interessante será descobrir que “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa.”¹⁸ Por isto recobramos a convicção de que existem caminhos

alternativos para avançar em busca de outros horizontes latino-americanos de reciprocidade, diálogo, tolerância e valorização das diferenças e das singularidades.

Isso implica, muitas vezes, transgressão e subversão, enquanto crítica e mudança de modos de entender, sentir e agir. Essa transgressão, em geral, pode significar uma percepção do inusitado, do inesperado em nossas ações e reações, do diferente. Tudo isso pode levar à reflexão e à tomada de posição pelo deslocamento de significados cristalizados e destituídos de crítica ou reflexão,¹⁹ condições básicas para alcançar a solidariedade, a reciprocidade e a transformação.

Caminhando em busca de uma educação transformadora, crítica e criativa, Paulo Freire²⁰ esclarece que toda prática educativa implica concepções de seres humanos e de mundo, as quais constituem a energia que motiva e impulsiona as pessoas em alguma direção. Esse sujeito individual/coletivo é capaz de sentir, pensar e agir criticamente, uma vez que tem clareza quanto ao seu ponto de partida e de chegada, estando disposto a construir e a reconstruir rotas de percurso que o permitam caminhar continuamente – mesmo que não seja a passos largos, rápidos e sempre exitosos. Dessa forma, o educador chama a atenção para as implicações decorrentes das crenças e dos valores que determinam a ação humana, ressaltando a importância de termos uma percepção crítica da realidade, com vistas a uma ação transformadora.

Nessa perspectiva intercultural ampliada, a educação deixa de ser assumida, como indica Fleuri,²¹ como um processo de formação de conceitos, valores, atitudes a partir de uma relação unidirecional, unidimensional e unifocal conduzida por procedimentos lineares e hierarquizantes, passando a ser entendida como um processo de aprendizagem construído pela relação tensa e intensa entre diferentes sujeitos, criando contextos interativos. A educação está dinamicamente conectada com diversos contextos em relação aos quais os diferentes sujeitos desenvolvem suas respectivas identidades. É assim que a educação se torna

uma possibilidade criativa e propriamente formativa, ou seja, estruturante de movimentos de identificação subjetivos e socioculturais.

O conceito de interculturalidade pode, portanto, contribuir com a reconstrução de um pensamento crítico – outro –, um pensamento crítico de/desde outra forma e lugar, precisamente por três razões principais: (a) porque está vivido e pensado desde a experiência da colonialidade; (b) porque reflete um pensamento não baseado nos legados eurocêntricos ou da modernidade referenciada em uma temporalidade única e estabelecida desde a Europa; (c) porque tem sua origem no “sul”, dando assim uma volta na geopolítica dominante do conhecimento que tem sido centrado no “norte” global.²²

Desse modo, como destaca Walsh, a interculturalidade representa:

(...) um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade. Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença. Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados. Uma tarefa social e política que interpela o conjunto da sociedade, que parte de práticas e ações sociais concretas e conscientes e tenta criar modos de responsabilidade e solidariedade.²³

Enfatizar o caráter relacional e intercontextual dos processos sociais permite reconhecer a complexidade, a singularidade, a diversidade, a polissemia, a fluidez e a relacionalidade dos fenômenos humanos e culturais, trazendo implicações importantes para vários campos, entre os quais se destaca o lazer enquanto uma possibilidade de aprendizagem transformacional.

Contribuições do lazer para *disoñar* outros horizontes latino-americanos

Nessa perspectiva se considera necessária uma transformação educativa que abra as portas para o lazer e que critique a lógica produtivista e exclusivamente acumulativa inerente ao sistema educativo/produtivo atual, que é o reflexo de um modelo social mais amplo, economicista e cientificista – gerador, em grande medida, da crise global atual. Nesse caminho de transformação, o professor-educador necessita abrir-se para o seu próprio processo de aprendizagem transformacional e descobrir seu novo papel de mediador e facilitador, colaborando com a formação de pessoas que, por si mesmas, optem pelo que as afeta e o que desejam ser, deixando de lado sua passividade. Tornando-se, assim, tanto o professor como o estudante, pessoas responsáveis de suas próprias opções, de seu próprio lugar político, histórico e existencial. Capazes de escolher os destinos que desejam construir para si mesmos e para a humanidade em seu conjunto. Dessa forma se aprenderá algo medular e que nunca se esquecerá, isto é, serem responsáveis por si mesmos, por suas decisões, pelos próprios atos e consequências deles advindas.

Então, *disoñar* uma nova educação a partir do lazer é um imperativo pedagógico, político, histórico, social e cultural, além de representar uma necessidade urgente se queremos ascender a essa inovação e transformação social, buscando dar um salto quântico decisivo como sociedades e como espécie humana. Nessa perspectiva, será necessário realizar essa virada radical na forma de conceber a educação formal, ao reconhecer que:

Na escola (atual) não se aceita que os processos educativos sejam paradoxais, holísticos e sinérgicos, contraditórios, ambíguos e incertos. Tampouco compreende que além de serem racionais, são emocionais; que se pode explicar muito sobre sua natureza em relações de causa e efeito; há muito mais que não é possível explicar devido ao caráter fortuito, ocasional e circunstancial que os processos educativos possuem.²⁴

Pelo que foi abordado, entendemos que o lazer pode ser um dos elementos decisivos e inovadores que possibilitam essa transformação de consciências e práticas (tanto dentro como fora da escola), que requeremos como humanidade para alcançar sociedades sustentáveis. Ao possibilitar uma visão crítica da realidade social e a valorização de novas perspectivas alternativas ao modelo hegemônico do estilo de vida atual, estar-se-á abrindo um potencial transformacional frente ao sistema social vigente. Muitas vezes, para iniciar uma mudança é necessário, primeiramente, saber que existem outros caminhos. Para se abrir ao novo e acreditar que o impossível é possível, é necessário acreditar nas novas alternativas existentes.

Nesse sentido, o lazer pode ser um ponto de partida para realizar essa conexão do sujeito consigo mesmo, com sua essência e com sua(s) identidade(s), algo que sem dúvida é mais amplo que unicamente sua individualidade, já que também envolve conectar-se com sua realidade social, sua cultura e sua história, o que exige um posicionamento político e gnoseológico frente a seu contexto e às demais pessoas.

Abrir tempo e espaço para a expressão do que é essa pessoa permite reavivar e revalorizar as clássicas perguntas: “Quem sou? O que quero fazer com minha vida? Qual o sentido da minha existência neste mundo?” Assim, essas perguntas adquirem valor para esse sujeito individual e social que aprende cotidianamente, que rompe com sua passividade e se abre à possibilidade de eleger sobre o que o afeta, e sobre as formas de alcançar seus sonhos e anseios. Isto entregará a possibilidade de se atrever a vivenciar o lazer com uma atitude própria e, potencialmente, transformacional.

Nesse âmbito, as experiências de lazer vividas a partir das diversas formas de educação (geralmente denominadas de formal, não formal e informal, ou mesmo de escolarizada e não escolarizada) podem ser reconhecidas como um princípio de construção de cidadania – planetária e não excludente –, elemento base para a implementação de ações comprometidas com a inclusão, com a participação social e com o desenvolvimento de uma consciência ambiental para a sustentabilidade ecológica e social.

Articular o lazer e a educação com a sustentabilidade não é algo tão simples, mas, sem dúvida, é uma interessante perspectiva na qual avançar, tendo em vista a busca de caminhos alternativos para a transformação social. Esse vínculo pode traduzir-se em um fazer que, idealmente, reconheça a importância do desfrute, da livre escolha e da satisfação pessoal, parte essencial dos objetivos de toda ação educativa.

Essa relação poderá ser vivida nos processos de ensino-aprendizagem, pensando em espaços e tempos educativos que motivem e que despertem o interesse dos participantes ao mostrar o sentido de fundo dos conhecimentos abordados, assim como os múltiplos significados que podem ser construídos a partir deles. Assim, será necessário compreender as múltiplas relações, vínculos, conexões, influências e afetações recíprocas existentes na realidade (viva e inerte). Isto será um elemento determinante no momento de desenvolver novas possibilidades para se compreender o real e construir, ativamente, outro lugar no mundo.

Incorporando a ludicidade, a livre escolha e o desfrute na busca do desenvolvimento e da realização pessoal, estimulando a (re)descoberta de sentidos profundos por parte dos participantes, é um desafio de toda educação para a sustentabilidade. Educação centrada em uma aprendizagem transformacional com ênfase nas perguntas, no futuro e na inovação, de modo que o lazer possa ser um dos elementos mobilizadores desse processo.

Freire²⁵ expressa, como ponto de partida para transformar a realidade, a análise e compreensão crítica do ser humano sobre si mesmo e sobre o seu contexto, como existentes no mundo e com o mundo, deixando gravadas as suas marcas distintivas, o seu pensar, o seu criar, o seu agir, os seus valores. Além disso, salienta a necessidade de problematizarmos e superarmos antigas dicotomias que fomos incorporando, pois todas trazem implícita uma relação de hierarquização. Ao pensar nas relações mente/corpo, razão/emoção, homem/mulher, branco/negro, escrito/oral, norte/sul, Ocidente/Oriente, por exemplo, automaticamente constata-se a situação de privilégio e supremacia do primeiro termo em detrimento do segundo.

Essas dicotomias, fragmentações e hierarquizações necessitam ser enfrentadas de modo urgente para que a transformação social e a construção de um mundo mais humano e solidário sejam possíveis. Isto pode ser feito a partir de muitas frentes, mas nossa perspectiva é que o lazer ressignificado, problematizador, crítico, sinérgico e transformacional pode ser uma (e não a única) ferramenta importante para mobilizar experiências interculturais e educativas contra-hegemônicas, contribuindo assim com uma aprendizagem para a transformação social e cultural. Previamente, é fundamental reconstruir as crenças anteriormente discutidas, entre outras, que estão arraigadas na estrutura condicionada e aprendida de cada ser humano e que impedem a mobilização, o questionamento e a resistência à ordem social injusta e excludente que predomina na América Latina. Estes são alguns dos elementos que consideramos essenciais para alcançar uma ética transcultural.

Nesse sentido, o lazer se reveste de um potencial significativo para enriquecer as práticas educativas a partir de distintas linguagens, que podem, a partir de uma lógica diferente da tradicional/excludente, ampliar a compreensão sobre nós mesmos e sobre o mundo em que vivemos. Com isso, precisamos avançar na concepção e ação para que as práticas recreativas sejam também educativas em uma perspectiva crítica; para que uma educação lúdica seja também problematizadora, transformadora e até subversiva, estando aberta a incluir diversos campos, tais como a família, os ambientes de trabalho, os espaços educativos, os meios de comunicação, as ruas, as comunidades locais, regionais, nacionais e internacionais, entre tantos outros.

Assim, o tempo/espaço social de lazer, por meio de diferentes experiências, pode contribuir com a reelaboração de valores e caminhar em direção ao processo de reconstrução de nossa sociedade pelo prisma da ética transcultural. Enquanto uma dimensão da cultura, o lazer é um fenômeno que pode aguçar as sensibilidades (sensibilidade que está relacionada ao plano sensorial, mas que precisa ser também sensibilidade afetiva e não somente racional; que precisa ser artística, estética, ética, social, política, ecológica etc.), ajudar as pessoas a se conectarem com si mesmas e com seu contexto, estimular a pensar sobre as sociedades para transformá-las e refletir sobre aspectos mais amplos.

Essa mudança de mentalidade, já identificada há muito tempo e amplamente incorporada no plano do discurso, necessita urgentemente se concretizar na cotidianidade. Por isso, acreditamos que o lazer pode significar uma possibilidade de aprendizagem transformacional, já que:²⁶

- O lazer pode ser um campo de produção de novos conhecimentos, individuais e coletivos.
- Pode oferecer novas possibilidades para o desfrute do tempo/espaço social, ampliando a capacidade humana de identificar o que nos afeta e de sonhar com mundos distintos e sustentáveis.
- Pode ampliar a possibilidade de pensar em uma vida diferente (individual e coletiva), plena de sentido, abrindo-se à alteridade, ao diálogo e ao intercâmbio cultural.
- Pode significar uma possibilidade de construir um bom viver, que problematize a ideologia do progresso e valorize todas as dimensões da vida em sociedade e não somente a lógica da produção/consumo como o mais importante.
- Pode outorgar uma abertura ao criativo, à busca da liberdade e à criação de identidades.
- Pode entregar a possibilidade de repensar criticamente as sociedades atuais e o lugar dos seres humanos dentro delas.
- Pode ser um tempo e espaço para a humanização da vida individual e coletiva, para/pela sustentabilidade.

Em suma, os conhecimentos e as interpretações desenvolvidas neste capítulo são somente uma das múltiplas facetas que estimulam os olhares sobre a educação, a sustentabilidade, a interculturalidade e o lazer na América Latina. Reafirmamos que essa região necessita de novas leituras de suas histórias. É imprescindível ampliá-las e aprender com elas para construir estratégias de empoderamento que possibilitem sonhar com outros futuros, marcados por outras referências em que a alteridade e a solidariedade sejam realidades presentes em todos os campos da vida cotidiana.

Por isso, para avançar na construção de sociedades solidárias e sustentáveis, é urgente e necessário construir outra realidade a partir da transformação de mentalidades e práticas, para a qual, como foi destacado, o lazer tem um importante papel a desempenhar nesse processo. Sendo assim, o lazer em seu potencial aporte para uma aprendizagem transformacional enquanto meio e fim educacionais poderá colaborar, significativamente, com a transformação social, no sentido de expressar tanto as tensões e contradições existentes em uma sociedade, como significar um caminho aberto para *disonar* outros mundos possíveis.

Considerações finais

A composição deste livro é uma modesta contribuição à sistematização de novos conhecimentos sobre o lazer na América Latina. Afinal, grande parte das teorias e conceitos sobre o lazer que fundamentam nossas ações no campo acadêmico, no âmbito das políticas públicas e das práticas pedagógicas e sociais nem sempre considera nossas realidades específicas com seus conflitos, problemáticas e potencialidades. Em geral, as teorias produzidas em outros contextos apresentam características distintas daquelas existentes nas sociedades latino-americanas atuais, mostrando-se inadequadas para dialogar com nossas realidades no sentido de enfrentar os desafios do presente.

Muitas dessas sistematizações sobre o lazer foram e são importantes, mas são limitadas e insuficientes quando se considera que vivemos hoje o tempo da virtualidade, da simultaneidade espacial/temporal, do fluxo de informações, da informalidade e da precariedade nas relações de trabalho, da fragmentação social, de novas identidades, do individualismo, da lógica do consumo, do agravamento das pobreza e dos altos índices de desigualdade e de exclusões, especialmente na América Latina. Paralelamente, vivemos uma realidade ecológico-ambiental

alarmante e com características de clara insustentabilidade, revelando que a crença cega no progresso como caminho de acesso para uma vida melhor precisa ser superada. Isso evidencia a urgente necessidade de criar e buscar alternativas para um modelo que não dá resposta aos apremiantes problemas atuais.

Frente a essa conflitiva realidade atual, os estudos sobre o lazer demandam novas reflexões, análises, investigações, ações e intervenções sociais, políticas e pedagógicas vinculadas aos limites e às possibilidades verificadas na América Latina. Anseiam, por isto, pela releitura de suas histórias e instigam o processo de ressignificação e revisão de conceitos e teorias muitas vezes assimilados sem reflexão e sem posicionamento crítico.

No campo do saber, se não compartilhamos os conhecimentos, eles ficam privados da possibilidade de se desenvolver e de avançar, ficando arquivados no mundo do desconhecimento, da ignorância e do egoísmo intelectual. Assim, se considera de vital importância abrir os caminhos de acesso à informação e ao conhecimento, em especial ao valorizar a necessidade de avançar na construção de sociedades solidárias e sustentáveis, desafios para os quais se requer toda a criatividade e talentos existentes.

Partindo dessas premissas essenciais de curiosidade epistemológica, de solidariedade e altruísmo intelectual, e sabendo que todos os conhecimentos são construídos socialmente, precisamos reconhecer e valorizar as diferenças. Não somos iguais e justamente em nossas diferenças radica o valor intrínseco do irrepetível e único de cada pessoa, comunidade e coletivo social.

Precisamos tomar consciência de que o melhor antídoto para a morte de um ecossistema é a biodiversidade, já que esta forma de ecossistema é mais rica e conta com mais recursos biológicos para sua sobrevivência. De forma similar, o que possibilita o viver bem e o desenvolvimento íntegro de uma sociedade é a diversidade cultural e humana, a qual permite sua constante regeneração e florescimento contínuos. Aqui surge a importância da interculturalidade como um fator decisivo para o desenvolvimento solidário de nossas sociedades e dos seres humanos que nelas habitam.

Isto é especialmente relevante para América Latina, no sentido de respeitar e valorizar as variadas formas de vivenciar e entender as expressões culturais do lazer, assim como as diversas formas de educação e os múltiplos espaços-tempos de aprendizagem. Mas recordamos algumas perguntas essenciais: Que tipo de lazer precisa ser estimulado? De que lazer estamos falando?

O importante é entender que o lazer não estará limitado nem condicionado aos produtos do mercado que estimulam o consumismo. Sendo assim, precisa ser compreendido a partir de outras perspectivas ampliando a forma em que é experienciado. Nesse sentido, o lazer poderá transformar-se em força contra-hegemônica ao questionar e problematizar as visões limitadas que se tem sobre o próprio ser humano, seu sentido no mundo e sua razão de ser.

Desse modo, o lazer poderá outorgar identidade (individual e coletiva) e autonomia a quem o vive. Assim, a educação baseada na aprendizagem transformacional vinculada ao lazer poderá entregar a possibilidade de vivenciar os processos educativos como algo próprio e não como algo externo, obrigatório e imposto por outros.

Como foi visto no decorrer de todo este livro, os desafios pendentes são muitos e obviamente o lazer não pode ser entendido como uma solução milagrosa ou como um paliativo para os problemas verificados na América Latina. Porém, o lazer pode estimular ações capazes de superar a postura passiva, resignada, conformista, descontextualizada e alienada que avança em todo o mundo e não somente na América Latina. Pode, ainda, ampliar os horizontes humanos, na medida em que desperta consciências e colabora com a criação de práticas sociais, culturais, econômicas, políticas, educacionais e ecológicas comprometidas com a construção de um futuro distinto.

Por tudo isto é necessário valorizar a esperança, o desafio e a disposição histórica para construir um mundo melhor, como nos diz Paulo Freire:

A conscientização nos convida a assumir uma posição utópica frente ao mundo, posição esta que converte o conscientizado em “fator utópico”. Para mim o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e anunciar a estrutura humanizante. Por essa razão a utopia é também um compromisso histórico.¹

Para finalizar, recordamos que uma sociedade sem sonhos é como um deserto onde a vida já não floresce e onde tudo seca e morre. Precisamos de sonhos e utopias que possam preencher nossas existências com instigantes desafios e projetos, o que favorece nosso bem-estar e colabora com nosso desenvolvimento integral. De outra forma, avançamos sem rumo, navegando perdidos nos mares do sem sentido.

Dotar de sentido nossa existência é algo que reveste de alegria a alma humana. Dessa forma, acreditamos que o lazer, a partir de seu potencial transformacional, pode ser um dos elementos decisivos nessa virada existencial que se necessita, frente aos urgentes desafios do presente. Assim, é imprescindível encontrar novos caminhos que possam contribuir com a construção de um projeto de sociedade comprometido com a emancipação do ser social e com a concretização de nossas utopias comuns, ampliando os horizontes do lazer na América Latina e no mundo.

Notas

Prefácio - Pensamento crítico latino-americano e produção de conhecimento em lazer

- ¹ LANDER, E. Pensamiento crítico latinoamericano: la impugnación del eurocentrismo. *Revista de Sociología*, Santiago, p. 1, 2001.
- ² *Ibidem*.
- ³ *Ibidem*, p. 3.
- ⁴ ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otros modos. *Tábula Rasa*, n. 1, p. 53, 2003.
- ⁵ ESCOBAR, A. *Más allá del Tercer Mundo*. Globalización y diferencia. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2005.
- ⁶ ESCOBAR, A. *La invención del Tercer Mundo*. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Bogotá: Grupo Editorial Norma S. A., 2004.
- ⁷ DUSSEL, E. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/dussel.rtf>>. Acesso em: 30 mar. 2010.
- ⁸ BOLTVINIK, J. *Ampliar la mirada*. Un nuevo enfoque de la pobreza y el florecimiento humano. Guadalajara: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social-Occidente, 2005.

- ⁹ MIGNOLO, W. *Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Ediciones Akal S. A., 2003; QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Comp.). *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/dussel.rtf>>. Acesso em: 30 mar. 2010.
- ¹⁰ SANTOS, B. S. (Org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.
- ¹¹ MASCARENHAS, F. *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2005. p. 262.
- ¹² TABARES, F. *Expedición lúdica*, 2007. p. 4. Documento base. Texto inédito.
- ¹³ MIGNOLO, *op. cit.*
- ¹⁴ WALLERSTEIN, E. *El moderno sistema mundial*. México: Siglo XXI Editores, 1979. v. 1: La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI; WALLERSTEIN, E. *El moderno sistema mundial II*. El mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea, 1600-1750. Madrid: Siglo XXI Editores, 1984; WALLERSTEIN, E. *El moderno sistema mundial III*. La segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850. México: Siglo XXI Editores, 1998.
- ¹⁵ MAX-NEEF, M.; ELIZALDE, A.; HOPENHAYN, M. Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro. *Development Dialogue*. Cepaur - Fundación Dag Hammarskjöld, Uppsala, Suecia, 1986. (Número especial)
- ¹⁶ MIGNOLO, *op. cit.*
- ¹⁷ WALSH, C. Geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. Entrevista a Walter Mignolo. *Revista Polis*, n. 4, p. 1-26, 2003. Disponível em: <<http://www.revistapolis.cl/4/walsh.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2008.
- ¹⁸ MIGNOLO, *op. cit.*, p. 218.
- ¹⁹ DE PALMA, D. *Estado actual de la sistematización*. Santiago de Chile: CEAAL, 1992.
- ²⁰ FALS BORDA, O. El Tercer Mundo y la reorientación de las ciencias contemporáneas. *Peripecias*, n. 110, p. 1, 2008. Disponível em: <<http://peripecias.com/mundo/597FalsBordaTercerMundoCiencia.html>>. Acesso em: 10 ago. 2009.
- ²¹ *Ibidem*.
- ²² FALS BORDA, O.; MORA-OSEJO, L. La superación del eurocentrismo. Enriquecimiento del saber sistémico y endógeno sobre nuestro contexto tropical. *Revista Polis*, v. 2, n. 7, p. 1-7, 2004. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=30500703>>. Acesso em: 15 abr. 2010. p. 1.
- ²³ LANDER, E. *Eurocentrismo y colonialismo en el pensamiento social latinoamericano*, 2000, p. 5. Disponível em: <http://www.tni.org/detail_page.phtml?act_id=17442&username=guest@tni.org&password=9999&publish=Y>. Acesso em: 10 ago. 2009.
- ²⁴ FALS BORDA, *op. cit.*, p. 4.

- ²⁵ *Ibidem*, p. 4.
- ²⁶ EAS (2009). Entrevista realizada a Esperanza Osorio como actora sectorial significativa del campo de la recreación en Colombia, p. 32.
- ²⁷ FALS BORDA, *op. cit.*, p. 4.
- ²⁸ LANDER. *Eurocentrismo y colonialismo en el pensamiento social latinoamericano*, p. 4.

Introdução - Abrindo novos horizontes para os estudos do lazer na América Latina

- ¹ GOMES, Christianne *et. al.* (Org.). *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- ² SUÁREZ, Silvana. Una aproximación de la representación social de la recreación en Argentina: aportes para resignificar el concepto. In: GOMES *et. al.*, *op. cit.*; LEMA, Ricardo; MACHADO, Luis. Tiempo libre y recreación en Uruguay: la construcción de un enfoque lúdico educativo. In: GOMES *et. al.*, *op. cit.*; REID, Andrés; LEIVA, Roberto; ELIZALDE, Rodrigo. La recreación en Chile: una mirada desde la actualidad y la precariedad. In: GOMES *et. al.*, *op. cit.*

Capítulo 1 - América Latina: perspectivas conceituais e contextuais

- ¹ FERREIRA, Aurélio B. H. *Novo Aurélio século XXI – o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ² HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- ³ ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ⁴ GALUCH, Maria Terezinha Belanda; SFORNI, Marta Sueli de Faria. Aprendizagem conceitual nas séries iniciais do ensino fundamental. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL e VII SEMANA DE PSICOLOGIA - PSICOLOGIA: SOCIEDADE E SABERES EM TRANSFORMAÇÃO, 2005, Maringá. *Anais... II CONGRESSO INTERNACIONAL e VII SEMANA DE PSICOLOGIA - PSICOLOGIA: SOCIEDADE E SABERES EM TRANSFORMAÇÃO*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2005, v. 1, p. 1-12.
- ⁵ ELIZALDE, Rodrigo; GOMES, Christianne. Ocio y recreación en América Latina: conceptos, abordajes y posibilidades de resignificación. *Revista Polis*, n. 26. Universidad Bolivariana, Santiago, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n26/art02.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2009.
- ⁶ MORIN, Edgar. *El método: el conocimiento del conocimiento*. Madrid: Cátedra, 1988.

- ⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior*, 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.htm>>. Acesso em: 12 out. 2010.
- ⁸ DEL PASO, Fernando. *Notícias do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- ⁹ ZEA, Leopoldo. *Latinoamérica Tercer Mundo*. México: Extemporáneos, 1977.
- ¹⁰ CHEVALIER, Michel. *Series of letters on North America*. Boston: Weeks, Jordan and Company, 1839. [Título original: *Lettres sur l'Amérique du Nord*. First published in 1836.] Disponível em: <<http://www.archive.org/stream/societymannerspo00chevuoft#page/n3/mode/2up>>. Acesso em: 10 out. 2010.
- ¹¹ BRUIT, Héctor H. A invenção da América Latina. In: ANAIS ELETRÔNICOS DO V ENCONTRO DA ANPHLAC. Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro5/hector_bruit.pdf>. Acesso em: 1 set. 2010.
- ¹² ARDAO, Arturo. *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, 1980.
- ¹³ LARRAMENDI, Ignacio Hernando de. *Utopía de la Nueva América: reflexiones para la edad universal*. Madri: MAPFRE, 1992.
- ¹⁴ TORRES CAICEDO, José Maria. *Las dos Américas*, Veneza, 1856. Disponível em: <<http://www.filosofia.org/hem/185/18570215.htm>>. Acesso em: 6 out. 2010.
- ¹⁵ CALVO, Carlos. *Colección completa de los tratados, convenciones, capitulaciones, armisticios y otros actos diplomáticos de todos los Estados de la América Latina comprendidos entre el golfo de Méjico y el Cabo de Hornos, desde el año 1493 hasta nuestros días*. Paris: Librería de A. Durand/Librería Española de Mme. Denné-Schmitz, 1862. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=xHkqAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=Carlos+Calvo+Am%C3%A9rica+Latina&hl=pt-BR&ei=FafzTMenM8qs8Ab5kazJDA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=4&ved=0CDgQ6AEwAw#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 10 set. 2010.
- ¹⁶ BANDEIRA, *op. cit.*
- ¹⁷ BILBAO, Francisco. *La América en peligro*. 2. ed. Buenos Aires. Imprenta y Litografía a Vapor, de Bernheim y Boneo, 1862. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=SVoMAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=La+am%C3%A9rica+en+peligro+bilbao&source=bl&ots=j3x9MwVdKa&sig=cUIWlw5U3MyxiTh_GQ1HnX1PHgI&hl=pt-BR&ei=PdHGTIuAGIGC8gbljo1B&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CBYQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 26 out. 2010.
- ¹⁸ MIX, Miguel Rojas. *Los cien nombres de América*. Eso que descubrió Colón. San José, Costa Rica: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1997. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=aLlCLXqH1fUC&printsec=frontcover&dq=%22Mix,+Miguel+Rojas.+Los+cien+nombres+de+Am%C3%A9rica.%22&source=bl&ots=muymTaF5v8&sig=K7L5KVz28JLN2CD2Ebq1IjeipBE&hl=pt-BR&ei=1KJYTJ->>>. Acesso em: 1 out. 2010.
- ¹⁹ BANDEIRA, *op. cit.*
- ²⁰ Todos esses países são, hoje, independentes do Reino Unido, mas têm o inglês como língua oficial: Antígua e Barbuda (independente desde 1981), Bahamas (desde 1973), Barbados (1966), Belize (1981), Dominica (1978), Granada (1974), Jamaica (1962), Santa Lúcia (1979), São Cristóvão

e Nevis (1983), São Vicente e Granadinas (1979), Trinidad e Tobago (1962), Guyana (1966). A existência de quase todos esses países ainda é ignorada em todo o mundo. Suriname, por sua vez, é um país latino-americano que se tornou independente dos Países Baixos em 1975 e tem o neerlandês como língua oficial.

- ²¹ SARMIENTO, Domingo F. (1845). *Facundo civilización y barbarie en las Pampas Argentinas*. Buenos Aires: Stockcero, 2003. Livro original de 1845. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=B3fWDP_7cmUC&printsec=frontcover&dq=facundo&hl=pt-BR&ei=t83G TKFghPjwBo3b0AY&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=7&ved=0CEwQ6AEwBg#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 1 out. 2010.
- ²² SARMIENTO, Domingo F. (1882). *Conflicto y armonia de las razas en América*. México DF: Universidad Nacional Autónoma de México, 1978.
- ²³ CARVALHO, Eugênio R. Ideias e identidade na América: quatro visões. In: ANAIS ELETRÔNICOS DO III ENCONTRO DA ANPHLAC, 1998, São Paulo. Disponível em: <http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro3/eugenio_carvalho.pdf>. Acesso em: 10 out. 2010.
- ²⁴ SARMIENTO *apud* CARVALHO, *op. cit.*, p. 6.
- ²⁵ CARRILLA, Emilio. Jose Maria Torres Caicedo. Descubridor de la literatura argentina. *Thesaurus*, t. XLIV, n. 2, p. 334-368, 1989. Disponível em: <http://cvc.cervantes.es/lengua/thesaurus/pdf/44/TH_44_002_054_0.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2010.
- ²⁶ BANDEIRA, *op. cit.*
- ²⁷ MARTÍ, José (1891). *Nuestra América*. 3. ed. Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2005. p. 57. Disponível em: <http://www.bibliotecayacucho.gob.ve/fba/index.php?id=97&backPID=96&begin_at=32&swords=jos%E9%20mart%ED%20nuestra%20am%E9rica&tt_products=15>. Acesso em: 26 out. 2010.
- ²⁸ A América Espanhola se dividia, administrativamente, em quatro vice-reinados – Nova Espanha (México e parte do território atualmente pertencente aos Estados Unidos), Nova Granada (Colômbia e Equador), Peru e vice-reinado da Prata (Argentina, Uruguai, Bolívia e Paraguai) – e quatro capitânicas gerais (Cuba, Guatemala, Venezuela e Chile).
- ²⁹ MARTÍ, *op. cit.*, p. 38.
- ³⁰ O século XIX ficou marcado pelos movimentos de independência deflagrados na maioria das colônias hispano-americanas, iniciando-se pelo Haiti, onde os conflitos revolucionários eclodiram em 1791. Esse primeiro movimento revolucionário independentista ocorreu pouco depois da Revolução Francesa a partir da liderança de Toussaint L'Ouverture. De origem escrava, esse líder revolucionário mobilizou os haitianos a lutar pelos ideais de “igualdade, liberdade e fraternidade” propagados pela burguesia francesa, mas tão distantes da realidade escravista por eles vivida no Haiti. Enfrentando brutais conflitos, os haitianos conseguiram vencer as forças do exército imperial francês em seu próprio país – o que, no entanto, não ocorreu sem sérias consequências. Dentre elas, pode ser citada a obrigação de pagar vultosas indenizações pelo reconhecimento da independência conquistada, somada ao bloqueio econômico imposto pela Europa e pelos Estados Unidos ao Haiti durante 60 anos. Esses fatores relegaram a recém-criada república, de população negra, a uma situação de precariedade material que, lamentavelmente, permanece até os dias atuais. É importante citar o exemplo do Haiti porque este representa, indiscutivelmente, o único

movimento revolucionário latino-americano que partiu dos movimentos populares – não estando comprometido, portanto, com os interesses das elites locais e nem com os valores conservadores que marcaram a maioria dos processos de independência ocorridos na região.

- ³¹ LASTARRÍA, José Victorino. *La América*. 2. ed. [S.l.]: Gante, Imprenta de Eug. Vanderhaeghen. 1867. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=ovpEAAAIAAJ&pg=PP2&q=Lastarria+1867+La+Am%C3%A9rica&hl=ptBR&ei=0NPGTSLIC8G78gazqsUP&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=3&ved=0CDIQ6AEwAg#v=onepage&q=Lastarria%201867%20La%20Am%C3%A9rica&f=false>. Acesso em: 1 out. 2010.
- ³² DIAS, Wagner da Silva. *A ideia de América Latina nos livros didáticos de geografia*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- ³³ *Ibidem*.
- ³⁴ SADER, Emir. Hegemonia e contra-hegemonia. In: CECEÑA, Ana Esther (Org.). *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005. p. 15-34.
- ³⁵ *Ibidem*.
- ³⁶ *Ibidem*.
- ³⁷ *Ibidem*.
- ³⁸ *Ibidem*.
- ³⁹ FAO/ONU. Programa Mundial de Alimentos da ONU (PMA). Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/012/i0876s/i0876s00.htm>>. Acesso em: 30 out. 2010.
- ⁴⁰ BRAUDEL, Fernand. Y a-t-il une Amérique Latine?, *Annales*, Paris: E.S.C., n. 4, 1948.
- ⁴¹ IANNI, Octavio. *O labirinto latino-americano*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ⁴² MIGNOLO, Walter D. *La idea de América Latina*. La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007; MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- ⁴³ CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro”. In: LANDER, Edgardo (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/castro.rtf>>. Acesso em: 30 mar. 2010.
- ⁴⁴ O Fórum Social Mundial (FSM), depois do primeiro encontro realizado em 2001 na cidade de Porto Alegre, Brasil, configurou-se como um processo permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais. O FSM já foi realizado várias vezes no Brasil, mas, em 2006 ocorreu simultaneamente em três continentes (África, Ásia e América Latina) e em 2007 aconteceu no Quênia. As duas últimas edições do evento, realizadas respectivamente em Belém do Pará, na Amazônia brasileira (2009), e no Rio Grande do Sul, também no Brasil (2010), contaram com uma participação superior a 120 mil pessoas provenientes de mais de 150 países. Atualmente, a proposta vem acontecendo de forma descentralizada, com eventos e atividades desenvolvidas no decorrer do ano em várias partes do mundo. Dessa forma, o FSM busca facilitar a articulação, de forma descentralizada e em rede, de entidades e movimentos envolvidos em ações concretas,

do nível local ao internacional, pela construção de outro mundo baseado em relações humanas e solidárias. (<www.forumsocialmundial.org.br>.)

- ⁴⁵ SANTOS, Boaventura de Souza. *Globalização: fatalidade ou utopia*. Porto: Edições Afrontamento, 2001.
- ⁴⁶ SADER, *op. cit.*
- ⁴⁷ MAX-NEEF, Manfred; ELIZALDE, Antonio; HOPENHAYN, Martín. Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro. Número especial da revista *Development Dialogue*. Cepaur, Santiago, Chile - Fundación Dag Hammarskjöld, Uppsala, Suecia, 1986. Disponível em: <http://www.dhf.uu.se/pdf/86_especial.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2010.
- ⁴⁸ HUANACUNI, Fernando M. *Buen Vivir/Vivir Bien*. Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas. Lima: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas - CAOI, 2010.
- ⁴⁹ *Ibidem*, p. 22.
- ⁵⁰ GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. *Revista América Latina en Movimiento*. Ecuador: Agencia Latinoamericana de Información - ALAI, 2011.
- ⁵¹ ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo*. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Bogotá: Norma, 1996. Citado por GUDYNAS, *op. cit.*
- ⁵² GUDYNAS, *op. cit.*

Capítulo 2 - Análise teórico-conceitual do lazer e da recreação na América Latina

- ¹ Os autores a que nos referimos publicaram seus textos em: GOMES, Christianne *et. al.* (Org.). *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. Os autores que publicaram nessa obra e destacaram as imprecisões e as indefinições conceituais sobre recreação, lazer e tempo livre são os seguintes: SUÁREZ, Silvana. Una aproximación de la representación social de la recreación en Argentina: aportes para resignificar el concepto. In: GOMES *et. al.*, *op. cit.*; REID, Andrés; LEIVA, Roberto; ELIZALDE, Rodrigo. La recreación en Chile: una mirada desde la actualidad y la precariedad. In: GOMES *et. al.*, *op. cit.*; LEMA, Ricardo; MACHADO, Luis. Tiempo libre y recreación en Uruguay: la construcción de un enfoque lúdico educativo. In: GOMES *et. al.*, *op. cit.*
- ² SALAZAR SALAS, Carmen Grace. *Recreación*. San José, Costa Rica: Editorial UCR, 2007.
- ³ *Ibidem*, p. 26.
- ⁴ *Ibidem*.
- ⁵ GOMES, Christianne L. *Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais*. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <<http://www.eeffto.ufmg.br/celar/?main=biblioteca&cid=4>>. Acesso em: 28 mar. 2010.

- ⁶ *Ibidem.*
- ⁷ A *Playground Association of America* exerceu poderosa influência na ampliação da utilização recreativa dos parques em várias cidades, empreendendo várias ações: a) organização de eventos para troca de experiências, como a 1ª Convenção dos *Playgrounds*, realizada em Chicago em 1907; b) fornecimento de ajuda para a implantação de *playgrounds* e para o desenvolvimento de programas de recreação; c) realização de cursos normais sobre diversão, amplamente utilizados pelas escolas primárias e secundárias no treinamento de líderes em recreação; e d) criação de uma revista de periodicidade mensal, denominada *Playground*. Em 1911, a associação alterou seu nome para *Playground and Recreation Association of America*, pois se preocupou também em organizar programas recreativos para jovens e adultos. Ressalta-se que a denominação da entidade foi alterada diversas vezes ao longo dos anos. (BUTLER, George D. *Recreação*. Rio de Janeiro: Editora Lidador Ltda., 1973.)
- ⁸ GOMES. *Significados de recreação e lazer no Brasil*.
- ⁹ Lee, citado por MEDEIROS, Ethel B. *Jogos para recreação na escola primária: subsídio à prática da recreação infantil*. Rio de Janeiro: INEP/Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1959. p. xv.
- ¹⁰ GOMES. *Significados de recreação e lazer no Brasil*.
- ¹¹ *Ibidem.*
- ¹² SALAZAR SALAS, *op. cit.*
- ¹³ Além dos cursos de Mestrado latino-americanos mencionados, existem várias outras propostas de pós-graduação vinculadas às temáticas do lazer e da recreação nos países do chamado hemisfério Norte. Em universidades da América Latina também são realizadas muitas disciplinas sobre a recreação, a animação, o tempo livre e o lazer como parte da formação profissional, principalmente nos cursos de graduação em Educação Física e em Turismo. Em vários países, universidades e centros de formação técnico-profissional, como no caso do Uruguai, México e Argentina, entre outros, existem cursos que formam técnicos em recreação e tempo livre. Destacamos que, em geral, quase todos esses cursos tratam de recreação e não propriamente de lazer, salvo contadas exceções.
- ¹⁴ REID; LEIVA; ELIZALDE, *op. cit.*
- ¹⁵ SUÁREZ, *op. cit.*
- ¹⁶ GOMES. *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*.
- ¹⁷ DE GRAZIA, Sebastian. *Tiempo, trabajo y ocio*. Madrid: Tecnos, 1966.
- ¹⁸ GOMES, Christianne L. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- ¹⁹ MUNNÉ, Frederic. *Psicosociología del tiempo libre: un enfoque crítico*. México: Trilhas, 1980.
- ²⁰ RACIONERO, Luis. *Del paro al ocio*. Barcelona: Anagra S.A., 1983.
- ²¹ GOMES. *Lazer, trabalho e educação*.
- ²² REQUIXA, Renato. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

- ²³ ELIZALDE, Rodrigo. Resignificación del ocio: aportes para un aprendizaje transformacional. *Revista Polis*, Universidad Bolivariana, Santiago, n. 25, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n25/art26.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2010.
- ²⁴ DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- ²⁵ ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? In: LANDER, Edgardo (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/escobar.rtf>>. Acesso em: 30 mar. 2010.
- ²⁶ ELIZALDE. Resignificación del ocio.
- ²⁷ MUNNÉ, *op. cit.*
- ²⁸ CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro”. In: LANDER, Edgardo (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/castro.rtf>>. Acesso em: 30 mar. 2010. p. 6.
- ²⁹ Algumas dessas ideias estão presentes na seguinte publicação: ELIZALDE, Rodrigo; GOMES, Christianne. Ocio y recreación en América Latina: conceptos, abordajes y posibilidades de resignificación. *Revista Polis*, Universidad Bolivariana, Santiago, n. 26, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n26/art02.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2009.
- ³⁰ MAX-NEEF, Manfred; ELIZALDE, Antonio; HOPENHAYN, Martín. Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro. Número especial da revista *Development Dialogue*. Cepaur, Santiago, Chile - Fundación Dag Hammarskjöld, Uppsala, Suecia, 1986. Disponível em: <http://www.dhf.uu.se/pdf/86_especial.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2010.
- ³¹ GOMES, Christianne L. Lazer – concepções. In: _____. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 119-126.
- ³² GOMES. *Lazer, trabalho e educação*.
- ³³ GOMES, Christianne. Ocio, recreación e interculturalidad desde el “Sur” del mundo: desafíos actuales. *Revista Polis*, n. 26, art. 09, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n26/art10.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2010.
- ³⁴ Apesar da multiplicidade de definições, a ludicidade representa uma possibilidade de expressão humana de significados da/na cultura. É assim uma linguagem baseada no brincar consigo, com os outros e com o contexto, que pode se manifestar de várias formas (oral, escrita, gestual, visual, artística etc.) e acontecer em diversos momentos da vida (trabalho, educação, ciência, política, lazer etc.). As práticas culturais não são lúdicas em si mesmas, porque é a interação da pessoa com a experiência vivida que possibilita o desabrochar da ludicidade. Ela constitui novas formas de desfrutar e de participar da vida social, marcadas pela exaltação dos sentidos e das emoções – mesclando alegria e angústia, relaxamento e tensão, prazer e conflito, liberdade e concessão etc. Pressupõe a valorização do processo vivido e não somente do resultado alcançado. (GOMES, Christianne. Lúdico. In: _____. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 141-146.)

- ³⁵ GOMES. *Lazer, trabalho e educação*.
- ³⁶ GOMES, Christianne. O ócio como objeto de estudos: notas introdutórias sobre conceitos e ocorrência histórica em nossa sociedade. *Cuadernos de Ocio y Sociedad*. Medellín, Corporación Civitas, n. 1-2, p. 23-40, 2007; GOMES. *Lazer, trabalho e educação*.
- ³⁷ SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980. p. 206.
- ³⁸ LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- ³⁹ GOMES. Lazer – concepções.
- ⁴⁰ ELIZALDE. Resignificación del ocio.
- ⁴¹ ELIZALDE, Rodrigo. *El ocio entendido desde la teoría del desarrollo a escala humana: buscando experiencias de aprendizajes para la transformación social*. Bogotá, Funlibre, 2008. Disponível em: <<http://www.redcreacion.org/documentos/congreso10/RElizarde.html>>. Acesso em: 2 abr. 2010.
- ⁴² GOMES, Christianne; ELIZALDE, Rodrigo. Trabajo, tiempo libre y ocio en la contemporaneidad: contradicciones y desafíos. *Revista Polis*, Universidad Bolivariana, Santiago, n. 22, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v8n22/art15.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2010.
- ⁴³ ELIZALDE, Rodrigo. Responsabilidad social empresarial y gestión sustentable de recursos naturales. CICE, Santiago. In: WILSON, Ronald; CARO, Pamela (Org.). *Sistematización Encuentro Nacional Ciudadanía y Responsabilidad Social Empresarial: balance de experiencia y desafíos de organizaciones de la sociedad civil*. Santiago, CICE y Red Puentes, 2007. p. 51-55; ELIZALDE. *El ocio entendido desde la teoría del desarrollo a escala humana*.

Capítulo 3 - América Latina e lazer: reflexões históricas, culturais e geopolíticas

- ¹ ELIZALDE, Rodrigo. Resignificación del ocio: aportes para un aprendizaje transformacional. *Revista Polis*, Universidad Bolivariana, Santiago, n. 25, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n25/art26.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2010.
- ² LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. In: _____. (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/lander1.rtf>>. Acesso em: 30 mar. 2010.
- ³ MORIN, Edgar. *El método: el conocimiento del conocimiento*. Madrid: Cátedra, 1988.
- ⁴ WALSH, Catherine. ¿Qué conocimiento(s)? Reflexiones sobre las políticas de conocimiento, el campo académico, y el movimiento indígena ecuatoriano. *Boletín ICCI - "RIMAY"*, Quito, Instituto Científico de Culturas Indígenas, año 3, n. 25, 2001.

- ⁵ ELIZALDE, Rodrigo; GOMES, Christianne. Ocio y recreación en América Latina: conceptos, abordajes y posibilidades de resignificación. *Revista Polis*, Universidad Bolivariana, Santiago, n. 26, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n26/art02.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2009.
- ⁶ GALEANO, Eduardo. *Úselo y tírelo: el mundo visto desde una ecología latinoamericana*. 13. ed. Buenos Aires: Booket, 2006.
- ⁷ SALAZAR SALAS, Carmen Grace. *Recreación*. San José, Costa Rica: Editorial UCR, 2007.
- ⁸ GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 49. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- ⁹ RIBEIRO, Darcy. *Configuraciones histórico-culturales americanas*. Montevideo: Centro de Estudios Latinoamericanos, 1972.
- ¹⁰ GALEANO. *As veias abertas da América Latina*.
- ¹¹ *Ibidem*.
- ¹² DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER. *La colonialidad del saber*. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/dussel.rtf>>. Acesso em: 30 mar. 2010.
- ¹³ *Ibidem*.
- ¹⁴ MIGNOLO, Walter. La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In: LANDER. *La colonialidad del saber*. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/mignolo.rtf>>. Acesso em: 30 mar. 2010.
- ¹⁵ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>>. Acesso em: 30 mar. 2010; DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo; LANDER. *La colonialidad del saber*. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/dussel.rtf>>. Acesso em: 30 mar. 2010; MIGNOLO. *op. cit.*
- ¹⁶ MIGNOLO, *op. cit.*, p. 6.
- ¹⁷ GALEANO. *As veias abertas da América Latina*, p. 61.
- ¹⁸ DUSSEL, *op. cit.*, p. 7.
- ¹⁹ *Ibidem*.
- ²⁰ MEDEIROS, Ethel. *O lazer no planejamento urbano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1975.
- ²¹ *Ibidem*, p. 14-15.
- ²² LANDER. *Ciencias sociales*, p. 8.
- ²³ GOMES, Christianne. Ocio, recreación e interculturalidad desde el “Sur” del mundo: desafíos actuales. *Revista Polis*, n. 26, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n26/art10.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

- ²⁴ GOELLNER, Silvana *et al.* *Gênero e raça: inclusão no esporte e no lazer*. Porto Alegre: Ministério do Esporte/Editora Gráfica da UFRGS, 2009. p. 14.
- ²⁵ MEDEIROS, *op. cit.*, p. 15.
- ²⁶ RENO, Philip. El drama de la Guyana británica. Un pueblo desde la esclavitud a la lucha por el socialismo. *Monthly Review*, Buenos Aires, n. 17/18, jan./feb. 1965.
- ²⁷ GALEANO. *As veias abertas da América Latina*.
- ²⁸ *Ibidem*, p. 39-40.
- ²⁹ HUMBOLDT, Alejandro. *Ensayo sobre el reino de la Nueva España*. México: Editorial Porrúa, 1966.
- ³⁰ LIMA JÚNIOR, Augusto. *Vila Rica do Ouro Preto: síntese histórica e descritiva*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1957.
- ³¹ SANTOS, Joaquim F. *Memórias do Distrito Diamantino*. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.
- ³² MACHADO FILHO, Aires M. *Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina*. 2. ed. São Paulo: Ed. Martins, 1957.
- ³³ GALEANO. *As veias abertas da América Latina*.
- ³⁴ BAGÚ, Sergio. *Economía de la sociedad colonial*. Grijalbo: México, 1993.
- ³⁵ GALEANO. *As veias abertas da América Latina*, p. 17.
- ³⁶ GRANGEIRO, Lucia Helena F. *Paulo Freire iluminando os caminhos da educação ambiental: diálogos contemporâneos e decálogo inspirador e ressignificador de novas concepções e práticas*. 2009. Tese (Doutorado) – Palma de Mallorca, Universitat de Les Illes Balears (UIB). Disponível em: <http://www.tesisenxarxa.net/TESIS_UIB/AVAILABLE/TDX-1221109-142757//tlhfg1de1.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2010.
- ³⁷ ELIZALDE, *op. cit.*
- ³⁸ GALEANO. *As veias abertas da América Latina*.
- ³⁹ ELIZALDE, *op. cit.*
- ⁴⁰ GADOTTI, M. *Pedagogia da terra*. 3. ed. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2000. p. 59.
- ⁴¹ GRANGEIRO, *op. cit.*
- ⁴² GALEANO. *As veias abertas da América Latina*.
- ⁴³ GOMES, *op. cit.*
- ⁴⁴ O poema “Los nuevos propietarios” foi publicado no livro *Canto general*, do poeta chileno Pablo Neruda (2005), em 1950. Nessa época, Neruda foi obrigado a abandonar sua pátria e viver o exílio político em outros países, marca de um tempo triste (e não muito distante) da perseguição política que assolou, pouco a pouco, vários países latino-americanos, sobretudo nas fases de ditaduras militares e governos autoritários que marcaram profundamente a história social e política de vários países de nossa região. Os versos do poeta revelam a dor de quem constata as injustiças sociais existentes nas realidades latino-americanas. Suas palavras mostram detalhes da

terra e da história latino-americana, as quais expressam a essência de um contexto que, no século XXI, ainda se conhece pouco, de maneira parcial, limitada e distorcida. Nesse sentido, o livro de Neruda nos brinda com poemas que discorrem sobre naturezas e culturas destruídas, sobre histórias oficiais e silenciadas; sobre tempos e espaços vários; sobre conquistadores e libertadores, ditadores e heróis populares; países e povos subjugados; rebeliões, resistências, massacres e solidariedades, vitórias e derrotas, entre tantos outros elementos tematizados pelo autor no sentido de transcender a realidade imediata com muita propriedade, sabedoria e consciência política. Não por acaso, o poema que inaugura o livro tem como título “Amor América (1.400)” e nele, o leitor é convidado a fazer uma viagem que tem como ponto de partida uma realidade anterior à chegada dos conquistadores ao nosso continente. Inicialmente, a exploração era desenvolvida pelos colonizadores estrangeiros, mas, no decorrer dos séculos, passou a ser exercida pelas próprias elites latino-americanas. (GOMES, *op. cit.*)

- ⁴⁵ NERUDA, Pablo. *Canto general*. Santiago: Pehuén Editores, 2005. p. 105-106.

Capítulo 4 - Trabalho e lazer na América Latina

- ¹ Algumas ideias contidas neste capítulo foram publicadas em: GOMES, Christianne; ELIZALDE, Rodrigo. Trabajo, tiempo libre y ocio en la contemporaneidad: contradicciones y desafíos. *Revista Polis*, Universidad Bolivariana, Santiago, n. 22, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v8n22/art15.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2010; GOMES, Christianne L. *Lazer e trabalho*. Brasília: SESI/DN, 2005. No presente livro, essas ideias foram revistas e ampliadas para focalizar o contexto latino-americano.
- ² CEPAL/OIT. Boletín CEPAL/OIT. *Coyuntura laboral en América Latina y el Caribe – Crisis en los mercados laborales y respuestas contra cíclicas*. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/3/37293/2009-638-Boletin_CEPAL-OIT-WEB.pdf>. Acesso em: 30 out. 2010.
- ³ IPEC. *Trabajo infantil y pueblos indígenas en América Latina*. Una aproximación conceptual. Lima: OIT/IPEC, 2009.
- ⁴ TAMAYO, Eduardo G. *Trabajo infantil: las cifras de la vergüenza*. Agencia Latinoamericana de información. América Latina en Movimiento, 2002. Disponível em: <<http://alainet.org/active/2093&lang=es>>. Acesso em: 26 out. 2010.
- ⁵ OIT. *Trabajo decente en las Américas: una agenda hemisférica. 2006-2015*. XVI Reunión Regional Americana. Brasília, OIT, 2006. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/rgmeet/16amr/dwork.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2010.
- ⁶ Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/rgmeet/16amr/dwork.pdf>>.
- ⁷ GOMES. *Lazer e trabalho*.
- ⁸ DUROZOI, Gerard; ROUSSEL, André. *Dicionário de filosofia*. Campinas: Papyrus, 1993.
- ⁹ *Ibidem*.
- ¹⁰ ARICÓ, José. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- ¹¹ ANTUNES, Ricardo. Verbete “Trabalho”. In: GOMES, Christianne L. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 227-232.
- ¹² ARANHA, Antônia V. S. Alienação do trabalho. In: FIDALGO, Fernando; MACHADO, LUCÍLIA R. S. (Org.). *Dicionário da educação profissional*. Belo Horizonte: SETASCAD/Ministério do Trabalho e Emprego, 2000.
- ¹³ *Ibidem*.
- ¹⁴ ANTUNES, *op. cit.*, p. 229.
- ¹⁵ WERNECK, Christianne Luce Gomes; STOPPA, Edmur; ISAYAMA, Hélder Ferreira. *Lazer e mercado*. Campinas: Papirus, 2001.
- ¹⁶ *Ibidem*.
- ¹⁷ SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.
- ¹⁸ ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- ¹⁹ PADILHA, Valquíria. Verbete “Tempo livre”. In: GOMES, Christianne L. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 218-222.
- ²⁰ *Ibidem*.
- ²¹ PADILHA, Valquíria. Se o trabalho é doença, o lazer é remédio? In: MÜLLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine P. (Org.). *Lazer e trabalho: um único ou múltiplos olhares?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 243-266; PADILHA, *op. cit.*
- ²² SOUZA JÚNIOR, Justino. Tempo livre. In: FIDALGO; MACHADO (Org.), *op. cit.*, p. 325.
- ²³ BECQUE, Ivonne. *L'organisation des loisirs des travailleurs*. Paris: Éditions A Pedone, 1939; SUSSEKIND, Arnaldo. *Trabalho e recreação*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1946; RUSSEL, Bertrand. *Elogio do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- ²⁴ DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- ²⁵ *Idem*. Perspectivas para o trabalho e o tempo livre. In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO/WORLD LEISURE AND RECREATION ASSOCIATION. *Lazer numa sociedade globalizada/ Leisure in a globalized society*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000-a. p. 121-137.
- ²⁶ SANTOS, Milton. Lazer popular e geração de empregos. In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO/WORLD LEISURE AND RECREATION ASSOCIATION, *op. cit.*, p. 31-37.
- ²⁷ DE MASI. Perspectivas para o trabalho e o tempo livre.
- ²⁸ KURZ, Robert. A ditadura do tempo abstrato. In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO/WORLD LEISURE AND RECREATION ASSOCIATION, *op. cit.*, p. 39-46.
- ²⁹ WERNECK; STOPPA; ISAYAMA, *op. cit.*
- ³⁰ DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- ³¹ GORZ, André. *Capitalisme, socialisme, écologie*. Paris: Galilée, 1991.

- ³² SINGER, *op. cit.*
- ³³ FERREIRA, Naura S. C. (Org.). *Formação continuada e gestão da educação*. São Paulo: Cortez, 2003.
- ³⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- ³⁵ ANTUNES. *Os sentidos do trabalho*.
- ³⁶ *Ibidem*.
- ³⁷ *Ibidem*, p. 143.
- ³⁸ RIESMAN, David. *A multidão solitária*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

Capítulo 5 – América Latina, educação e lazer

- ¹ *Diseñar*, em espanhol, é um conceito novo que se refere à capacidade de planejar (*diseñar*) e de sonhar ao mesmo tempo, no caminho da realização dos sonhos e dos anseios de cada pessoa e sociedade. Afinal, a utopia está muito mais próxima do que podemos imaginar. (CALVO, Carlos. *Del mapa escolar al territorio educativo: diseñando la escuela desde la educación*. Santiago: Ediciones Nueva Mirada, 2007.)
- ² ELIZALDE, Rodrigo. *El ocio entendido desde la teoría del desarrollo a escala humana: buscando experiencias de aprendizajes para la transformación social*. Bogotá, Funlibre, 2008. Disponível em: <<http://www.redcreacion.org/documentos/congreso10/RElizalde.html>>. Acesso em: 2 abr. 2010.
- ³ VILCHES, Amparo; GIL, Daniel. *Construyamos un futuro sostenible*. Diálogos de supervivencia. Edita: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI) - Cambridge University Press, 2003; ELIZALDE, Rodrigo. Responsabilidad social empresarial y gestión sustentable de recursos naturales. CICE, Santiago. In: WILSON, Ronald; CARO, Pamela (Org.). *Sistematización Encuentro Nacional Ciudadanía y Responsabilidad Social Empresarial: balance de experiencia y desafíos de organizaciones de la sociedad civil*. Santiago, CICE y Red Puentes, 2007. p. 51-55.
- ⁴ MORIN, Edgar. *El método: el conocimiento del conocimiento*. Madrid: Cátedra, 1988.
- ⁵ UNESCO, Panorámica regional: América Latina y el Caribe. UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001865/186524s.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2010.
- ⁶ *Ibidem*.
- ⁷ CALVO, Carlos. Complejidades educativas emergentes y caóticas. *Revista Polis*, Santiago, Universidad Bolivariana, n. 25, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n25/art05.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2010. p. 1.
- ⁸ ATTALI, Jacques. *Los tres mundos* (para una teoría de la post-crisis). Madrid: Cátedra, 1982.

- ⁹ ELIZALDE. Responsabilidad social empresarial y gestión sustentable de recursos naturales; ELIZALDE. *El ocio entendido desde la teoría del desarrollo a escala humana*.
- ¹⁰ DIAMOND, Jared. *Colapso: por qué unas sociedades perduran y otras desaparecen*. Barcelona: Editorial Debate, 2006.
- ¹¹ OLSON, Gary. De las neuronas espejo a la neuropolítica moral. *Revista Polis*, Universidad Bolivariana, Santiago, Chile, n. 20, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v7n20/art17.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2010.
- ¹² MATURANA, Humberto. *Emociones y lenguaje en educación y política*. Santiago: Centro de Estudios del Desarrollo (CED), 1990. p. 21-22.
- ¹³ FREIRE, Paulo. *Pedagogía de la autonomía*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- ¹⁴ *Ibidem*.
- ¹⁵ MATURANA, *op. cit.*, p. 26.
- ¹⁶ *Ibidem*.
- ¹⁷ GOMES, Christianne. Ocio, recreación e interculturalidad desde el “Sur” del mundo: desafíos actuales. *Revista Polis*, n. 26, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n26/art10.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2010.
- ¹⁸ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 241.
- ¹⁹ AZIBEIRO, N. E.; FLEURI, R. M. *Interculturalidade na educação popular e na formação de educador@s*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCACIÓN INTERCULTURAL, MOVIMIENTOS SOCIAIS E SUSTENTABILIDADE, 3; Colóquio da Association pour la Recherche Interculturelle (aric) na América Latina, 1, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: CED/UFSC, 2006. p. 1-24. Disponível em: <<http://www.rizoma3.ufsc.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2010.
- ²⁰ FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- ²¹ FLEURI, R. M. Intercultura e educação. *Revista Grifos: Dossiê Educação Intercultural*, Chapecó/Santa Catarina, Argos, p. 17-48, 2004.
- ²² WALSH, Catherine. ¿Qué conocimiento(s)? Reflexiones sobre las políticas de conocimiento, el campo académico, y el movimiento indígena ecuatoriano. *Boletín ICCI - “RIMAY”*, Quito, Instituto Científico de Culturas Indígenas, año 3, n. 25, 2001.
- ²³ *Ibidem*, p. 10-11.
- ²⁴ CALVO, *Del mapa escolar al territorio educativo*, p. 23.
- ²⁵ FREIRE. *Ação cultural para a liberdade*.
- ²⁶ ELIZALDE, Rodrigo. Resignificación del ocio: aportes para un aprendizaje transformacional. *Revista Polis*, Universidad Bolivariana, Santiago, n. 25, 2010. Disponível em: <<http://www.revistapolis.cl/polis%20final/25/art25.htm>>. Acesso em: 5 abr. 2010.

Considerações finais

- ¹ FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1980. p. 27.

Christianne L. Gomes
Rodrigo Elizalde

Horizontes
latino-americanos
do lazer

Horizontes
latinoamericanos
del ocio

Prefacio | Pensamiento crítico latinoamericano y producción de conocimiento en ocio

Aceptamos el desafío de presentar el libro *Horizontes latinoamericanos del ocio* porque consideramos que esta temática es relevante y requiere nuevas discusiones y profundizaciones que contribuyan con el avance de conocimientos sobre el tema en nuestra región. Como contribución a los fundamentos contenidos en este libro, elaboramos un texto que trata de algunos asuntos relacionados con el tema de la producción de conocimiento en la región latinoamericana.

En ese sentido, y ubicado desde la perspectiva del pensamiento crítico latinoamericano, se problematiza el conocimiento y sus formas, o condiciones de producción, buscando contribuir a la comprensión de los procesos de formación en nivel de maestría en América Latina, cuyo propósito central tiene que ver con la producción de nuevos conocimientos.

Algunas reflexiones sobre el pensamiento crítico latinoamericano

Se puede afirmar que pensamiento crítico es aquel capaz de hacer la lectura de una realidad determinada estableciendo diferencias, semejanzas, comparaciones, asociaciones, que permite develar sentidos ocultos intencionadamente, elaborar juicios, interrogar, exigir respuestas, descifrar e interpretar códigos impuestos como verdades únicas por quienes han tenido o se han arrogado el poder de la enunciación.

El pensamiento crítico latinoamericano representa una iniciativa gestada en esta región, que apuesta por la reivindicación de formas de vivir, de ser, de pensar, de conocer, de entender la vida, desde referentes distintos a los tradicionales, provenientes de las metrópolis, con un sello de universales, objetivos, racionales y por tanto válidos y legítimos para conducir a todas las sociedades del mundo hacia supuestos estados de progreso y desarrollo.

En este sentido, el pensamiento crítico latinoamericano surge, a contrapelo, de aquel paradigma promovido por las élites criollas, herederas de formas de dominación, propias de la colonia, sobre las que implementaron luego los Estados en América Latina.

En palabras de Edgardo Lander:

Las diferentes vertientes principales del pensamiento que ha sido históricamente hegemónico sobre y desde América Latina pueden ser caracterizadas como colonial/eurocéntricas. Existe una continuidad básica desde las crónicas de indias, el pensamiento liberal de la independencia, el positivismo y el pensamiento conservador del siglo XIX, la sociedad de la modernización, el desarrollismo en sus diversas versiones durante el siglo XX, el neoliberalismo y las disciplinas académicas institucionalizadas en las universidades del continente. Más allá de la diversidad de sus orientaciones y de sus variados contextos históricos, es posible identificar en estas corrientes hegemónicas un sustrato colonial que se expresa en la lectura de estas sociedades a partir de la cosmovisión europea y su propósito de transformarlas a imagen y semejanza de las sociedades del Norte que en sucesivos momentos históricos han servido de modelo a imitar.¹

Al ser objeto de este escrito una mirada actual de esta lógica de pensamiento, se hace necesaria una mirada retrospectiva que permita ubicar abordajes desde los cuales se han hecho sus construcciones.

La descolonización, tanto epistémica como en otros ámbitos de la existencia humana, ha representado un asunto sobre el cual el pensamiento crítico ha puesto su interés en América Latina. Para Lander,² esta situación se hace evidente con propuestas como las de Martí y Mariátegui a finales del siglo XIX, el pensamiento político-académico, las luchas populares, los debates sobre el desarrollo en los años 1960-70 y la problematización de las formas de conocimiento objetivo, con la propuesta de una ciencia con compromiso político por la transformación social, del sociólogo colombiano Orlando Fals Borda. También Freire, con *La pedagogía del oprimido* y Dussel con la filosofía de la liberación, representan aportes importante en esta línea.

Desde una mirada actual, es posible afirmar que la perspectiva de la problematización de los supuestos coloniales y eurocéntricos representa hoy la expresión y desarrollo del pensamiento crítico latinoamericano. De acuerdo con Lander: “Algunos de los asuntos principales de estas exploraciones anteriores han sido retomados más recientemente desde nuevas y fecundas perspectivas en la forma de un cuestionamiento global y sistemático a los supuestos coloniales y eurocéntricos de los saberes sociales de y sobre el continente. Es este un rico debate que expresa las condiciones en la cuales se da la producción político intelectual latinoamericana en la actualidad.”³

En esta misma dirección, afirma Escobar que la genealogía de lo que él llama programa de investigación de la modernidad/colonialidad incluye:

La Teología de la Liberación desde los sesenta y setenta; los debates en la filosofía y ciencia social latinoamericana sobre nociones como filosofía de la liberación y una ciencia social autónoma (e.g., Enrique Dussel, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Pablo González Casanova, Darcy Ribeiro); la teoría de la dependencia; los debates en Latinoamérica sobre la modernidad y postmodernidad de los ochenta, seguidos por las discusiones sobre híbridos en

antropología, comunicación y en los estudios culturales en los noventa; y, en los Estados Unidos, el grupo latinoamericano de estudios subalternos.⁴

Asumido, entonces, que la modernidad/colonialidad representa una importante perspectiva en la complejidad del pensamiento crítico latinoamericano actual, a continuación se presentarán algunas reflexiones desde el ámbito específico del ocio.

Cuestiones en torno al espacio (lugar) latinoamericano y algunos asuntos que se suscitan

El contexto en los países de América Latina, está marcado por fenómenos como la desigualdad, la exclusión, la pobreza, la economía informal, la dependencia, el desplazamiento, la violencia, el racismo etc., – problemas que al decir de Escobar,⁵ siendo modernos, no encuentran resolución en la modernidad – ¿cómo entonces establecer una lectura que permita una adecuada relación con el ocio? ¿Cómo actúa el ocio, en esa parte de los habitantes de América Latina, en los momentos actuales? ¿Qué formas asume el ocio en estos contextos? ¿Desde qué perspectiva se hace posible evidenciar el ocio como fenómeno fundamental en cualquier proyecto individual y/o colectivo?

En lo fundamental, se propone una relectura y problematización de los referentes hasta hoy utilizados para los estudios sobre el ocio que modelan los discursos y la generación de conocimiento en las sociedades periféricas del sistema-mundo moderno/colonial. De tal manera que se avance hacia la construcción de marcos referenciales acordes con las características y necesidades de la región y que permitan el establecimiento de diálogos y discusiones con los de otras regiones del mundo.

Marcos referenciales más amplios tales como: posdesarrollo,⁶ transmodernidad,⁷ florecimiento humano,⁸ modernidad/colonialidad⁹ o posmodernismo oposicional.¹⁰ En síntesis, nuevas propuestas de enunciación que hagan visible la realidad de un fenómeno como el ocio, en

contextos que para nada responden a aquellos donde se han construido sus definiciones.

En el estadio actual del sistema-mundo, el ocio, en la lógica dominante de la expansión cultural y de apertura de las economías y de los mercados en dimensión global, aunque aparece reconocido como un derecho social, aparece bajo la forma de mercancía, generando estados de exclusión a personas y comunidades imposibilitadas para participar como consumidores, relegados a un ocio solidario y filantrópico como los llama Fernando Mascarenhas,¹¹ anclados en ofertas empobrecidas de *mercolazer*, desconocedoras del valor de las prácticas lúdicas propias.

En la misma dirección afirma Fernando Tabares:

Se ha vuelto común, leer y escuchar sobre la desaparición o extinción de múltiples y variadas especies tanto animales como vegetales, de lenguas que desaparecen por el desuso, de costumbres y usos de distinto tipo que sucumben ante el proyecto homogenizador que pretende hacer del mundo entero territorio de prácticas y productos estandarizados. Así, entonces, podría decirse que el mundo es menos mundo y la vida menos vida, menos diversa y rica (...) Así como desaparecen distintas especies, lenguas, usos y costumbres, también lo hacen las expresiones lúdicas, existentes en todos los pueblos del mundo desde siempre. Tal vez por el poco valor que tradicionalmente se le atribuyó a este tipo de prácticas, o por lo avasallador del proyecto colonizador. Hoy la industria de la cultura, de la mano de los omnipresentes medios de comunicación, homogenizan sueños, deseos y aspiraciones, todo ello, para que sus productos no encuentren obstáculos para su distribución. En este escenario, diferentes expresiones lúdicas se van extinguiendo, sin quedar apenas reseña de su existencia. También la extinción de las expresiones lúdicas, con la identidad y diversidad contenidas en ellas, empobrecen la vida y terminan por mostrarla de un solo color.¹²

Asumiendo que el desarrollo, como un estadio más de la implantación del sistema-mundo, corresponde a un modelo civilizatorio cuyo objetivo fundamental es la creación de las condiciones para su adecuado funcionamiento en aquellos lugares donde aún no existe plenamente,

vale la pena indagar por cuál es su impacto en la transformación y/o desaparición de las formas de vida, sociedad y cultura, que obstaculizan su implementación.

El ocio como estrategia actúa en los territorios de la periferia, influyendo en los diferentes ámbitos que lo configuran. En consecuencia, el modelo de desarrollo implementado hasta el día de hoy en los países subdesarrollados – inscrito en el sistema-mundo moderno/colonial –, valora el ocio, en términos de lo que puede representar en crecimiento, o quizás, como aspecto marginal y compensatorio, importante para la recuperación de energías y fuerzas para volver al serio mundo del trabajo, sea este de cualquier condición. En este contexto, ¿cómo actúa el ocio como estrategia, de unas “Otras” formas que no se corresponden con las tradicionales variables bajo las cuales se lo define y se lo analiza?

En este contexto, el interés por el ocio en las sociedades periféricas, requiere, a nuestro entender, de la búsqueda de enunciaciones otras, que posibiliten hacer visible lo que Mignolo¹³ ha denominado como colonialidad o cara oculta de la modernidad, haciendo referencia a aquellos que han sido objeto de intervención por el sistema-mundo moderno/colonial, intentando superar, como él mismo plantea, el referente de Wallerstein¹⁴ de Moderno Sistema Mundial o economía-mundo capitalista.

La implementación del desarrollo aun sigue teniendo grandes impactos en los países de la periferia (la economía, la política, los conflictos armados, las culturas locales, el medio ambiente, etc.). Paradójicamente, el abordaje de aspectos como la lúdica, el juego, la recreación o el ocio, incluso en aquellas propuestas denominadas alternativas, ha sido prácticamente inexistente – vale mencionar la propuesta de Max-Neef, Elizalde y Hopenhayn¹⁵ de Desarrollo a Escala Humana, que incluye el ocio como una necesidad.

Aquella idea del ocio como fenómeno propio de las sociedades industrializadas – las que idearon y lideraron la implementación del desarrollo –, sumió a los intelectuales y activistas de distinto tipo en aquella visión que una y otra vez invisibilizaba el ocio y sus prácticas, discursos y formas de conocimiento, y su presencia que, a pesar de todo

y de todos, fue más allá de lo propuesto por el proyecto civilizador y desarrollador. El ocio, como la vida, suele surgir de las más diversas maneras y en los escenarios más inesperados y deben existir marcos de referencia lo suficientemente amplios y diversos, para no desconocer ninguna.

Problematizaciones en torno al estudio del ocio en los países de la periferia

Al entender que, para el ejercicio de leer el ocio en la particularidad de los países de América Latina, se hace necesario avanzar en la construcción de referentes que permitan dar cuenta de asuntos que los marcos referenciales existentes no hacen visibles, el enfoque de la modernidad/colonialidad, al proponerse, desde lo local, la reivindicación de la visibilización de las historias propias y los aspectos que de ella se derivan, genera la necesaria problematización de los referentes universales para la lectura del ocio en las diferentes sociedades del mundo. Esta situación evidencia una serie de cuestiones que se intentarán exponer a continuación.

Un primer tema, tiene que ver con la visibilización y problematización de un proyecto del centro a la periferia y sobre las formas tradicionales de dar cuenta de este proceso, más centrado en el análisis de su implementación, que en la lectura del impacto sobre las sociedades intervenidas. Este ejercicio suscita, en este sentido, cuestiones en torno a los elementos constitutivos del proyecto – civilizador –, que configuró una realidad que desaparecía aquello que constituía el territorio, los imaginarios, las formas de entender y vivir el trabajo y el ocio (no siempre separados), etc., de millones de personas, para, en cambio, inventar el progreso y el desarrollo, que los nombraba como seres humanos situados en un punto de inicio, con la obligación de avanzar hacia estados de civilización y progreso. Y más en la línea de la temática de este texto, ¿de qué manera actuó, y sigue actuando, este proyecto,

sobre las formas de existencia del ocio, presentes en estos territorios de la periferia?

Otro aspecto sobre el cual aparecen nuevas preguntas, al definir la región latinoamericana como un territorio con unas características propias que se hace necesario explicitar para un adecuado análisis de un fenómeno como el ocio, se refiere a la colonialidad como imaginario que actúa para justificar la configuración del proyecto civilizador. De esta manera, cuestiones en torno a la influencia que la colonialidad ha tenido en la generación de unas condiciones en las que, de manera natural, se asume una menor valoración de las condiciones del ocio propias de los países y habitantes de la región latinoamericana en relación con las del centro. En este sentido, la cuestión es ¿por qué se da mayor valor a unas prácticas locales – generadas en el centro del sistema-mundo –, para que aparezcan como referentes desde los cuales es posible leer el avance del campo? ¿Qué fue lo que sucedió para que esto se diera?

Un asunto más desde el que se suscitan cuestiones en este campo, se dirige hacia las afirmaciones sobre los beneficios del ocio para la superación de situaciones tan complejas como el conflicto, la marginación, la violencia de todo tipo o la desigualdad. ¿Qué referente hace posible este tipo de afirmaciones? ¿Es posible superar situaciones tan complejas como la exclusión, la pobreza o el conflicto armado y sus consecuencias, con sólo algún tipo de prácticas de ocio? ¿Qué imaginarios existen, en los promotores de estas prácticas, con relación a los habitantes de nuestras sociedades, para afirmar que esto es posible?

Ya más en el campo de la generación de conocimiento sobre el tema del ocio, algunas preguntas que surgen en el marco del proceso civilizador se orientan hacia aspectos tales como: ¿qué pasaba en nuestros países, sobre todo desde la generación de conocimiento en el campo de los estudios del ocio, que no se restringía sólo a este campo específico, sino que era una regularidad que atravesaba la vida misma de las sociedades de la región latinoamericana? ¿Qué hacía posible aquella situación de lugares productores de conocimiento y lugares receptores del mismo?

Desde el planteamiento de Mignolo¹⁶ en torno a las historias locales y los diseños globales y sobre la geopolítica del conocimiento,¹⁷ existen unos lugares de enunciación, en los que las historias locales se convierten en diseños globales (por ejemplo en el campo del ocio Dumazedier, Huizinga, Veblen, Elias, Csizksentmihalyi, Cuenca, Trilla, Munné) e historias locales que sencillamente son los espacios donde se ejecutan dichos diseños, adoptándose, rechazándose o sencillamente ignorándose. Historias locales que han sido invisibilizadas o desconocidas, o sencillamente puestas en la lógica de los lugares de enunciación, imposibilitadas por los dispositivos de mayor circulación. Pero en fin, son situaciones que deben ser analizadas con mayor profundidad.

Acá aparecen algunas preguntas, relacionadas con la construcción de conocimiento sobre el ocio en la región. ¿Qué se ha escrito sobre el tema del ocio? ¿Alrededor de qué objetos se produce conocimiento? ¿Qué problemas abordan los académicos en sus ejercicios de investigación? ¿Qué tipo de investigación se hace, qué discursos circulan y qué prácticas se promueven? Cuestiones, todas, que suscitan el descentramiento de las tradicionales preguntas, que sólo hacen visibles algunos aspectos de las complejas sociedades periféricas. Cuestionar estos y otros aspectos, que forman parte de estas realidades, puede ser un aporte a la configuración de propuestas más amplias y sobre todo más pertinentes, en el campo de los estudios del ocio.

Formas otras de conocimiento, propias de América Latina, para la producción de conocimiento en ocio y recreación

Desde la perspectiva del pensamiento crítico latinoamericano, el interés de análisis se relaciona con la aparición de investigaciones desde el enfoque crítico social, es decir, de aquel que apuesta manifiestamente por la transformación de las condiciones de desigualdad y exclusión. Una perspectiva que fundamentalmente, apuesta por la problematización del enfoque positivista como posibilidad única de conocimiento.

Frente al interés de conocimiento, este enfoque se corresponde con las historias coloniales locales como las llama Mignolo.¹⁸ Es decir, su interés apunta, no a dar cuenta de la implementación de un diseño global, sino, al contrario, a hacer visibles las particularidades de esta implementación, en relación con las vidas de aquellos expuestos a este proceso, que en la mayoría de las veces, son invisibles.

La presencia de investigaciones desde este enfoque da pistas sobre el interés de quienes adelantan procesos de producción de conocimiento. Representa otro tipo de procesos de investigación, más cercanos a los contextos sociales y culturales locales y a las necesidades y posibilidades de participación de las personas involucradas en estos procesos.

Dicho de esta forma, lo que se hace desde este tipo de enfoque es la problematización de lo empírico analítico, de sus postulados y prácticas, sus regularidades constitutivas para avanzar en la construcción de marcos referenciales propios y metodologías más pertinentes con los contextos diversos y complejos propios de las sociedades de la periferia. De tal manera que amplía el marco de actuación de las diferentes perspectivas en situación de tensión.

Desde la década de 1950 con la sistematización de experiencias¹⁹ y la Investigación Acción Participativa, desde los 1970,²⁰ se han iniciado ya hace algunos años, procesos que intentan buscar otras formas de conocer, más contextualizadas con las características propias de América Latina.

El planteamiento de Fals Borda²¹ sobre un avance, en las dos últimas décadas, frente a la acumulación de información original, de reflexiones teóricas y metodológicas propias que posibilitan una mirada diferente y un interés por otros problemas más propios de esta región del mundo, abre el camino en la línea de la generación de procesos que permitan fortalecer una comunidad de interés de conocimiento desde lo propio, en el campo de los estudios de ocio.

Un primer asunto que se propone para esta mirada del enfoque crítico social tiene que ver, en la periferia, con la opción de entender el conocimiento como un fenómeno local, que se corresponde con las condiciones reales de las personas, a diferencia del enfoque empírico-analítico, y en general de la ciencia moderna en su conjunto, con

pretensión de universalidad, con marcos referenciales y metodológicos que pueden ser aplicados en cualquier lugar del mundo, es decir, el punto cero. Al respecto plantean Fals Borda y Mora-Osejo:

Los marcos de referencia científicos como obra de humanos, se inspiran y fundamentan en contextos geográficos, culturales e históricos concretos. Este proceso es universal y se expresa en diferentes modalidades. Se justifica en la búsqueda de la plenitud de la vida y satisfacción espiritual y material de los que intervienen en los procesos investigativos y creadores, así como de los que los difunden, comparten y practican.²²

Esta afirmación viene a apoyar el planteamiento, desde la geopolítica del conocimiento, de la necesidad de hacer visibles no sólo los lugares de enunciación, sino, además, los intereses que se ponen en juego.

Dos perspectivas, pues, del conocimiento: aquella que apunta al mantenimiento de unas determinadas condiciones, buscando la forma de llevar a todos los seres humanos en un mismo sentido, y aquella que reivindica la problematización de las condiciones de desigualdad y exclusión, restituyendo a los marginados la posibilidad de participar en las transformaciones necesarias para la construcción de sociedades más justas y respetuosas de la diversidad y la diferencia.

Con respecto a los estudios de ocio

Con referencia a los estudios del ocio en las sociedades de la periferia, una cosa se hace manifiesta: la coincidencia existente entre el ocio como diseño global y la ciencia (positiva) como forma universal y válida de conocimiento. Problematizar la producción de conocimiento de las sociedades latinoamericanas requiere, sin duda, la identificación de este hecho. Como se devela en la colonialidad del saber, existe una forma por excelencia para hacer ciencia, que, sobre todo en el marco de la diferencia colonial, no sólo opera en la diferenciación entre los tipos de conocimiento, sino, además, en relación con los seres humanos de unos y otros espacios.

Una matriz que, bajo la misma operación del conocimiento, subalterniza unas estrategias de ocio, en favor de otras, correspondientes al diseño global. Denominaciones como prácticas populares, tradicionales, autóctonas son utilizadas para denominar las prácticas propias de los países ubicados al margen, tanto desde lo temporal como desde lo espacial.

En la historia de las sociedades centrales, puede ser que lo popular y lo tradicional se corresponda con formas anteriores de la historia propia, pero en la periferia esto no puede ser leído de la misma forma. En las operaciones centro-periferia, lo histórico se asume como una operación bajo la que se asignan unos lugares intermedios con relación al punto definido de referencia. En palabras de Lander: “La historia continúa existiendo sólo en un sentido limitado: a los países subdesarrollados todavía les queda un trecho por recorrer para llegar a la meta en la cual los aguardan los ganadores de la gran carrera universal hacia el progreso.”²³

En esta matriz, las prácticas propias permiten leer el estado de desarrollo de una sociedad. La ciencia positiva identifica los estados de implementación, pero no las prácticas propias que siguen existiendo, no como señal de un estado anterior de la historia, sino como la presencia, simultánea, de unas prácticas que se corresponden con unas formas de vida de unos sectores de la población, al margen del desarrollo, ya por exclusión o porque sencillamente sus formas de vida son orientadas por regularidades distintas a las propias de la modernidad.

De esta manera, la universalidad y su diseño global de ocio debe tomarse como una forma de expresión, con intereses, marcos referenciales y metodologías propias, pero no como la única. Muchas otras expresiones de lo propio existen a pesar de que estos modelos no las hagan visibles. Por ello, es tan necesario la construcción de marcos referenciales otros, que posibiliten la integración y visibilización de todas las expresiones, valorando su existencia, de acuerdo con los aportes que hace a los grupos humanos que las practican.

Formas otras de vida requieren igualmente de preguntas otras, de marcos otros, de búsquedas otras que en lo local favorezcan la lectura

del ocio. Por ello, la pregunta en la periferia no se debe orientar hacia la existencia o no del ocio – en su versión occidental –, debe dirigirse, sí, a indagar por las formas de existencia de este fenómeno en el contexto propio de las sociedades de nuestra región, tan diversas, tan complejas, tan dependientes, tan descreídas de sí mismas. Es decir, para un mundo diverso, paradigmas otros de conocimiento, en donde quepan las formas propias de las historias locales y también las propias del diseño global, pero esta vez en condiciones de igualdad, donde los reales diálogos sean posibles.

Algunos retos de una perspectiva crítica latinoamericana en los estudios de ocio

Algunos retos que debe asumir la perspectiva crítica latinoamericana frente a los estudio del ocio en la región.

- La objetividad.

Un asunto que debe tenerse en cuenta es el tema de la objetividad, que resalta las formas de conocimiento implementadas en América Latina, y la problematización de la relación entre teoría y práctica. Según Fals Borda:

Al entender más claramente cómo el conocimiento popular podía ser congruente con la heredad de la ciencia académica, tuvimos que descartar algunas definiciones profilácticas de “compromiso” (compromiso-pacto) que nos habían enseñado. Advertimos que aquellos colegas que aducían trabajar con neutralidad y objetividad absoluta terminaban voluntaria o involuntariamente apoyando el statu quo, con lo que oscurecían la realidad o buena parte de ella, e impedían las transformaciones sociales y políticas en las que estábamos inmersos o que ansiábamos impulsar.²⁴

Con la claridad de que el que investiga está condicionado por las circunstancias propias de su vida, la apuesta por formas de conocimiento otras, que propenden por la transformación, requiere del compromiso

explícito de las personas que impulsan procesos de generación de conocimiento en nuestras sociedades. Develar los intereses implícitos, tanto en la producción de conocimiento como en las formas mismas de existencia del ocio en nuestras sociedades, es una tarea que debe asumirse, sobre todo, en lo que se refiere al impulso de procesos de cambio.

Por ejemplo, en el contexto latinoamericano, la pregunta por la relación de investigaciones desde el enfoque empírico analítico y el crítico social tiene que ver con el hecho de considerar los intereses que subyacen en los diferentes enfoques de generación de conocimiento. Quizás porque como plantea Fals Borda: “la descolonización tiene que ver con descubrir en nuestras propias mentes y conductas, las características de una forma de conocer y de actuar que se habían implantado en nosotros, principalmente a través de la educación.”²⁵

Al respecto, y apoyado en una investigación sobre la producción de conocimiento en ocio y recreación en Colombia, afirma Osorio:

Lo que pasa es que yo creo que, en eso, yo soy muy insistente, que aún nos falta desde una cultura de lo académico y de producción de conocimiento, que la gente asuma posiciones políticas en las investigaciones, es decir, creo que a pesar, incluso, de que tu puedes tener una aproximación hermenéutica-cualitativa a la práctica y a la investigación, de alguna manera se sigue manejando, ingenuamente, sin las implicaciones políticas que eso tiene. Porque es que transformación es político, sí, automáticamente.²⁶

Develar, pues, los intereses y apostar manifiestamente por una opción política que problematiza las formas de conocimiento, pero de igual manera, las formas de expresión del ocio en las sociedades de la periferia, abre un importante camino hacia la construcción de marcos referenciales propios, que a su vez permitan la conformación y fortalecimiento de grupos de investigadores que constituyen comunidades académicas con el objetivo de proponer modelos más acordes con lo local, para desde allí establecer relaciones con otros grupos, otros marcos de análisis y otras propuestas metodológicas.

En palabras de Fals Borda:

Por estas razones llegamos a declarar que las gentes del común merecen conocer más sobre sus propias condiciones vitales para defender sus intereses, que aquellas otras clases sociales que han monopolizado el saber, los recursos, las técnicas y el poder mismo, es decir, que debemos prestar a la producción del conocimiento tanta o más atención que a la producción material. Así podremos inclinar la balanza en pro de la justicia para los grupos desprotegidos de la sociedad.²⁷

La relación sujeto-objeto

Bajo la tradicional mirada de las formas hegemónicas, las formas de conocer y las prácticas de juego, diversión, fiesta, fueron subalternizadas. En esta forma de funcionamiento del sistema-mundo moderno/colonial, la periferia se convierte en objeto de conocimiento, analizado por los científicos objetivos, habilitados para tal fin.

Un interés de conocimiento por la transformación propende por la restitución de la posibilidad de generar conocimiento y en esta misma línea, por la restitución de las expresiones propias del ocio. Pero igualmente, por la restitución del derecho de participación de las personas que, desde la diferencia colonial, se encuentran en condiciones de subalternización, como grupos poblacionales a los que hay que sacar del atraso, ya que por sí mismos son incapaces de hacerlo. Para Lander:

Se refuerzan aquí las miradas coloniales que sólo reconocen como sujetos significativos a los portadores de proyectos modernizantes: los empresarios, los tecnócratas, los vecinos de clase media, los habitantes de la mitológica sociedad civil. La indiferencia ante los otros, que no encuentran lugar en esta utopía de mercado y democracia liberal, delata la permanencia del racismo fundante del pensamiento colonial.²⁸

Se propone, entonces, la opción de formas de conocimiento más propias de América Latina como la Investigación Acción Participativa y la reconstrucción decidida de una historia del ocio en la periferia, que haga visible lo no contado y que dé elementos para intentar entender

mejor lo que somos hoy. Que involucren directamente en los procesos de investigación a las personas que tradicionalmente fueron concebidas como objetos de conocimiento. Aunque haya situaciones que puedan cuestionarse tanto por sus formas como por la radicalización de estas perspectivas, en lo que se refiere a la injerencia que sigue habiendo en la toma de decisión sobre temáticas y procesos de investigación por parte de los investigadores, este enfoque de conocimiento es muy importante y ofrece grandes posibilidades para avanzar.

En el marco de los diseños globales y las historias locales, indagar por las condiciones bajo las que se propiciaron procesos que apuntaron al desarrollo del ocio y la recreación, permitirá caracterizar y entender mejor la configuración de unos enfoques y unos intereses frente a la producción de conocimiento, que construyen contextos donde unas formas de conocimiento encuentran condiciones más propicias que otras.

A manera de conclusión

La modernidad/colonialidad representa en la actualidad una importante perspectiva del pensamiento crítico latinoamericano actual. La problematización que posibilita este marco de análisis a las regularidades propias de los modelos tradicionales de conocimiento representa un invaluable aporte al estudio de los programas de materias sobre ocio, recreación y tiempo libre en América Latina. Discursos, enfoques e intereses deben tomarse en cuenta para el análisis de las diferentes propuestas de formación de investigadores. De ello depende la posibilidad de construir escenarios equilibrados, donde las diferentes perspectivas e intereses de conocimiento puedan interactuar para la construcción de marcos acordes con la complejidad y diversidad de la región latinoamericana.

Desde la perspectiva del ocio, el gran desafío tiene que ver con el desarrollo de un pensamiento capaz de recoger y dar cuenta de la singularidad histórica, social, cultural y política de las comunidades de

la región latinoamericana. Un pensamiento crítico que integre y signifique la rica producción intelectual, científica, cultural y académica de personas e instituciones que con una amplia tradición han aportado a la interpretación, comprensión y transformación de las realidades locales, muchas de las veces silenciadas por la ideología de la dominación y la subalternización.

Finalizamos expresando nuestro deseo de que este libro sea una contribución para el desarrollo del pensamiento crítico sobre el ocio en América Latina, ampliando las posibilidades de diálogo y de avance del conocimiento producido sobre este tema en nuestra región.

José Fernando Tabares Fernández

Miembro de la Corporación CIVITAS:
Estudios de Ocio, Cultura y Sociedad

Víctor Alonso Molina Bedoya

Docente de la Universidad de Antioquia y
miembro de la Corporación CIVITAS:
Estudios de Ocio, Cultura y Sociedad

Introducción

Abriendo nuevos horizontes para los estudios del ocio en América Latina

Inspirados en la letra/poema que inicia este libro, del cantautor Pablo Milanés, sentimos que los estudios sobre el ocio en América Latina están entrando en un nuevo momento, que representa un tiempo/espacio social de reflexión, análisis crítico y despertar de conciencias sobre el pasado que nos constituye y que integra la historia latinoamericana. Se trata de un tiempo/espacio del presente que, cotidianamente, nos desafía a encontrar caminos alternativos para enfrentar los graves problemas que marcan nuestra región. Pero también es un tiempo/espacio de esperanza, pues, en cuanto sujetos sociales, históricos y políticos, el futuro de las sociedades latinoamericanas depende de los compromisos y responsabilidades que nos atrevamos a asumir hoy buscando construir nuestros sueños y utopías para el mañana.

Preparamos este libro pensando, justamente, en colaborar con el alcance de desafíos tan importantes e instigantes como estos. El contenido de esta obra fue sistematizado desde una investigación bibliográfica sobre la temática del ocio y la recreación en América Latina. Esta búsqueda consistió en su primera etapa de una investigación más amplia, que se encuentra en desarrollo, teniendo como objetivo analizar las propuestas de Maestrías en Recreación, Tiempo Libre, Ocio y *Lazer* desarrolladas actualmente en la región (en Brasil, Costa Rica, Ecuador y México). Se trata, así, de un caminar en búsqueda de nuevos conocimientos sobre el ocio en América Latina que viene siendo emprendido con el imprescindible apoyo de algunas instituciones brasileñas: el *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)*, el *Ministério do Esporte* y la *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig)*.

Es importante destacar, también, que la publicación de este libro bilingüe significa un paso más en el compromiso con la ampliación de los horizontes del ocio en el contexto latinoamericano, con la finalidad de colaborar con la integración y con los diálogos en la región. Cabe destacar que este caminar comenzó en el año de 2007, cuando fue iniciado un proyecto colaborativo con la finalidad de registrar, sistematizar, difundir y ampliar el intercambio de saberes y experiencias sobre el ocio en América Latina. Como los trabajos colectivos sobre este tema aún son muy incipientes en la región, esta iniciativa posibilitó conocer algunos aspectos de la producción de conocimientos en este ámbito. La referencia básica fueron los estudios sobre la recreación y el ocio realizados por autores de ocho países latinoamericanos: Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Cuba, México, Uruguay y Venezuela.¹

En este emprendimiento, cada investigador o grupo de investigadores responsables por el estudio del tema en su país sistematizó los datos para retratar la recreación y el ocio conforme a su preferencia y posibilidad de profundización metodológica. Así, diferentes perspectivas de reflexión y análisis fueron adoptadas y todas fueron consideradas importantes. Esa diversidad reveló puntos en común entre los países estudiados, las diferencias particulares de cada contexto y también

las múltiples posibilidades de intercambio solidarios en términos de aprendizaje colectivo sobre el ocio como un campo de vivencias, conocimientos, formación e intervenciones.

Los estudios realizados mostraron distintos niveles de profundidad, consistencia teórica y análisis crítico. Sin embargo, a pesar de las particularidades que diferencian los ocho países latinoamericanos investigados, fue posible observar algunos elementos comunes sobre la recreación y sobre el ocio en América Latina. Algunos de estos aspectos serán destacados en el presente libro porque servirán de punto de referencia para las discusiones y análisis aquí propuestos.

Mucho se habla sobre América Latina, pero, poco se sabe sobre los significados de este término, algo que no fue profundizado en los estudios sobre el ocio realizados por los autores de los ocho países indicados anteriormente. Muchas dudas sobre los significados de la expresión aun están pendientes para los estudiosos de la recreación y del ocio en varias partes del mundo, y no solamente en los países latinoamericanos.

Para colaborar con el llenado de esta laguna, la preocupación central del Capítulo 1, fue buscar conocimientos que nos permitiesen comprender el proceso de construcción conceptual y contextual de América Latina. Nuestro punto de partida fueron las siguientes indagaciones: ¿Qué significa la expresión América Latina? ¿Cuándo, dónde y por qué fue elaborada?

Responder estas preguntas es difícil, porque aún precisamos realizar estudios y análisis sobre el tema. En este sentido, los estudios que componen el Capítulo 1, resaltaron la urgente necesidad de comprender las parcialidades y limitaciones de la expresión América Latina y de colaborar con su resignificación.

Realizadas estas discusiones iniciales, el Capítulo 2 propone una reflexión sobre los entendimientos de recreación y de ocio que prevalecen en el contexto latinoamericano. Al final, las imprecisiones e indefiniciones conceptuales presentes en los estudios sobre ocio, recreación, tiempo libre y *lazer* en América Latina fueron destacadas por varios autores² como una fragilidad de los estudios producidos

sobre la temática. Muchas veces estos términos son utilizados indistintamente, generando contradicciones y problemas de comprensión.

La imprecisión y la confusión conceptual comprometen, según los autores latinoamericanos citados anteriormente, el avance de conocimientos sobre el tema en la región – que, tradicionalmente, enfatiza el concepto de recreación en menoscabo del concepto de ocio (*lazer*). ¿Por qué acontece esto? ¿Cuáles son los orígenes de los conocimientos producidos sobre la recreación, y de qué manera fueron difundidos en América Latina? En lo que se refiere al ocio, ¿los saberes y teorías inicialmente elaborados sobre el tema son adecuados a nuestra región? ¿Por qué?

En el Capítulo 2, se ingresa en esas y otras cuestiones, indicando la necesidad de resignificar los saberes teórico-conceptuales sobre el ocio en América Latina en una perspectiva contrahegemónica. Entendemos que esa perspectiva envuelve un amplio conjunto de redes, iniciativas, estrategias educativas y movimientos populares empeñados en la comprensión y en el enfrentamiento de las consecuencias económicas, sociales y políticas del capitalismo neoliberal, visualizando en el ocio un campo posible para el desarrollo de acciones alternativas comprometidas con el repensar sobre los límites y las posibilidades que marcan la realidad actual. Obviamente, para que esto acontezca, se torna imprescindible contar con profesionales que actúen como mediadores de un proceso de aprendizaje transformacional que también puede integrar nuestras experiencias de ocio.

Por eso, en este libro entendemos que el ocio es una práctica social compleja que puede ser concebida como una necesidad humana y como una dimensión de la cultura caracterizada por la vivencia lúdica de manifestaciones culturales en el tiempo/espacio social. Esta comprensión fundamenta nuestras reflexiones, análisis e interpretaciones.

En general, cuando retrocedemos en el tiempo para estudiar el ocio, tomamos como punto de partida las sociedades greco-romanas o las modernas sociedades urbano-industriales europeas. Estas son las dos visiones históricas más difundidas en los estudios sobre el ocio y, más allá de seguir generando acaloradas polémicas entre los estudiosos del

tema en cuanto a la pertinencia de una u otra corriente, continúan siendo ampliamente reforzadas por autores de varios países del mundo.

Este panorama nos lleva a indagar: ¿qué otras relecturas sobre el ocio en América Latina se pueden hacer, o la historia es única, centralizándose en la antigüedad greco-romana o en la modernidad occidental? ¿Las reflexiones sobre el ocio en América Latina deben considerar apenas las sociedades urbano-industriales? ¿Cuáles son las implicaciones históricas, culturales, sociales, económicas y (geo)políticas de este tipo de abordaje en las distintas realidades latinoamericanas? Al anunciar otras perspectivas de análisis, el Capítulo 3 del libro procuró contribuir con esta discusión.

La mayoría de las veces, cuando se trata la temática del ocio se aborda también el trabajo, pues, son evidentes los vínculos social e históricamente constituidos entre estos dos fenómenos. Como el ocio no es una fracción aislada, está en íntima relación con los demás campos de la vida en sociedad, evidenciando la importancia de profundizar conocimientos sobre la problemática del trabajo en América Latina y sobre sus desafíos actuales. Este es el tema central de discusión del Capítulo 4, que fue impulsado por algunas preguntas fundamentales: ¿La reducción de la jornada de trabajo significa una progresiva ampliación del tiempo libre, en especial en las sociedades latinoamericanas? ¿Qué papel asume el ocio en este proceso de reconfiguración del trabajo verificado en los días actuales?

Es notoria la importancia de repensar críticamente estos aspectos, pues, los problemas sociales, políticos y económicos que marcan la región latinoamericana necesitan ser enfrentados de modo urgente en vez de ser simplemente disfrazados o amenizados por programas recreativos no siempre comprometidos con una educación crítica y problematizadora. De esta manera, es importante indagar: ¿cuál es el costo social y ecológico del crecimiento, progreso y desarrollo, especialmente para las sociedades latinoamericanas? ¿De qué manera la educación favorece el mantenimiento de este modelo? ¿Qué tipo de educación posibilitará la transformación de esta realidad social, tornándola más solidaria y sustentable? ¿Cómo el ocio podría contribuir con estos desafíos en

América Latina? Estas preguntas indican la importancia de estimular el pensamiento crítico por medio de una educación comprometida con el ocio, que nos ayude a caminar hacia sociedades sustentables, que valoren una ética transcultural e intercultural. En términos generales, este es el tema abordado en el quinto y último capítulo del libro.

Destacamos que las citas fueron traducidas de las obras originales en portugués para el español y viceversa, para facilitar la comprensión del lector. Además de eso, para evitar dificultades de comprensión, aclaramos que en la versión en español del libro la palabra ocio fue tratada como sinónima de *lazer* en portugués.

Aunque algunas personas puedan pensar que investigar la temática del ocio en América Latina significa una moda pasajera, para nosotros representa un ejercicio muy complejo, desafiador y necesario de profundizaciones comprometidas con el despertar de consciencias. Se trata de un terreno arenoso y repleto de incertezas, que significa también una posibilidad de saber más sobre nosotros mismos, sobre nuestra culturas, sobre nuestras historias y tradiciones, sobre una multiplicidad de avances y retrocesos que, entre otras cosas, nos permite colocar en realce muchos aspectos del ocio, de nuestros pueblos y de nuestras culturas, que continúan siendo subvaloradas y silenciadas en nuestro propio contexto latinoamericano y en otras partes del mundo.

Por esto, convocamos: América, despierta... Tal vez este despertar no sea enteramente feliz, porque requiere revelar dolorosas cicatrices, nuevas y antiguas. Esto es inevitable cuando se toma la decisión de expandir la consciencia sobre el mundo que tenemos, sobre aquello que queremos, y también sobre el papel que el ocio asume en este proceso.

Es urgente y necesario enfrentar este desafío, ampliando los horizontes para los estudios y para los proyectos y acciones sociales, culturales, políticas y pedagógicas comprometidas con el ocio en América Latina. Esperamos, así, que esta obra sea vista como una modesta contribución para repensar algunas de esas temáticas. Como las investigaciones y los estudios sobre la recreación y sobre el ocio en la región latinoamericana aun carecen de profundizaciones, muchas de las ideas desarrolladas en este libro se encuentran en elaboración, evidenciando lo temporal y

el dinamismo del proceso de construcción del conocimiento. Por eso, anhelamos la posibilidad de emprender nuevos diálogos, reflexiones y perfeccionamientos sobre este tema tan relevante.

Que la lectura de este libro, más que solo ofrecer respuestas, pueda también estimular nuevas preguntas, estudios e investigaciones que favorezcan la apertura de los horizontes del ocio en Latinoamérica y en el mundo.

Los autores

Belo Horizonte, Brasil / Santiago, Chile

Primavera de 2010

Capítulo 1

América Latina Perspectivas conceptuales y contextuales

Como punto de partida para las reflexiones propuestas en este libro, consideramos esencial entender el origen histórico-social y conceptual de la expresión América Latina. Al final, ¿qué es lo que queremos decir cuando empleamos este término? ¿Cuándo, dónde y por qué fue elaborado?

Considerando que no siempre los significados de esta expresión están claros para los estudiosos de la recreación y del ocio en varias partes del mundo, y no solamente en la región latinoamericana, este primer capítulo pretende realizar un análisis del proceso de construcción de la noción de América Latina. Se busca comprender los aspectos más expresivos que posibilitaron la construcción conceptual y contextual de este término, teniendo en cuenta la necesidad urgente de resignificarlo en las realidades latinoamericanas actuales.

Antes de entrar en este tema es esencial discutir qué significa un concepto, identificando cuáles son los elementos clave a considerar en el proceso de conceptualización de una temática de estudio. Este desarrollo teórico puede colaborar y complementar las reflexiones propuestas en este libro, y es fundamental para los análisis que aquí se efectuarán.

¿Qué es un concepto?

Generalmente, en el ejercicio de aclarar los significados de un término casi siempre consultamos, en un primer momento, los diccionarios. Aún cuando la mayoría de los diccionarios esté basada en los saberes del llamado sentido común, veamos lo que algunos de ellos nos dicen sobre algunos usos y significados de la palabra *concepto*.

El *Diccionario de la lengua española* (<www.rae.es>) revela que este término tiene varios significados. Las definiciones más cercanas a lo que interesa en este estudio dicen que la palabra *concepto* es una idea que concibe o forma el entendimiento; un pensamiento expresado con palabras; la opinión o el juicio sobre algo. Luego, se refiere a la idea de formar concepto, lo que es entendido como el determinar algo en la mente después de examinadas las circunstancias.

Los diccionarios de la lengua portuguesa también indican la existencia de varias acepciones para esta palabra. Según Ferreira,¹ *concepto* es una idea, o sea, una representación mental de algo que puede ser concreto o abstracto. Esta visión también es adoptada por Houaiss.² Para este autor, concepto es una representación mental de un objeto, que se muestra como un instrumento fundamental del pensamiento en su tarea de identificar, describir y clasificar los diferentes elementos y aspectos de la realidad.

Esta última idea está presente en el diccionario de filosofía de Abbagnano.³ Para el autor, la función primera y fundamental del concepto es la misma del lenguaje, o sea, la comunicación. El autor agrega que un concepto es normalmente representado e indicado por un nombre, pero él no es el nombre. De este modo, diferentes nombres pueden expresar un mismo concepto. Es así que los conceptos nos ayudan a comprender y a comunicar, pero, a su vez, colaboran también a aclarar y fijar los significados y usos de una determinada palabra, permitiéndonos dialogar y construir entendimientos comunes sobre los fenómenos que observamos, estudiamos y con los cuales estamos involucrados. En síntesis, cuando expresamos un concepto, estamos indicando cierto tipo de especulación o representación sobre la naturaleza, sobre la sociedad, sobre el ser humano y sobre sus prácticas.

Para Galuch y Sforini⁴ la formación de conceptos es un proceso, no es un resultado de transmisión de palabras o de definiciones que expresen la generalización comprendida en los conceptos. Por lo tanto, la formación de conceptos es el movimiento del pensamiento, con oscilaciones constituidas de poco a poco, por el uso de las palabras, por combinaciones entre operaciones mentales, aislando atributos comunes entre objetos, abstrayendo determinadas características, simbolizando y llegando a una síntesis.

Agregado a lo expuesto, a continuación sistematizamos⁵ algunos aspectos esenciales de un concepto:

- *Los conceptos son representaciones de la realidad material/inmaterial.* El proceso mental-racional de sistematización de ideas por parte de un autor, o de varios autores, envuelve abstracciones que son influenciadas por varios elementos: comprensión del ser humano, visión de mundo, personalidad, historia de vida, valores, principios éticos y morales, proyectos políticos etc. Es así que un concepto expresa la forma como cada uno ve y nombra los distintos fenómenos.
- *Los conceptos son el mapa pero no el territorio.* Como representaciones de la realidad, los conceptos nunca serán totalmente equivalentes a esa realidad que buscan expresar. El mapa siempre será una representación de una realidad concreta, por lo cual no se debe confundir las representaciones – los conceptos – con eso real que ellos buscan expresar.
- *Los conceptos deben ser contextualizados porque no son universales.* Es fundamental tener en cuenta que algunos conceptos son válidos para una determinada realidad y para algunos sistemas de ideas pero no siempre podrán ser generalizados, ni entendidos como universales. Un concepto adquiere sentido en una producción (práctica/teórica), que, a la vez, adquiere su sentido en el conjunto de las visiones de su(s) autor(es), que participa de determinada realidad contextual y así sucesivamente. Lo que puede ser válido en un contexto histórico, político y cultural, o dentro de un específico sistema teórico, en otras circunstancias o en otro contexto puede carecer de validez.

- *Los conceptos son dinámicos.* Un concepto puede ser adecuado y suficiente para explicar la realidad en un determinado tiempo/espacio histórico/social, pero cambia sus significados y sus usos de acuerdo con las intenciones de los sujetos que lo producen y de los requerimientos de cada momento. Los sentidos de cada concepto son complejos, fluidos y están en constante transformación.
- *Todo concepto está en un estado de inacabamiento.* Esto posibilita una constante transformación y profundización, pero también expresa lo parcial y limitado de nuestras representaciones del mundo. Por ser construcciones humanas, en muchos casos las representaciones son marcadas por la ilusión. Nuestra condición humana evidencia que somos inacabados y estamos en constante formación. Lo mismo ocurre con el proceso de conceptualización.
- *Los conceptos no son neutrales, tampoco totalmente objetivos.* Toda explicación, interpretación y forma de entender la realidad estará teñida por visiones de mundo, entiéndase cosmovisiones y paradigmas, presentes de forma explícita o implícita y oculta, expresando una imposibilidad de neutralidad. Entonces la búsqueda de imparcialidad y objetividad será solo una aspiración, esto es, una pretensión que no podrá concretarse del todo. Tener presente esta imposibilidad del conocimiento humano es un primer paso para empezar a ser un poco más humilde al elaborar nuestras teorías.
- *Un mismo concepto puede generar diversas interpretaciones.* De este modo, un concepto puede ser conceptualizado por varios autores con significados e intenciones distintas, según las visiones de cada uno de ellos y su contexto específico. Por un lado, la multiplicidad de sentidos que un mismo concepto puede tener es una fuente rica de aprendizaje. Por otro lado, puede ser también una fuente de confusión, como es común con relación al empleo de los conceptos de América Latina, ocio, recreación y tiempo libre, muchas veces tratados de forma vaga y poco rigurosa en la región.

Por lo recién planteado, es fundamental cambiar la forma de elaborar conocimientos y reconocer las limitaciones que cualquier concepto o teoría posee, pero, a la vez, atrevernos a correr el riesgo de formular nuevas perspectivas desde donde comprender lo complejo de la

actualidad.⁶ Esto es muy importante, especialmente cuando se considera el campo teórico-conceptual del ocio y de la recreación en América Latina.

América Latina: controversias que marcan los orígenes del concepto

Iniciamos esta reflexión con algunas preguntas fundamentales: ¿Qué significa el término “América Latina”? ¿En qué contexto fue creado? ¿A partir de cuáles elementos se justifica la creación del concepto de América Latina?

Responder estas preguntas no es una tarea simple. Los libros, artículos, enciclopedias, sitios de internet y otras fuentes de datos sistematizados por autores de diversos países son controvertidos e imprecisos cuando se trata de aclarar en qué consiste América Latina. Muchos afirman que esta expresión fue creada por Napoleón III cuando las tropas francesas invadieron México, en 1862, intentando ocupar posteriormente América Central y América del Sur para constituir un Imperio Latino.⁷

Para el entonces consejero de Estado de Napoleón III, Michel Chevalier, esta pretensión imperialista requería que Francia estableciese un eje de identidad con Iberoamérica. Por eso, Del Paso⁸ argumenta que, en realidad, la noción de América Latina no fue elaborada por este emperador, sino más bien, por Chevalier, el ideólogo de la teoría panlatina.

Cabe señalar que, el año de 1861, otro intelectual de nacionalidad francesa, Tisserand, publicó un artículo en la *Revue des Races Latines*. En su artículo, Tisserand designa de América Latina a lo que hasta entonces se denominaba en Europa, genéricamente, el Nuevo Mundo, América Española, América del Sur, Repúblicas hispano-americanas o incluso de Las Indias Occidentales. Con esto, según Zea,⁹ el concepto de América Latina pasó a integrar el ideal de panlatinismo defendido por Tisserand, Chevalier y muchos otros intelectuales de esa época.

Chevalier ya había publicado anteriormente el libro *Lettres sur l'Amérique du Nord*, cuya primera edición data de 1836, y, en ella, el autor presenta los resultados de las observaciones efectuadas a lo largo de dos años de su visita a los Estados Unidos con el objetivo de conocer más profundamente la sociedad americana. La expresión de “Europa Latina” es citada en estos escritos de Chevalier,¹⁰ evidenciando así que este término ya circulaba en la época, siendo utilizado para designar las regiones europeas originarias de las lenguas latinas. Se cree, así, que a partir de la invasión mexicana por parte del emperador francés, teniendo a Chevalier como consejero, los franceses crearon la expresión Europa Latina, inventando después un término similar: el de “América Latina”.

Esta afirmación es generadora de acaloradas polémicas. Algunos estudiosos no están de acuerdo con que los orígenes de la expresión América Latina sean atribuidos a Napoleón III, a Chevalier o a cualquier otra personalidad francesa o europea. En esta línea de interpretación, los estudios de Bruit¹¹ muestran que, antes de la invasión francesa a México, el colombiano José María Torres Caicedo y el argentino Carlos Calvo ya estaban utilizando el término América Latina. Ardao¹² y Larramendi¹³ también afirman que corresponde a Torres Caicedo¹⁴ usar por primera vez este término, en 1856, en su poema “Las dos Américas”. Poco después, Carlos Calvo¹⁵ publicó en París una obra compuesta por varios volúmenes y el título de su trabajo también utilizó la expresión América Latina, englobando en sus abordajes los Estados comprendidos entre el Golfo de México y el Cabo de Hornos, situado en el extremo sur de Chile.

Seguramente, esta nueva expresión estaba relacionada con el concepto de Europa Latina, pero asumía una connotación bien distinta al referirse al continente americano. Las investigaciones de Bandeira¹⁶ evidencian que América Latina, como un concepto que engloba la región constituida por México, América Central y América del Sur, fue empleado de forma pionera por el intelectual y político chileno Francisco Bilbao,¹⁷ que dictó una conferencia, en París, el 24 de junio de 1856.

Esta es también la posición defendida por Mix.¹⁸ Para este autor, fue solamente después de Francisco Bilbao que Torres Caicedo utilizó y comenzó a difundir la expresión América Latina en el contexto parisino, sobre todo en los medios diplomáticos y culturales iberoamericanos de la capital francesa. De acuerdo con la propuesta de Bilbao, el término abarcaba el conjunto de países colonizados por España, Portugal y Francia en América Meridional, de modo que sus habitantes poseían, inevitablemente, una ascendencia de origen latino. Fue con este significado que la expresión comenzó a ser difundida en Europa y también en América.

Estas consideraciones sugieren que aún cuando el concepto de América Latina haya sido elaborado por intelectuales latinoamericanos, indudablemente las ideas comunes en Europa, sobre todo en Francia, influenciaron su constitución en el siglo XIX. Una evidencia de esto es el hecho de que el chileno Francisco Bilbao realizó su conferencia en París, misma ciudad en que, poco después, el argentino Carlos Calvo publicó su obra. El colombiano Torres Caicedo, por su parte, estaba en Venecia cuando escribió su famoso poema que hacía alusión a América Latina. Estas evidencias revelan que este concepto fue gestado en el contexto europeo, siendo irrelevante el hecho de que haya sido inventado, o no, por latinoamericanos.

Por esto, debe destacarse que, en sus orígenes, el término América Latina estaba directamente relacionado al concepto de Europa Latina. A su vez, no se puede olvidar la ambición imperialista que, de forma disimulada, estaba contenida en las ideas de “Europa Latina”, de “razas latinas” y, consecuentemente, también de “América Latina”.

Conforme destaca Bandeira,¹⁹ Napoleón III reivindica para los franceses la condición de legítimos herederos de Roma y busca nuevas áreas de expansión para Francia, pues pretendía constituir un vasto Imperio Latino en oposición a Gran-Bretaña. A partir del latín, lengua oficial de Roma, fueron constituidas las llamadas lenguas latinas (o neolatinas) como el francés, el español y el portugués. Esto fue consecuencia del aislamiento de las diferentes regiones dominadas por Roma, de modo que el latín coloquial hablado en cada una de esas áreas acabó sufriendo alteraciones, generando diferentes lenguas a partir de una raíz común.

Además de esta herencia lingüística, los franceses se consideraban herederos de las supuestas grandezas comúnmente atribuidas a los antiguos romanos. Paralelamente, se debe destacar que la composición del imperio romano se relaciona no solamente con hechos de notable grandeza, sino, principalmente, con muchas atrocidades. Con el ideal de Europa Latina defendido por el imperio francés no podía ser diferente.

Elementos que justifican la creación del concepto de América Latina

¿A qué se debe la creación del concepto de América Latina? ¿Será la cuestión lingüística, derivando de la expresión previa de Europa Latina, o existen otros elementos que deben ser considerados?

Aclaremos que el predominio de lenguas de origen latino – también denominadas de lenguas románicas – en América del Sur, en América Central y en el Caribe, a pesar de ser la justificación más difundida para designar la región latinoamericana, no es consistente, coherente y adecuada. Por ejemplo, el francés es uno de los idiomas oficiales de Canadá y prevalece en todo el este canadiense. Si la cuestión lingüística fuese un criterio determinante, Canadá debería formar parte de América Latina, así como acontece con Haití, donde el francés es el idioma oficial. Tal vez eso sería posible si Canadá estuviese situado al sur de los Estados Unidos. Pero, estando localizado en el extremo norte del continente, su ubicación territorial produce automáticamente la separación de América Latina. Así, en lo que se refiere a Canadá, el criterio de localización geográfica predomina sobre el lingüístico, ya que se trata de un país situado en América del Norte que posee un idioma de origen latino.

Lo mismo no acontece con México. Este país también se sitúa en América del Norte, pero, como su realidad en términos de desarrollo socioeconómico contrasta con la de Estados Unidos y Canadá, entonces

México es incluido en América Latina. En este caso, el criterio territorial utilizado como marco de referencia para la constitución geográfica de América del Norte deja de tener sentido, mostrando que varios aspectos están en juego cuando se trata de justificar la composición de una región designada como América Latina. Los argumentos para que México sea considerado un país latinoamericano, son: el tener el español como lengua oficial y presentar características socioeconómicas similares a los demás países latinoamericanos, poco importando su localización geográfica.

Otras fragilidades e inconsistencias envuelven la constitución de América Latina cuando el criterio de referencia adoptado se justifica por el aspecto lingüístico. El inglés tiene origen germánico y es la lengua oficial de muchos Estados latinoamericanos, en especial de aquellos que forman islas localizadas en el mar Caribe.²⁰ Si este criterio fuese válido y coherente, los Estados de la región caribeña que no poseen lenguas de origen latino no integrarían América Latina.

Además de eso, al nombrar una parte de América como “latina”, quedarían excluidas y desconsideradas las lenguas habladas por los pueblos nativos de la región, como las lenguas mestizas, *criollas*, las lenguas de las poblaciones de origen africano, además de las incontables lenguas originadas en otras partes del mundo que conviven, en la región, como producto de los continuos procesos migratorios.

Ampliando esta reflexión sobre los aspectos comúnmente utilizados para explicar lo que es América Latina, podemos afirmar que las justificaciones étnicas también son inadecuadas para caracterizar la región. Antes de la colonización, los diversos pueblos amerindios habitaban todas las Américas – del Sur, Central y del Norte –, así como toda la región caribeña, y no apenas un determinado territorio exterior a las delimitaciones de los Estados Unidos y de Canadá. Es preciso reflexionar críticamente sobre estos aspectos cuando se piensa en la constitución de la noción de América Latina, pues, ella no puede ser explicada de forma coherente por razones étnicas, raciales, geográficas o lingüísticas.

Retomando los orígenes del concepto, es posible verificar que, al mismo tiempo en que la designación América Latina indicaba las ambiciones imperialistas de Francia en la 2ª mitad del siglo XIX, fue también desarrollada para demostrar las diferencias, los contrastes y los antagonismos de la región con América del Norte, principalmente con los Estados Unidos. Esas diferencias expresan los conflictos existentes entre Francia e Inglaterra (además de otros países de Europa), por sus ambiciones colonizadoras e imperialistas en América y en otras partes del mundo. Paralelamente, los Estados Unidos pasaron por un increíble proceso de urbanización y de industrialización, especialmente en el transcurso del XIX, época en que el concepto fue esbozado y comenzó a ser difundido.

Desde que fueron colonizados, los Estados Unidos (la “Nueva Inglaterra”) representaban una parte del llamado Nuevo Mundo que pasó por un proceso de ocupación y desarrollo histórico-social y económico muy distinto de aquel observado en las demás colonias latinoamericanas. Estas fueron organizadas especialmente para atender a los intereses del país colonizador, entregando riquezas, productos minerales, variedades agrícolas y mano de obra abundante para satisfacer las necesidades de las metrópolis europeas. Así, tanto en la llamada América española, como en Brasil y en otras colonias situadas en el Caribe, el modelo de colonización adoptado fue basado en el mercantilismo, ícono del sistema capitalista colonial. Se trata de un modelo de colonización que se basa en la explotación, y no necesariamente en la ocupación y poblamiento, como acabó ocurriendo mayoritariamente en los Estados Unidos y en Canadá, permitiendo a estos dos países norteamericanos posibilidades de desarrollo socioeconómico con un poco más de autonomía en comparación con las demás áreas colonizadas de la región.

Al contrario de las colonias inglesas que ocupaban América del Norte – al principio eran apenas 13 agrupamientos situados en la costa este del subcontinente – las colonias de España, Portugal, Francia y Holanda, entre otros países europeos, tenían una posición muy vulnerable en la región, principalmente cuando son comparadas a los Estados

Unidos, primera nación americana en tornarse independiente y autosuficiente, sin lazos de dependencia extrema con Inglaterra o cualquier otro país.

“Dos Américas”: piedra fundamental de la construcción de América Latina

A medida que crecían, los Estados Unidos conquistaron áreas canadienses y llegaron a expandir su dominio sobre México, tomando buena parte de su territorio. Los Estados Unidos en el siglo XIX ejercieron también diversos tipos de dominación sobre las otras colonias establecidas en todo el continente americano y en la región del Caribe. Este es un indicativo muy importante cuando se retoman los orígenes del término América Latina – que necesita ser, cada vez más, conocido, contextualizado, comprendido y críticamente analizado.

Vale recordar que mientras algunos intelectuales se quedaron deslumbrados con el ímpetu de la sociedad norteamericana, otros se preocupaban en defender América Latina en relación a la creciente expansión de los Estados Unidos, instigando fervorosos debates contra el imperialismo europeo y norteamericano. Estas controvertidas ideas están registradas en obras muy interesantes. Por ejemplo, pueden ser mencionados los trabajos del argentino Sarmiento, como el libro *“Facundo: Civilización y barbarie”*²¹ y *“Conflicto y armonía de las razas en América”*.²² Sarmiento señalaba ser necesario romper con la barbarie del pasado hispánico para colocar definitivamente la América, “enferma” en el camino de la civilización. Conforme su visión, el español, el indígena y el africano eran expresión máxima de la barbarie, siendo el resultado del mestizaje entre ellos, considerado aún más bárbaro.

Carvalho²³ destaca que, para Sarmiento, la raza y el fenómeno del mestizaje eran vistas como fuente de las incapacidades y causa de la inferioridad del hombre hispano-indígena, que, según la interpretación del autor argentino, tuvo la infelicidad de haber nacido en América y de tener sangre ibérica, indígena, africana o mestiza. Por eso, era fuerte

el sentimiento de vergüenza de los propios orígenes, justificándose, así, el asumir una postura subalterna de inferioridad.

La negación de la herencia hispánica y la renuncia a las identidades construidas por diferentes culturas generaron la necesidad de recurrir a otros modelos de sociedad adoptados por aquellos que, supuestamente, marchaban hacia la civilización y el progreso:

La América del Sur se queda atrás y perderá su misión providencial de sucursal de la civilización moderna. No detengamos a Estados Unidos en su marcha: es lo que en definitiva proponen algunos. Alcancemos a Estados Unidos. Seamos la América, como el mar es el Océano. Seamos Estados Unidos.²⁴

Por otro lado, no todos los autores de la época se quedaban deslumbrados con el ejemplo norteamericano, tomando, frente a los avances de los Estados Unidos, una postura defensiva y cuestionadora en relación a sus propósitos imperialistas. Preocupado por este aspecto, Torres Caicedo, en 1861, lanzó las bases para la formación de una “liga Latinoamericana”.²⁵ En su poema “Las dos Américas”, escrito en septiembre de 1856, en Venecia, Torres Caicedo hace mención a América Latina, expresión empleada en el texto con el intento de distinguir, de los Estados Unidos, la vasta región hispánica del continente. El poema focaliza la existencia de dos Américas diferentes y critica, aunque sea brevemente, las crecientes influencias de los Estados Unidos sobre toda América Latina.

En la obra *La América en Peligro*, de 1862, Francisco Bilbao denunció el despotismo europeo y su política de expansión, proclamando también la necesidad de defender México contra el imperialismo francés.²⁶ También se destaca la notable obra *Nuestra América*, de José Martí, publicada en 1891. Preocupado por el imperialismo dentro y fuera de América, el autor explica:

Jamás hubo en América, desde la Independencia hasta acá, asunto que requiera más sensatez, ni obligue a más vigilancia, ni pida examen más claro y minucioso, que la invitación que los Estados Unidos potentes, repletos de

productos invendibles, y determinados a extender sus dominios en América, hacen a las naciones americanas de menos poder, ligadas por el comercio libre y útil con los pueblos europeos, para ajustar una liga contra Europa y cerrar tratos con el resto del mundo. De la tiranía de España supo salvarse la América española; y ahora, después de ver con ojos judiciales los antecedentes, causas y factores de la invitación, urge decir, porque es la verdad, que ha llegado para la América española la hora de declarar su segunda independencia.²⁷

Contradiendo el punto de vista de Sarmiento, Martí cuestiona el predominio de los Estados Unidos sobre los demás pueblos americanos. Para el autor cubano, el mito de que había una superioridad de la “raza anglosajona” sobre la “raza latina” debería ser combatida, así como la creencia infundada sobre la bajeza de la “raza negra”, argumento usado para justificar su esclavitud, paralelamente al exterminio de los indígenas. Para él, la opresión por la idea de raza era no solamente un acto inhumano, sino también un instrumento de dominación imperialista. Mientras los Estados Unidos no conocieran la realidad latinoamericana, respetándola, no podrían invitarla a una unión sincera, que fuese realmente útil para ambos. Por eso, en su obra el autor hace una advertencia a través de las siguientes preguntas: ¿Es conveniente para América Latina establecer una unión política y económica con los Estados Unidos? ¿Las amistades proyectadas y teñidas de intereses imperialistas convienen a cuál de las dos Américas?

Los datos aquí presentados evidencian que la piedra fundamental de la construcción del concepto de América Latina en el siglo XIX está unida al contraste entre *dos* Américas: entre América del Norte, de un lado, y América del Sur y América Central, incluyendo México y el Caribe, de otro. Eso muestra lo frágil del argumento de la constitución de América Latina a partir de las lenguas originadas del latín, de las características étnicas, raciales o de la ubicación geográfica, ya que desde sus orígenes, este concepto se funda en el contraste socioeconómico y geopolítico establecido entre los Estados Unidos y las demás Américas, principalmente la antigua América Española.²⁸

Es importante destacar estos aspectos porque, a pesar de que Brasil y los demás países (incluyendo las colonias existentes actualmente en la región) sean reconocidos como parte integrante de América Latina, las publicaciones del siglo XIX enfocan los contrastes sociales, económicos, históricos, culturales y políticos existentes entre los Estados Unidos y los países de origen hispano, cuando tratan, aunque sea indirecta o genéricamente, de este nuevo concepto. De ahí deriva la existencia de “dos Américas”: una formada predominantemente por los Estados Unidos, y otra por el conjunto de países que, anteriormente, constituían la América Española.

En suma, los Estados Unidos representan una significativa referencia para la constitución de la región latinoamericana y para la afirmación del concepto de América Latina, pues, es al sur de las fronteras estadounidenses que está ubicada la parte “latina” del continente. Consideramos que tal distinción puede ser vista, incluso hasta en los días actuales, a partir de dos enfoques diferentes, opuestos y complementarios.

Por un lado, aún con las desigualdades socioeconómicas que aún hoy son perceptibles en los Estados Unidos, su ascensión y consolidación fue tan sorprendente que este país no tenía ningún elemento de identificación con la antigua América española, con Brasil o con las demás colonias situadas en la región. Gozando de una situación de prestigio y de hegemonía, muchos de los intereses estadounidenses pasaron a chocar con las ambiciones de los propios países imperialistas de Europa. De ese modo, para los Estados Unidos, desde el punto de vista geopolítico no sería interesante ser confundido con los países denominados de latinoamericanos, en general clasificados como inferiores, debilitados, enfermos, atrasados, incapaces e impotentes. Así, esa distinción era conveniente para los Estados Unidos y, por extensión, también para Canadá. Posteriormente, la temática de la hegemonía norteamericana será retomada.

Por otro lado, ya al inicio del siglo XIX, se ampliaban las articulaciones políticas, por parte de líderes nacidos en las colonias hispanoamericanas, a favor de la independencia. Desde este punto de vista, el

emergente concepto de América Latina era bien visto por los líderes revolucionarios por representar un símbolo de identidad y de unificación regional. Por esta razón, los problemas, características e intereses nacionales y regionales en América Latina fueron debatidos en el transcurso de todo el siglo XIX, siendo grande la preocupación en contener el avance imperialista sobre América: tanto el europeo, como el norteamericano. Al final, como fue visto, los Estados Unidos pasaron a significar una amenaza situada en el propio continente, sumándose así al imperialismo practicado por más de 300 años por los países colonizadores de Europa. Parafraseando a Martí,²⁹ la amenaza provenían tanto de los “tigres de afuera”, como de los “tigres de adentro”, demandando proteger y cuidar de “nuestra América”.

Otro aspecto relacionado a los movimientos independentistas que marcaron el inicio del siglo XIX es el hecho de que muchas de las ideas revolucionarias fueron postuladas por hijos de las elites coloniales: nacidos en tierras americanas, pero educados en Europa, absorbiendo así los nuevos valores emergentes del llamado viejo continente. Excepcionalmente la independencia haitiana,³⁰ cuyo proceso revolucionario fue conducido por un ex-esclavo de ascendencia africana, muchos líderes latinoamericanos envueltos con las luchas por la independencia eran hijos de las elites locales, como, por ejemplo, Simón Bolívar, Bernardo O’Higgins, José de San Martín y otros. Obviamente, habiendo sido educados en Europa, o viajando frecuentemente para el viejo continente, estas personalidades acabaron asimilando los fundamentos iluministas, positivistas y liberales vigentes en el siglo XIX. Entre estas ideas, estaban los conceptos de Europa Latina, de América Latina y de razas latinas –que, como ya señalamos, traían en su esencia una ambición imperialista. Ciertamente, el concepto de América Latina no fue inmune a esta intención, que pudo no haber quedado tan claro para todos aquellos que lo defendían.

Tal vez sea por eso que el chileno José Victorino Lastarria³¹ haya afirmado, en su obra *La América*, el absurdo de ser “latinos” en política, moral y religión, anulando nuestra personalidad en favor de la unidad de un poder absoluto que domina la consciencia, el pensamiento, la

voluntad y, con eso, todos los derechos conquistados con la revolución hispanoamericana. Según el autor, la teoría de las razas fue inventada para generar manipulación y opresión, siendo absurda la creencia de que exista una “raza latina”, sea en América, o fuera de ella.

Popularización del concepto en siglo XX y posibilidades de resignificación

A pesar de las inconsistencias e incoherencias que marcaron el proceso de constitución del concepto de América Latina en el siglo XIX, su uso fue ganando popularidad, principalmente en el transcurso del siglo XX. Según Dias,³² la institucionalización del término ocurre después de la 2ª guerra mundial, al ser utilizado por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), órgano creado en 1948. De acuerdo con los análisis del autor, el enfoque de la CEPAL restringía América Latina a los aspectos económicos y geopolíticos. Desde entonces, en este abordaje, América Latina se tornó sinónimo de subdesarrollo, pobreza y atraso. Como fue señalado al inicio de este capítulo, esta comprensión revela que un concepto puede cambiar sus significados y sus usos de acuerdo con las intenciones de los sujetos que los producen y de las exigencias de cada momento. Por eso, los sentidos de un concepto son complejos, fluidos y posibles de transformación.

Dias³³ explica además que, actualmente, no es posible abolir el nombre, es de sentido común la existencia de una región llamada “América Latina”. De hecho, este término encontró pocas resistencias en su proceso de constitución, tal vez por haber sido fácilmente asimilado en diferentes ámbitos y contextos.

La difusión del concepto puede ser observada, en la actualidad, en los medios de comunicación, en el campo académico, en las inversiones de mercado y en el campo de la gestión de las políticas públicas, pues, cada vez más, se acumulan las teorías y consideraciones sobre América Latina. Si por un lado es imposible, e incluso innecesario, suprimir el concepto, por otro, es imprescindible resignificarlo – sin desconsiderar

con esto los aspectos socioeconómicos y geopolíticos que están por detrás del proceso de constitución de la noción de América Latina.

Primeramente, es necesario destacar que una posible resignificación del concepto necesita estar comprometida con una postura crítica y contextualizada sobre las representaciones que envuelven el término “América Latina”. Además de eso, es necesario reflexionar sobre las limitaciones e incoherencias que integran sus orígenes, exponer las connotaciones imperialistas que estuvieron por detrás de la construcción del concepto y ampliar su entendimiento a partir de diferentes perspectivas. Las reflexiones desarrolladas en este capítulo pretenden ser una contribución en este sentido, pero el tema aún requiere muchas investigaciones, profundizaciones y análisis.

En segundo lugar, es necesario conocer las distintas realidades que componen la región. Este largo caminar pasa por varios campos, pero puede ser iniciado por la propia identificación de los Estados que son parte de América Latina para, a partir de ahí, intentar conocer un poco más este contexto tan amplio. Al final, lo que parece tan obvio no siempre es así. Actualmente, la región cuenta con 35 países independientes, siendo 12 de América del Sur (Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Guyana, Paraguay, Perú, Surinam, Uruguay y Venezuela); siete en América Central (Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua y Panamá); uno en América del Norte (México), además de 15 países constituidos por islas localizadas en la región del Caribe (Antigua y Barbuda, Bahamas, Barbados, Cuba, Curazao, Dominica, Granada, Haití, Jamaica, República Dominicana, San Cristóbal y Nieves, Santa Lucía, San Martín, San Vicente y Granadinas, Trinidad y Tobago). La mayoría de los países caribeños fueron creados recientemente, incluso dos de ellos se tornaron independientes el año 2010 (Curazao y San Martín), a partir de la disolución de las Antillas holandesas.

Además de estos países, otros Estados y territorios componen América Latina. Guadalupe, Martinica, San Bartolomé y Guyana Francesa son territorios ultramarinos de Francia situados en la región. Mientras los tres primeros están localizados en el Caribe (más precisamente

en las llamadas Antillas francesas), el último se localiza en la propia América del Sur, teniendo frontera con Brasil y con Surinam. La isla Clipperton también es una posesión francesa situada en el océano Pacífico, que se trata de un atolón deshabitado. Puerto Rico es un Estado libre que tiene estatus de territorio autónomo de los Estados Unidos, siendo gobernado por el mismo presidente. En el océano Atlántico Sur, están las Islas Malvinas, territorio ultramarino de Inglaterra, cuya soberanía es reclamada por Argentina desde el siglo XIX. Hace menos de 30 años, más precisamente en 1982, argentinos e ingleses se enfrentaron en una guerra por la disputa de ese territorio. A pesar de la victoria militar británica en el conflicto, Argentina continúa reivindicando su soberanía.

Reconocer la existencia de estos países, Estados y territorios, localizándolos geográfica y territorialmente en la región, es relevante, pero representa solamente un punto de partida, porque eso no es suficiente. Conocer con más profundidad la(s) realidad(es) latinoamericana(s) demanda realizar estudios e investigaciones históricas, sociales, culturales, étnicas, económicas, políticas, entre otras, profundizando conocimientos sobre las características que marcan la región. Eso evoca un despertar en el sentido de estar más informado, sensibilizado, consciente e involucrado social y políticamente en relación a las peculiaridades que posibilitaron y posibilitan la constitución de una *América Latina*.

Algunos aspectos problemáticos son compartidos por la mayoría de los países, o incluso por todos, indicando la existencia de elementos comunes: variadas formas de pobrezas y violencias, desigualdades sociales con la tendencia a concentrar el poder económico y político, en parte, como consecuencia de la tradición de regímenes autoritarios y dictatoriales que marcaron profundamente muchos países latinoamericanos. Otro elemento unificador se sitúa en la formación histórica de las naciones que integran América Latina, o sea, la colonización de explotación a que fueron sometidas, con serias implicaciones observables incluso en los días actuales. Se resalta, también, el hecho de que muchos países poseen índices significativos de deudas externas y no

consiguen superar la situación de dependencia económica de otros países, especialmente de los Estados Unidos, que, gradualmente, fueron ejerciendo una decisiva influencia y dominación sobre prácticamente toda la región. Actualmente, el predominio norteamericano sobre los países latinoamericanos abarca varios campos, incluso el de la recreación y el ocio.

Según Sader,³⁴ desde el inicio del siglo XX ya se observaba una gradual penetración de la influencia norteamericana en América Latina, pero, con el fin de la URSS, los Estados Unidos pasaron a ser considerados como la única superpotencia actual en el mundo y se proyectaron también en Europa occidental, en Japón y más recientemente en China. Tal estrategia goza de gran eficacia para la hegemonía estadounidense en el mundo, sin encontrar otras formas de vida (salvo las del fundamentalismo islámico, adversario frágil en este plano) para competir con las suyas, lo que refuerza implícitamente la idea de la existencia de un modelo único que se debe seguir: el capitalismo neoliberal.

El autor aclara que la hegemonía de los Estados Unidos tiene que ser analizada tomando en consideración un sistema de correlación de fuerzas, pues este país presenta serias debilidades, principalmente en términos económicos, lo que no compromete su poder a nivel mundial. Por ejemplo, el déficit comercial de la economía de los Estados Unidos es siempre destacado como una debilidad, pero, en los análisis sobre el tema, casi siempre queda descuidada la capacidad de consumo de este mercado, que es el más rico del mundo, y, por eso, codiciado por todas las otras economías del planeta. En esa relación, el mercado norteamericano genera, a su favor, un extenso proceso de dependencia que envuelve varios países del mundo, incluyendo los latinoamericanos. Así, cuando ese mercado entra en recesión, todas las otras economías son afectadas y, por eso, desean la pronta recuperación de los Estados Unidos.³⁵

Además, la estrategia de transferir empresas norteamericanas para producir en otras regiones del mundo hace que la economía de los Estados Unidos sea cada vez más enfocada para el sector de servicios, ampliando la capacidad de influencia económica de ese país por el

mundo – especialmente en México, India y China –, al mismo tiempo en que eleva su capacidad de generación de más valor, por la explotación de mano de obra barata en la periferia del sistema.³⁶ Sin contar la degradación ambiental y la privatización de los recursos naturales que directa e indirectamente los países más ricos provocan en todo el mundo a través de la perpetuación de un modelo de producción y consumo destructivo e insustentable desde un punto de vista social y ambiental, con consecuencias irreversibles para el planeta, entre otros elementos que podrían ser mencionados. Se busca el crecimiento de la economía como herramienta para alcanzar el anhelado desarrollo, para lo cual se estimula el consumismo, y, con esto, la depredación de la naturaleza y la exclusión de muchos seres humanos.

Cabe destacar que aunque los análisis sobre la hegemonía de los Estados Unidos tiendan a concentrarse en el plano económico, este es un fenómeno mucho más extenso y no se limita a esa dimensión. Una de las características fundamentales del siglo XX y lo que diferencia la hegemonía británica de la norteamericana es, justamente, la ampliación de su alcance. Sader³⁷ puntúa que el *american way of life* constituye, por ejemplo, la gran mercancía vendida por Hollywood, que se torna todavía más valiosa en la medida en que proyecta para el mundo, por medio del ocio, los valores norteamericanos. Colocadas al servicio del sistema como uno de sus potentes campos de acción, diversas posibilidades de ocio son ampliamente comercializadas y consumidas en varias partes del mundo, lo que inevitablemente contribuye con la gradual incorporación y asimilación del estilo de vida norteamericano.

Como es posible observar, las consideraciones de Sader³⁸ sobre la hegemonía del modelo neoliberal se centralizan en la crítica a la hegemonía norteamericana. El autor entiende que la fuerza de la hegemonía de los Estados Unidos no puede ser subestimada, debiendo ser analizada para diseñarse el campo de actuación de las fuerzas contrahegemónicas. Sabemos que la perpetuación y el éxito del capitalismo neoliberal no se deben a un único país, envolviendo al bloque de los supuestos países desarrollados y, también, las oligarquías financieras nacionales de los países del llamado hemisferio Sur – que, a su vez, representan

los intereses privados de empresas transnacionales y de especuladores financieros que buscan el lucro sin criterios éticos, sociales, ambientales y de largo plazo.

Vale recordar que, según cifras de la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación³⁹ y del Programa Mundial de Alimentos de la ONU (PMA), cerca de un billón de personas pasan hambre en el mundo y viven en condiciones de extrema miseria. ¿Cuánto sería necesario para acabar con esta situación? Según datos de la FAO, bastarían cerca de 30 billones de dólares anuales. Este valor puede estar subestimado, pero, ciertamente, se trata de una cantidad ínfima, por ejemplo, en comparación con el valor del gasto con la fabricación/comercialización de armas, e insignificante ante los varios trillones de dólares fácilmente disponibilizados para salvar, de la crisis económica que marcó el año 2008, a los grupos e instituciones financieras involucradas con la especulación.

En otras palabras, en el contexto geopolítico mundial existe una nítida división entre el “Norte” y el “Sur”, pero cada uno de esos hemisferios también presenta sus desigualdades y contradicciones internas. Así, se torna posible identificar el Sur dentro del Norte y viceversa, pues el mundo está regido por los intereses privados, que constituyen el núcleo del modelo neoliberal capitalista: un paradigma fundamentado en el crecimiento económico y en la acumulación de capital en pocas manos. De acuerdo con las informaciones divulgadas por la Revista Forbes, el 2010 las diez personas más ricas del mundo poseían, juntas, una fortuna personal estimada en casi 300 billones de dólares. Aproximadamente 10% de la riqueza que está concentrada en las manos de apenas diez personas sería suficiente para erradicar el hambre y la miseria de un billón de personas – o sea, de 1/6 de la población mundial – en el periodo de un año. Curiosamente, dos latinoamericanos forman parte de este selecto grupo de privilegiados: un mexicano encabeza la lista y un brasileño ocupa la 8ª posición. Según las estadísticas oficiales, América Latina tiene más de 50 millones de personas hambrientas y que viven abajo de la línea de la pobreza, algo que es un desafío aún pendiente en todos los países de la región.

Es esencial destacar que, a pesar de ser posible verificar la existencia de características comunes, capaces de entregar una relativa unidad a América Latina, es urgente tratarla de una manera menos generalizante, pues, indiscutiblemente, no constituye una realidad homogénea y su atributo principal es la diversidad. Existen aspectos compartidos por casi todos los países, pero, como indica Braudel,⁴⁰ las naciones latinoamericanas son muy diferentes entre sí, habiendo expresivos contrastes, diferencias y diversidades que necesitan ser conocidos y analizados con cuidado, rigurosidad y consistencia.

La cuestión de las singularidades de cada país, de cada época y de cada coyuntura fue también resaltada por Ianni.⁴¹ Este autor recuerda que, a pesar de las semejanzas, convergencias y resonancias latinoamericanas, cada país posee una historia particular, intereses específicos, distintos juegos de fuerzas sociales y combinaciones singulares en términos de formas de vida y de trabajo. Además de eso, cada realidad social comprende particularidades en lo que se refiere a la multiplicidad de grupos, etnias, expresiones culturales, cosmovisiones, valores, tradiciones, identidades, imaginarios sociales, mitos, héroes, sueños, utopías etc.

En esta perspectiva, Mignolo⁴² también recuerda que el término América Latina es una construcción ideológica que no abarca la diversidad social y cultural de la región. Para que el concepto sea resignificado considerando las características específicas de la región, se hace imprescindible enfrentar algunos desafíos – entre los cuales, las inequidades sociales, pobreza, exclusiones, violencias, racismo etc. –, dando espacios para la expresión de aquellos cuyas voces vienen siendo silenciadas por varios siglos. Estos desafíos resaltan la importancia de considerar aspectos más amplios y que tienen relación con toda Latina América, correlacionándolos a las particularidades de las realidades locales. Para superar esas y otras dificultades, es imprescindible retomar la cuestión política de la integración latinoamericana y suprimir la colonialidad del saber y del poder⁴³ que viene perpetuándose en los diferentes países latinoamericanos y que involucra los estudios y las acciones desarrolladas en el campo de la recreación y el ocio. Este es uno de los aspectos que serán tratados en los próximos capítulos de este libro.

En síntesis, es posible observar que el concepto de América Latina debe ser resignificado y, para eso, otros saberes y reflexiones pueden ser añadidos a estas reflexiones iniciales. Al final, “América Latina” aún es un concepto parcial, limitado, confuso e incompleto, pero puede ser resignificado a partir de proyectos y acciones más conscientes, coherentes, consistentes y críticos por parte de los propios latinoamericanos que construyen y reconstruyen, continuamente, la región y los saberes y prácticas socioculturales en ella presentes.

A pesar de poseer muchos problemas y desafíos, los distintos países de América Latina comparten algunos elementos que son admirables y muchas veces no son verificados en otras partes do mundo. En ese sentido, se pueden mencionar como ejemplos: su valiosa biodiversidad, la multiplicidad de recursos naturales, su riqueza cultural y humana, la valorización de la festividad, la apertura para el intercambio cultural con tolerancia y respeto a las diferencias, la existencia de grupos de orígenes diversos – tales como los pueblos indígenas, que aún salvaguardan tradiciones y conocimientos ancestrales, así como los afrodescendientes y los grupos de descendientes provenientes de varias partes del mundo. Otro aspecto positivo a ser destacado es la apertura, verificada en muchos países latinoamericanos, para innovar de manera creativa, con la finalidad de encontrar caminos alternativos para los problemas enfrentados en el cotidiano y descubrir nuevos horizontes para el desarrollo humano basado en la solidaridad y en el enfrentamiento de las desigualdades sociales.

Un ejemplo de estas iniciativas gestadas en la región es el Foro Social Mundial (FSM),⁴⁴ que pretende ser un espacio de debate democrático de ideas, profundización de la reflexión, formulación de propuestas, intercambio de experiencias y articulación de redes, movimientos sociales, ONG’s y otras organizaciones de la sociedad civil que se oponen al neoliberalismo y al dominio del mundo por el capital o por cualquier forma de imperialismo, teniendo presente el desafío de construir “otro mundo posible”, directriz básica y lema del Foro.

El FSM se trata, así, de una iniciativa involucrada en la lucha contra la exclusión social en el mundo, siendo una expresión de lo que

Boaventura de Souza Santos⁴⁵ denomina como globalización contrahegemónica, la que se opone a una globalización neoliberal. Como destaca el autor, la globalización contrahegemónica se refiere a un amplio conjunto de redes, iniciativas, organizaciones y movimientos que luchan contra las consecuencias económicas, sociales y políticas de la globalización neoliberal, proponiendo concepciones y estrategias de acciones alternativas.

En esta misma dirección, Sader⁴⁶ considera que el FSM ha creado el espacio más importante de convergencia y de intercambio en la perspectiva de elaboración de una estrategia alternativa al neoliberalismo y a la hegemonía norteamericana en el mundo. Desde el primer evento, realizado el 2001, el lema elegido indicó que el Foro no se trataría apenas de resistencia, sino de la afirmación de la posibilidad de alternativas y de la necesidad de “otro mundo posible”. Algunos años después, el movimiento consiguió afirmarse contra los Foros Económicos Mundiales que acontecen anualmente en la ciudad de Davos, Suiza. El FSM constituye un espacio de discusión de los temas más importantes de la humanidad – los temas sociales –, buscando la representatividad y una amplia participación popular.

Creyendo en la gran relevancia y en el alcance de los FSM, entendemos que esta iniciativa no debe ser tratada de forma idealizada, pues necesita ser asumida como un proceso de construcción de posibilidades que, para seguir siendo una alternativa al paradigma hegemónico, tiene que estar consciente de sus limitaciones y comprometida con la búsqueda de estrategias para enfrentar sus propias dificultades. Por eso, para superar el neoliberalismo es imprescindible construir alternativas creativas y efectivas a este modelo, algo que podemos pensar que aun no existe en nivel masivo y que no es vislumbrado integralmente en el horizonte histórico actual, una vez que las estrategias alternativas que acontecen son locales, poco difundidas y parcialmente conocidas, limitando su florecimiento en nivel global. Al final, lo que de hecho está globalizado y naturalizado como única opción es el capitalismo neoliberal, a pesar de ser un sistema que, como se ha visto, prioriza los intereses financieros privados sobre todos los demás.

A pesar de lo anterior, es relevante destacar que ya existen alternativas al modelo actual; además del FSM, otros ejemplos son las prácticas de economía de solidaridad, los postulados de economía ecológica, post-extractiva, o las ideas del acrecimiento o decrecimiento, los bancos de tiempo o la propuesta del Buen Vivir, entre otras, que cuestionan el énfasis en los aspectos económicos de mercado y la obsesión por el consumo, o el falaz mito del progreso continuo por la vía del crecimiento económico. De esta forma se cuestiona directamente el énfasis habitual de entender el bienestar únicamente como un asunto de ingresos económicos o de posesión material, algo que ya problematizaba la Teoría de Desarrollo a Escala Humana⁴⁷ al señalar que el desarrollo se refiere a las personas y no a los objetos.

Por ser un planteamiento latinoamericano, destacamos la propuesta del Buen Vivir,⁴⁸ que, valorando los saberes indígenas, pone en el centro la importancia de la vida y calidad de vida, pero no reduce esta última al nivel de consumo o a la posesión de bienes materiales. Esta propuesta postula un profundo cambio de paradigma a través de un nuevo estilo de convivencia donde todos nos preocupamos por todos y por todo lo que nos rodea. Lo más importante no es el hombre, ni el dinero, lo más importante es lograr una auténtica armonía con la naturaleza y la vida, superando así la limitada visión antropocéntrica y economicista actual.

Como destaca Fernando Huanacuni Mamani, el Vivir Bien apunta a una vida sencilla que reduzca la adicción al consumo y se comprometa con procesos productivos que respeten a los seres humanos y no destruyan el medio ambiente:

El Vivir Bien no es lo mismo que el *vivir mejor*, el *vivir mejor* es a costa del otro. *Vivir mejor* es egoísmo, desinterés por los demás, individualismo, sólo pensar en el lucro. Porque para vivir mejor al prójimo se hace necesario explotar, se produce una profunda competencia, se concentra la riqueza en pocas manos... El Vivir Bien está reñido con el lujo, la opulencia y el derroche; está reñido con el consumismo. (...) someter y explotar al prójimo y atentar contra la naturaleza posiblemente nos permita *vivir mejor*, pero eso no es Vivir Bien, no es una vida armónica entre el hombre y la naturaleza. En nuestras comunidades no

queremos que nadie *viva mejor*, ya que eso es aceptar que unos estén mejor a cambio de que los otros, las mayorías, vivamos mal. Estar mejor nosotros y ver a otros que están peor no es Vivir Bien. Queremos que todos podamos vivir bien, queremos lograr relaciones armónicas entre todos los pueblos.⁴⁹

Los elementos esenciales del Buen Vivir implican una ruptura con el orden social actual, buscando su transformación. En esta perspectiva, se abandona la pretensión del desarrollo como un proceso lineal, de secuencias históricas que deben ser repetidas. Así, no se reconoce una postura ni lineal, ni única de la historia. Además, defiende otra relación con la naturaleza, reconociéndola como sujeto de derechos, y se postulan otras formas de continuidad relacional con el ambiente. Otro aspecto significativo es el no reducir las relaciones sociales a lo económico, ni todas las cosas a bienes o servicios mercantilizables. Esto permite destacar que el Buen Vivir reconceptualiza la calidad de vida o el bienestar al reconocer que este no dependen exclusivamente de la posesión de bienes materiales o cantidad de dinero que se tenga.⁵⁰

El Buen Vivir, siendo plural, no busca generar una propuesta esencialista o universal que sea idéntica para todas las culturas y todos los contextos. A partir de esa pluralidad, propone la búsqueda de “buenos vivires” que puedan adoptar distintas formulaciones en cada circunstancia social, política, cultural y ambiental.

En ese sentido, el Buen Vivir se presenta como una propuesta donde se comparten y valoran diversos elementos en el despertar de otros futuros, siendo así un horizonte utópico de cambio. De esta manera, es posible generar transformaciones en las ideas que se tienen sobre el desarrollo, que van más allá de correcciones o ajustes. No es suficiente intentar “desarrollos alternativos”, ya que estos se mantienen dentro de la misma racionalidad en la forma de entender el progreso, el uso de la Naturaleza y las relaciones entre los humanos. Lo alternativo, sin duda, tiene su importancia, pero son necesarios cambios más profundos. En lugar de insistir con los “desarrollos alternativos” se deberían construir “alternativas al desarrollo”, como destaca Arturo Escobar.⁵¹

Además de ser nueva y estar en construcción, la propuesta llama la atención en muchos aspectos tradicionalmente descuidados por el modelo hegemónico actual, como, por ejemplo, la valoración de todo ser humano y de la vida. Por esto, como señala Gudynas,⁵² el Buen Vivir aparece como la más importante corriente de reflexión que ha brindado América Latina en los últimos años.

Considerando las ideas aquí presentadas, finalizamos este capítulo destacando que los límites y las posibilidades de América Latina necesitan ser más estudiados e investigados desde diferentes perspectivas: históricas, sociales, económicas, culturales, geopolíticas, educacionales, políticas, entre tantas otras. A su vez es fundamental ampliar los espacios para que las diversas miradas y múltiples voces sean escuchadas, valoradas y respetadas: la voz y mirada del indígena, de la mujer, del adulto mayor, del joven, del niño y de tantos otros que con sus amplios y particulares saberes pueden ayudarnos a comprender nuestros orígenes y a construir nuevas utopías.

El próximo capítulo del libro, al discutir algunos de estos aspectos, pretende generar otras contribuciones para instigar reflexiones sobre la recreación y el ocio en el contexto latinoamericano.

Capítulo 2

Análisis teórico-conceptual del ocio y de la recreación en América Latina

Este capítulo propone una reflexión sobre las formas predominantes de comprender la recreación y el ocio, en Latinoamérica, y tiene como objetivo central presentar los principales abordajes a partir de los cuales estas temáticas son entendidas en la región, ampliando sus posibilidades de resignificación.

Como fue destacado por varios autores,¹ las imprecisiones e indefiniciones conceptuales sobre recreación, ocio, y tiempo libre son una fragilidad de los estudios producidos sobre la temática en la región. Muchas veces estos términos son utilizados indistintamente, generando contradicciones y problemas de comprensión que acaban comprometiendo el avance de los conocimientos sobre el tema. ¿Por qué esto acontece? ¿Cuándo, dónde y por qué fueron producidos los conocimientos sobre la recreación y el ocio más difundidos en América Latina? ¿Los saberes y teorías inicialmente elaborados sobre estos temas son adecuados a nuestra región? ¿Por qué? Estas son algunas de las reflexiones desarrolladas en este capítulo, teniendo en cuenta la importancia de discutir algunas alternativas para que el ocio pueda colaborar con la construcción de sociedades participativas, solidarias y sustentables.

Relectura de los conceptos y teorías sobre la recreación y el ocio

Un análisis de artículos, libros y otras publicaciones de autores latinoamericanos que producen conocimientos sobre el ocio y sobre la recreación evidencia que son múltiples los entendimientos y los significados adoptados en nuestra región. Aclaramos que no tenemos la intención de hacer aquí un análisis puntual de cada uno de ellos. Lo que sí se considera es que, de forma general, más allá de las posibles diferencias que marcan cada elaboración, en Latinoamérica podemos constatar la presencia de dos grandes abordajes en los cuales se pueden agrupar los variados entendimientos de ocio y de recreación. Más allá de los conceptos de ocio y de recreación, hay todo un contexto de producción de conocimientos que necesita ser conocido y analizado. Teniendo en cuenta estos aspectos, los dos abordajes aquí señalados serán presentados a continuación.

La recreación

Este abordaje remite, inevitablemente, a los Estados Unidos. Para comprender la recreación como fenómeno social/educativo, tenemos que volver a finales del siglo XIX, cuando ocurrió una amplia difusión del recreacionismo. Esta propuesta propició la sistematización de conocimientos y metodologías de intervención para niños, jóvenes y adultos. Estos conocimientos se fundamentaban en la propuesta recreación dirigida, que fomentó la creación de espacios propios para la práctica de actividades recreativas consideradas saludables, higiénicas, moralmente válidas, productivas y vinculadas a la ideología del progreso.

Resaltamos que los fundamentos aquí destacados indican las raíces de la recreación institucionalizada, y no de los entretenimientos y de las experiencias recreacionales que siempre formaron parte de las culturas humanas. Es importante aclarar este aspecto porque muchas veces se observa una tendencia a confundir la historia de las manifestaciones

culturales lúdicas con la historia de las propuestas de recreación que fueron sistematizadas e institucionalizadas en los Estados Unidos.

Basándose en los estudios de R.V. Russell, Salazar Salas² subraya que la recreación fue constituida en los Estados Unidos a partir de dos frentes que promovían el juego para la población infantil y que fueron creciendo y envolviendo a los gobiernos locales y nacionales, bien como a personas que formaron organizaciones, buscaron fondos y escribieron textos con el siguiente objetivo:

(...) educar a las personas a usar positivamente su tiempo libre. La filosofía de esa época era ayudar a las personas más necesitadas y sin educación. Es por ellos que la filosofía y la misión original de la recreación estadounidense se centraron en ofrecer actividades que enriquecieran y mejoraran la calidad de vida de las personas participantes.³

Uno de esos frentes fue caracterizado por la creación de *Hull Houses*, que eran casas comunitarias encargadas de ofrecer diversos servicios sociales: clases, informaciones relacionadas con los derechos civiles, el trabajo, servicios de enfermería y actividades recreativas, basadas en el desarrollo de juegos para los niños, deportes, clubes sociales para niños y adolescentes, programas culturales para las personas adultas. La autora⁴ resalta que la primera *Hull House* fue creada por Jane Addams y Ellen Starr, siendo esta iniciativa desarrollada en Chicago y después en otras ciudades, fundándose más de 300. En esa época, los Estados Unidos pasaban por un intenso proceso de industrialización y urbanización, habiendo pocas áreas libres para el desarrollo de actividades recreativas.

El otro frente que constituyó los orígenes de la recreación norteamericana está relacionado con la creación de *playgrounds*, que posteriormente servirán de modelo para los centros de recreación, plazas de deportes y jardines de recreo reproducidos en varios países latinoamericanos.

Buscando aportes en las experiencias y en los conocimientos producidos en Europa, el primer *playground* en Estados Unidos, en el año 1885, fue inspirado en los parques infantiles de Berlín, Alemania. En 1925, ya existían 8.115 centros de recreación (nueva denominación dada a estos espacios), siendo creados 635 apenas en el año 1924, cuando 80 ciudades realizaron 123 campamentos de verano para niños y jóvenes. La gran repercusión del recreacionismo inauguró un nuevo estilo de vida en los Estados Unidos, fomentando nuevos frentes de formación y de actuación profesional, estructurando así las bases de la recreación como un servicio a ser entregado. Con la ayuda de instituciones como la *Young Men's Christian Association* (YMCA) – Asociación Cristiana de Jóvenes (ACJ) –, en las primeras décadas del siglo XX, el recreacionismo fue difundido rápidamente por varios países, alcanzando especialmente América Latina.⁵

En Brasil, los registros del brasileño Frederico Gaelzer realizados en las primeras décadas del siglo XX son una de las evidencias de esta afirmación. Con el apoyo de la ACJ de Porto Alegre/Brasil, Gaelzer pasó un largo período en los Estados Unidos (1919-1925) para formarse y calificarse en educación física, deporte y recreación. En el Informe escrito por Gaelzer y enviado a los Directores de la ACJ de su ciudad, con fecha de 16/09/1919, el autor resalta que los 800 participantes de los cursos impartidos por la propia YMCA, en Chicago, estaban en paz, unidos y con un mismo ideal compartido por todos. Los participantes de estos cursos eran de 25 nacionalidades diferentes, siendo todos poseedores de la misma moral “pura y sana” requerida por la YMCA.⁶

Muchos de estos 800 participantes deben de haber sido latinoamericanos, contribuyendo de forma decisiva para la difusión de la recreación por diversos países de América Latina. Obviamente, muchas prácticas recreativas como los juegos y otras formas de diversión ya existían, pero, en ese momento, fueron sistematizadas como parte integrante de un concepto de recreación elaborado en los Estados Unidos.

Tanta fue la importancia de la recreación en los Estados Unidos al inicio del siglo XX que en 1906 fue fundada, en Washington, la *Playground Association of America*.⁷ Inicialmente, los *playgrounds* eran

simples parques infantiles, pero, en la medida en que comenzaron a ser utilizados por los padres y hermanos mayores de los niños, los programas tuvieron que ser ampliados y ya no se restringieron apenas a los juegos y actividades físicas, siendo enriquecidos con música, deportes, teatro, trabajos manuales, estudio de la naturaleza y muchas otras opciones que pudiesen atender los intereses de personas de diferentes rangos de edades. En los *playgrounds* norteamericanos el juego fue concebido como un factor educacional importante para la adquisición de diversas habilidades, con resultados sorprendentes. La recreación pasó a ser considerada, entonces, como una posibilidad que debería ser extendida a todas las fases de la vida.⁸

Joseph Lee fue elegido, en 1910, presidente de esta Asociación, cargo ocupado por 27 años consecutivos, hasta su fallecimiento. Es considerado, por los autores norteamericanos, el padre de la recreación creativa, el líder más experimentado que contribuyó de manera decisiva para la difusión de este movimiento en los Estados Unidos. Para Joseph Lee, la recreación no representaba un lujo, sino una necesidad. Así, la recreación no era, simplemente, “(...) una cosa que le gusta al niño, sino algo que necesita para crecer. Es más que una parte esencial de la ley del crecimiento, del proceso a través del cual él se torna adulto.”⁹

En las primeras décadas del siglo XX, los *playgrounds* se tornaron un elemento característico de los parques urbanos en los Estados Unidos, designados para uso diario en horarios específicos y divididos según el sexo y la edad. Los *playgrounds* fueron vistos como instituciones completas que, simultáneamente, abordaban la educación moral, física, higiénica y social de los niños, especialmente de aquellos pertenecientes a los segmentos populares. Por esta razón, el carácter de la formación de los líderes de la recreación era considerado el aspecto más importante, el que abrió nuevos frentes de formación y de actuación profesional en esta área.¹⁰

En los Estados Unidos, la recreación fue concebida como una propuesta de intervención deliberada, o sea, como una acción dirigida, intencionalmente, por profesionales especializados. En consonancia

con esta concepción, diferentes prácticas culturales como el juego, la gimnasia, el esparcimiento, la música, la pintura, el teatro y la danza, por ejemplo, fueron visualizadas como grandes posibilidades educativas, un elemento que, cada vez más, se vio como imprescindible para un empleo racional y positivo de las horas libres.¹¹

Es necesario aclarar que, en sus orígenes norteamericanos, la recreación dirigida se vio como una estrategia educativa esencial para promover, sutilmente, el control social. En este proceso, fue ampliamente difundida la idea de que la recreación podría llenar, racionalmente, el tiempo libre u ocioso con actividades consideradas útiles y saludables desde el punto de vista físico, higiénico, moral y social. Con esto, la recreación dirigida fue considerada esencial para la formación de valores, hábitos y actitudes a ser consolidados, moralmente válidos y educativamente útiles para el progreso de las sociedades modernas. En un primer momento, el desarrollo de eventos, políticas, programas y proyectos recreativos fue, y muchas veces aún lo es, direccionado principalmente a grupos sociales en situación de riesgo o de vulnerabilidad social, buscando la reducción de los conflictos sociales y de la delincuencia, la manutención de la paz y la armonía social, bien como la ocupación positiva y productiva del tiempo ocioso.

Además de eso, muchos programas de recreación buscaban llenar las horas libres de niños, jóvenes, trabajadores adultos y ancianos, colaborando con la constitución de cuerpos disciplinados, obedientes, aptos, productivos y vigorosos. Desde esta perspectiva, la recreación, en muchas ocasiones, acaba siendo utilizada para olvidar los problemas generados por la lógica excluyente que impera en las realidades latinoamericanas. A su vez, los variados significados de la recreación son fundamentados en el área de la pedagogía, la psicología y, sobre todo, en la educación física. Esta última área, junto al deporte, es la más asociada a la recreación tanto en la vida cotidiana como en los estudios, cursos, propuestas de formación sobre el tema, campo de actuación profesional en el sector privado, en las organizaciones del tercer sector y también en el ámbito de las políticas públicas de varios países latinoamericanos.

Varios autores norteamericanos desarrollaron diferentes conceptos de recreación y continúan realizando estudios e investigaciones con el objetivo de fundamentar el tema. En general, predomina la comprensión de que la recreación se refiere a las actividades realizadas durante el tiempo libre, escogidas voluntariamente para obtener placer o satisfacción, como se puede verificar en las investigaciones conceptuales desarrolladas por Salazar Salas.¹²

Nuestros estudios evidenciaron que los fundamentos norteamericanos fueron, y siguen siendo, ampliamente difundidos en distintos países de América Latina, que, a pesar de poseer algunos enfoques más específicos, asimilaron los supuestos básicos del abordaje sistematizado en los Estados Unidos, destacándose la dimensión empírica contenida en la idea de la recreación como actividad. De esta forma, los principales significados incorporados por la recreación en la región latinoamericana están vinculados a las siguientes comprensiones: (a) actividades placenteras con potencial educativo, destacándose el juego infantil organizado, las actividades deportivas o pre-deportivas; (b) disposición física y mental para la práctica de alguna actividad placentera, sea individual o colectiva, (c) contenido y metodología de trabajo para el área de educación física, (d) servicio a ser prestado, buscando el desarrollo de programas recreativos para personas de diferentes edades.

Así, los principales entendimientos de la recreación elaborados y difundidos en distintos países de América Latina se basan en el empirismo y se mezclan con la idea de actividad operacional, generalmente desarrollada como un servicio que requiere de la actuación de un líder, sea profesional o voluntario. De ahí surge la importancia de que la recreación sea orientada o dirigida.

Es necesario destacar que muchos estudios desarrollados sobre la recreación en Latinoamérica buscan ser un aporte para el desarrollo humano a partir de una postura crítica, cuestionadora y comprometida con la calidad de vida de las personas. A su vez, existen estudiosos e instituciones latinoamericanas que valorizan el potencial lúdico y creativo de la recreación, ya sea como una herramienta educativa o como una posibilidad de animación sociocultural, campo de actuación de la

educación física, del turismo, de la psicología social, de la pedagogía, del trabajo social, entre otras áreas.

Este y otros temas vienen siendo analizados por estudiosos latinoamericanos, que procuran intercambiar conocimientos y experiencias a través de la publicación de artículos y libros, trabajos presentados y palestras realizadas en los muchos eventos científicos sobre la temática de la recreación y del ocio que son realizados, cada año, en distintos países de la región. Son también tema de estudio e investigación en el ámbito de algunas propuestas de postgrado existentes en América Latina, tales como: *Maestría y Doctorado en Estudios del Ocio (Lazer)* – Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; *Maestría Profesional en Recreación* – Universidad de Costa Rica; *Maestría en Recreación y Tiempo Libre* – Escuela Politécnica del Ejército, en Ecuador; *Maestría en Recreación* – Universidad YMCA, México; y *Maestría en Recreación y Administración del Tiempo Libre* – Universidad Regional Miguel Hidalgo, también mexicana.¹³

Estas y otras iniciativas muestran que, ciertamente, muchos conceptos de recreación intentan ir más allá de un abordaje meramente operacional. Pero, el entender la recreación como sinónimo de actividades placenteras con potencial educativo, desde nuestro punto de vista, es lo más difundido en América Latina desde las primeras décadas del siglo XX, lo que no puede ser desconsiderado. Paradójicamente, en muchos casos los discursos sobre la recreación son más elaborados que sus prácticas, ya que frecuentemente las implementaciones concretas no consiguen escapar del activismo, de un hacer por hacer, carente de los postulados que defienden.

Entonces, históricamente, las ideas y perspectivas norteamericanas posibilitaron la formulación del concepto de recreación, palabra que corresponde a los términos *recreation* en inglés y *recreação* en portugués, siendo inexistente en la lengua francesa.

Sobre este aspecto, es posible observar una confusión entre los términos recreación y ocio en América Latina, dificultad expresada por Ried, Leiva y Elizalde,¹⁴ Suárez¹⁵, entre otros.¹⁶ Ambos conceptos conviven en muchos países latinoamericanos, pero, muchas veces, se observa una gran dificultad de comprensión.

Por lo que fue expuesto hasta el momento, resulta relevante hacer la siguiente indagación: ¿los estudios sobre el ocio seguirán el mismo recorrido histórico-social de la recreación, siendo producidos a partir de los mismos principios, valores, fundamentos, contextos, conceptos y teorías?

Veamos, entonces, algunos aspectos decisivos en lo que se refiere a la producción de conocimientos sobre el ocio en el llamado mundo occidental.

El ocio

En los estudios sobre el ocio difundidos en Occidente es posible verificar que las raíces de este abordaje, generalmente, son localizadas en la Grecia clásica o en la modernidad europea. Estas dos interpretaciones son divergentes en términos de ocurrencia histórica del ocio y generan intensos debates académicos: para algunos, la existencia del ocio es observada desde las sociedades griegas y, para otros, el ocio es un fenómeno específico de las sociedades modernas, urbanas e industrializadas.

Independientemente del contexto histórico y de las características consideradas, el desarrollo teórico sobre el tema, desde finales del siglo XIX, posibilitó la sistematización de los conocimientos sobre el ocio, una palabra que hoy, según algunos estudiosos, corresponde a los términos *leisure* en inglés, *loisir* en francés y *lazer* en portugués. Antes de proseguir, es importante comprender los fundamentos básicos que algunos autores desarrollan para contextualizar sus teorías y conceptos de ocio. Posteriormente, explicaremos por qué no compartimos las tesis de que el ocio haya surgido en la Grecia clásica o en la modernidad europea, invocando, en contrapartida, otras perspectivas de análisis.

Para algunos autores,¹⁷ el ocio fue asociado, al principio, al término griego *skholé* y al vocablo romano *otium*. Recuperando el significado de *skholé*, esta palabra representaba una posibilidad de abstención de las actividades ligadas a la mera subsistencia. Implicaba, necesariamente, las condiciones de paz, reflexión, prosperidad y libertad de tener

que realizar las tareas serviles y vinculadas a las necesidades de la vida productiva. Como dependía de ciertas condiciones educacionales, políticas y socioeconómicas, *skholé* constituía un privilegio reservado a una pequeña parcela de los hombres libres. Para Aristóteles, las personas tenían que aprender a desear el reposo filosófico, pues, es por medio de él que se tornaría posible alcanzar virtudes. De esta forma, en su sentido griego, *skholé* era vinculada a la posibilidad de descanso y reposo, condición propicia por el distintivo característico de los privilegiados: la abstención de la necesidad de ejercer el trabajo útil o productivo y la posibilidad de dedicación a la contemplación, a la meditación y a la reflexión filosófica.¹⁸

Como destaca Munné,¹⁹ el *otium* romano era estratificado socialmente: estaba asociado, en el caso de las elites intelectuales, a la meditación y a la contemplación. Era el *otium* con dignidad. Por eso, en lo que concierne a las personas comunes, *otium* significaba descanso y diversión proporcionados por los grandes espectáculos. Esta estrategia hacía referencia a la tradicional expresión “pan y circo” y tenía como finalidad despolitizar al pueblo, reduciéndolo a la condición de mero espectador, evidenciando así el potencial muchas veces alienante de las formas de entretenimiento masivo.

La conexión que los romanos hicieron entre el *otium* y el *negotium* es interesante de comprender. El *negotium*, palabra latina que originó el término negocio, fue entendido como ocupación y actividad. De esta forma, el trabajo (negocio y comercio) también representaba la negación del *otium*. Para tener una visión más clara sobre la forma de entender el ocio y el trabajo en la Antigüedad greco-romana es importante recordar que, etimológicamente, la palabra trabajo deriva del término latín *tripalium*, que significaba un instrumento de tortura con el que se obligaba a los esclavos a realizar determinadas tareas.²⁰ Así, en la visión clásica greco-romana el ocio era mucho más valorizado que el trabajo, algo distinto a lo que ocurrió posteriormente.

Luego, en el transcurso de los siglos llamados medievales, a medida en que la Iglesia difundía el cristianismo, una nueva moral pasa a definir otros sentidos para la concepción de ocio. De esa forma, el ocio

asumió nuevos significados marcados por una moral católica, donde la búsqueda de la salvación del alma mediante la negación y rechazo de los placeres mundanos, al ser esto una expresión clara del pecado, marcó fuertemente este contexto y período histórico.

El control por parte de la Iglesia se tornó más evidente durante la Inquisición, dramático proceso que marcó profundamente la vida de muchos pueblos por varios siglos. La Iglesia buscó reforzar su poder y unidad de forma represiva, condenando a la hoguera a quienes practicaran supuestas herejías, como fiestas profanas, carnavales, juegos, encuentros de música, teatro y poesía, entre otras prácticas socioculturales. Esto implicó el rechazo de muchas manifestaciones culturales asociadas con el pecado.

Las investigaciones del historiador Roger Chartier revelan que, en la Europa medieval, las fiestas y reuniones campesinas, además de llenas de condenaciones eclesiásticas, eran siempre mencionadas como lugar de trabajo común, de juego y danza, de risa y diversión, de cuentos y cantos, de confesiones, rumores y chismes. Por lo cual, como esas reuniones eran consideradas ilícitas, “sucias y malditas”, debían ser evitadas.²¹

Así, el discurso hegemónico hizo que muchas experiencias culturales de ocio, en este contexto, se cargaran de valores morales que pasaron a ser esenciales para el mundo del trabajo, sobre todo en la fase histórica conocida como modernidad. En este nuevo período, la forma de percibir el ocio fue marcada principalmente por una visión negativa, lo que pudo haber surgido, en parte, como producto de la influencia del protestantismo, al ver las vivencias de ocio como un vicio y la educación como un medio moralizante para el trabajo.²² La visión protestante destacó la ética del trabajo como bien supremo, rechazó el ocio por considerarlo como una potencial amenaza para el “espíritu” de base del modelo de producción capitalista. De este modo, el sentido clásico de ocio como una manifestación basada en la meditación, la reflexión y la contemplación, fue perdido, y, así, fue rechazado y llenado de prejuicios.²³

En esta perspectiva, desde el siglo XIX el ocio está muy vinculado a las categorías trabajo y tiempo libre – concebidas desde una perspectiva sociológica. Por eso, la sociología es una importante área (pero no la única) que fundamenta las teorías y análisis desarrollados sobre la temática, principalmente por autores de Europa y de los Estados Unidos. Para muchos estudiosos, entre los cuales se destaca Dumazetier,²⁴ el ocio surgió en la modernidad europea en el siglo XIX como fruto de la revolución industrial acontecida, en esa época, en los principales centros urbanos de Europa, sobre todo en Inglaterra. Para él, el ocio se contrapone al trabajo y corresponde a una liberación periódica del trabajo al fin del día, de la semana, del año y de la vida, cuando se alcanza la jubilación.

Independiente de que la ocurrencia histórica del ocio sea ubicada en la Grecia clásica o en la modernidad europea, es posible observar que Europa, con sus prácticas e instituciones, es considerada como imprescindible y determinante para el “surgimiento” del ocio en todos los rincones del mundo, incluso en Latinoamérica. Así, se perpetúa la idea de que existe una historia única y universal del ocio, que ubica Europa en una posición central, destacada y que debe ser tratada como válida para todo el mundo.

No estamos de acuerdo con ambas interpretaciones, pues colaboran con el mantenimiento de una lógica evolutiva y lineal que define los tiempos, las historias, las culturas y las prácticas de todas las realidades, de todos los pueblos que, a su vez, deben anhelar el modelo occidental – urbano, industrial y capitalista – como el ideal a ser alcanzado para acceder al supuesto progreso. Este contexto fue importante para la producción de algunos conceptos más elaborados sobre el ocio, vinculados principalmente a la temática del trabajo productivo. Pero un concepto no es el fenómeno, es solamente una representación de la realidad que pretende expresar. De esta manera, lo que “surgió” en Europa en el siglo XIX fue el concepto de ocio como contrapunto del trabajo industrial capitalista. Esta comprensión viene predominando en Occidente, pero no corresponde integralmente a la realidad que este concepto busca representar.

Desde el siglo XX estas dos distintas interpretaciones sobre el origen del ocio han generado profundas polémicas cuando se busca retomar la historia de este fenómeno. En general, ambas son ampliamente utilizadas en las teorías sobre el ocio que orientan y fundamentan los estudios sobre esa temática en varias partes del mundo, ejerciendo influencias significativas sobre los conocimientos difundidos en los distintos países de Latinoamérica. Esas interpretaciones, aún cuando son dotadas de lógicas propias, se refieren a realidades específicas, pertinentes cuando se trata de Europa, por ejemplo. Pero son inadecuadas e insuficientes para discutir el ocio y la recreación en Latinoamérica. Esta región posee otras singularidades y otros marcos históricos, culturales, sociales, políticos y económicos. Todo esto demanda otras interpretaciones, abordajes, reflexiones y resignificaciones, así como la sistematización de otros saberes que sean capaces de dialogar críticamente con las realidades latinoamericanas. Como plantea Escobar,²⁵ para hablar de América Latina es necesario considerar los lugares y realidades locales, obviamente sin perder de vista el contexto más amplio. De este modo, los análisis sobre los conceptos y teorías del ocio y la recreación no pueden ser universales y globalizantes.

Además de eso, las dos interpretaciones sobre el supuesto origen del ocio, destacadas previamente, son producciones teóricas que refuerzan el mito de la centralidad de Europa como referente privilegiado para la constitución del mundo, y sobre todo del llamado mundo occidental. De este modo, excluyen la decisiva participación de otras realidades en un juego que envuelve, de manera desigual, varios componentes, dentro de los cuales están los pueblos y culturas de otros continentes, tales como América Latina, África y Asia.

Algunas consideraciones sobre los dos abordajes destacados

Es esencial destacar que la palabra ocio es fuertemente cargada de connotaciones negativas en todos los países latinoamericanos de habla española (y de lengua portuguesa también, lo que en parte explica por

qué en Brasil, por ejemplo, el concepto más difundido sea el de *lazer*). El ocio es, en general, visto como una amenaza para el desarrollo de las sociedades que pretenden modernizarse, progresar, desarrollarse y expandirse económicamente. Prevalece así el principio “tiempo es dinero” y, de esa manera, no se puede perder tiempo con actividades consideradas inútiles e improductivas. Por lo dicho, postulamos que fue por estas razones que la palabra más difundida y legitimada en América Latina de habla hispana fue *recreación*, y no *ocio*, desconsiderando así los aspectos fundamentales que están en la base de las concepciones de cada uno de estos términos.

Además, en la actualidad el ocio y la recreación son, cada vez más, concebidos como mercancías direccionadas al consumo alienado y alienante de bienes y servicios ofrecidos por el libre mercado, algo imprescindible para el éxito y la perpetuación del sistema neoliberal capitalista, como fue tratado en el primer capítulo de este libro. De esa forma, al quedar el ocio en manos del mercado, como ocurre en muchos casos en las realidades latinoamericanas, este será comprendido casi exclusivamente como un nicho económico generador de lucro y al servicio de las economías, y no necesariamente como una forma de llevar una mayor calidad de vida a los seres humanos, para que puedan alcanzar un buen vivir. Así, el ocio será entendido únicamente como otro objeto de consumo, perdiendo con esto su potencial capacidad de ser un aporte en la generación de otras perspectivas creativas y críticas, que permitan cambiar la mirada y hacer frente a las problemáticas sociales actuales de forma innovadora y renovada. Por esta vía, la relación que la ciudadanía establecerá con su propio ocio será pasiva, generando un consumo alienado, marcado por una fuerte tendencia escapista y sobreconsumidora.²⁶

En los últimos años, algunos estudiosos de distintos países latinoamericanos vienen intentando repensar sus comprensiones de la recreación, lo que reconocemos como muy importante e interesante. Otros autores prefieren reconceptualizar y ampliar sus concepciones de ocio porque entienden que el concepto de recreación es limitado e insuficiente ya que, en muchos casos, remite a un simple activismo. Todas

estas posibilidades pueden ser valiosas, pero muchas veces generan confusiones e imprecisiones conceptuales en relación al ocio y a la recreación, principalmente en la lengua española, provocando amplias polémicas entre estudiosos de estas temáticas en América Latina.

Como fue mencionado, los conceptos son representaciones/abstracciones que expresan una visión parcial y no neutral de la realidad. Más allá de la búsqueda de objetividad, la perspectiva que se tenga de cualquier sistema o fenómeno real siempre estará mediada por la mirada del observador y condicionada, en gran parte, por su contexto. Ya que los conceptos no pueden ser tratados como absolutos y universales, es muy importante tener en cuenta no solamente las concepciones de recreación y de ocio que un determinado autor ocupa. También es fundamental reconocer desde dónde nacen los conceptos, conocer y analizar los contextos en que fueron producidos, a qué motivaciones responden, los valores que expresan, los fundamentos que los definen, las visiones de mundo e ideologías subyacentes y los proyectos políticos de sociedad con que están comprometidos.

En el caso de América Latina este cuidado es fundamental porque, como es tratado en este capítulo, en general, el desarrollo teórico-conceptual del ocio y de la recreación más difundido, entre los estudiosos de estas temáticas, está muy vinculado a las características y a los intereses que son propios de otras realidades. Recordamos que según la clasificación elaborada por Munné,²⁷ es posible identificar tres abordajes en la producción teórica sobre el ocio: (1) el abordaje empírico, que fue iniciada en los Estados Unidos en las primeras décadas del siglo XX y, poco después, alcanzó Europa; (2) el abordaje teórico, que involucra las teorías sobre el ocio producidas por autores norteamericanos y europeos, y (3) el abordaje crítico, relacionado a las producciones norteamericanas y europeas que, entre otros aspectos, analizan el ocio como parte del proceso de producción y consumo en las sociedades industriales capitalistas. Munné clasifica todos estos abordajes como burgueses por tener, como denominador común, una triple actitud: subjetiva en el ámbito psicológico, individualista en el sociológico y liberal en el político. Propone, como alternativa, un abordaje que supere

la visión burguesa desde una perspectiva dialéctica, basada sobre todo en las ideas de Marx y en las teorías elaboradas por los autores de la Escuela de Frankfurt.

Sin duda, el esfuerzo del autor entrega interesantes aportes para los estudios sobre el ocio y el tiempo libre. Pero, Europa y los Estados Unidos son ubicados como centros de la producción de conocimientos sobre la temática del ocio. Siguiendo esta interpretación, afirmamos nuevamente que el resto del mundo, incluida América Latina, debería apenas reproducir las teorías generadas en otros contextos.

Obviamente, muchos conocimientos producidos en distintos países pueden ser útiles y necesarios para ayudarnos a reflexionar sobre el ocio en nuestras realidades. Pero, los conceptos y las teorías no deben ser tratados de forma universal, ni ser asumidos e incorporados de manera descontextualizada sin un posicionamiento crítico, evitando así la perpetuación de las redes invisibles de dominación, lo que genera la colonialidad del poder y la colonialidad del saber, dos dispositivos que se encuentran emplazados en una misma “matriz genética”.²⁸ Siendo así, es necesario entender y valorar la necesidad de resignificar, releer y reescribir con profunda atención los fundamentos adoptados.

De este modo, los conceptos y teorías elaborados por autores de otros contextos y de otras épocas pueden ser interesantes cuando representan un punto de partida para nuevas lecturas, interpretaciones y resignificaciones contextualizadas y críticas. Es así que los conceptos y teorías de ocio y de recreación sistematizados en Latinoamérica y en otras realidades necesitan diálogos, más profundos y continuos, articulados con los desafíos sociales, políticos, históricos, económicos, ambientales, entre otros, presentes en cada cultura y cada sociedad.

En síntesis, reconocemos los esfuerzos de varios autores latinoamericanos en reconceptualizar y desarrollar teorías sobre la recreación y el ocio, lo que es muy válido y viene generando importantes contribuciones en el sentido de fundamentar estas temáticas. Sin embargo, estos desarrollos aun son acompañados de muchos problemas, entre los cuales destacamos las dificultades e imprecisiones históricas, políticas,

sociales, culturales y también teórico-conceptuales. Esto puede estar relacionado a las siguientes razones:

- En América Latina existen distorsiones en cuanto al uso del concepto de recreación, vinculándolo, por ejemplo, a las luchas obreras europeas del siglo XIX. Entendemos que la elaboración del concepto de recreación, ocurrió en los Estados Unidos en la transición del siglo XIX al XX, y está relacionada al uso social y moralmente positivo del tiempo libre. Por medio de la difusión de determinadas formas de diversión, la recreación institucionalizada funcionó como un potente dispositivo de control social en toda América, destinado primeramente a los niños, y posteriormente a personas de todas las edades. De este modo, la recreación no corresponde necesariamente al derecho referente a la reducción de la jornada de trabajo reivindicado por los trabajadores europeos del siglo XIX.
- En muchos casos, el ocio es aceptado cuando es útil a la lógica de producción y consumo capitalista. Generalmente es rechazado y visto como un vicio a ser combatido porque representa una amenaza al modelo de producción capitalista, que tiene la ética del trabajo como bien supremo. Potencialmente, el ocio puede confrontar el sistema vigente y justamente por esto puede adquirir un carácter contrahegemónico.
- A su vez, el ocio puede estimular a las personas a reflexionar sobre sus realidades y vivencias, ayudándolas a valorizar las diversas manifestaciones socioculturales lúdicas, y ya no solo aquellas que pueden ser compradas y vividas de forma pasiva y alienada como fuga de la rutina o como evasión. De este modo, las personas podrían desarrollar su capacidad crítica y cuestionadora a través del ocio.
- Consideramos que el ocio es más amplio que la recreación, sea esta institucionalizada o no. Al ser el ocio entendido como una necesidad humana fundamental, la recreación pasa a ser uno de los posibles satisfactores de la necesidad de ocio. Por eso, el ocio puede incluir la recreación, lo que no ocurre de forma inversa. Así, enfatizamos que el ocio (*lazer*) y la recreación (*recreação*) son diferentes.²⁹

Considerando los aspectos recientemente mencionados, podríamos optar por seguir profundizando conocimientos sobre la recreación, trabajando con la resignificación de este concepto y con la búsqueda

de estrategias para transformar su práctica y superar sus limitaciones. Aclaramos que, en este momento, no tenemos la intención de avanzar en esta dirección porque, como ya explicitamos, entendemos que el ocio es un campo más amplio y que incluye la recreación, lo que no elimina la necesidad de seguir repensando las prácticas recreativas.

Por eso una nueva mirada teórica y conceptual sobre la temática del ocio necesita ser construida, rescatando los profundos saberes y prácticas socioculturales ya elaborados en los territorios latinoamericanos y considerando: las culturas de los pueblos indígenas, de los grupos descendientes de África y de otros continentes del mundo, que son la base de la diversidad cultural y étnica de la región; las teorías históricas, sociales, ecológicas, (geo)políticas y pedagógicas que marcan el pensamiento crítico de autores latinoamericanos; la educación popular y los movimientos de base; las prácticas comunitarias de autogestión, la economía solidaria, bien como tantas otras prácticas y experiencias alternativas al sistema neoliberal capitalista desarrolladas con éxito en el contexto latinoamericano, a pesar de ser poco conocidas.

Lo importante es que muchas de estas prácticas están siendo desarrolladas en América Latina como alternativas concretas para superar las problemáticas existentes en esta región. Destacamos, de este modo, que existen otros horizontes posibles frente a un sistema excluyente que se pretende plantear como modelo único y universal.

América Latina es un mosaico de realidades marcado por la diversidad en varios sentidos. Uno de ellos es el que en su cotidiano conviven las lenguas indígenas, lenguas originarias de los colonizadores de Europa y las lenguas llamadas criollas. Así, creemos que, en un primer momento, lo más importante y medular no será la palabra que se utiliza (recreación u ocio), ya que lo que realmente importa es la esencia de los conceptos, esto es, las perspectivas y visiones que esos expresan.

De acuerdo con la interpretación aquí adoptada, como una práctica social contextualizada desde América Latina, el ocio necesita ser comprendido y reconocido como una necesidad humana y como una dimensión de la cultura, dos aspectos que están interrelacionados. De esa manera, cada pueblo y cada sociedad que compone la región

latinoamericana construye y significa sus prácticas culturales, que son vividas como disfrute de la cultura y de la vida social en sus propias temporalidades. Así, el ocio no está subyugado al trabajo industrial, a la urbanización, ni al capitalismo, a pesar de estar en íntima relación con estos y otros elementos del contexto más amplio actual.

En este sentido, como fue mencionado, la tradicional forma de conceptualizar el ocio principalmente en función del trabajo, como si fuera lo opuesto de este, necesita ser revisada. Esta no es la única posibilidad de entender y vivenciar el ocio. Es fundamental destacar que desde esta visión la existencia del ocio queda solo justificada a partir de las características e intereses del trabajo. Según nuestra interpretación el ocio necesita ser conceptualizado y resignificado a partir de otras miradas y la perspectiva de la cultura nos parece ser un importante sendero desde donde empezar este nuevo camino de cambio.

Ampliando los horizontes teórico-conceptuales sobre el ocio en América Latina

Entendemos que el ocio es una necesidad humana y una dimensión de la cultura, representando, por lo tanto, una práctica social compleja que debe ser históricamente situada.

De acuerdo con Max-Neef, Elizalde y Hopenhayn,³⁰ las necesidades no se limitan a la mera subsistencia y expresan una tensión constante, propia de los seres humanos, entre carencia y potencia. Concebir las necesidades solamente como carencia implica restringir su espectro a la “falta de algo”. En la medida en que las necesidades comprometen, motivan y mobilizan a las personas, son también potencialidad. Así, la necesidad de ocio no es apenas una carencia, sino también una potencia para vivenciarlo.

Comúnmente ocurre una confusión entre necesidades y deseos, como una estrategia de mercado para que los deseos sean vistos como necesidades a ser satisfechas con bienes de consumo. Sin embargo, siguiendo a los autores recién mencionados, mientras los deseos son

ilimitados, las necesidades humanas son finitas y pueden ser entendidas a partir de *categorías existenciales* (ser, tener, hacer, estar) y *categorías axiológicas*: subsistencia, protección, afecto, entendimiento, participación, libertad, creación, identidad y ocio. Lo que varía de una cultura para otra, y de acuerdo con el contexto histórico, son las formas de satisfacer las necesidades humanas. En otras palabras, lo que está culturalmente determinado no son las necesidades humanas fundamentales, sino los modos como ellas son satisfechas. Además, toda necesidad humana no satisfecha adecuadamente puede generar una pobreza. Por eso, es importante hablar de pobrezas, en plural, sabiendo que las pobrezas producen diversas patologías, lo que demanda valorizar la satisfacción sinérgica de nuestras necesidades.

Fundamentados en estos postulados, entendemos que la necesidad de ocio se vincula con el disfrute de incontables prácticas culturales constituidas socialmente. Así, la necesidad de ocio puede ser satisfecha de múltiples formas, según los valores, creencias e intereses de los sujetos, grupos e instituciones en cada contexto histórico, social y cultural.

Así entendido, el ocio no es un fenómeno aislado y se manifiesta en diferentes contextos según los sentidos y significados producidos/reproducidos culturalmente por las personas en sus relaciones con el mundo. El ocio participa de la compleja trama histórico-social que caracteriza la vida en sociedad, y es uno de los hilos tejidos en la red humana de significados, símbolos y significaciones.³¹

En la vida cotidiana, el ocio constituye relaciones dialógicas con otros campos además del trabajo, tales como la educación, la política, la economía, el lenguaje, la salud, el arte, la ciencia y la naturaleza, entre otras dimensiones de la vida, siendo parte integrante y constitutiva de cada sociedad.³²

De este modo, expresamos nuestro entendimiento de ocio como una necesidad humana y dimensión de la cultura caracterizada por la vivencia lúdica de manifestaciones culturales en el tiempo/espacio social. Así, el ocio se constituye en la articulación de tres elementos fundamentales: la ludicidad, las manifestaciones culturales y el tiempo/

espacio social. Juntos, estos elementos configuran las condiciones materiales y simbólicas, subjetivas y objetivas que pueden – o no – hacer del ocio un potente aliado en el proceso de transformación de nuestras sociedades, convirtiéndolas en más humanas e inclusivas.³³

Es importante aclarar que la ludicidad se refiere a la capacidad del *homo ludens* – en su esencia cultural dispuesta a jugar, imaginar, compartir, disfrutar, reír, emocionar – de elaborar, aprender y expresar significados. Por eso, la ludicidad es un lenguaje vinculado al jugar, siendo marcada por la exaltación de los sentidos y de las emociones: mezclando alegría y angustia, placer y conflicto, relajamiento y tensión, satisfacción y disfrute, libertad y concesión. Cabe recordar que, desde el sentido común, las palabras lúdico y ludicidad³⁴ son, de forma equivocada, asociadas exclusivamente a la infancia y son tratadas como sinónimo de determinadas manifestaciones de la cultura, principalmente las del juego. Esta interpretación puede ser ampliada, pues las prácticas culturales no son lúdicas por sí mismas: son construidas en la interacción del sujeto con la experiencia vivida, lo que puede abarcar diversas manifestaciones culturales.

Las manifestaciones culturales que constituyen el ocio son prácticas sociales vivenciadas como disfrute de la cultura, tales como: fiestas, juegos, paseos, viajes, música, poesía, graffiti y murales, pintura, escultura, danza, vivencias y expresiones corporales, juegos electrónicos y experiencias virtuales, fotografía, teatro, actividades comunitarias, ferias con nuevas modalidades de intercambio, actividades recreativas y deportivas, festivales y eventos artísticos, variadas modalidades de educación popular local, espacios de conversación y debate etc.

Estas y otras manifestaciones poseen significados singulares para cada sujeto y para cada grupo humano y, por eso, no pueden ser reducidas a las diversiones, aunque también sean ampliamente vivenciadas como experiencias de ocio. Así, las manifestaciones culturales constituyen prácticas sociales complejas permeadas por aspectos simbólicos y materiales que integran la vida de cada persona y la cultura de cada pueblo, pudiendo asumir múltiples significados: al ser concretizadas en un determinado tiempo/espacio social, al dialogar con un determinado

contexto y, también, al asumir un papel peculiar para los sujetos, grupos sociales, instituciones y sociedad que las vivencian histórica, social y culturalmente ³⁵

No olvidemos que el ocio también comprende otras prácticas culturales enfocadas en posibilidades de introspección – tales como la meditación, la contemplación y el relajamiento – que pueden constituir significativas experiencias personales y sociales gracias a su potencial reflexivo. Por cierto, existe un prejuicio a este tipo de experiencia porque desafían la lógica productivista que impera en nuestra realidad social al ser, lamentablemente, considerada como improductiva y como una pérdida de tiempo. De lo cual definitivamente discrepamos ya que no todo en la vida humana deberá ser medido únicamente por la vara de la productividad, y nos preguntamos: ¿productivo para quién? Incluso, si estas experiencias fuesen improductivas, ¿qué justifica la urgencia de tener que ser productivas? ¿A qué intereses y a qué valores responde esa preocupación por la productividad?

Entendido así, todo fenómeno sociocultural, incluido el ocio, expresará las peculiaridades del contexto histórico y social en el cual se desenvuelve como “producción cultural” – en el sentido de reproducción, reconstrucción y transformación de diversos contenidos culturales vivenciados por las personas, grupos e instituciones. Estas acciones serán construidas en un tiempo/espacio de construcción humana, dialogando, influenciando y siendo influidas por las demás esferas de la vida en sociedad, lo que permitirá resignificar continuamente la cultura.³⁶

Así, la dimensión temporal es inseparable de la dimensión espacial, y viceversa, constituyendo un tiempo/espacio social. Tal comprensión destaca la importancia de problematizar las representaciones abstractas de las categorías tiempo y espacio. Santos³⁷ destaca que no es posible definir los acontecimientos históricos y espaciales “fuera de sus propias determinaciones o sin tomar en consideración la totalidad de la cual ellos emanan y que ellos producen. El espacio social no puede ser explicado sin el tiempo social”, concluye Milton Santos. El tiempo/espacio social es producido, por lo tanto, como condición de posibilidad de las relaciones sociales y de la naturaleza, a través de la cual la sociedad, al

mismo tiempo en que se produce a sí misma, transforma la naturaleza y se apropia de ella,³⁸ o, mejor dicho, con ella interactúa. Así, el tiempo/espacio es un producto de las relaciones sociales y de la naturaleza y se constituye por aspectos objetivos, subjetivos, simbólicos, concretos y materiales, evidenciando conflictos, contradicciones y relaciones de poder.

A su vez, constatamos que no hay fronteras absolutas y rígidas entre trabajo y ocio, tampoco entre el ocio y las obligaciones cotidianas. Aunque el sujeto esté buscando satisfacción, más flexibilidad y libertad de elección a través del ocio, no siempre estará libre de obligaciones sociales, familiares, profesionales, institucionales, etc. Estos aspectos se mezclan e influyen, dinámicamente, en la vida cotidiana.³⁹

Desde esa perspectiva, el ocio puede generar una vivencia de apertura marcada por una actitud que rompa y transgreda con lo permitido y con lo lícito, mostrándose muchas veces al borde de lo socialmente adecuado y aceptado. Justamente a esto se debe uno de los grandes temores, así como peligros, que representa el ocio para el mantenimiento del *status quo*. De aquí surge, en parte, el intento de acallar y prohibir la disruptividad, contracorriente, alteridad e innovación subversiva, y todo aquello que puede expresar un ocio problematizador, caótico, contrahegemónico y transformacional.⁴⁰

Sabemos que las miradas sobre el ocio pueden ser diferentes ya que cada persona o investigador puede adoptar un punto de vista distinto para comprenderlo. Como ya fue mencionado, en toda América Latina, especialmente donde el español es la lengua oficial, generalmente, el “ocio” es una palabra rechazada. Siendo así, al optar por el concepto de ocio como sinónimo de *lazer*, no se pretende reforzar o sobrevalorar los saberes y prácticas del ocio tales como son entendidos en otros países no americanos, por ejemplo España, donde es común el uso de este concepto, algo contrario a lo que ocurre en los países de habla hispana de América Latina, donde el concepto más difundido es el de recreación. Nuestra opción, en cambio, representa una acción comprometida con la resignificación y con la reconceptualización del ocio/*lazer* en los

estudios sobre la temática en América Latina. Lo que tomamos como un desafío y como un proceso ya iniciado.

Con esto no pretendemos en ningún caso caer en un relativismo conceptual, pero, sí, abrirnos, como ya lo expresamos, a la posibilidad de multiplicidad de sentidos y comprensiones que, más que desvirtuar nuestro entendimiento, nos ayuden a ampliar las miradas. De este modo, reconocemos que, al igual que en los ecosistemas naturales, la diversidad humana es el mejor antídoto ante la muerte social y cultural.⁴¹ Esta muerte puede ser entendida como una homogenización de mentalidades al buscar que todos pensemos igual, no existiendo el reconocimiento de la valiosa riqueza presente en las diferencias y singularidades.

Estas consideraciones resaltan la necesidad de promover una educación crítica/creativa por y para el ocio, una vez que este representa una posibilidad de reflexionar sobre la realidad en que vivimos y así poder aportar a las urgentes transformaciones que requieren las sociedades humanas para lograr ser participativas, incluyentes, equitativas, democráticas y justas. Por eso, el ocio no puede ser visto como un antídoto para los problemas sociales, cuyo objetivo sea simplemente aliviar las tensiones o compensar los dilemas que marcan profundamente el mundo actual,⁴² sino como uno de los muchos elementos que posibilitará la construcción de sociedades realmente solidarias y sustentables.

Desde una perspectiva crítica, cuestionadora y transformacional, el ocio es fundamental para hacer frente a los emergentes conflictos humanos-sociales y ambientales-ecológicos que aumentan cada día más, mostrando una real situación de “emergencia planetaria”.⁴³ Es imprescindible destacar que, entendido de esta forma, el ocio puede estar comprometido con la búsqueda de alternativas, desde una lógica contrahegemónica, que permita el reconocimiento, valoración y respeto de la diversidad cultural, elemento determinante si anhelamos sociedades donde sea posible, para todos, el acceso a una vida buena para los sujetos de hoy y los de las generaciones futuras.

Sabemos que las discusiones aquí realizadas no agotan el tema, al contrario, lo dejan abierto para nuevas y futuras reflexiones. Todas

estas ideas son tan solo algunas de las múltiples miradas que se pueden hacer en relación a la humanización y democratización del acceso de los sujetos de todas las edades, géneros, etnias y capas sociales a las oportunidades de ocio propias de sus realidades.

En ese sentido, el desafío de revalorar y resignificar el ocio no se tratará de una nueva forma de adoctrinamiento o hegemonía gnoseológica y epistemológica. Así, lo expuesto busca la producción de conocimientos nuevos que ayuden a conectar conceptos fragmentados y aislados, como una forma de contextualizarlos y acercarlos a las necesidades de la Latinoamérica actual. De esa forma, afirmamos que las teorías y conceptos responderán siempre a lo que entendemos por ser humano y a las utopías con que soñamos.

Como contribución al desarrollo de nuevas perspectivas para los estudios sobre el ocio, en el próximo capítulo presentamos una posibilidad de relectura inicial sobre su proceso de constitución histórica, cultural y geopolítica en América Latina.

(Este capítulo fue basado en el artículo “Ocio y recreación en América Latina: conceptos, abordajes y posibilidades de resignificación”, publicado por Elizalde y Gomes (2010) en la *Revista Polis*, n. 26. El texto original fue revisado y reestructurado para ser publicado en este libro.)

Capítulo 3

América Latina y ocio Reflexiones históricas, culturales y geopolíticas

Como fue tratado en el capítulo anterior, es fundamental desarrollar otras lecturas sobre el ocio, que sean más coherentes con las peculiaridades latinoamericanas. Al buscar otras perspectivas de análisis, este tercer capítulo pretende contribuir con esta discusión. Por eso, propone el desarrollo de algunas reflexiones sobre las implicaciones históricas, culturales, sociales, económicas y geopolíticas relacionadas al ocio en América Latina.

Revelando posibilidades para la producción de conocimientos sobre el ocio en América Latina

En la actualidad, el ocio presenta una relativa valorización en el lugar que ocupa dentro de la academia, en las políticas públicas y en las estrategias privadas de negocios y emprendimientos económicos en varios países del mundo, incluso en la mayoría de los países latinoamericanos. Así, el ocio es entendido y tratado a partir de distintas perspectivas:

educativa, cultural, política, social, histórica, ambiental, epistemológica, económica, publicitaria, comunicacional, artística, comunitaria, entre tantas otras, mostrando una especial versatilidad para ser vinculado y fusionado con otros elementos de la cultura y de la vida social.

Cuando es colocado al servicio del modelo neoliberal capitalista, el ocio colabora con el crecimiento de estilos de vida cada día más consumistas, racistas, clasistas, arribistas y machistas. Así, es necesario aclarar que el ocio puede tanto representar un espacio de libertad y dignificación de la condición humana, como, contrariamente, expresar una forma de reforzar las injusticias, alienaciones y opresiones sociales del presente.¹

Además, en occidente, los conocimientos producidos sobre la temática del ocio generalmente son tratados como si el saber fuese único y universal. Esta noción de universalidad es construida a partir de los principios positivistas que marcaron el proceso de producción del saber desde el siglo XIX, postulando que la lectura de la totalidad del tiempo y espacio puede ser realizada desde un único punto de vista – en general, desde el punto de vista hegemónico occidental.

Así, se observa la implantación de una universalidad radicalmente excluyente, que es una expresión de una colonización, decretada y camuflada, que por varios siglos tiene su existencia marcada por la dominación en varios ámbitos: económico, (geo) político, social, cultural, educativo, etc. La “colonialidad del saber” es una de las formas más perversas y eficientes de garantizar la perpetuación del juego de poder que mantiene las desigualdades socioeconómicas y geopolíticas verificadas en nuestro planeta, como indican los estudios de Lander,² con serias implicaciones para América Latina y para los países de otros continentes del Sur del mundo.

En este sentido, si estamos comprometidos con la construcción de sociedades democráticas, inclusivas, participativas, equitativas, solidarias y respetuosas de los seres humanos y de la vida, por la vía del ocio, necesitamos encontrar nuevos horizontes para la producción de conocimientos sobre este tema. Como fue tratado en el capítulo anterior, infelizmente lo que aún se verifica en el campo de estudios sobre el ocio

y la recreación en distintos países latinoamericanos es una reproducción de conocimientos producidos en otras realidades – especialmente en Europa y en Estados Unidos – como si ellos fuesen saberes universales y conocimientos válidos para todas las realidades socioculturales. Como en un juego de ajedrez, es urgente y necesario colocar en jaque supuestas verdades sobre el ocio.

Como postula Morin,³ estamos transitando desde una época de certezas a un tiempo de crecientes incertezas e incertidumbres, en que ya no existen conocimientos ni verdades absolutas. Todo esto pone en evidencia la apremiante necesidad de encontrar nuevos referentes que puedan colaborar con la producción de “conocimientos otros”⁴ sobre el ocio en América Latina. Conocimientos que sean realmente contextualizados, críticos y conscientes en lo que se refiere a las problemáticas sociales que arrasan pueblos y sociedades latinoamericanas y que representan una de las venas más profundas y abiertas de nuestra región. Si se señalan algunos de los muchos desafíos pendientes es para no olvidar quiénes somos, dónde vivimos y qué es lo que necesitamos modificar.

Reafirmamos que los conceptos y teorías elaborados por autores de otros contextos y de otras épocas pueden ser interesantes cuando representan un punto de partida para nuevas lecturas, interpretaciones y resignificaciones contextualizadas y críticas. Así, los saberes sistematizados tanto en América Latina, como en otras realidades, necesitan diálogos más profundos y críticos con relación a los desafíos sociales, políticos, históricos, económicos y ambientales, entre otros, presentes en cada cultura y en cada sociedad.⁵

De este modo, como fue tratado en el capítulo anterior, además de las conocidas historias que predominan en la producción de conocimientos sobre nuestro tema en las sociedades occidentales – tales como el ocio en la Grecia antigua o en las modernas sociedades urbano-industriales europeas, bien como el recreacionismo constituido en Estados Unidos – otras historias sobre el ocio y sobre las prácticas recreativas vivenciadas en diferentes tiempos y espacios sociales pueden y deben ser contadas. Las historias, al igual que las culturas, están en un proceso constante de construcción, por esto afirmamos que se escriben día a día.

Entre dichas historias, incluimos las múltiples relecturas que pueden ser realizadas sobre el ocio en América Latina. Considerar el ocio como una necesidad humana y dimensión de la cultura caracterizada por la vivencia lúdica de manifestaciones culturales en cada tiempo/espacio social significa tener en cuenta la multiplicidad de prácticas y tradiciones culturales populares e indígenas, vividas en el campo o en las zonas urbanas, o sea, considerar este diverso mosaico, cultural y social, existente en América Latina.

Al hablar del ocio en Latinoamérica, no tenemos la intención de hacer análisis generalistas que desconsideren las realidades locales o que invisibilicen los saberes particulares. Al contrario, nuestra intención, en este capítulo, es apuntar “camino otros” para la producción de conocimientos sobre la temática del ocio en nuestras realidades, invitando a todos a realizar nuevas reflexiones, estudios, investigaciones e interpretaciones sobre el tema. Este recorrido es fundamental para revelar otros horizontes desde donde pensar y problematizar el ocio en las sociedades latinoamericanas, atreviéndonos a encontrar senderos nuevos por los cuales transitar, pero a la vez tomando la libertad de dejar dudas, incertezas, aspectos incompletos y preguntas abiertas.

Desde esta perspectiva, es pertinente abordar el ocio en los distintos tiempos/espacios sociales de la región, hoy denominada América Latina, incluso en aquellos considerados como inadecuados para su manifestación, como la fase precolombina, que antecede la llegada de los colonizadores europeos a América. Los pueblos que vivieron en este tiempo/espacio social – como los Mayas, Aztecas e Incas, entre incontables otros pueblos distribuidos por toda América – disfrutaron de sus culturas por medio de la vivencia lúdica de varias manifestaciones.

El ocio en la América precolombina

Encontramos muchas dificultades para retomar el tiempo/espacio que precede al año de 1492 en América. Las investigaciones sobre las prácticas culturales de los pueblos nativos de esta época son poco

conocidas y estos saberes son de difícil acceso, incluso en los días actuales. Los conocimientos generados por las investigaciones arqueológicas e históricas, por ejemplo, pueden ser muy interesantes. Pero, salvo contadas excepciones, estos saberes son poco considerados en los estudios sobre el ocio, en los diversos países del mundo, que generalmente focalizan el supuesto surgimiento de este fenómeno en las modernas sociedades urbano-industriales, resaltando sus vínculos con el trabajo industrial capitalista. Este tipo de análisis sobre el ocio también es importante, pero esta no puede ser la única forma de abordarlo y contextualizarlo en Latinoamérica.

Considerando la fase precolombina, por ejemplo, muchas manifestaciones culturales vivenciadas lúdicamente por los Mayas, posiblemente, fueron por ellos mencionadas en los registros escritos producidos en el transcurso de los aproximadamente ocho siglos de su cultura. Pero como lamenta Galeano,⁶ sobre el fuego de la inquisición, en 1562, todo este patrimonio fue transformado en cenizas por un sacerdote católico llamado Diego de Landa.

Muchos consideran que las culturas de los pueblos nativos que habitaban el continente americano eran atrasadas y poco evolucionadas, lo que naturalizó diversas formas de dominación y exclusión. No es eso lo que el legado construido por las culturas nativas nos muestra. Muchas de sus grandezas pueden ser visualizadas en las herencias por ellos dejadas en la región latinoamericana: objetos de arte, arquitectura, monumentos religiosos, invenciones técnicas, canales de irrigación y cultivos agrícolas, conocimientos de matemática, medicina y astronomía, entre tantos otros. Los indicios de la presencia de estas culturas también pueden ser encontrados en artesanías, pinturas, esculturas, festividades, juegos, danzas, ritmos, cantos y diversos instrumentos musicales que aún subsisten. Estas y otras prácticas culturales construidas por los nativos de la región constituyen un importante legado, no apenas para sus descendientes latinoamericanos, sino para toda la humanidad.

Resaltamos que las culturas amerindias no se resumen a los Incas, Mayas y Aztecas, siendo visible una diversidad de pueblos y culturas

en todo el territorio americano. De esa manera, para ilustrar, se harán algunas consideraciones que focalizan estas tres culturas. Los Mayas, por ejemplo, apreciaban la música, la danza y el teatro. Era común que realizaran un juego de pelota denominado “pok-a-rok”, en el cual una pelota de hule era pasada con los codos, rodillas o con la cadera a través de uno de los tres aros colocados en el medio y a los lados extremos del espacio demarcado para el juego. Los Aztecas también valoraban la poesía, la danza, la música y el teatro. Practicaban un juego de pelota similar al de los Mayas, denominado “tlachtli”, en el cual el desafío consistía en pasar la bola, con las rodillas o las caderas, por uno de los aros de piedra dispuestos en las paredes laterales de la cancha. Los Incas desarrollaron rituales religiosos y, en ellos, incluían cantos y danzas adornadas con máscaras.⁷ La mayoría del legado de estas culturas fue completamente destruido, pero muchas de sus expresiones materiales e inmateriales resistieron al proceso de exterminio y pudieron ser conocidas en el patrimonio construido al aire libre, lo que se encuentra preservado en algunos museos, testimoniando algunas de sus peculiaridades y de sus grandezas.

Obviamente, hasta la llegada de los conquistadores a América, ninguna de las culturas nativas conocía la brújula, el vidrio o la pólvora, quedándose asombradas con esas y otras invenciones que fueron, en parte, responsables por su subyugación y ruina. Cuando los españoles llegaron a América el imperio teocrático de los Incas estaba en su apogeo, ejerciendo su poder sobre lo que hoy constituye Perú, Bolivia y Ecuador, abarcando parte de Colombia y de Chile, el norte argentino y una parte de Brasil. En cuanto a los Mayas, estos poblaban la región de Yucatán y toda América Central; los Aztecas habían conquistado completamente la región mexicana. La capital de los Aztecas (Tenochtitlán) era cinco veces mayor que Madrid y tenía el doble de la población que Sevilla, la mayor de las ciudades españolas de la época. Pero las armas de piedra y de madera eran ineficaces e incapaces de producir la protección de los pueblos nativos contra las armas de fuego de los conquistadores.⁸

Entre 70 y 90 millones de indígenas vivían en la América precolombina. Según Ribeiro,⁹ más de la mitad de esta población murió luego del primer encuentro con los colonizadores. Un siglo y medio después de la llegada de Colón, los amerindios fueron reducidos a 3,5 millones. Esto muestra el alto nivel de violencia que, inevitablemente, marcó la conquista y la colonización imperialista no solamente en América, sino también en África, y en una buena parte de Asia y otras regiones del mundo.

La reducción exponencial de los nativos americanos se relaciona, en gran parte, a las muertes de indígenas, producto de las batallas con los conquistadores. Galeano¹⁰ resalta que, tres años después del descubrimiento, Colón dirigió personalmente la campaña militar contra los indígenas de la Isla Dominicana, exterminándolos sin muchas dificultades. Sin contar que muchos indígenas fueron enviados a España para ser vendidos como esclavos en Sevilla, donde varios de ellos acabaron muriendo miserablemente. Otro motivo fueron los fallecimientos provocados por las bacterias, pestes y enfermedades traídas por los conquistadores, pues los nativos no estaban inmunizados contra esas nuevas enfermedades.

Las condiciones de trabajo servil e inhumano a que los amerindios fueron sometidos también provocaron la drástica reducción de los pueblos nativos de América. En la zona alta de México y en el altiplano andino había oro, plata y otros metales preciosos acumulados en grandes cantidades, constituyendo las primeras fuentes de riqueza descubiertas. Los indígenas que trabajaban en las minas de plata de Potosí, encontrada en 1545 en lo que hoy es Bolivia, murieron, millares, en poquísimos tiempo. La población nativa de las islas del Caribe fue exterminada en la extracción/lavado de oro o trabajando en las plantaciones agrícolas hasta su completa extenuación. Muchos morían en el transcurso de cuatro años. Los indígenas de la Isla Dominicana, por no encontrar sentido alguno en esa nueva forma de vida, buscaban abreviarla, matando a sus hijos y suicidándose en masa, lo que fue interpretado por el historiador Fernández de Oviedo como “pasatiempo” o simplemente como una artimaña para no tener que trabajar: porque

eran vistos como perezosos, flojos y ociosos por naturaleza, por lo tanto, incapaces para impulsar el proceso productivo requerido por la modernidad europea.¹¹

Con estos datos, es posible verificar que las colonias americanas fueron descubiertas, conquistadas y colonizadas dentro del proceso de expansión del capital comercial europeo, siendo, ellas, imprescindibles para la constitución de la modernidad, entendida como un nuevo momento histórico, social, cultural, económico y político que involucró distintos sujetos, naciones y continentes del mundo.

Por las ideas recién planteadas, es pertinente la teoría de Dussel:¹² la modernidad subsumida desde un horizonte mundial tiene como importante marco la conquista del océano Atlántico y el desarrollo del mercantilismo capitalista, permitiendo a los países colonizadores de Europa una extraordinaria acumulación de riqueza monetaria. Entendemos que esta riqueza fue generada a través de las grandes cantidades de oro, plata, piedras y metales preciosos extraídos de las nuevas colonias latinoamericanas, además de la abundante mano de obra esclava y servil (indígena y africana), y de todos los diversos recursos naturales disponibles en la región. Estos elementos entregan las condiciones históricas y sociales fundamentales para la constitución de la Era Moderna desde un punto de vista más amplio, que extrapola las fronteras del continente europeo.

Como muestra Dussel,¹³ hasta el siglo XV la Europa Latina era una cultura periférica, secundaria, aislada y sitiada por el mundo musulmán. Incesantemente, los países europeos buscaban imponerse en el Mediterráneo oriental, pero no conseguían tener éxito. Las cruzadas representaron una tentativa más en ese sentido, la que también terminó por fracasar. Hasta ese momento, Europa nunca había sido centro de la historia, como tampoco con el Imperio Romano, como comúnmente se cree. Además de eso, la designación – Europa – solo pasó a ser utilizada con un sentido continental en el siglo XVIII, como un claro esfuerzo político para reforzar en el imaginario social la existencia de una unidad entre los países imperialistas de aquel continente, fortaleciéndolos y destacándolos aún más frente al resto del mundo. El autor explica que,

a pesar de estar tan difundido y naturalizado entre nosotros, el pensamiento de que occidente es el resultado de la secuencia helenístico+romano+cristiano es una ecuación falsa, una invención ideológica que rapta la cultura griega como si ella fuese exclusivamente europea y occidental. Sumado a esto, es importante destacar que la diacronía unilineal Grecia-Roma-Europa es una construcción ideológica de fines del siglo XVIII (romántico alemán), que posteriormente fundamenta el “modelo ario”, racista y ultranacionalista.

Estos principios refuerzan el mito de que, desde la época de apogeo griego y romano tales culturas fueron el centro de la historia mundial. Esto fue posible, de acuerdo con el autor, después del descubrimiento de América – cuando la Europa moderna, por primera vez en la historia, coloca otras culturas como su periferia. Como destaca Mignolo,¹⁴ hasta entonces no había una historia mundial, sino historias aisladas y yuxtapuestas: la romana, la persa, la de los reinos de la india, la china, la inca, etc.

Como señalan diversos autores que producen conocimientos vinculados al campo de estudios postcoloniales en América Latina,¹⁵ no se puede hablar de modernidad sin considerar las relaciones de poder constituidas por medio de la colonialidad. Esta es la cara oculta, el lado silenciado y encubierto de la modernidad y también de la postmodernidad que acaba reforzándola. Sobre este aspecto, es importante recordar las palabras de Mignolo: “El imaginario del mundo moderno/colonial surgió de la compleja articulación de fuerzas, de voces oídas o apagadas, de memorias compactas o fracturadas, de historias contadas desde un solo lado que suprimieron otras memorias (...).”¹⁶

Los indígenas americanos, por ejemplo, fueron considerados por los colonizadores animales débiles, perezosos, estúpidos y sin alma, como explica Galeano. Por eso, ellos afirmaban que el trabajo forzado era el mejor remedio para curar su supuesta maldad natural de los nativos. Ellos “merecían los tratos que recibían porque sus pecados e idolatrías constituían una ofensa a Dios”,¹⁷ además de no tener gratitud con los conquistadores por todo el bien que les hicieron. Es así que las crueldades sufridas por los amerindios y, posteriormente, por los millones

de africanos esclavizados y traficados hacia América, fueron ampliamente justificadas por los conquistadores, que tenían las bendiciones papales para seguir con su noble misión de catequizar a los paganos y, en consecuencia, negar y devastar sus culturas.

“Nosotros” ... y “los otros”

Cuando los colonizadores españoles y portugueses (así como ingleses, holandeses, franceses, entre otros), llegaron a América y tuvieron contacto con las culturas nativas, vivieron un choque cultural. Las prácticas culturales de los amerindios eran extremadamente distintas de aquellas valorizadas por los colonizadores.

En este ámbito, son curiosas las dos interpretaciones que fueron sabiamente asociadas por Dussel:

En la obra de Tzvetan Todorov, *Nosotros y los otros* (1989), el “nosotros” son los europeos, y “los otros” somos nosotros, los pueblos del mundo periférico. La Modernidad se definió como “emancipación” con respecto al “nosotros”, pero no advirtió su carácter mítico-sacrificial con respecto a “los otros”. Montaigne (1967, p. 208) lo percibió de alguna manera cuando escribió: Así, podemos llamarlos bárbaros con respecto a nuestras reglas de la razón, pero no con respecto a nosotros, que los rebasamos en toda especie de barbarie.¹⁸

La constatación de Dussel¹⁹ es irrefutable: no siempre prevalece la lucidez expresada por Montaigne en esta cita de su obra *Los caníbales*, publicada originalmente en 1580.

El encuentro/enfrentamiento entre cosmovisiones y modos de vida diferentes podría haber dado inicio a un proceso de diálogo cultural, pero esto no aconteció: las prácticas culturales amerindias y africanas eran consideradas inferiores, bárbaras, salvajes, primitivas y atrasadas en contraposición/comparación con las culturas de los conquistadores europeos, que eran percibidas como modernas, superiores, avanzadas, válidas, legítimas, universales y desarrolladas.

El encuentro entre los conquistadores y los Mayas, los Aztecas y los Incas, por ejemplo, no permitió el reconocimiento y la valoración de las grandezas de estas sociedades nativas. Sus tradiciones culturales y amplios conocimientos fueron vistos como primitivos y paganos, teniendo que seguir un largo camino de desarrollo para llegar al punto superior, donde los conquistadores consideraban estar ubicados.

Para ilustrar este aspecto volvemos a los estudios de Medeiros,²⁰ que presenta algunos datos sobre las manifestaciones culturales de ocio de los indígenas brasileños. Según la autora, las danzas eran muy apreciadas, siendo común aquellas que imitaban animales y tótem(s). Había también danzas que celebraban los principales acontecimientos de la vida – nacimiento, muerte, partida para la caza, cosecha etc. Muchas danzas eran adornadas con el uso de máscaras, resaltando el sentido religioso de esas manifestaciones. Comúnmente, el cuerpo era pintado con tintas coloridas, hechas de frutos. El compás rítmico era marcado por tambores, y otros instrumentos de percusión, bastones y adornos colgados a los collares o a partes del cuerpo. De modo general, se hacían alrededor de un círculo, pudiendo ser acompañadas por la ingestión de bebidas alcohólicas y durar varios días.

Basándose principalmente en los registros de Jean de Léry, de 1611, derivados de un viaje a Brasil, en el cual tuvo la oportunidad de conocer algunas prácticas culturales de los indígenas, Medeiros aclara lo siguiente:

Fuesen de carácter ritual o guerrero, sus fiestas eran ruidosas, incluyendo siempre cantos y danzas. A Jean de Léry le agradó la música con que acompañaban la magia y rendían culto a sus dioses, siendo el primero en registrarla. Después de una fiesta religiosa, anotó en su diario de viaje: A veces, en estas ceremonias, que duraban cerca de dos horas, los 500 o 600 salvajes, continuaban siempre con la danza y el canto, surgiendo melodías que, aunque ellos no supiesen lo que es el arte de la música, los que no los oyeran no creerían que armonizarían tan bien.²¹

Manifestaciones culturales como estas fueron – y siguen siendo, porque incontables pueblo indígenas aun pueden ser encontrados en

algunos países latinoamericanos – consideradas inferiores, bárbaras, salvajes, primitivas y atrasadas en contraposición/comparación con las prácticas culturales europeas, que son entendidas como modernas, avanzadas, válidas, legítimas y universales. Son, así, clasificadas como expresión de un pasado tradicional que necesita ser superado por medio de un camino lineal que, supuestamente, podría conducir a un estadio más elevado, moderno y desarrollado. Sin embargo, Lander advierte:

Al caracterizar las expresiones culturales como “tradicionales” o “no modernas”, como en proceso de transición en dirección a la modernidad, se les niega toda posibilidad de lógicas cultural o cosmovisiones propias. Al colocarlas como expresión del pasado, se niega su contemporaneidad.²²

Con lo anterior, no se pretende idealizar a los pueblos y culturas indígenas, africanas y mestizas, tampoco ubicar a América Latina en la condición sublimada de víctima. Es necesario destacar que la consideración de primitivos y atrasados, de los conquistadores hacia los pueblos no europeos, es un equívoco y una limitación. Estas representaciones generaron una práctica discursiva ideológica que, desde el momento del “descubrimiento” de América, hizo que los españoles, los portugueses y otros conquistadores europeos se considerasen superiores a los nativos, instaurando así una diferencia fundamental desde un punto de vista ontológico: los exploradores/colonizadores eran naturalmente superiores, en su ser, teniendo así el poder y el derecho de dominar a los salvajes, tratándolos como inferiores por naturaleza.

De ahí derivó la idea que, siendo dóciles y en un primer momento receptivos a los conquistadores, los amerindios serían óptimos trabajadores serviles, pues la base de esa inferioridad se colocaba en la propia constitución de esos sujetos como seres humanos con poco valor o sin valor. Nada había que discutir, ya que la diferencia supuestamente existente entre ellos era de raíz ontológica, por lo tanto, incuestionable.²³

En los días de hoy es posible constatar la fuerza y la eficacia neutralizadora de esa ideología que, lamentablemente, se viene perpetuando histórica, social y políticamente a lo largo de los siglos, incluso en muchas actividades recreativas que imponen formas estereotipadas

y homogéneas de diversión y entretenimiento y que contribuyen a reforzar la discriminación y exclusión sociocultural.

Esta ideología postula que algunos seres son inferiores y otros superiores en su propia esencia, algo utilizado para justificar las jerarquías, la dominación y la violencia. En esta perspectiva, los discursos en torno de la supremacía masculina y la idea de raza necesitan ser cuestionados. Esos discursos fueron forjados para legitimar relaciones de dominación y de explotación del hombre blanco sobre los/las “no blancos/as”, haciendo que el racismo y el sexismo (entre otros “ismos”) se perpetúen por todo nuestro planeta.

En el caso de la idea de raza, su premisa fundamental – jerarquización de supuestas diferencias raciales – no tienen ninguna sustentación desde un punto de vista biológico, pues, la “raza” humana es una sola. Como recuerdan Goellner *et al.*,²⁴ el concepto de raza significa “una construcción discursiva histórica cuyo uso evidencia relaciones de fuerza y de dominación que existen dentro de una sociedad”. En este sentido es interesante preguntarnos hasta qué punto la idea de razas humanas no es una clasificación creada para justificar la existencia del racismo, como ya intuían José Martí y Francisco Bilbao, según fue indicado en el primer capítulo.

Sobre este aspecto, es esencial destacar que, junto con los amerindios y los europeos, millones de africanos traficados como esclavos fueron traídos en esta condición para América, a partir del siglo XVI, para sustituir la mano de obra indígena, que era cada vez más escasa. Con la llegada de los africanos, diversas manifestaciones culturales típicas de África también fueron difundidas e incorporadas a las culturas nativas de la región latinoamericana, que pasó a acoger una gran variedad de manifestaciones culturales de diversos orígenes.

Así, ganamos el ritmo marcante del canto negro (de trabajo, brujería y *acalanto*), de las danzas africanas (*cateretê, lundu, candomblé, batuque, samba, coco*) y de sus bailes dramáticos (*congós, maracatus, cucumbis, congadas*). Hasta hoy los instrumentos africanos (*atabaques, agogôs, puítas, birimbaos, marimbas*) enriquecen nuestro folclor y subsisten varias de sus ceremonias entre nosotros, con una influencia duradera.²⁵

Brasil, Cuba, Haití y Jamaica, entre otros países, constituyeron el principal mercado de africanos traficados como esclavos para el trabajo en las labores de cultivo de azúcar, café, cacao, algodón, tabaco y frutas, entre otros productos agrícolas, y también en las minas de oro, plata y piedras preciosas que abundaban en las colonias latinoamericanas. Reno²⁶ también resalta la singularidad y la diversidad de las danzas y ceremonias desarrolladas por los africanos y sus descendientes, muchas de ellas celebradas al sonido de tambores y otros instrumentos musicales traídos desde África, con cantos en lenguas africanas nativas. La *capoeira*, entre otras prácticas culturales, sigue siendo muy difundida en varias ciudades brasileñas y latinoamericanas. En las ruedas de *capoeira*, los participantes marcan el ritmo de la *ginga* con palmas, cantos e instrumentos musicales, tales como el *birimbao*, el *atabaque* y el pandero.

Obviamente, desde aquella época, los segmentos sociales privilegiados procuran desarrollar, en el contexto latinoamericano, las mismas prácticas de ocio vivenciadas y valorizadas en las antiguas metrópolis europeas. Por este motivo, desde el inicio del siglo XVI, es mucho más fácil encontrar estudios e investigaciones que hacen mención a las prácticas de ocio vivenciadas por las elites coloniales latinoamericanas, que de lo apreciado por los amerindios o por los africanos esclavizados. Algunos países europeos y los modos de vida en ellos valorizados constituyeron, así, una importante referencia para los segmentos hegemónicos que se establecieron en las colonias americanas desde el inicio del proceso de colonización/catequización de los nativos bárbaros y paganos. Ciertamente, esto también influyó en el ocio vivenciado en distintos contextos de América Latina.

Las prácticas de ocio de las elites coloniales: Modelo a ser seguido

Es relevante destacar que los primeros tiempos de colonización fueron marcados por el apogeo de Potosí, ciudad donde abundaban minas de plata y otras riquezas. Algunas vivencias de ocio de las elites

de Potosí fueron registradas por diversos autores, tales como Gustavo Adolfo Otero, Vicente G. Quesada y Pedro Vicente Cañete y Domínguez, como indican las investigaciones de Galeano.²⁷ Sucre, ciudad fundada en 1538 con el nombre de Villa de la Plata, también disfrutó considerablemente de la riqueza generada por la explotación de la plata. En esta ciudad fue instalada una corte pomposa y, al lado de las iglesias y caserones, fueron construidos parques y quintas de recreo. Las suntuosas fiestas de la corte y los banquetes eran famosos en estas ciudades.

Las misas y otras festividades religiosas indican la fuerza de la iglesia católica en la región latinoamericana desde los primeros momentos de colonización. La moral católica, inevitablemente, pasó a integrar el ocio pensado, vivido y valorizado por las elites coloniales.

A comienzos del siglo XVII, ya la ciudad contaba con treinta y seis iglesias espléndidamente ornamentadas, otras tantas casas de juego y catorce escuelas de baile. Los salones, los teatros y los tablados para las fiestas lucían riquísimos tapices, cortinajes, blasones y obras de orfebrería; de los balcones de las casas colgaban damascos coloridos y lamas de oro y plata. Las sedas y los tejidos venían de Granada, Flandes y Calabria; los sombreros de París y Londres; los diamantes de Ceylán; las piedras preciosas de la India; las perlas de Panamá; las medias de Nápoles; los cristales de Venecia; las alfombras de Persia; los perfumes de Arabia; y la porcelana de China. Las damas brillaban de pedrería, diamantes y rubíes y perlas, y los caballeros ostentaban finísimos paños bordados de Holanda. A la lidia de toros seguían los juegos de sortija y nunca faltaban los duelos al estilo medieval, lances del amor y del orgullo, con cascos de hierro empedrados de esmeraldas y de vistosos plumajes, sillas y estribos de filigrana de oro, espadas de Toledo y potros chilenos enjaezados a todo lujo. En 1579, se quejaba el oidor Matienzo: “Nunca faltan – decía – novedades, desvergüenzas y atrevimientos.” Por entonces ya había en Potosí ochocientos *tabures* profesionales y ciento veinte prostitutas célebres, a cuyos resplandecientes salones concurrían los mineros ricos. En 1608, Potosí festejaba las fiestas del Santísimo Sacramento con seis días de comedias y seis noches de máscaras, ocho días de toros y tres de saraos, dos de torneos y otras fiestas.²⁸

Como se puede verificar en la cita anterior, las elites coloniales ostentaban prácticas de ocio que reflejaban los valores y el modo de vida europeo vigente en aquella época. Aproximadamente trescientos años después que las primeras minas de Potosí fueron descubiertas, la plata y el estaño se agotaron. Se inauguró, consecuentemente, una etapa de decadencia y pobreza que asoló a todos los que allí vivían y aún viven, pues, hoy, la miseria es una de las marcas de esta ciudad boliviana que fue riquísima en otras épocas. Ocurre lo mismo en Sucre y en Cuzco, la antigua capital de los Incas, bien como en las ciudades mexicanas de Guanajuato y Zacatecas que, en sus momentos de esplendor, contaban con jardines semejantes a los de Babilonia, templos monumentales, teatros, plaza de toros y arenas de peleas de gallos. La arquitectura magistral de los edificios públicos y privados, el aire de la sociedad y las prácticas realizadas por las elites contrastaban substancialmente con la desnudez, la ignorancia y lo rústico de la población indígena mexicana.²⁹

Como había ocurrido en Potosí, la antigua Villa Rica (actual ciudad minera de Ouro Preto, en Brasil), pasó a gozar de riqueza súbita al final del siglo XVII. Augusto de Lima Júnior³⁰ aclara que el descubrimiento de oro llevó multitudes al Estado de Minas Gerais, especialmente a Villa Rica, donde las procesiones católicas y los espectáculos pasaron a ser cada vez más comunes. Prácticas culturales como estas eran cada vez más frecuentes en Brasil, y no pueden ser tratadas de modo simplista como si fuesen solamente diversiones, ya que mestran como el ocio se articulaba a distintas manifestaciones de la religiosidad católica, involucrando a diferentes segmentos de la sociedad – obviamente, manteniéndose las segregaciones sociales y clasistas.

Aún hoy, en la ciudad de Pirenópolis, localizada en el Estado de Goiás (próxima de Brasilia, capital de Brasil), son realizadas, anualmente, grandes fiestas, como la *cavalhada*. De origen portugués, esta manifestación cultural celebra la victoria de los cristianos sobre los moros en el siglo VIII. Manifestaciones culturales como esta fueron introducidas en varios otros países latinoamericanos principalmente por sacerdotes de la iglesia católica, en un intento de valorizar lo sagrado en detrimento de lo profano. Sin embargo, este objetivo no siempre fue alcanzado.

En la antigua Villa Rica colonial, y también en los días actuales, las procesiones y romerías se hacían caminando, a caballo o en triunfales carros cubiertos de oro, con trajes de fantasía y alegorías deslumbrantes. Se desarrollaban también torneos de montura, doma, rodeo y toreadas, además de realizar danzas en las calles al sonido de instrumentos musicales como flautas, gaitas y violas. Santos³¹ observa que en el Tijuco (hoy, ciudad minera de Diamantina, también situada en Brasil), la segunda mitad del siglo XIX fue marcada por banquetes, bailes nocturnos, teatros y conciertos, entre otras prácticas que marcaron el ocio de los segmentos privilegiados y beneficiados por la extracción de diamantes, oro y piedras preciosas. En esa época, más de la mitad de la población de Tijuco era formada por esclavos. Machado Filho³² aclara que, como resultado de las transformaciones económicas que el municipio experimentaba, Diamantina vivía, al final del siglo XIX, la euforia de la *belle époque*: poseía iluminación a querosén, abastecimiento de agua potable, pavimentación en las calles principales. Reflejo de la modernidad europea, esta pequeña ciudad construyó también un teatro, una biblioteca pública y un parque municipal, donde muchas veces las bandas de música, los saraos y los gremios literarios se realizaban y hacían sus presentaciones.

El ocio, las influencias extranjeras y la pretendida modernidad latinoamericana

Algunas personas creen que, como el proceso de colonización latinoamericano fue unilateral y explotador, la solución sería despreciar toda la influencia traída por los colonizadores europeos. No estamos de acuerdo con este tipo de pensamiento porque negar todo este legado – que, indudablemente, hace parte de las culturas latinoamericanas – sería negarnos a nosotros mismos. Además, es importante resaltar que las sociedades latinoamericanas representan un mosaico constituido por influencias culturales de diversos orígenes.

Fue principalmente en el transcurso del siglo XIX que muchos inmigrantes provenientes de diversos países del mundo, y no apenas de Europa, comenzaron a vivir en distintos países latinoamericanos, en busca de trabajo y de oportunidades de negocios en el llamado Nuevo Mundo. Varios de ellos fueron tratados como mano de obra imprescindible para promover el progreso y el desarrollo de los países latinoamericanos, buscando sustituir a los ex-esclavos, pues, en la segunda mitad del siglo XIX, la esclavitud africana ya había sido abolida en casi toda América Latina, surgiendo nuevas formas de explotación menos visibles y explícitas, que se mantienen hasta la actualidad.

Como fue discutido en el primer capítulo de este libro, en esta época muchos países se tornaron independientes de las antiguas metrópolis, lo que ocurrió de modo pacífico o marcado por fuertes enfrentamientos. Las excolonias siguieron sus caminos propios, pero tuvieron que pagar un alto precio por la ansiada libertad e independencia. Así, los nuevos Estados autónomos contrajeron grandes deudas externas desde el momento en que fueron gestados.

Muchos extranjeros se interesaron en construir una nueva vida en las antiguas colonias europeas de América. Varios inmigrantes fueron empleados en la construcción de las ferrovías que se multiplicaban en muchos países latinoamericanos y también en la edificación de otros emprendimientos, como, por ejemplo, el canal de Panamá. Esas y otras medidas fueron consideradas fundamentales para garantizar el flujo de las materias primas producidas en los países latinoamericanos hacia los puertos localizados en diferentes puntos estratégicos de la región, desde donde seguían hacia Europa – y, en contrapartida, para permitir la distribución, en el contexto de América Latina, de los productos industrializados producidos, principalmente, por Inglaterra.

Esto evidencia que el avance del capitalismo industrial y el éxito urbano-industrial europeo estuvieron intrínsecamente relacionados al vínculo de dependencia económica establecido entre Europa y América Latina. Galeano³³ explica que el valor del capital invertido en todas las industrias de las ciudades europeas hasta el año 1800 fue muy pequeño en relación a la gigantesca masa de capitales generada desde las primeras etapas de explotación de América Latina, con los metales

preciosos y materias primas, con el trabajo esclavo y, a su vez, con el lucro generado por el tráfico de esclavos africanos, todo esto solamente en los siglos XVI-XVII.

Así, América ingresó en el capitalismo comercial de una forma muy ágil, contribuyendo para dar a este ciclo un vigor colosal, lo que fue imprescindible para el desarrollo del capitalismo industrial algunos años después.³⁴ Esto posibilitó la creación de un ambiente favorable para varios países colonialistas e imperialistas, lo que financió el establecimiento de fábricas, sobre todo en Inglaterra, dando un gran impulso a la revolución industrial.

Galeano considera que existen solo dos lados en esta división político-económica: en uno, están los países que se especializan en ganar y en el otro, los que se especializan en perder, como la mayoría de los países latinoamericanos. Es así que, en muchos casos, América Latina trabaja para otros y no para el propio bienestar de sus pueblos. Así, esta región:

Continúa existiendo al servicio de necesidades ajenas, como fuente y reserva de petróleo y fierro, cobre y carne, frutas y café, materias primas y alimentos destinados a los países ricos que ganan, consumiéndolos, mucho más de lo que América Latina gana produciéndolos. Son mucho más altos los impuestos que cobran los compradores que los precios que reciben los vendedores (...).³⁵

En la primera mitad del siglo XX, la llegada de extranjeros a América Latina fue nuevamente intensificada con las guerras vividas en Europa, cuando los gobiernos de algunos países adoptaron políticas de incentivo a la migración extranjera como estrategia para atraer mano de obra calificada. No siempre los inmigrantes extranjeros encontraban condiciones dignas para instalarse en los nuevos países, viviendo muchas veces escenarios muy precarios, tal como la mayoría de la población latinoamericana. Los extranjeros trabajaban en la siembra y cosecha agrícola, bien como en las industrias que surgieron, en las primeras décadas del siglo XX, en los centros urbanos industrializados de países latinoamericanos, destacándose *São Paulo*, Ciudad de México, entre otros.

Todo esto colaboró para ampliar el mestizaje y la diversidad cultural en América Latina. En algunos países los indígenas aún representan la mayoría de la población, como en Bolivia, Ecuador y Perú. Pero, como se ha dicho, no podemos olvidar que en otros territorios de América prácticamente todos los indígenas fueron exterminados, lo que es una parte silenciada de la historia. En cambio, en otros países es marcada la presencia de afrodescendientes (Brasil, Cuba, Haití, Jamaica etc.) o de descendientes de europeos (como en Argentina, Uruguay y el sur de Brasil). De este modo, se puede decir que indígenas, europeos y africanos, así como los inmigrantes provenientes de diversas partes del mundo, y sus descendientes, constituyen la diversidad étnica y cultural de los pueblos latinoamericanos. Las identidades y las diversidades culturales representan, por lo tanto, una de las principales características de las realidades de América Latina, como también de las vivencias de ocio desarrolladas en la región.

La inmigración fue considerada interesante por los europeos que querían alejarse de Europa, asolada por dos grandes guerras y por los extranjeros de distintas nacionalidades que buscaban nuevas oportunidades de trabajo. Los destinos mundiales más buscados eran aquellos que presentaban nuevas posibilidades de desarrollo urbano-industrial, como varios países latinoamericanos.

Al final, a lo largo del siglo XIX, muchos de estos países pasaron a anhelar los niveles de desarrollo, progreso y crecimiento vivido en los países que ocupaban una posición de hegemonía en el escenario internacional. Tanto los principios urbanísticos y pedagógicos adoptados en Francia, como los procesos de desarrollo capitalista urbano-industrial vigentes en Inglaterra y en los Estados Unidos, fueron considerados modelos imprescindibles a ser seguidos por las naciones latinoamericanas que pretendían salir de la condición de atraso para ingresar definitivamente en la modernidad.

Forjada sobre el discurso acerca del desarrollo, se observa que la modernidad capitalista consagró su excelencia a partir del progreso técnico, materializado en el avance del dominio del hombre sobre la naturaleza como si aquel estuviese separado de esta, en una relación

de competición. Según Grangeiro,³⁶ esa visión de mundo considera como progreso histórico el dominio de la naturaleza por el hombre, culminando en una ideología que concibe las relaciones sociales apenas en función de sus realizaciones técnicas abstractas, mensuradas en términos de contabilidad monetaria. Con esto, históricamente, fue impuesta una forma de sociabilidad en la cual las relaciones sociales y políticas se objetivan a través de una economía mercantil generalizada. De esa manera, la satisfacción de las necesidades humanas, necesariamente, pasa a ser mediada por el mercado y sus componentes (valor de cambio, mercancía, dinero, capital, lucro).

Esta concepción se afirmó con la revolución industrial europea del siglo XIX y fue potencializada con el avance científico-tecnológico, sobre todo en el siglo siguiente, basada en la creencia de que la ciencia y la tecnología solucionarían todas las problemáticas y efectos indeseables del sistema.³⁷ Este aspecto dinamizó las estrategias de crecimiento económico de las industrias capitalistas desde Europa, seguida de los Estados Unidos que, como ya se ha visto, tienen un poder muy amplio sobre Latinoamérica, ejerciendo otro tipo de subyugación protagonizada por el mercado – que se presenta tras su disfraz de social, libre y democrático.

Los antiguos conquistadores son ahora los tecnócratas en sus aviones privados, los cobradores de los impuestos del reino fueron sustituidos por los burócratas financistas del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial, los traficantes de esclavos son hoy los defensores de los lucros privados de las grandes corporaciones transnacionales y de las especulaciones financieras, como denunciaba Galeano³⁸ en 1970.

Este proceso histórico tiene, cada vez más, variadas y perversas implicaciones: sociales, económicas, políticas, culturales e, incluso, ecológicas, con consecuencias desastrosas y, en muchos casos, irreversibles. Desde que la producción continúe creciendo, poco importa si la miseria, el hambre, el desempleo, la pobreza, la concentración de riqueza, la desigualdad y la exclusión sigan aumentando. De igual modo, poco importa si los bosques son talados, la biodiversidad destruida y la vida de todo el planeta colocada en peligro, llevándonos a una situación

de real emergencia planetaria. Eso requiere cuestionar la ideología del crecimiento como algo positivo en todos los sentidos.³⁹ Al final, ¿cuáles son los costos socio-ambientales de este pseudo-desarrollo generado por el capitalismo neoliberal, que acostumbramos llamar de progreso?

Siguiendo esta discusión, podemos cuestionar también la clasificación de las naciones del mundo en desarrolladas y no desarrolladas, subdesarrolladas o en vías de desarrollo, teniendo como única referencia el modelo socioeconómico vigente en los países que ocupan posición de hegemonía en la división internacional del trabajo y en el mercado mundial.

Según Gadotti,⁴⁰ desarrollo no es un concepto neutro. Tiene un contexto histórico, político y social “bien preciso dentro de una ideología de progreso, que supone una concepción de historia, de economía, de sociedad y del propio ser humano”. Esta visión es representativa de los intereses capitalistas y neoliberales que desconsidera el hecho de que esa forma de sociabilidad no es la única posible. Además de las estrategias basadas en la explotación y en las relaciones desiguales de poder, siempre existieron formas alternativas y solidarias de realizar socialmente el intercambio de los seres humanos con la naturaleza. No siempre el modelo de vínculo social asume la configuración de una relación mercantil en la cual el frío interés se convierte en norma de conducta social.⁴¹

No olvidemos que los países hegemónicos, del llamado hemisferio norte, desde el momento en que se establecieron como epicentro y culminación del ideal de progreso, son tomados como referencia universal. Este supuesto progreso fue posible gracias a una acción explotadora de los seres humanos y de las riquezas naturales generadas en/por las (ex)colonias que hoy, no por casualidad, constituyen el bloque planetario (geo-económico-político) de los países del Sur, de las naciones empobrecidas clasificadas como tercer mundo y rotuladas como subdesarrolladas y atrasadas, cuya población está muy distante del ideal de ser humano: blanco, europeo, de sexo masculino y católico/cristiano. En este proceso, los pueblos de distintos países de América

Latina perdieron su derecho de ser llamados americanos, como destaca Galeano.⁴² Para este autor, América es, para el mundo, nada más que los Estados Unidos: los latinoamericanos habitan una Sudamérica, una América de segunda clase, de nebulosa identificación y que lamentablemente sigue funcionando como “patio trasero” de los Estados Unidos.

En este proceso histórico, un elemento fue, y sigue siendo, primordial: los mecanismos de explotación adoptados por los propios latinoamericanos que lucran con este sistema neoliberal, de carácter político, social y económico desigual e injusto. Como se ha visto en el primer capítulo, las clases privilegiadas de América Latina y las oligarquías financieras nacionales que concentran el poder económico y, en la mayoría de los casos, también el poder político, son los guardianes del sistema, ubicando el mercado en el centro de las decisiones medulares de las naciones de esta región.⁴³

Con esto, los mercaderes de la santa cultura occidental, denunciados por Neruda en el poema “Los nuevos propietarios”, permanecen intocables:⁴⁴

(...) Entraron todos como pueblo hambriento,
huyendo de los golpes, del gendarme.
Pronto, de camiseta en camiseta,
expulsaron al conquistador
y establecieron la conquista
del almacén de ultramarinos.
Entonces adquirieron orgullo
comprado en el mercado negro.
Se adjudicaron
haciendas, látigos, esclavos,
catecismos, comisarías,
cepos, conventillos, burdeles,
y a todo esto denominaron
santa cultura occidental.⁴⁵

Podemos ver que, cada vez más, la ideología de mercado capitalista invade amplios sectores de la vida social latinoamericana y de todo el

mundo. Paralelamente crece la influencia de la industria cultural, principalmente norteamericana. Impulsada por el proceso de globalización neoliberal, esta ideología nos hace creer que existe un único modelo de sociedad y, con esto, una forma única de vivenciar el ocio que pasa a ser visto como una mercancía a ser comercializada para ser consumida.

De esa forma, la histórica importación de los saberes europeos, tradicionalmente adoptada en la región, combinada con la valorización del estilo de vida norteamericano, hace que el mundo sea visto como un gran centro comercial donde todo está en venta para ser consumido, incluyendo el ocio, la cultura, la salud y la educación. Así se van homogenizando los saberes, las visiones de mundo, los gustos y las preferencias, haciéndonos creer que en el acto de consumo podemos ascender al nivel más elevado, avanzado, civilizado, evolucionado y moderno. Este nivel, difundido en el imaginario social latinoamericano como el ideal occidental, está representado por Europa y América del Norte.

Además de ser limitado y parcial, este ideal desconsidera que en América Latina y en el mundo conviven diversas formas de organizaciones sociales y prácticas culturales que no deben ser jerarquizadas, ya que su riqueza reside en sus singularidades. Así, es necesario ampliar el reconocimiento y valoración de las iniciativas comprometidas con la relectura y reconstrucción de nuestras realidades, bien como de la resignificación del ocio en América Latina.

Por lo que fue expuesto en este capítulo, se observa que el ocio se refiere a las múltiples prácticas socioculturales que, poco a poco, van siendo resignificadas, ganando otras características y sumando otras posibilidades existentes en los distintos países que integran la región. Es verdad que, en América Latina, la alegría y la fiesta son también muy valoradas, constituyendo una expresiva e interesante forma de resistir y de enfrentar los profundos y graves problemas sociales en la región.

Desde esta perspectiva, las diversas manifestaciones de ocio son partes integrantes e indisolubles de las culturas latinoamericanas y del imaginario social que las sustenta. Varios ejemplos pueden ser citados: El *tango* argentino, la *samba* brasileña y la *salsa* bailada en muchos países; la *capoeira* y las *batucadas*; las fiestas *Inti Raymi* e *Intiyaya* de

los indígenas de Ecuador, la fiesta del *Día de los Muertos* y la tradición de los *hombres voladores* de México; el juego *Mapuche* de la *chueca* o el *palín*; el juego de la *Zaranda* de los *Guaiqueríes* y de los *Guamon-teyes* de Venezuela; las expresiones artísticas populares de las *Murgas* uruguayas; las *ramadas*, *mingas* y *fiestas costumbristas* de Chile; los *Juegos de calle* realizados en Colombia que atraen a multitudes de personas de todas las edades y clases sociales a las calles de la ciudad de Caldas por algunos días – que, curiosamente, no coinciden necesariamente con el fin de semana; el carnaval de Brasil y sus diversas expresiones.

En estos y los demás países latinoamericanos, la gastronomía permite el disfrute de distintos aromas, colores y sabores. Pueden ser citados, incluso, las múltiples fiestas y los carnavales de toda la América morena y mestiza; los partidos de fútbol jugados los domingos en muchos barrios populares; los encuentros cotidianos entre amigos y vecinos en plazas y esquinas de *favelas*, *chacaritas*, poblaciones y pequeñas villas, buscando algo en común: estar en contacto y compartir con los otros sus alegrías, tristezas y sueños.

Obviamente, es imposible enumerar todas las prácticas de ocio vivenciadas en América Latina. Algunos ejemplos fueron mencionados apenas para destacar la diversidad de manifestaciones lúdicas y culturales de los pueblos latinoamericanos. Las formas de vivir el ocio vienen siendo ampliadas en este contexto, diversificando las tradiciones culturales y cambiando los estilos de vida en los territorios locales de la región. Así, América Latina es un mosaico marcado por la diversidad en varios sentidos, y el ocio, concebido como una dimensión de la cultura, es parte fundamental de este proceso.

Estos datos sobre el ocio podrían reforzar el imaginario social que recorre la región, que indica que se festeja mucho y se trabaja poco en los países latinoamericanos que, supuestamente, albergan una legión de ociosos. Pero, las estadísticas oficiales indican la existencia, en varios países de América Latina, de jornadas de trabajo semanales superiores a 44 horas, índice que puede incluso estar subestimado. De hecho, muchas veces los segmentos más empobrecidos de la población necesitan complementar y ampliar sus ingresos económicos mensuales

y, para eso, en muchos casos, realizan una segunda jornada de trabajo al vincularse a otras actividades, temporales y precarizadas. En el caso de las mujeres trabajadoras, esta situación se torna más preocupante, pues muchas acumulan una tercera jornada laboral, relacionada a los inevitables e imprescindibles servicios domésticos no remunerados. Algunas de estas temáticas serán discutidas en el próximo capítulo de este libro.

(Algunas ideas expuestas en este capítulo fueron basadas en la conferencia “Mapping leisure and life thorough the ages in Latin America”, desarrollada por Christianne Luce Gomes en la Sesión Presidencial del Comité Científico “Sociología del Ocio”, que integró el XVII Congreso Mundial de Sociología – ISA, realizado en Gotemburgo, Suecia, en julio del 2010. El texto original fue reestructurado y ampliado para ser publicado en este libro.)

Capítulo 4 | Trabajo y ocio en América Latina

Este capítulo está dedicado a la reflexión sobre la problemática del trabajo en América Latina y sobre sus desafíos actuales, buscando vincular esta discusión a la temática del ocio. La discusión fue impulsada por algunas reflexiones fundamentales: ¿la reducción de la jornada de trabajo significa una progresiva ampliación del tiempo libre y del ocio, en especial en las sociedades latinoamericanas? ¿Qué papel el ocio asume en este proceso de reconfiguración del trabajo verificado en la actualidad?

Para contextualizar el tema, inicialmente el capítulo presenta algunos límites que marcan las realidades latinoamericanas de la actualidad. A continuación, se rescata el pensamiento de algunos autores que analizan la categoría trabajo y cuestionan la tesis de que el tiempo libre está siendo progresivamente ampliado. Así, se propone repensar la cuestión de la centralidad del trabajo en la sociedad actual y del papel que el ocio puede desarrollar en nuestra vida social.¹

La problemática del trabajo en la América Latina actual

En América Latina, a pesar de los avances en la esfera del trabajo, en muchos casos se pierden conquistas, productos de las luchas laborales, emprendidas en varias partes del mundo. Las sociedades humanas son dinámicas y, así como se avanza en algunos aspectos, al mismo tiempo se retrocede en otras dimensiones. Es el caso de la precarización del mundo del trabajo, producto de la globalización neoliberal.

Vemos como ya no se cuenta con la estabilidad laboral tan añorada por millones de trabajadores y se vive en la incertidumbre respecto a mantener el empleo en el futuro. Esta creciente tendencia a la precarización del trabajo en parte puede deberse a que las empresas privadas exigen mayor flexibilidad laboral. Estas propuestas son apoyadas por algunos organismos internacionales y también por muchos gobiernos nacionales que aceptan como válidas y necesarias tales políticas laborales, bajo el pretexto de favorecer así el crecimiento económico de la nación. Desde aquí podemos preguntarnos: ¿cuántas de estas actividades laborales podrán ser consideradas como “trabajo decente”?

Al buscar tener una visión global de la situación del trabajo en Latinoamérica vemos una serie de problemas. Uno de ellos es la gran masa de trabajadores que actúa en el sector informal de la economía, sin sueldo estable, protección social, contrato de trabajo, ni cumplimiento de la legislación laboral nacional e internacional. Esto no acontece solo en las estructuras económicas de la llamada economía informal, sino que está, también, presente en empresas de cualquier porte, llegando a ser una práctica habitual, por ejemplo, por la vía de tercerización y subcontratación laboral.

Según datos disponible en el año 2010 en el sitio de Internet de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), se observa que el empleo informal está muy difundido en muchos países y hace que muchos trabajadores carezcan casi por completo de estabilidad y seguridad en el trabajo, teniendo un bajo nivel de sueldo y no disponiendo de ningún tipo de protección social. Los niveles de informalidad varían considerablemente entre países y van de apenas el 30% en algunas

regiones de América Latina hasta más del 80% en otras. Es necesario reconocer la existencia de una amplia gama de actividades económicas laborales de subsistencia, que son alternativas encontradas por un gran número de personas sin trabajo para conseguir sobrevivir. En muchos casos, esas precarias alternativas no son consideradas en las cifras oficiales como expresión de desempleo.

En relación a eso, incluso las cifras de desempleo urbano regional en América Latina no son del todo claras y en algunas zonas pueden estar subestimadas, pues, en promedio, giran, apenas, en torno un 8,5% de la población económicamente activa, como muestran los datos de la CEPAL y la OIT.²

De forma paralela, destacamos otro problema muy presente en América Latina, que es la no valorización y reconocimiento del trabajo doméstico no remunerado, generalmente realizado por la mujer. Este tipo de actividad laboral es necesario e incluso fundamental para el funcionamiento de la sociedad, pero sigue invisibilizado y subvalorado.

En América Latina, otra situación preocupante se refiere al trabajo infantil. Lamentablemente este sigue existiendo y es mucho más grave de lo que parece. Según datos del Programa Internacional para la Erradicación del Trabajo Infantil de la OIT³ se estima que, en el mundo, alrededor de 218 millones de niños y niñas entre 5 y 17 años de edad ya trabajan, de los cuales el 76% tiene menos de 14 años. La experiencia demuestra que a menudo el trabajo infantil entorpece la educación y el desarrollo físico, mental, espiritual, moral o social de esos niños.

América Latina no escapa a esta realidad, al existir en la región aproximadamente 17 millones de niños y niñas entre 5 y 17 años de edad que no están gozando de su infancia y adolescencia, ni desarrollando sus facultades físicas y mentales, al estar inmersos en situaciones de trabajo.⁴ Producto de su estado de indefensión e inocencia, los niños pueden llegar a verse envueltos en situaciones altamente dramáticas, tales como la esclavitud, el reclutamiento forzoso, la prostitución, la pornografía, el tráfico de seres humanos, el tráfico de drogas y otras actividades ilícitas tanto o más graves.

Según la Agencia Latinoamericana de Información,⁵ el panorama de América Latina y el Caribe es desolador cuando se consideran los números referentes al trabajo infantil. En Brasil, siete millones de niños/as están obligados a trabajar para subsistir. Más de dos millones de niños/as de 5 a 15 años trabajan en la agricultura en Guatemala, Honduras, Nicaragua y Panamá. En Brasil, Colombia y Ecuador, el 20% de las niñas de 10 a 14 años laboran como empleadas domésticas, siendo el porcentaje aún más alto en las zonas rurales. En actividades mineras laboran 500.000 niños en el Perú y 13.500 en Bolivia. En Ecuador, aproximadamente 314.000 niños trabajan en una población de 12 millones de habitantes. Aunque no se dispone de estadísticas referentes a los países más pobres y más grandes del Caribe, el trabajo infantil es un problema creciente en este contexto, revelando la gravedad de esta situación.

Esta realidad es también preocupante cuando se considera el caso de la niñez indígena. Si bien los niños indígenas llevan a cabo tareas en su entorno familiar y comunitario, que son culturalmente aceptadas y a través de las cuales perpetúan y reproducen el conocimiento tradicional y aprenden a desenvolverse en su medio – una enorme proporción de ellos lleva a cabo, fuera de su entorno comunitario, actividades de trabajo, en plantaciones agrícolas, minas y canteras, en el servicio doméstico o en otras formas de explotación económica y laboral. De acuerdo con estudios realizados por el IPEC (2009), se estima que en Ecuador y Bolivia aproximadamente la mitad de los niños y adolescentes indígenas entre 5 y 17 años están inmersos en situaciones de trabajo, muchas de las cuales se pueden tipificar incluso como peores formas. En Guatemala, donde la población indígena representa el 41% de la población total y tiene los indicadores de pobreza, educación y acceso a servicios muy por debajo del promedio nacional, se sabe que la mitad de los niños trabajadores del país es indígena. Este grupo tiene hasta un 80% menos de probabilidades de asistir a la escuela que los no indígenas.

El trabajo esclavo es otra problemática alarmante. Lamentablemente, esta situación aún persiste en algunos rincones del mundo y en América Latina. Este tipo de trabajo no se reduce solo a los migrantes

indocumentados que se ven forzados a trabajar en estas condiciones; afecta también a personas del propio país. Viviendo en una situación de extrema carencia de medios materiales para su sobrevivencia, muchos se ven obligados a aceptar situaciones muy precarias. El trabajo forzoso comprende el trabajo degradante obtenido mediante coerción, esclavitud por deudas o amenazas a miembros de la familia, entre otras situaciones como las mencionadas. Generalmente los operarios cumplen largas jornadas de trabajo sin descanso, hacinados en el mismo lugar, donde viven junto a sus familias, carecen de documentos, de dinero y casi no cuentan con permiso para salidas.

Vinculado a todo esto, es necesario reconocer los esfuerzos que, en estos últimos años, la OIT,⁶ al igual que otras instituciones gubernamentales y no-gubernamentales, viene desarrollando, en el sentido de mejorar las condiciones de trabajo y de vida de las poblaciones latinoamericanas, en especial en lo que se refiere al desarrollo de políticas de promoción del trabajo decente, el diálogo social tripartido, las políticas de responsabilidad social y el cumplimiento de las leyes laborales vigentes. Pero, como hemos visto, sin duda los desafíos son muchos y las realidades sociales actuales son complejas y requieren de colaboraciones intersectoriales e interinstitucionales, algo que no necesariamente existe, pues, como será tratado a continuación, lo que viene manteniéndose en América Latina (y en otras partes del mundo) es el progresivo deterioro de las condiciones de trabajo.

La precarización del trabajo

Como fue tratado en el segundo capítulo, etimológicamente la palabra trabajo tiene su origen en el término latino *tripalium*, que significaba un instrumento de tortura. Esa noción es recurrente, sobre todo, en las tradiciones griega y judeocristiana, que entendían y designaban el trabajo como una actividad penosa y obligatoria, vista incluso como un castigo para el ser humano. Con el transcurso del tiempo, paulatinamente el trabajo pasó a ser entendido como una

actividad que define al hombre. A pesar de todas estas contradicciones, la finalidad del trabajo logró ser vinculada a la satisfacción de las necesidades humanas fundamentales.⁷

En el siglo XVIII, Adam Smith afirma que el trabajo es la verdadera fuente de riqueza, oponiéndose así a la tesis mercantilista que planteaba que la riqueza provenía de las cantidades de oro y plata disponibles. Para el autor, la división internacional del trabajo, el libre intercambio y la concurrencia favorecían la producción, y la cantidad de trabajo necesario para producir una mercancía determinaba el valor de esta actividad humana.⁸

Este pensamiento, que resalta el valor del trabajo, fue radicalmente criticado por el pensamiento marxista, según el cual el patrón no compra solamente el producto del trabajo, sino también se apropia de la fuerza de trabajo, vista como cualquier otra mercancía. Así, el capitalismo acarrea una nueva forma de esclavitud: la explotación del hombre por el propio hombre.⁹

Esta explotación resalta la necesidad de distinguir las expresiones trabajo concreto y trabajo abstracto, que fueron formuladas por Marx y que son utilizadas por estudiosos de diversas áreas que problematizan esta temática. A pesar de que muchos aspectos del pensamiento marxista presentan algunas lagunas cuando se consideran las realidades latinoamericanas y que necesita ser repensado, como destaca Aricó,¹⁰ según Antunes,¹¹ es necesario comprender esta doble dimensión presente en el mundo del trabajo para que podamos entender la crisis que marca nuestras sociedades latinoamericanas, especialmente en los días de hoy.

El trabajo concreto se vuelca hacia la producción de bienes y la satisfacción de las necesidades humanas, colaborando en la realización del individuo como creador y transformador del medio que lo rodea. El trabajo posee características esencialmente cualitativas, y su carácter de utilidad posibilita el intercambio entre los hombres y la naturaleza. En esta perspectiva, el trabajo es una actividad cuyo sentido histórico original está relacionado con la creación de objetos socialmente necesarios y útiles.

En cambio, el trabajo abstracto se reduce al gasto de fuerza humana productiva, sea en lo físico o intelectual; la fuerza productiva se convierte en una mercadería que tiene como finalidad crear nuevos productos con vistas a la obtención de lucro. Se trata de una producción determinada socialmente, direccionada para el mundo de las mercancías y de valorización del capital. Así, esta actividad humana se restringe solo a un medio de subsistencia, representando, en síntesis, una esfera alienante y enajenante para el trabajador, de quien es retirada la posibilidad de comprender los objetivos de su trabajo, de dominar el proceso global de la producción y de disfrutar del producto de su trabajo. Los problemas destacados al inicio de este capítulo son claros ejemplos de las distintas formas que el trabajo abstracto puede tener en las sociedades latinoamericanas de la actualidad.

Desde esta perspectiva, el trabajo concreto representa una posibilidad de realización humana; en cambio, el trabajo abstracto es apenas un medio de subsistencia, garantizado bajo una forma de pago de un sueldo que genera, potencialmente, un proceso de alienación. Este proceso, también denominado de “extrañamiento”, no se vuelve efectivo sólo en el resultado, sino que también va a abarcar el propio acto de producción.

Aranha¹² explica que alienación significa separación, por la pérdida sufrida por el trabajador, de una parte de su ser, de su actividad y de su constitución humana. Alienado, el trabajo se transforma en una fuente de sufrimiento para el trabajador. Se torna un impedimento para la formación humana integral y para el fortalecimiento de los vínculos humanos sanos, provocando el aislamiento social del individuo. En esta circunstancia, la alienación se manifiesta en tres ámbitos, los que a la vez pueden ser relacionados:¹³

- a) En los productos del trabajo: el trabajador no posee la propiedad ni el control sobre los frutos de su trabajo, no determina el qué, ni el porqué de lo producido;

- b) En la actividad del trabajo: el trabajador no controla el proceso de producción de los productos, participando apenas como ejecutor de procedimientos concebidos por otros;
- c) En la especie: al sumergirse en ese proceso de desapropiación de sí, el trabajador no se desenvuelve plenamente como ser humano.

De acuerdo con Antunes,¹⁴ Marx defendía el supuesto de que el trabajo debería ser una posibilidad de disfrute de la vida. Paradójicamente, bajo el designio de la propiedad privada, se tornó trabajo abstracto, alienado, deshumanizado, produciendo esta enajenación y extrañamiento de la vida. Más que actividad humana, el trabajo abstracto es apenas una apariencia, ya que también es una actividad puramente impuesta, y el único motivo que obliga a realizarla es una necesidad externa y accidental, no una necesidad interna, propia y verdaderamente necesaria. Por este motivo, se produce la deshumanización del trabajador y la cosificación de su vida social.

Según este pensamiento, en el capitalismo trabajamos para sobrevivir, para obtener los medios de proveernos nuestra existencia. Esta es quizás una de las razones por la cual el trabajo todavía es concebido por los segmentos asalariados mayoritarios como una actividad nociva y como un verdadero suplicio, al ser una actividad impuesta y no necesariamente optada.

Esto es agravado por la crisis del trabajo que marca la sociedad contemporánea. Cada año las corporaciones y grandes empresas eliminan millones de empleos y, a pesar de surgir nuevos puestos de trabajo, estos son muchas veces temporarios y ofrecen una remuneración inferior a las antiguas ocupaciones.¹⁵

Es importante aclarar que empleo es distinto de ocupación laboral y de puesto de trabajo. Empleo está referido a relaciones estables de trabajo asalariado: es formal y mínimamente garantizado por los principios de la seguridad y protección social, como indemnización en caso de accidente de trabajo, descanso semanal, vacaciones anuales pagadas, entre otros. Así, empleo es un tipo específico de trabajo, o sea, el trabajo

asalariado formal, con un pago que considere las garantías y el cumplimiento de leyes laborales hacia el trabajador.

En la América Latina de los días de hoy, en muchos casos, el empleo es considerado tradicional e inviable, principalmente porque genera un costo adicional para el empleador. Muchas veces esa opción acaba siendo substituida por relaciones de trabajo consideradas más flexibles, tales como: trabajo temporal, trabajo autónomo o por cuenta propia, prestación de servicios y subempleo, subcontratación y otras. Sin duda, estas y muchas otras formas de ocupación son destructoras de los derechos sociales y laborales. Por lo tanto, están desvinculadas de los principios mínimos de la seguridad social, lo que hace que el trabajador quede totalmente vulnerable y subordinado a los intereses hegemónicos del mercado neoliberal capitalista. Es así que actualmente se presentan realidades tan ambivalentes y contradictorias, al existir un discurso empresarial en que se habla de la responsabilidad social, como un baluarte de nuestro tiempo, mientras, en la misma realidad concreta, se desarrollan crecientes prácticas que apuntan a la precariedad laboral que impera en nuestro contexto.

Para Werneck, Stoppa e Isayama¹⁶ esta situación va siendo agravada por diversos factores, tales como: los efectos de la globalización neoliberal, que provocan despidos en masa, las consecuencias del avance tecnológico, que permiten la sustitución de algunas operaciones del trabajo humano por la máquina y la reducción de los puestos de trabajo del aparato estatal, estrategia adoptada en muchos países en las últimas décadas del siglo pasado para enfrentar el problema del déficit público, por medio de programas de renuncia y o jubilación voluntaria, entre otras medidas.

Algunos especialistas creen que ya llegamos al fin de los empleos y que su desaparición gradual es una mera cuestión de tiempo. Otros llegan a afirmar que, con el avance de las nuevas tecnologías, el trabajo humano es cada vez más innecesario.

En contraste, autores como Singer¹⁷ y Antunes¹⁸ discrepan de la reciente afirmación, asegurando que el trabajo humano continúa siendo indispensable para el éxito del capitalismo neoliberal. Por eso, en su

trayectoria profesional, muchos trabajadores encuentran una ocupación, pero no siempre un empleo estable, que cumpla todas las leyes laborales vigentes. Aclaramos con ello que tanto el desempleo como las oportunidades de subempleo, verificadas en las sociedades latinoamericanas contemporáneas, son el indicio de un problema mucho más complejo, esto es, el deterioro de las relaciones de trabajo y su precarización creciente. Aunque la actual situación sea traducida por muchos especialistas del asunto como el “fin del empleo”, en realidad significa una tentativa de destrucción del trabajo protegido, algo que pasa a convertirse en un elemento casi estructural del actual sistema laboral en su conjunto.

Al hacer esas consideraciones, destacamos que la expresión precarización del trabajo describe de manera más adecuada el contexto actual. Los nuevos puestos generados a partir de las transformaciones de las tecnologías, la división internacional del trabajo y el avance del sector de servicios en la mayoría de las veces no ofrecen, a sus eventuales ocupantes, las garantías que las leyes y los contratos colectivos venían asegurando a los empleados formales, sea en Latinoamérica o en otras partes del mundo.

Al mismo tiempo, con el surgimiento de altos niveles de individualismo y, con esto, una disminución de muchas prácticas asociativas, como sindicatos y gremios, para la obtención y defensa de derechos laborales y otros, se produce un retroceso en los logros obtenidos durante años de luchas laborales. Este retroceso ejerce una amplia influencia en el tiempo libre de los trabajadores y sus familias.

Trabajo y tiempo libre: contradicciones en la actualidad

Como hemos visto, generalmente el trabajo es concebido como una obligación, y no como una auténtica posibilidad de realización humana. Según Padilha,¹⁹ como el trabajo es colocado en situación de oposición a la libertad, esta sólo podría ser vivenciada por el trabajador en el tiempo fuera del acto productivo. Así, el tiempo libre surge como un

supuesto tiempo de libertad, de liberación de las amarras, obligaciones y contradicciones presentes en el mundo del trabajo.

Es necesario recordar que las sociedades humanas siempre se organizaron en tiempos sociales, o sea, en momentos determinados por las actividades sociales en ellas desarrolladas.²⁰ Es así que la vida colectiva es regida por la articulación de esos momentos, en lo que en las sociedades urbanizadas de la actualidad se diferencian, por ejemplo, de algunas sociedades indígenas, en las cuales los tiempos sociales no son tan fragmentados por estar muchas veces vinculados a los ciclos de la naturaleza, y no al tiempo artificial determinado por el reloj. Es así que, en nuestros días el principal sentido de tiempo libre prevalece como un tiempo de no trabajo.

De esta forma, la lógica excluyente del capitalismo neoliberal rige no sólo el tiempo de trabajo, sino también el tiempo fuera de él. Sin embargo, el llamado tiempo libre puede ser también un tiempo de alienación y consumismo, o por el contrario, ser un tiempo de reflexión y praxis. En un abordaje crítico de la sociedad, el tiempo está lleno de contradicciones, lo que hace que el tiempo libre, como fenómeno social, también sea contradictorio.²¹

Esta opinión es compartida por muchos estudiosos, como Souza Júnior,²² para quien la categoría tiempo libre debería constituir un momento en que cada ser social podría disponer de sí mismo libremente, sin someterse al imperativo de tener que trabajar para vivir. Sin embargo, en las sociedades capitalistas, el tiempo libre está muy distante de alcanzar este ideal, representando casi solo un momento de reproducción de la fuerza de trabajo. Así, el tiempo libre está lejos de significar la total libertad del individuo o de promover una autonomía frente a las diversas formas de opresión y alienación social. Se trata de un período en el cual el individuo se encuentra libre momentáneamente, pero esta libertad puede ser sólo aparente y limitada. Además de eso, el autor cree que el desarrollo de las fuerzas productivas debería llevar a la humanidad a reducir el tiempo en el trabajo, disponiendo cada vez más de tiempo en el cual poder desarrollar sus potencialidades.

Las reflexiones sobre la progresiva ampliación del tiempo libre, bien como sus articulaciones con el trabajo y el ocio, fueron establecidas en el transcurso del siglo XX.²³ Estas reflexiones fueron retomadas hace algunos años por De Masi²⁴ que, entre otros autores, toman como referencia la progresiva reducción formal de las jornadas de trabajo en el transcurso del siglo pasado, que, en varios países latinoamericanos, actualmente, aún está limitada a ocho horas diarias, pudiendo, en la práctica, ser muy superior a esto.

De acuerdo con el pensamiento de este sociólogo italiano, mientras nuestros ancestros trabajaban casi la mitad de sus vidas, en la sociedad post-industrial de hoy nosotros trabajamos sólo un décimo de nuestra existencia. Para De Masi,²⁵ el tiempo libre corresponde a 9/10 de la vida humana, siendo facilitado por las nuevas tecnologías.

En contrapartida, Santos²⁶ observa que las continuas evoluciones tecnológicas prometieron no solamente una liberación del esfuerzo en el trabajo, provocando también más tiempo libre para todos, sino también más información, más comunicación, más política y más desarrollo humano. En otras palabras, un mundo mejor. A pesar de lo anterior, el autor comenta que lamentablemente la realidad viene mostrando que el tiempo libre no está siendo ampliado, y, más bien, viene siendo reducido en gran escala debido principalmente a las condiciones sociales de existencia de la mayoría de las personas, que son marcadas por diversas formas de exclusión y de desigualdades.

La explicación elaborada por De Masi,²⁷ aunque dotada de una lógica propia, no considera cuestiones sociales que son fundamentales para una comprensión más amplia y consistente del trabajo y del tiempo libre. En varias regiones del mundo siguen predominando las jornadas de trabajo extremadamente largas de los primeros tiempos del capitalismo, de modo que la jornada real de trabajo fue reducida sólo en cierta medida. Consecuentemente, cada vez más las personas buscan, desesperadamente, el tiempo libre, como pondera Kurz.²⁸

Añadido a esto, están los largos períodos de tiempo que los trabajadores destinan al traslado desde sus hogares a sus puestos de trabajo, lo que puede equivaler a varias horas cuando se piensa en la realidad y

tamaño de muchas ciudades latinoamericanas, en las cuales es inevitable convivir con la precariedad de los transportes públicos. Esta situación sin duda aumenta de forma significativa el tiempo adicional agregado a su actividad laboral.

Además, en la contemporaneidad, las exigencias de desempeño profesional crecen considerablemente. Hay un nuevo paradigma productivo que está exigiendo mayor esfuerzo y, cuando no prolonga las jornadas, acaba provocando una gran intensificación durante el tiempo de trabajo. Muchas corporaciones adhirieron a la reducción de personal, optando por estrategias que parecen generar mejores resultados para las empresas. Luego, aquellos que permanecieron empleados pasaron a trabajar mucho más, sea para lograr cumplir todas las tareas, o para no correr el riesgo de quedarse desempleados. A su vez, los trabajadores informales también terminan por trabajar mucho, porque enfrentan jornadas extensas para intentar mantener su nivel de ingresos.²⁹

Como fue mencionado al inicio de este capítulo, el sector informal viene adquiriendo un enorme peso en los países latinoamericanos, estimándose que representa entre 30% y 80% del mercado de trabajo, con perspectivas de permanecer y crecer aún más.³⁰ La OIT aclara que el sector informal es, casi por definición, precario, pues está al margen de las redes de regulación estatal y de control, incluyendo trabajos diversos y fragmentados. Aclaremos que el problema no será el crecimiento del sector informal o formal, sino las condiciones de precariedad laboral ofrecida a los trabajadores.

Es así que, actualmente, en América Latina, el trabajador, además de trabajar mucho, se queda vulnerable a los imperativos del mercado, provocando un grave deterioro de las condiciones y relaciones de trabajo que, obviamente, influyen en su ocio. Sin contar que crece, en proporciones impresionantes, el número de trabajadores informales contratados en régimen de tiempo parcial o por períodos temporales, o, en otros casos, con un sueldo base muy inferior al mínimo legal, que deberá ser alcanzado con el cumplimiento de metas laborales, que no dependen exclusivamente del trabajador. Todo esto se da especialmente en el sector de prestación de servicios.

Agregamos a lo dicho que, en el sector de prestación de servicios, desde la década de 1980, el número de empleados informales sobrepasa al de los formales en varios países del mundo, siendo esta situación traducida, simplemente, como reducción general del empleo. Tal realidad no está circunscrita, exclusivamente, a los países latinoamericanos, alcanzando también el llamado Primer Mundo. Esto significa tanto la exclusión de una creciente masa de trabajadores del gozo de sus derechos laborales, como, a su vez, la consolidación de una importante mano de obra de reserva y reemplazo. Obviamente, aún existen algunas posibilidades de empleo estable, pero tales oportunidades sólo están aseguradas a grupos muy limitados, compuestos por trabajadores calificados y especializados que no pueden ser fácilmente sustituidos.³¹

Así, la caída del empleo formal y el crecimiento del informal acaban generando, en conjunto, un amplio cambio en el mundo del trabajo. A medida que los empleados formales dejan de ser la mayoría de los ocupados, los derechos legales duramente conquistados empiezan a verse como privilegios, cuya existencia pasa a ser entendida como un impedimento a la expansión del empleo formal.³² Consecuentemente, la mayoría de los trabajadores necesita volcarse a buscar otras formas para sobrevivir.

Vale recordar que, según el Informe del Programa para el Desarrollo de las Naciones Unidas, en el principio del siglo XXI aproximadamente un billón de personas (casi un sexto de la población mundial) viven en pobreza absoluta, como se enfatizó en el primer capítulo, viviendo con ingresos inferiores a un dólar por día. Otros 2.800 millones viven sólo con el doble de ese ingreso. Sin contar que el conjunto de los países pobres, donde viven cerca del 85% de la población mundial, obtiene sólo el 21% de la producción de riqueza mundial, mientras que el bloque de los países ricos, que engloba el 14,8% de la población mundial, se queda con el 78,5% de la producción de riqueza material del planeta.³³

Añadido a lo anterior, vemos que en todos los países considerados subdesarrollados, o en vías de desarrollo, las condiciones de ingresos económicos por familias en la realidad actual no son muy alentadoras – tanto en el área urbana, como en la rural.

Sabemos que la mayoría de los hogares de América Latina y de los países del llamado hemisferio Sur presenta mucha dificultad para llegar al fin del mes con su nivel de gasto familiar total. Mientras muchos se ven obligados a prolongar su jornada de trabajo, otros se encuentran al margen de los medios y recursos para vivenciar sus derechos sociales básicos con dignidad, sin poder disfrutar plenamente del patrimonio común construido por la humanidad.

Frente a este contexto contemporáneo de clara injusticia social, inequidad y exclusión, ¿qué papel desarrolla el ocio en las sociedades latinoamericanas? Veremos a continuación algunas posibilidades para discutir este tema.

Trabajo y ocio: el desafío de la humanización

En la actualidad latinoamericana, podemos verificar que la ética del trabajo sigue siendo valorada e internalizada por sus habitantes. En esa perspectiva, la falta de disposición para el trabajo, en general, es vista como el principal obstáculo para el ascenso social, pues el trabajo duro y constante es considerado como la vía de acceso para una vida exitosa.

No podemos dejar de considerar el hecho de que, para otros profesionales, esa ética no es reconocida como algo que produce sólo efectos benéficos. Para esos trabajadores, más que el trabajo, lo que importa es la propia riqueza producida por él. El trabajo es considerado, así, como un medio capaz de proporcionar un estilo de vida más interesante, con más calidad, autonomía y satisfacción. De acuerdo con esa comprensión, la capacidad universalmente apreciada es poder escoger cómo llevar la vida, los lugares donde vivir, trabajar y disfrutar del ocio, los compañeros para compartir esas y otras experiencias, teniendo aún la oportunidad de cambiar todo eso cuando se quiera.³⁴

Además de eso, en sociedades donde impera el trabajo abstracto viene ocurriendo la constitución de una masa de trabajadores excluidos del proceso productivo, ampliando la apariencia de la sociedad fundada

en la “no centralidad” de la categoría trabajo, como si este hubiera perdido ese papel en la sociabilidad humana. Pero la comprensión de las transformaciones en curso en el mundo del trabajo nos obliga a ir más allá de las apariencias, revelando que el sentido dado al acto laboral por la lógica excluyente del capitalismo neoliberal es completamente diferente del sentido que la humanidad puede conferirle.

Sin embargo, no podemos ignorar el hecho de que la centralidad del trabajo es un asunto complejo, ya que la sociabilidad se construye a partir de varios componentes y, por eso, es social e históricamente determinada, demandando profundizaciones y estudios consistentes. Antunes³⁵ comenta que en el mundo contemporáneo viene ocurriendo una mayor articulación, que se expande fuertemente en la actualidad, entre las actividades productivas y las improductivas, entre las actividades fabriles y de servicios, entre las operacionales y las de concepción, entre la producción y el conocimiento científico.

Así, la búsqueda de una vida plena de sentido y revestida de autenticidad encuentra en el trabajo su locus primero de realización. De hecho, tanto en la familia, como en la escuela, somos preparados para el trabajo, siendo aún modestas y mínimas las iniciativas que nos educan para la vivencia crítica y creativa del ocio. Esto no significa que una vida gratificante se resume exclusivamente al trabajo, lo que sería un completo absurdo, como bien resalta Antunes.³⁶ La búsqueda de una vida llena de sentido también incluye el ocio, que adquiere un significado muy especial para el ser social. Así, la vida debe ser plena de sentido dentro y fuera del trabajo, y la construcción de una nueva realidad, más justa, inclusiva, digna y humanizada también se construye por medio del ocio, que adquiere un papel fundamental en ese proceso.

Si el trabajo se hace (...) autónomo y libre, y por eso dotado de sentido, será también (y decisivamente) por medio del arte, de la poesía, de la pintura, de la literatura, de la música, del uso autónomo del tiempo libre y de la libertad que el ser social podrá humanizarse y emanciparse en su sentido más profundo.³⁷

El ocio es un fenómeno dialéctico que dialoga con el contexto y, por eso, es vulnerable y presenta ambigüedades y contradicciones. Así, el ocio puede tanto expresar formas de reforzar las inequidades, injusticias, alienaciones y opresiones sociales, como, por el contrario, representar una posibilidad de libertad y dignificación de la condición humana. Esta consideración resalta la necesidad de valorizar el potencial transformacional y crítico del ocio. Como fue enfatizado en el segundo capítulo, el ocio representa una posibilidad de reflexionar sobre la realidad en que vivimos para que podamos soñar y luchar por la construcción de sociedades más incluyentes, justas, humanas y sustentables. Por esto, el ocio no debe ser visto como un remedio para la problemática social, cuyo objetivo sea simplemente aliviar las tensiones o compensar los dilemas que marcan profundamente el mundo del trabajo.

En esa perspectiva, el ocio puede ampliar las posibilidades para que las personas realicen su rol de sujetos sociales, históricos y políticos en el sentido de construir otras formas de ver el mundo y de estar en él. Es así que el ocio, como una necesidad humana y dimensión de la cultura, puede tornarse una práctica social comprometida con la transformación y con la reconstrucción de nuestra sociedad – sea por medio del juego, de la fiesta, de la música, de la poesía, del teatro, de las expresiones audio-visuales y otras manifestaciones artísticas, así como por medio de la creación y apropiación de nuevos espacios de vida comunitaria, entre múltiples otras posibilidades. Así, estas y otras experiencias no son vividas como un simple pasatiempo que genera evasión de la realidad y es desarrollado simplemente en función de intereses consumistas y alienantes. De este modo, las experiencias de ocio son vividas como una posibilidad concreta de intervenir en el propio contexto enfrentando las contradicciones y conflictos del presente, muchos de los cuales ponen en evidencia la problemática del mundo del trabajo cada vez más precario, deshumanizado y excluyente, lo que marca no solamente las sociedades latinoamericanas, sino a todas las sociedades actuales.

Como bien dice Riesman,³⁸ el ocio no es capaz de salvar el trabajo, fracasando juntamente con él, y sólo será significativo para las personas si el trabajo lo es también.

Así, el papel que el ocio necesita desarrollar en nuestra sociedad está relacionado con la humanización de la vida social por medio de la ampliación del pensamiento crítico y creativo sobre todas las dimensiones de la vida, incluyendo los propios procesos de trabajo. Trabajo y ocio necesitan ser vivenciados en el interior de un orden social más justo, capaz de romper con la lógica excluyente atada al mantenimiento y reproducción del *status quo*.

Sin duda, en la actualidad latinoamericana todo esto aún es un desafío pendiente, porque nuestras realidades son fuertemente marcadas por exclusiones de distintas naturalezas, que equivocadamente cambian el sentido del ocio al verlo, casi exclusivamente, como un privilegio, en vez de reconocerlo como una necesidad humana fundamental que, en muchos países, es tratada como un derecho social, constituyente de ciudadanía.

Consideramos que uno de los muchos desafíos pendientes será el buscar fundamentos que permitan reconocer, comprender y sistematizar los conocimientos sobre las prácticas latinoamericanas cotidianas de ocio. De este modo, creemos que el campo de las vivencias cotidianas de ocio necesita ser profundizado críticamente, por tratarse de una realidad cambiante y emergente en el contexto latinoamericano actual.

Por último, creemos importante resaltar el desafío de seguir repensando estas temáticas en el contexto latinoamericano, pues el asunto es inagotable y sin duda puede colaborar con la urgente necesidad de humanización de nuestras sociedades actuales. Es, por eso, necesario e imprescindible encontrar nuevos caminos que puedan aportar en la construcción de proyectos de sociedades comprometidas con la justicia social, la equidad y la solidaridad, lo que pone en evidencia la importancia del ocio y la educación, tema que será discutido en el próximo capítulo.

Capítulo 5 | América Latina, educación y ocio

Este capítulo tiene como objetivo reflexionar sobre la crisis social, educativa y ecológica de la actualidad, resultante de un modelo de producción/consumo de mercado – privado o estatal –, basado en la creencia de que el crecimiento económico genera progreso y que eso siempre equivaldrá a desarrollo humano. Algunas de las preguntas que quedan en abierto son: ¿cuál es el costo social y ecológico de este crecimiento, progreso y desarrollo neoliberal capitalista, especialmente para las sociedades latinoamericanas? ¿De qué manera la educación tradicional favorece la perpetuación de este modelo? ¿A partir de cuáles perspectivas la educación podrá colaborar con la transformación social? ¿Cómo el ocio podrá contribuir con estos desafíos en América Latina?

Así, se busca en este capítulo encontrar caminos alternativos para promover un cambio paradigmático en el ámbito epistemológico, político y educativo que haga frente a algunas de las alarmantes realidades sociales y ecológicas del presente. Pretendemos encontrar pistas a partir de las cuales se pueda *disoñar*¹ la anhelada transformación social de las sociedades latinoamericanas para que sean solidarias, participativas, sustentables e inclusivas. Para eso, consideramos que la contribución

del ocio, en su potencial aporte para un aprendizaje transformacional, es fundamental.

La necesidad de promover un cambio de paradigma

Como punto de partida, postulamos que las sociedades humanas actuales, de forma global, requieren un urgente y profundo cambio de paradigma. Aclaramos que utilizamos el concepto de paradigma en el sentido de cosmovisión, que se traduce en la forma de entender el mundo y actuar en él, ya que existen problemáticas que evidencian una situación preocupante de crisis global y de emergencia planetaria.

En el campo social, la realidad es alarmante, llegando a niveles lamentables en lo que se refiere a la degradación de valores. Esto se expresa por medio de la violencia, de la exclusión y de la pobreza material vivida por una parte importante de la humanidad, lo que contrasta con el extremo nivel de concentración de riqueza económica en que viven pocos privilegiados.

Para entender la gravedad de los niveles de iniquidad y de injusticia social existentes, basta recordar que, como ya mencionamos anteriormente, cerca de un billón de personas pasan hambre todos los días, mientras el mayor millonario del mundo posee una fortuna personal de más de 70 billones de dólares. Sumado a este impactante contraste, algunos de los negocios más rentables en la actualidad son el tráfico de armas, de drogas, de seres humanos y la especulación financiera, indicativos que muestran claramente el tipo de sociedades que hemos construido.

Paralelamente, acontecen verdaderas pandemias sociales, tales como la pérdida de diversidad cultural, producto de la tan aplaudida globalización neoliberal, que, en muchos casos, se traduce en una homogenización cultural. Destacamos, además, el surgimiento cada vez mayor de mafias organizadas (nacionales e internacionales) y las varias formas delictivas y criminales. También hay el preocupante consumismo en

sus diversas formas, vinculado al endeudamiento de la población en la búsqueda de tener más y más. Agregado a esto, constatamos múltiples expresiones de segregación, tales como la aporofobia (rechazo a los pobres), racismo y xenofobia, machismo, sexismo, fundamentalismos religiosos y/o nacionalistas, y todos los variados tipos de violencias cotidianas, además del aumento de nuevas patologías físicas, psíquicas y sociales. Entre ellas, destacamos las incontables enfermedades causadas por el estilo de vida actual, la desnutrición, la obesidad, la anorexia y la bulimia, el estrés y la depresión, la ansiedad, el alcoholismo, la farmacodependencia y la drogadicción, el individualismo y la apatía política, así como las distintas formas de consumismo, entre tantos otros problemas producidos por la dificultad de satisfacer adecuadamente nuestras necesidades humanas.²

Añadido a todo eso, se pueden mencionar las variadas formas de contaminación, sobre-explotación y degradación ecológica y ambiental que abarcan, prácticamente, a todo el planeta, lo que sin duda genera nuevas enfermedades. Se entiende que esos fenómenos son amplios y complejos, y solamente para sintetizar, señalamos los desequilibrios climáticos, con todas sus impensables alteraciones; las variadas formas de mutaciones y pérdida de biodiversidad en ecosistemas acuáticos y terrestres; la alarmante disminución de agua dulce en nivel global; la desertificación y la erosión de amplios territorios; los desastres ecológicos cotidianos y excepcionales, que generan la creciente muerte de la naturaleza y de la vida planetaria, entre tantos otros problemas en aumento.³

A su vez, en el área del conocimiento, y específicamente de la ciencia y la tecnología, la teoría de la complejidad viene mostrando lo inadecuado de los arcaicos modos de actuar desde el campo del saber. Es así que las formas clásicas de la ciencia, mediante la disyunción, parcelamiento, reduccionismo, mecanicismo y simplificación de los conocimientos, no solo afectan la posibilidad del conocimiento de los conocimientos, sino también nuestro conocimiento de nosotros mismos y del mundo. El crecimiento de saberes separados y de disciplinas fragmentadas, hace que cada cual, especialista o no, ignore

cada vez más el saber existente, surgiendo un nuevo oscurantismo y una mutilación del saber.⁴ Consecuentemente, predomina, cada vez más, una ciencia conectada ciegamente a la tecnología, perdiendo en muchos casos la consciencia (con-ciencia) de los efectos negativos, no deseados o impensados, que sus acciones generan. Por esta vía existe una creciente mutilación de la vertiente ética del saber humano.

Se constata, además, una profunda insatisfacción con el actual sistema educativo formal por mostrarse poco efectivo en la constitución de seres humanos creativos, proactivos, conscientes y transformadores. En general, el sistema educativo actual solo genera personas reproductoras y funcionales al sistema vigente, sabiendo que este modelo presenta características excluyentes e inhumanas para amplios segmentos de la población de varios países del mundo, notoriamente en América Latina.

De acuerdo con el informe de la Unesco⁵ sobre la educación formal en América Latina, la pobreza económica es uno de los más poderosos factores de la marginalización en la educación. Las investigaciones indican que una de las razones que imposibilitan la frecuencia de los niños en la escuela es la pobreza material en que se encuentran muchas familias latinoamericanas. Esto viene aconteciendo incluso en los países donde la educación básica es un derecho, pues el costo de los uniformes, transporte, libros y materiales escolares puede representar un obstáculo para que los niños ingresen a la escuela y concluyan sus estudios. Todo esto aún cuando los índices de pobreza absoluta en la región latinoamericana y caribeña son más bajos que en otras regiones de los llamados países en desarrollo: más de 90 millones de personas siguen viviendo con menos de 2 dólares diarios. Además, el aumento de los precios de los alimentos y la crisis financiera mundial comprometerán los esfuerzos en la búsqueda de la reducción de la pobreza.⁶

Sabemos que la desnutrición perjudica e impide el adecuado desarrollo educacional de los niños, teniendo también una relación directa con el ingreso tardío en la escuela y con su abandono antes de ser finalizados los ciclos primarios. Además, según el documento

elaborado por la Unesco, existen otros graves problemas en la región. La realidad latinoamericana indica que aproximadamente el 9% de los niños nacerán con un peso insuficiente. En Ecuador, Haití y Trinidad y Tobago, este porcentaje es mayor, afectando a uno entre cada seis niños. En República Dominicana, El Salvador, Guatemala y Surinam, entre 31% y 39% de los niños que ingresarán en la escuela primaria la abandonarán antes de terminar el último año, y en Nicaragua, este porcentaje se eleva para el 56%. Otro ejemplo es la repitencia escolar que también representa un serio problema en algunos países latinoamericanos: según el informe de la Unesco, en 2005, el porcentaje promedio de alumnos repitentes de primaria sobrepasó el 15% en Surinam y se aproximó en Brasil al 19%, mientras en el conjunto de las regiones fue inferior a un 4%, en 2007. Brasil es el octavo país del mundo en términos de adultos analfabetos, contando con 14 millones de personas en esta situación. En Guatemala y en Nicaragua, las tasas de analfabetismo alcanzan un porcentaje superior al 20%, mientras en Ecuador, El Salvador, Honduras, Jamaica y República Dominicana, estas tasas oscilan entre el 11% y el 18%.

El informe de la Unesco también revela que el 9% de la población adulta de América Latina (cerca de 36 millones de personas) no desarrollarán las competencias elementales de lectura, escritura y cálculo que son necesarias para la vida diaria. En relación con esta realidad, nos preguntamos cuántos alumnos ingresaron en estudios de nivel superior presentando analfabetismo funcional, o sea, teniendo completa la enseñanza secundaria, pero sabiendo poco sobre lo que les fue enseñado.

Frente a esta realidad, resaltamos el desafío de construir una educación contextualizada y crítica, que parta de lo subjetivo, llegando a lo colectivo, de la ética llegando a la estética. Una educación centrada en el sujeto que aprende, valorizando su rol histórico y social, algo tan planteado a nivel teórico, pero tan poco aplicado en las prácticas educativas, las que tradicionalmente están lejos de estos ideales, como destaca Calvo:

Desde pequeños nos hicieron creer que estudiar era difícil, que el juego estaba proscrito mientras aprendíamos y que el fracaso escolar sucedía porque no nos dedicábamos lo suficiente. Nos enseñaron que estudiar había que hacerlo solo, en algunas ocasiones en grupo, en silencio y concentrado. No había que distraerse y para evitarlo debíamos controlar la imaginación, que nos la representaban como “la loca de la casa”. Cualquier relación laxa que hiciéramos con la materia, pero que pareciera ajena al tema en cuestión era dejada de lado, pues nos distraía del estudio. Solo había que preguntar directamente sobre lo que se estaba tratando. Por eso preguntábamos poco. No sabíamos qué consultar, pues no entendíamos lo que se nos enseñaba.⁷

Con estas consideraciones preliminares, constatamos la existencia de una crisis que involucra varias dimensiones de nuestra vida social. Por lo cual es necesario responder la pregunta: ¿qué es una crisis? Attali⁸ la entiende como la larga y difícil reescritura que separa dos formas provisionales del mundo, aquella que, al menos en parte, es necesario abandonar por haberse mostrado incapaz de resolver los problemas, y esa otra distinta que precisamos alcanzar. Así, esta nueva visión, al ir planteando alternativas innovadoras y nuevas formas de construir la sociedad, puede posibilitar las transformaciones necesarias que se requieren y que muchos anhelamos.

Al ver que, en gran medida, nuestra crisis actual es producto de falsas creencias que se traducen en determinadas formas de producción y consumo, es indispensable realizar un cambio paradigmático facilitado por la educación. Una revolución educativa de consciencias y conductas, para lo cual se necesitan remover mitos y creencias ampliamente arraigadas en el hegemónico y dominante pensamiento occidental.

Entendemos que algunos de estos mitos y creencias pueden ser sintetizados en los siguientes enunciados:⁹

- Creencia en la existencia de un ideal civilizatorio. Lo que se traduce en la naturalización y universalización del ideal occidental de modernidad y progreso. Lo que se expresa en la creencia en un modelo de desarrollo único y superior, social de mercado, neoliberal y capitalista. Este mito no permite el reconocimiento de la existencia de otras alternativas posibles.

- Creencia que la responsabilidad primera de la educación formal es preparar a las personas para que atiendan las necesidades e intereses de este modelo civilizatorio, adaptándose a él de forma pasiva y acrítica.
- Creencia de que el modelo escolarizado de enseñanza es la principal forma de adquirir conocimientos, desconsiderando otras formas de educación extra-escolar que son tan o más efectivas que la educación formal.
- Creencia en el progreso civilizatorio continuo, como si el desarrollo de las sociedades humanas fuese siempre sinónimo de avance y una realidad dada. Esto se expresa en una incapacidad de autocrítica para provocar los profundos cambios que se requieren.
- Creencia en la ciencia occidental como verdad absoluta y superior, lo que se traduce en la incorporación de tecnologías externas que no necesariamente serán apropiadas para las realidades locales específicas, desconsiderando todos los otros saberes existentes: populares, indígenas, comunitarios, espirituales, y otros no occidentales; que son vistos como no válidos y poco rigurosos.
- Creencia en la capacidad de la tecnología humana para transformar y controlar todos los procesos naturales y revertir todos los efectos indeseados, así como la desconsideración de los efectos no previstos y perjudiciales del actuar científico y tecnológico en el mundo.
- Visión de la naturaleza como objeto de uso, lo que se traduce en un desmedido antropocentrismo.
- Creencia en la existencia de una naturaleza planetaria ilimitada. Lo que se traduce en el no considerar, ni respetar los límites de la naturaleza planetaria.
- Creencia en que más es igual a mejor. Esto es, que el crecimiento económico será siempre bueno y positivo, lo que se traduce en sobreexplotación de recursos y contaminación desmedida, sin considerar los límites naturales.

Como se observa, los desafíos son grandes ya que se requiere superar muchos mitos que son la base del proyecto capitalista neoliberal, los cuales están arraigados en las prácticas educativas (formal e informal, destacándose la televisión) y en las actividades de producción

y consumo estructurantes de este modelo, en América Latina y en todo el mundo. En ese sentido, resaltamos la urgente necesidad de realizar los cambios para conseguir superar, o al menos enfrentar, las alarmantes y crecientes problemáticas sociales, ecológicas, políticas, económicas y educacionales existentes en la actualidad. Siendo así, se debe asumir la crisis actual como la posibilidad de realizar el salto cualitativo que se necesita, para lo cual una educación para el aprendizaje transformacional, en América Latina, será un elemento esencial, protagónico y decisivo en todo este proceso.

Educar para otros mundos posibles

Al hablar de transformación, básicamente se hace alusión a la idea de cambio desde un estado existente a otro distinto. Es así que todo, tanto lo inerte como lo vivo, aunque sea de forma imperceptible, siempre está en constante transformación. La “revolución” va más allá, al referirse a un cambio que apunta a alterar radicalmente lo preexistente, buscando mejorar y perfeccionar eso que está desfasado en relación a lo que se necesita, o que es necesario cambiar en ese momento específico. Entendida de esta forma, la “revolución” busca satisfacer la solicitud que impone lo nuevo.

En el universo, todo es dinámico y está en constante cambio. Nada es estático y la fuerza de lo nuevo permanentemente va abriendo caminos a la innovación, lo incierto e impredecible que de forma inevitable va surgiendo. Aunque no lo notemos, las tensiones entre las fuerzas antagónicas, de lo viejo y lo nuevo, de la continuidad y la alteridad, están luchando de forma permanente, hasta que finalmente se produce esa impostergable transformación y alteración de ese anterior orden existente.

En lo humano ocurre algo similar, y es así que en el transcurso de la historia hemos visto como se han producido colapsos de culturas y sociedades completas, pero a su vez transformaciones impensadas que han posibilitado la sobrevivencia de esas culturas y el desarrollo de la humanidad en su conjunto.

Para mantener el orden de lo preexistente, parece que existe una fuerte tendencia humana a aferrarse a lo conocido, a lo previo, a la certeza y a lo ya habitual, presente en lo antiguo. Si se aceptan cambios, en general, estos son solo como continuidad de lo preexistente, pero no como una ruptura radical con lo previo. Lo cual, para los humanos, puede deberse principalmente a razones culturales, ya que en la historia de la humanidad sí han existido algunas culturas que alcanzaron a ver lo apremiante y necesario de transformar sus estilos de vida. Ellos, tal como señala Diamond,¹⁰ se abrieron a la innovación, encontrando formas de incorporar los cambios que posibilitaron las transformaciones significativas, permitiendo la sobrevivencia de su sociedad, venciendo la muerte y el colapso como cultura.

Así, las mudanzas requeridas para desarrollar nuevas prácticas educativas – no apenas en la educación formal, pues estas prácticas incluyen el conjunto de la sociedad y las actividades humanas como un todo – deben partir de la aceptación del otro, permitiéndole que se exprese libremente, de acuerdo a sí mismo, a su ritmo y a su emoción, valorando y escuchando sus puntos de vistas y sus formas de entender la realidad. Todo eso buscando intencionadamente el desarrollo de la imaginación y del talento creativo, elementos tan necesarios si soñamos con otros mundos posibles.

Será importante entender que los seres humanos somos inherentemente sociales. Siendo así, postulamos, al igual que Olson,¹¹ que en nuestro ADN, más que existir un gen egoísta e individualista, lo que prima es la sociabilidad, expresada en la necesidad de otros, como un impulso en la búsqueda del afecto, la empatía y la solidaridad.

Tal como dice Maturana, entendemos que “la emoción fundamental que hace posible la historia de la hominización es el amor”. (...) Así, “el amor es la emoción que funda lo social; sin aceptación del otro en la convivencia no hay fenómeno social”.¹²

De este modo, es necesario desarrollar una educación ética y afectiva, basada en el principio básico de la solidaridad, entendida como expresión de empatía y de amor hacia otros, incluyendo el mundo. Esto es de vital importancia en la construcción de sociedades sustentables ya que, como fue destacado, los niveles de inequidad actual son alarmantes, por

lo cual se requiere una urgente solidaridad intrageneracional, esto es, solidaridad entre los seres humanos de hoy. A su vez se necesita pensar en las generaciones futuras, esto es, solidaridad intergeneracional. Y también requerimos de desarrollar comportamientos solidarios con la naturaleza y con la vida en su conjunto.

Ampliando estas ideas, desde una perspectiva pedagógica, contrariamente a lo habitual, se deberá reconocer el valor de la equivocación y del error como elementos necesarios que posibilitan el aprendizaje – dentro y fuera de la escuela. A su vez se dejará que las dudas, preguntas, incertezas, vacilaciones, ambigüedades, conflictos y contradicciones se expresen libremente como factores clave para motivar el aprendizaje a través de la generación de nuevos conocimientos, posibilitando, así, nuevas preguntas, más profundas, y críticas contextualizadas, en el sentido de problematizar la realidad. Si no se trabaja con las preguntas y con la posibilidad del error y de la contradicción, y solo se focaliza en el acierto y en lo que se sabe, no se estará abierto a lo incierto y desconocido. Así será muy difícil aprender algo nuevo y generar nuevos saberes por medio de la problematización de la realidad. Por lo tanto, es necesario conectar los nuevos conocimientos con todo lo no sabido, con las incertezas y con los saberes propios del sujeto que aprende. Solamente reconociendo los errores y descubriendo cómo aprender con ellos es que podremos superarlos.

Partiendo de estas premisas, educar para otros mundos posibles es educar desde y para las preguntas, desde y para la cooperación y la solidaridad, el afecto, el respeto y la valoración de la vida. Valoración de los otros semejantes a mí, pero a la vez valoración de los otros distintos, únicos y singulares. De este modo, se debe tener conciencia de que, a pesar de todos los conocimientos que podamos tener, siempre existirá mucho más que desconocemos. Y esto, más que ser un problema para la educación, se transforma en un incentivo para seguir preguntando, indagando, investigando y aprendiendo. Esto es lo que Paulo Freire¹³ llamó curiosidad epistemológica, algo que deberá convertirse en el alma de todo proceso educativo, al ser estimulado de forma consciente e intencionada.

En otros ámbitos, también será necesario resignificar la comprensión de los procesos de aprendizaje y del acto de enseñar, ya no como algo impuesto y sin consideración, ni respeto por el sujeto que aprende. En este sentido, se deben revalorar la enseñanza y la educación no solo como el proceso de transmisión de conocimientos, sino ampliando su comprensión, al ser entendida como la construcción y creación de conocimientos por/para el propio educando, esto es, cambiando el foco desde la enseñanza, para el aprendizaje. Como indica Freire,¹⁴ enseñar ya no será solo transferir conocimientos, sino crear las posibilidades de su producción o de su construcción, entendiendo esto como un proceso continuo y permanente, en el cual quien enseña aprende al enseñar y quien aprende enseña al aprender.

Al valorizar la comprensión compleja de la realidad, reconociendo la posibilidad de múltiples perspectivas desde donde entender un mismo fenómeno, comprendemos que varias de ellas, al mismo tiempo, podrán ser válidas e interesantes. Esto es abrir la educación a una lógica dialógica, complementaria y no excluyente, ni poseedora de una verdad única, absoluta y superior. Esto es medular para internarse en el mundo de la complejidad social, ambiental y ecológica, pero a la vez esencial para desarrollar el principio ético de la aceptación y valoración de la diversidad humana y cultural.

Volviendo a Maturana:

() el educar se constituye en el proceso en el cual el niño o el adulto convive con otro y al convivir con el otro se transforma espontáneamente, de manera que su modo de vivir se hace progresivamente más congruente con el otro en el espacio de la convivencia. El educar ocurre, por lo tanto, todo el tiempo; de manera recíproca, como una transformación estructural contingente a una historia, en el convivir en el que resulta que las personas aprenden a vivir de manera que se configuran según el convivir de la comunidad donde viven. La educación como “sistema educacional” configura un mundo y los educandos confirman en su vivir el mundo que vivieron en su educación. Los educadores, a su vez, confirman el mundo que vivieron al ser educados en el educar.¹⁵

Siguiendo los fundamentos propuestos por Maturana,¹⁶ resaltamos la importancia de que las personas se desarrollen como seres humanos a medida que se aceptan y respetan a sí mismas y a los otros, en un espacio de convivencia en el cual, a su vez, los otros se aceptan y respetan a sí mismos y a los demás. La negación del otro será una limitación que se busca corregir; cada persona tiene que aprender a aceptarse y respetarse a sí mismo y a los otros.

Educar para la solidaridad y la cooperación, la libertad y el ser auténtico, para la capacidad de elegir, basados en principios éticos y estéticos propios, es educar para optar, apelando a nuestros valores y utilizando nuestro pensamiento creativo y capacidad crítica, y no solo por hábitos, modas, órdenes o estereotipos, ajenos a nuestra propia esencia y conciencia. Es también educar para el reconocimiento, respeto y valoración de la diversidad cultural.

Sobre este aspecto, es importante reconocer que América Latina está constituida por sociedades pluriculturales y multiculturales, que contienen dentro de sí diversas culturas, las cuales en muchos casos no se respetan, ni se valoran. La región presenta gran variedad de pueblos con todas sus diversas expresiones, tradiciones culturales y experiencias de ocio. De esa forma, la educación en América Latina debe configurar nuevas relaciones entre identidades globales y locales, entre diversidades e identidades, desafío que nos invita a avanzar en el sentido de comprender la complejidad inherente a nuestra condición humana en sus múltiples formas y expresiones.

En América Latina, ya existen desarrollos teóricos que procuran rescatar la pluralidad y la diversidad que debe orientar los debates sobre el tema. Algunos fundamentos desarrollados en este ámbito son interesantes, pero en muchos casos se muestran insuficientes para enfrentar los límites y desafíos verificados en nuestras realidades latinoamericanas, como es el caso del multiculturalismo y del hibridismo cultural.

El multiculturalismo es válido porque reconoce la existencia de culturas diferentes al negar una cultura única, pero, además de su vertiente crítica – que busca denunciar jerarquías y exclusiones, valorizando los movimientos de resistencia –, no avanza en términos de

generar diálogos e integraciones más consistentes y críticas entre las distintas culturas. Así como el multiculturalismo, el hibridismo desconsidera la simultaneidad de culturas, sociedades, valores y tiempos/espacios sociales de/en América Latina. De esta forma, predominan prácticas, representaciones y conceptos hegemónicos.

Como mencionamos anteriormente, la norma civilizatoria tenida como válida, natural, universal y superior concibe otras culturas como atrasadas y poco evolucionadas. Partiendo de estas premisas, muchas prácticas culturales fueron/son subvaloradas y menospreciadas; muchos aspectos importantes de la historia latinoamericana fueron/son silenciados y muchos procesos fueron y siguen siendo mutilados y desterrados. Las personas pasan a creer que existen solo dos culturas: una de ellas es la moderna, concebida como avanzada y cierta; la otra es un bloque compuesto por incontables culturas latinoamericanas, vistas como atrasadas, primitivas, salvajes y sin valor. Esta creencia es una falacia ampliamente difundida, que a nivel macro mantiene antiguas formas de dominación social, y a nivel individual transmite y enseña formas de negación de la propia identidad y desprecio de la propia cultura a la cual se pertenece.

Tanto ayer, como hoy y siempre, es imprescindible develar los conflictos del presente y buscar la transformación social, en el sentido de valorar y promover diálogos fructíferos entre las incontables culturas de Latinoamérica, teniendo en cuenta los muchos desafíos ya planteados. Para eso, es necesario comprometernos con la constitución de prácticas culturales/educativas basadas en relaciones de reciprocidad, y no de jerarquización. Esta tarea demanda, inicialmente, construir una forma distinta de sentir, pensar y hacer, para reconstruir y resignificar los fundamentos incorporados y asimilados como naturales y verdaderos, los que, como vimos, solo encubren variadas formas de opresión, exclusión e injusticias.¹⁷

Así, consideramos que una alternativa posible es fomentar explícita y decididamente una ética transcultural que ponga énfasis en el respeto y valorización de las diferencias, sabiendo que este es el desafío de una

educación intercultural consistente y transformadora, que logre superar su propia debilidad.

En este sentido, lo interesante será descubrir que al final, “a partir del momento en que hay una relación de poder, hay una posibilidad de resistencia. Jamás somos aprisionados por el poder: podemos siempre modificar su dominación en condiciones determinadas y siguiendo una estrategia precisa”.¹⁸ Por eso, recobramos la convicción de que, sin duda, sí existen caminos alternativos para avanzar hacia otros horizontes latinoamericanos de reciprocidad, diálogo, tolerancia y valoración de las diferencias y de las singularidades.

Esto implica, muchas veces, transgresión y subversión, es decir, crítica y transformación de los modos habituales de entender, sentir y actuar en el mundo. Esta transgresión, en general, puede significar una percepción inusitada, inesperada en nuestras acciones y reacciones, de lo diferente. Todo esto puede llevar a la reflexión y a tomar posición para desplazar los significados cristalizados y carentes de crítica o reflexión,¹⁹ condiciones básicas para alcanzar la solidaridad, la reciprocidad y la transformación.

Avanzando en la búsqueda de una educación transformadora, crítica y creativa, Paulo Freire²⁰ aclara que toda práctica educativa implica concepciones de seres humanos y de mundo, las cuales constituyen la energía que motiva y moviliza a las personas en alguna dirección. Este sujeto individual/colectivo es capaz de sentir, pensar y actuar críticamente, una vez que tiene claros sus puntos de partida y de llegada, estando dispuesto a construir y a reconstruir rutas y senderos que le permitan caminar continuamente – aunque no sea a pasos largos, rápidos y siempre exitosos. De esa forma, el educador llama la atención para las implicaciones derivadas de las creencias y de los valores que determinan la acción humana, resaltando la importancia de tener una percepción crítica, reflexiva y cuestionadora de la realidad, buscando una acción transformadora.

En esta perspectiva intercultural ampliada, la educación deja de ser asumida, como indica Fleuri,²¹ como un proceso de formación de conceptos, valores y actitudes a partir de una relación unidireccional,

unidimensional y unifocal (conducida por procedimientos lineales y jerarquizantes), pasando a ser entendida como un proceso de aprendizaje construido por la relación tensa e intensa entre diferentes sujetos, creando contextos interactivos. La educación está dinámicamente conectada con diversos contextos en relación a los cuales los diferentes sujetos desarrollan sus respectivas identidades. Es así que la educación se torna una posibilidad creativa y propiamente formativa, o sea, constructora de movimientos de identificación subjetivos y socioculturales.

Así, el concepto de interculturalidad puede, por lo tanto, contribuir con la reconstrucción de un pensamiento crítico – otro –, un pensamiento crítico de/desde otra forma y lugar, precisamente por tres razones principales: (a) porque está vivido y pensado desde la experiencia de la colonialidad; (b) porque refleja un pensamiento no basado en los legados eurocéntricos o de la modernidad basada en una temporalidad única y establecida desde Europa, (c) porque tiene su origen en el “sur”, dando así una vuelta a la geopolítica dominante del conocimiento que ha estado centrado en el “norte” global.²²

De este modo, como destaca Walsh, esta interculturalidad representa:

(...) un proceso dinámico y permanente de relación, comunicación y aprendizaje entre culturas en condiciones de respeto, legitimidad mutua, simetría e igualdad. Un intercambio que se construye entre personas, conocimientos, saberes y prácticas culturalmente diferentes, buscando desarrollar un nuevo sentido entre ellas en su diferencia. Un espacio de negociación y de traducción donde las desigualdades sociales, económicas y políticas, de las relaciones y los conflictos de poder de la sociedad no son mantenidos ocultos y sí reconocidos y enfrentados. Una tarea social y política que interpela al conjunto de la sociedad, que parte de prácticas y acciones sociales concretas y conscientes, que intenta crear modos de responsabilidad y solidaridad.²³

Enfatizar el carácter relacional e intercontextual de los procesos sociales permite reconocer la complejidad, la singularidad, la diversidad, la polisemia, la fluidez y la interrelación de los fenómenos humanos y culturales, trayendo implicaciones importantes para varios campos,

entre los cuales se destaca el ocio como una posibilidad de aprendizaje transformacional.

Contribuciones del ocio para *diseñar* otros horizontes latinoamericanos

En esa perspectiva, se considera necesaria una transformación educativa que abra las puertas para el ocio y que critique, así, la lógica productivista y exclusivamente acumulativa inherente al sistema educativo actual, que es reflejo de un modelo social más amplio, economicista y científicista, el cual es generador, en gran medida, de la crisis global actual. En este camino de transformación, el profesor-educador necesita abrirse paso a su propio proceso de aprendizaje transformacional y descubrir su nuevo rol de mediador y facilitador, colaborando con la formación de personas que por sí mismas opten por lo que las afecta y lo que desean ser, dejando de lado su pasividad. Volviéndose, así, tanto el profesor como el alumno, personas responsables de sus propias opciones, desde su propio lugar político, histórico y existencial. Capaces de elegir los destinos que desean construir para sí mismos y para la humanidad en su conjunto. De esa forma, se aprenderá algo medular y que nunca se olvidará, esto es, el ser responsables de sí mismos, de sus decisiones, de los propios actos y de las consecuencias de estos.

Entonces, *diseñar* una nueva educación a partir del ocio es un imperativo pedagógico, político, histórico, social y cultural, y una necesidad apremiante si queremos acceder a esta profunda innovación y transformación social, buscando dar este decisivo salto cuántico como sociedades y como especie humana. Desde esta perspectiva será necesario realizar ese viraje radical en la forma de concebir la educación formal, al reconocer que:

La escuela (actual) no puede aceptar que los procesos educativos sean paradójales, holísticos y sinérgicos, contradictorios, ambiguos e inciertos. Tampoco comprende que además de racionales, son emocionales; que si bien mucho

se puede explicar sobre su naturaleza en relaciones causa efecto, hay muchísimo más que no es posible de explicar debido al carácter fortuito, ocasional y circunstancial que poseen los procesos educativos.²⁴

Por lo que fue tratado, entendemos que el ocio puede ser uno de los elementos decisivos e innovadores que posibiliten esta transformación de consciencias y prácticas (tanto dentro, como fuera de la escuela), que requerimos como humanidad, para alcanzar sociedades sustentables. Al posibilitar una visión crítica de la realidad social y la valorización de nuevas perspectivas alternativas al modelo hegemónico de estilo de vida actual, se estará abriendo un potencial transformacional frente al sistema social vigente. Muchas veces, para iniciar un cambio es necesario, antes que nada, saber que, sí, existen otros caminos. Para abrirse a lo nuevo y creer que eso que se veía como imposible es posible, es necesario creer en las nuevas alternativas existentes.

En este sentido, el ocio puede ser un punto de partida para realizar esa conexión del sujeto consigo mismo, con su esencia y con su(s) identidad(es), algo que sin duda es más amplio que únicamente su individualidad, ya que también involucra conectarse con su realidad social, su cultura y su historia, lo que exige un posicionamiento político y gnoseológico frente a su contexto y a las demás personas.

Abrir un tiempo y espacio para la expresión de lo que es esa persona permite reavivar y llenar de valor las clásicas preguntas: ¿quién soy? ¿Qué quiero hacer con mi vida? ¿Cuál es el sentido de mi vida en este mundo? Así, estas preguntas adquieren valor y vigencia para ese sujeto individual y social que aprende cotidianamente, que rompe con su pasividad y se abre a la posibilidad de elegir sobre lo que lo afecta, y sobre las formas de alcanzar sus sueños y anhelos. Eso le entregará la posibilidad de atreverse a vivenciar el ocio con una actitud propia y, potencialmente, transformacional.

En este ámbito, las experiencias de ocio vividas desde las diversas formas de educación (generalmente denominadas de formal, no formal e informal – escolarizada y no escolarizada) pueden ser reconocidas como un principio de construcción de ciudadanía – planetaria y no

excluyente –, elemento base para la implementación de acciones comprometidas con la inclusión y participación social, y con el desarrollo de una conciencia ambiental para la sustentabilidad ecológica y social.

Articular el ocio y la educación, con la sustentabilidad, no es algo tan simple, pero sin duda es una interesante perspectiva hacia la cual avanzar, buscando caminos alternativos para la transformación social. Este vínculo puede traducirse al hacer que, idealmente, se reconozca la importancia del disfrute, la libre elección y la satisfacción personal, parte esencial de los objetivos de toda acción educativa transformadora.

Esta relación podrá ser vivida en los procesos de enseñanza-aprendizaje, pesando en espacios y tiempos educativos que motiven y que despierten el interés de los participantes al mostrar el sentido de fondo de los conocimientos abordados y los múltiples significados que pueden construirse a partir de estos. A la vez, será necesario comprender las múltiples relaciones, vínculos, conexiones, influencias y afectaciones recíprocas existentes en la realidad (viva e inerte). Esto será un elemento determinante al momento de desarrollar esta nueva forma de comprender lo real y de construir, activamente, otro lugar en el mundo.

Incorporar la ludicidad, lo libremente elegido y el disfrute, en la búsqueda del desarrollo y realización personal, y estimular el (re)descubrimiento de sentidos profundos por los participantes, es el desafío de toda educación ambiental para la sustentabilidad, educación centrada en un aprendizaje transformacional con énfasis en las preguntas, en el futuro y en la innovación, de modo que el ocio pueda ser uno de los elementos movilizadores de este proceso.

Freire²⁵ expresa, como punto de partida para transformar la realidad, el análisis y comprensión crítica del ser humano sobre sí mismo y sobre su contexto, como existentes en el mundo y con el mundo, dejando grabadas sus marcas distintivas, en su pensar, en su crear, en su actuar, en sus valores. Además de eso, estimula la necesidad de problematizar y superar las dicotomías que fuimos incorporando, pues todas ellas traen implícita una relación de jerarquización. Al pensar en las relaciones mente/cuerpo, razón/emoción, hombre/mujer, blanco/negro, escrito/

oral, norte/sur, occidente/oriente, por ejemplo, automáticamente se constata la situación de privilegio y de supremacía del primer término, en menoscabo del segundo.

Estas dicotomías, fragmentaciones y jerarquizaciones necesitan ser enfrentadas de modo urgente para que la transformación social y la construcción de un mundo más humano y solidario sea posible. Esto puede ser hecho a partir de muchos frentes, pero nuestra perspectiva es que el ocio resignificado, problematizador, crítico, sinérgico y transformacional puede ser una (y no la única) herramienta importante para movilizar experiencias interculturales y educativas contrahegemónicas, contribuyendo, así, con un aprendizaje (educación) para la transformación social y cultural. Previamente, es fundamental reconstruir las creencias aquí discutidas, entre otras, que están arraigadas en la estructura condicionada y aprendida de cada ser humano y que impiden la movilización, el cuestionamiento y la resistencia al orden social injusto y excluyente que predomina en América Latina. Estos son algunos de los postulados que consideramos esenciales para acceder a una ética transcultural.

En esa perspectiva, el ocio se llena de un potencial significativo para enriquecer las prácticas educativas a partir de distintos lenguajes que pueden, desde una lógica diferente de la tradicional/excluyente, ampliar la comprensión sobre nosotros mismos y sobre el mundo en que vivimos. Por lo tanto, necesitamos avanzar en la concepción y acción para que las prácticas recreativas sean también educativas desde una perspectiva crítica; para que una educación lúdica sea también problematizadora, transformadora e incluso subversiva, estando abierta a incluir diversos campos tales como la familia, los ambientes de trabajo, los espacios educativos, los medios de comunicación, las calles, las comunidades locales, regionales, nacionales e internacionales, entre tantos otros.

Es así que el tiempo/espacio de ocio, por medio de diferentes experiencias, puede contribuir con la reelaboración de valores y caminar rumbo al proceso de reconstrucción de nuestra sociedad por el prisma de la ética transcultural. Como una dimensión de la cultura, el ocio es un fenómeno que puede agudizar las sensibilidades (sensibilidad que está relacionada al plano sensorial, pero que también necesita ser

sensibilidad afectiva y no solo racional; que precisa ser artística, estética, ética, social, política, ecológica, etc.), ayudar a las personas a conectarse consigo mismas y con su contexto, y estimular a pensar sobre las sociedades para transformarlas y reflexionar sobre aspectos más amplios.

Dicho de otro modo, se debe promover un cambio de mentalidad, ya identificado hace mucho tiempo y ampliamente incorporado en el plano del discurso, pero que necesita urgentemente concretizarse en la cotidianidad. Por ello, postulamos que el ocio puede significar una posibilidad de aprendizaje transformacional, ya que:²⁶

- El ocio puede ser un campo de producción de nuevos conocimientos, individuales y colectivos.
- Puede entregar la posibilidad de una nueva forma de disfrute del tiempo/espacio social, ampliando la capacidad humana de identificar lo que nos afecta y de soñar con mundos distintos y sustentables.
- Puede ampliar la posibilidad de pensar en una vida diferente (individual y colectiva), llena de sentido, abriéndose a la alteridad, al diálogo y al intercambio cultural.
- Puede brindar una posibilidad para construir un buen vivir que problematice la ideología capitalista del progreso y valore todas las dimensiones de la vida en sociedad, y no solamente la lógica de producción/consumo como lo más importante.
- Puede otorgar una apertura a lo creativo, a la búsqueda de la libertad y a la creación de identidades.
- Puede entregar la posibilidad de repensar críticamente las sociedades actuales y el lugar de los seres humanos dentro de ellas.
- Puede ser un tiempo y espacio para la humanización de la vida individual y colectiva, para/por la sustentabilidad.

En suma, los conocimientos y las interpretaciones desarrolladas en este capítulo son solamente una de las múltiples facetas que impulsan las miradas sobre la educación, la sustentabilidad, la interculturalidad y el ocio en América Latina. Reafirmamos que esta región necesita nuevas lecturas de sus historias. Es imprescindible ampliarlas y aprender

desde ellas para construir estrategias de empoderamiento que posibiliten soñar con otros futuros, marcados por otras referencias, donde la alteridad y la solidaridad sean realidades presentes en todos los campos de la vida cotidiana.

Por eso, para avanzar en la construcción de sociedades solidarias y sustentables, es urgente y necesario construir otra realidad a partir de la transformación de mentalidades y prácticas, para lo cual, como fue destacado, el ocio tiene un importante papel que desempeñar en este proceso. Siendo así, el ocio, en su potencial aporte para un aprendizaje transformacional, como medio y fin educacionales, podrá colaborar, significativamente, con la transformación social, tanto en el sentido de expresar las tensiones y contradicciones existentes en una sociedad, como, a su vez, significar un camino abierto para *disoñar* otros mundos posibles.

Consideraciones finales

La composición de este libro es una modesta contribución para la necesidad de sistematizar nuevos conocimientos sobre el ocio en América Latina. Al final, gran parte de las teorías y conceptos sobre el ocio que fundamentan nuestras acciones en el campo académico, en el ámbito de las políticas públicas y de las prácticas pedagógicas y sociales no siempre consideran nuestras realidades específicas con sus conflictos, problemáticas y potencialidades. En general, las teorías producidas en otros contextos presentan características distintas de aquellas existentes en las sociedades latinoamericanas actuales, mostrándose inadecuadas para dialogar con nuestras realidades en el sentido de enfrentar los desafíos del presente.

Muchas de estas sistematizaciones sobre el ocio fueron y son importantes, pero limitadas e inadecuadas cuando se considera que vivimos hoy el tiempo de la virtualidad, de la simultaneidad espacial/temporal, del flujo de informaciones, de la informalidad y precariedad en las relaciones de trabajo, de la fragmentación social, de nuevas identidades, del individualismo, de la lógica del consumo, del agravamiento de las pobreza y de los altos índices de desigualdades y de exclusiones

sociales, especialmente en América Latina. Paralelamente, vivimos una realidad ecológica-ambiental alarmante y con características de clara insustentabilidad, revelando que la creencia ciega en el progreso como camino de acceso para una vida buena debe ser superada. Esto evidencia la urgente necesidad de crear y buscar alternativas para un modelo que no da respuesta a los apremiantes problemas actuales.

Frente a esta conflictiva realidad actual, los estudios sobre el ocio requieren nuevas reflexiones, análisis, investigaciones, así como acciones e intervenciones sociales, políticas y pedagógicas vinculadas a los límites y las posibilidades verificadas en América Latina. Necesitan, por eso, una relectura de sus historias y motivar el proceso de resignificación y revisión de conceptos y teorías muchas veces asimilados sin reflexión y sin posicionamiento crítico.

En el campo del saber, si no compartimos los conocimientos, los privamos de la posibilidad de desollarse y de avanzar, quedándose archivados en el mundo del desconocimiento, de la ignorancia y del egoísmo intelectual. Por eso, se considera de vital importancia abrir los caminos de acceso a la información y al conocimiento, en especial al valorizar la necesidad de avanzar en la construcción de sociedades solidarias y sustentables, desafíos para los cuales se requiere de toda la creatividad y talentos existentes.

Partiendo de las premisas esenciales de curiosidad epistemológica, de solidaridad y altruismo intelectual, y sabiendo que todos los conocimientos son construidos socialmente, tenemos que reconocer y valorar las diferencias. No somos iguales y justamente en nuestras diferencias radica el valor intrínseco de lo irrepetible y único de cada persona, comunidad y colectivo social.

Debemos tomar conciencia de que el mejor antídoto para la muerte de un ecosistema es la biodiversidad, ya que, de esta forma, este ecosistema es más rico y cuenta con más recursos biológicos para su supervivencia. De forma similar, lo que posibilita una vida buena y el desarrollo íntegro de una sociedad es la diversidad cultural y humana, que permite su constante regeneración y florecimiento continuo. Aquí surge la

importancia de la interculturalidad como un factor decisivo para el desarrollo solidario de nuestras sociedades y de los seres humanos que en ellas habitan.

Esto es especialmente relevante para América Latina, en el sentido de rescatar, respetar y valorizar las variadas formas de vivir y entender las expresiones culturales del ocio, así como las diversas formas de educación y los múltiples espacios y tiempos de aprendizaje. Pero recordemos las preguntas esenciales: ¿Qué tipo de ocio es este? ¿De qué ocio estamos hablando?

Lo importante es entender que el ocio no estará limitado, ni condicionado, a los productos del mercado que estimulan el consumismo. Al contrario, deberá ser comprendido a partir de otras perspectivas, ampliando la forma en que es vivido. En ese sentido, el ocio podrá transformarse en fuerza contrahegemónica, al cuestionar y problematizar las visiones limitadas que se tiene sobre el propio ser humano, su sentido en el mundo y su razón de ser.

De este modo, el ocio podrá otorgar identidad (individual y colectiva) y autonomía a quien lo viva. Así, una educación basada en un aprendizaje transformacional, vinculado al ocio, podrá entregar la posibilidad de vivir los procesos educativos como algo propio y no como algo externo, obligatorio e impuesto por otros.

Como se ha visto en el recorrido de todo este libro, los desafíos pendientes son muchos y obviamente el ocio no puede ser entendido como una solución milagrosa o como un paliativo para los problemas verificados en América Latina. Sin embargo, el ocio puede estimular acciones capaces de superar la postura pasiva, resignada, conformista, descontextualizada y alienada que avanza en todo el mundo y no solamente en América Latina. Puede, además, ampliar los horizontes humanos en la medida en que despierta consciencias y colabora con la creación de prácticas sociales, culturales, económicas, políticas, educativas y ecológicas comprometidas con la construcción de un futuro distinto.

Por todo eso, es necesario valorizar la esperanza, el desafío y la disposición histórica para construir un mundo mejor, como señala Paulo Freire:

La conscientización nos invita a asumir una posición utópica frente al mundo, posición esta que convierte al conscientizado en “factor utópico”. Para mí lo utópico no es lo irrealizable; la utopía no es el idealismo, es la dialectización de los actos de denunciar y anunciar, el acto de denunciar la estructura deshumanizante y de anunciar la estructura humanizante. Por esta razón la utopía es también un compromiso histórico.¹

Para finalizar, recordamos que una sociedad sin sueños es como un desierto donde la vida ya no florece y donde todo se seca y muere. Requerimos de sueños y utopías que llenen nuestra existencia con desafíos y proyectos, lo que favorece nuestro bienestar y colabora con nuestro desarrollo integral. De otra forma, avanzamos sin rumbo, sin brújula y navegamos como perdidos en los mares del sin sentido.

Dotar de sentido nuestra existencia es algo que llena de dicha y alegría al alma humana. De esta forma creemos que el ocio, desde su potencial transformacional, puede llegar a ser uno de los elementos decisivos en este viraje existencial que se necesita frente a los urgentes desafíos del presente. Así, es imprescindible encontrar nuevos caminos conceptuales y de acciones concretas que puedan contribuir con la construcción de un proyecto de sociedad comprometido con la emancipación del ser social y con la concretización de nuestras utopías comunes, ampliando los horizontes del ocio en América Latina y en el mundo.

Notas

Prefacio - Pensamiento crítico latinoamericano y producción de conocimiento en ocio

- ¹ LANDER, E. Pensamiento crítico latinoamericano: la impugnación del eurocentrismo. *Revista de Sociología*, Santiago, p. 1, 2001.
- ² *Ibidem*.
- ³ *Ibidem*, p. 3.
- ⁴ ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otros modos. *Tábula Rasa*, n. 1, p. 53, 2003.
- ⁵ ESCOBAR, A. *Más allá del Tercer Mundo. Globalización y Diferencia*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2005.
- ⁶ ESCOBAR, A. *La invención del Tercer Mundo*. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Bogotá: Grupo Editorial Norma S. A., 2004.
- ⁷ DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponible en: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/dussel.rtf>>. Acceso el: 30 mar. 2010.
- ⁸ BOLTVINIK, J. *Ampliar la mirada*. Un nuevo enfoque de la pobreza y el florecimiento humano. Guadalajara: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social-Occidente, 2005.

- ⁹ MIGNOLO, Walter. *Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003; QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponible en: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/dussel.rtf>>. Acceso el: 30 mar. 2010.
- ¹⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.
- ¹¹ MASCARENHAS, F. *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2005. p. 262.
- ¹² TABARES, F. *Expedición lúdica*, 2007. p. 4. Documento base. Texto inédito.
- ¹³ MIGNOLO, *op. cit.*
- ¹⁴ WALLERSTEIN, E. *El moderno sistema mundial*. México: Siglo XXI Editores, 1979. v. 1: La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI; WALLERSTEIN, E. *El moderno sistema mundial II*. El mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea, 1600-1750. Madrid: Siglo XXI Editores, 1984; WALLERSTEIN, E. *El moderno sistema mundial III*. La segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850. México: Siglo XXI Editores, 1998.
- ¹⁵ MAX-NEEF, Manfred; ELIZALDE, Antonio; HOPENHAYN, Martín. Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro. *Development Dialogue*. Cepaur - Fundación Dag Hammarskjöld, Uppsala, Suecia, 1986. (Número especial).
- ¹⁶ MIGNOLO, *op. cit.*
- ¹⁷ WALSH, C. Geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. Entrevista a Walter Mignolo. *Revista Polis*, n. 4, p. 1-26, 2003. Disponible en: <<http://www.revistapolis.cl/4/walsh.htm>>. Acceso el: 5 ago. 2008.
- ¹⁸ MIGNOLO, *op. cit.*, p. 218.
- ¹⁹ DE PALMA, D. *Estado actual de la sistematización*. Santiago de Chile: CEAAL, 1992.
- ²⁰ FALS BORDA, O. El Tercer Mundo y la reorientación de las ciencias contemporáneas. *Peripecias*, n. 110, p. 1, 2008. Disponible en: <<http://peripecias.com/mundo/597FalsBordaTercerMundoCiencia.html>>. Acceso el: 10 ago. 2009.
- ²¹ *Ibidem*.
- ²² FALS BORDA, O.; MORA-OSEJO, L. La superación del eurocentrismo. Enriquecimiento del saber sistémico y endógeno sobre nuestro contexto tropical. *Revista Polis*, v. 2, n. 7, p. 1-7, 2004. Disponible en: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=30500703>>. Acceso el: 15 abr. 2010. p. 1.
- ²³ LANDER, E. *Eurocentrismo y colonialismo en el pensamiento social latinoamericano*, 2000, p. 5. Disponible en: <http://www.tni.org/detail_page.phtml?act_id=17442&username=guest@tni.org&password=9999&publish=Y>. Acceso el: 10 ago. 2009.
- ²⁴ FALS BORDA, *op. cit.*, p. 4.

- ²⁵ *Ibidem*, p. 4.
- ²⁶ EAS (2009). Entrevista realizada a Esperanza Osorio como actora sectorial significativa del campo de la recreación en Colombia, p. 32.
- ²⁷ FALS BORDA, *op. cit.*, p. 4.
- ²⁸ LANDER. *Eurocentrismo y colonialismo en el pensamiento social latinoamericano*, p. 4.

Introducción - Abriendo nuevos horizontes para los estudios del ocio en América Latina

- ¹ GOMES, Christianne *et. al.* (Org.). *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- ² SUÁREZ, Silvana. Una aproximación de la representación social de la recreación en Argentina: aportes para resignificar el concepto. In: GOMES *et. al.*, *op. cit.*; LEMA, Ricardo; MACHADO, Luis. Tiempo libre y recreación en Uruguay: la construcción de un enfoque lúdico educativo. In: GOMES *et. al.*, *op. cit.*; REID, Andrés; LEIVA, Roberto; ELIZALDE, Rodrigo. La recreación en Chile: una mirada desde la actualidad y la precariedad. In: GOMES *et. al.*, *op. cit.*

Capítulo 1 - América Latina - perspectivas conceptuales y contextuales

- ¹ FERREIRA, Aurélio B. H. *Novo Aurélio século XXI – o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ² HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- ³ ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ⁴ GALUCH, Maria Terezinha Belanda; SFORNI, Marta Sueli de Faria. Aprendizagem conceitual nas séries iniciais do ensino fundamental. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL e VII SEMANA DE PSICOLOGIA - PSICOLOGIA: SOCIEDADE E SABERES EM TRANSFORMAÇÃO, 2005, Maringá. *Anais... II CONGRESSO INTERNACIONAL e VII SEMANA DE PSICOLOGIA - PSICOLOGIA: SOCIEDADE E SABERES EM TRANSFORMAÇÃO*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2005, v. 1, p. 1-12.
- ⁵ ELIZALDE, Rodrigo; GOMES, Christianne. Ocio y recreación en América Latina: conceptos, abordajes y posibilidades de resignificación. *Revista Polis*, Universidad Bolivariana, Santiago, n. 26, 2010. Disponible en: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n26/art02.pdf>>. Acceso el: 25 oct. 2009.

- ⁶ MORIN, Edgar. *El método: el conocimiento del conocimiento*. Madrid: Cátedra, 1988.
- ⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior*, 2008. Disponible en: <<http://www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.htm>>. Acceso el: 12 oct. 2010.
- ⁸ DEL PASO, Fernando. *Notícias do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- ⁹ ZEA, Leopoldo. *Latinoamérica Tercer Mundo*. México: Extemporáneos, 1977.
- ¹⁰ CHEVALIER, Michel. *Series of letters on North America*. Boston: Weeks, Jordan and Company, 1839. [Título original: *Lettres sur l'Amérique du Nord*. First published in 1836.] Disponible en: <<http://www.archive.org/stream/societymannerspo00chevuoft#page/n3/mode/2up>>. Acceso el: 10 oct. 2010.
- ¹¹ BRUIT, Héctor H. A invenção da América Latina. In: ANAIS ELETRÔNICOS DO V ENCONTRO DA ANPHLAC. Belo Horizonte, 2000. Disponible en: <http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro5/hector_bruit.pdf>. Acceso el: 1 sept. 2010.
- ¹² ARDAO, Arturo. *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, 1980.
- ¹³ LARRAMENDI, Ignacio Hernando de. *Utopía de la Nueva América: reflexiones para la edad universal*. Madrid: MAPFRE, 1992.
- ¹⁴ TORRES CAICEDO, José María. *Las dos Américas*. Veneza, 1856. Disponible en: <<http://www.filosofia.org/hem/185/18570215.htm>>. Acceso el: 6 oct. 2010.
- ¹⁵ CALVO, Carlos. *Colección completa de los tratados, convenciones, capitulaciones, armisticios y otros actos diplomáticos de todos los Estados de la América Latina comprendidos entre el golfo de Méjico y el Cabo de Hornos, desde el año 1493 hasta nuestros días*. Paris: Librería de A. Durand/Librería Española de Mme. Denné-Schmitz, 1862. Disponible en: <http://books.google.com.br/books?id=xHkqAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=Carlos+Calvo+Am%C3%A9rica+Latina&hl=pt-BR&ei=FafzTMenM8qs8Ab5kazJDA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=4&ved=0CDgQ6AEwAw#v=onepage&q&f=false>. Acceso el: 10 sept. 2010.
- ¹⁶ BANDEIRA, *op. cit.*
- ¹⁷ BILBAO, Francisco. *La América en peligro*. 2. ed. Buenos Aires. Imprenta y Litografía a Vapor, de Bernheim y Boneo, 1862. Disponible en: <http://books.google.com.br/books?id=SVoMAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=La+am%C3%A9rica+en+peligro+bilbao&source=bl&ots=j3x9MwVdKa&sig=cUIWlw5U3MyxiTh_GQ1HnX1PHgI&hl=pt-BR&ei=PdHGTIuAGIGC8gbljo1B&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CBYQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false>. Acceso el: 26 oct. 2010.
- ¹⁸ MIX, Miguel Rojas. *Los cien nombres de América*. Eso que descubrió Colón. San José, Costa Rica: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1997. Disponible en: <<http://books.google.com.br/books?id=aLlCLXqH1fUC&printsec=frontcover&dq=%22Mix,+Miguel+Rojas.+Los+cien+nombres+de+Am%C3%A9rica.%22&source=bl&ots=muymTaF5v8&sig=K7L5KVz28JLN2CD2Ebq1IjeipBE&hl=pt-BR&ei=1KJYTJ->>>. Acceso el: 1 oct. 2010.
- ¹⁹ BANDEIRA, *op. cit.*

- ²⁰ Todos esos países son, hoy, independientes de Reino Unido y tienen el inglés como lengua oficial: Antigua y Barbuda (independiente desde 1981), Bahamas (desde 1973), Barbados (1966), Belice (1981), Dominica (1978), Granada (1974), Jamaica (1962), Santa Lucía (1979), San Cristóbal y Nieves (1983), San Vicente y Granadinas (1979), Trinidad y Tobago (1962), Guyana (1966). La existencia de esos y otros países aún es ignorada en varias partes del mundo. Surinam es un país latinoamericano que se tornó independiente de los Países Bajos en 1975 y tiene el neerlandés como lengua oficial.
- ²¹ SARMIENTO, Domingo F. (1845). *Facundo civilización y barbarie en las Pampas Argentinas*. Buenos Aires: Stockcero, 2003. Libro original de 1845. Disponible en: <http://books.google.com.br/books?id=B3fWDP_7cmUC&printsec=frontcover&dq=facundo&hl=pt-BR&ei=t83GTKFghPjwBo3b0AY&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=7&ved=0CEwQ6AEwBg#v=onepage&q&f=false>. Acceso el: 1 oct. 2010.
- ²² SARMIENTO, Domingo F. (1882). *Conflicto y armonía de las razas en América*. México DF: Universidad Nacional Autónoma de México, 1978.
- ²³ CARVALHO, Eugênio R. Ideias e identidade na América: quatro visões. In: ANAIS ELETRÔNICOS DO III ENCONTRO DA ANPHLAC, 1998, São Paulo. Disponible en: <http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro3/eugenio_carvalho.pdf>. Acceso el: 10 oct. 2010.
- ²⁴ SARMIENTO *apud* CARVALHO, *op. cit.*, p. 6.
- ²⁵ CARRILLA, Emilio. José María Torres Caicedo. Descubridor de la literatura argentina. *Thesaurus*, t. XLIV, n. 2, p. 334-368, 1989. Disponible en: <http://cvc.cervantes.es/lengua/thesaurus/pdf/44/TH_44_002_054_0.pdf>. Acceso el: 3 jan. 2010.
- ²⁶ BANDEIRA, *op. cit.*
- ²⁷ MARTÍ José (1891). *Nuestra América*. 3. ed. Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2005. p. 57. Disponible en: <http://www.bibliotecayacucho.gob.ve/fba/index.php?id=97&backPID=96&begin_at=32&swords=jos%E9%20mart%ED%20nuestra%20am%E9rica&tt_products=15>. Acceso el: 26 oct. 2010.
- ²⁸ La América Española se dividía, administrativamente, en cuatro virreinos – Nueva España (México y parte del territorio actualmente perteneciente a los Estados Unidos), Nueva Granada (Colombia y Ecuador), del Perú y de la Plata (Argentina, Uruguay, Bolivia y Paraguay) – y cuatro capitanías generales (Cuba, Guatemala, Venezuela y Chile).
- ²⁹ MARTÍ, *op. cit.*, p. 38.
- ³⁰ El siglo XIX quedó marcado por los movimientos de independencia iniciados en la mayoría de las colonias hispanoamericanas, iniciándose por Haití, donde los conflictos revolucionarios acontecieron en 1791. Este primer movimiento revolucionario independentista ocurre poco después de la revolución francesa a partir del liderazgo de Toussaint L'Ouverture. De origen esclavo, este líder revolucionario movilizó a los haitianos para luchar por los ideales de “igualdad, libertad y fraternidad” difundidos por la burguesía francesa, pero tan distantes de la realidad esclavista vivida por ellos en Haití. Enfrentando brutales conflictos, los haitianos consiguieron vencer las fuerzas del ejército francés en su propio país – lo que no ocurre sin serias consecuencias. Entre algunas de ellas, pueden ser mencionados la obligación de pagar grandes indemnizaciones por el reconocimiento de la independencia conquistada, y el bloqueo económico impuesto por

Europa y por los Estados Unidos a Haití durante 60 años. Estos factores relegaron la recién creada república, de población negra, a una situación de precariedad material que, lamentablemente, permanece hasta los días actuales. Es importante citar el ejemplo de Haití porque este representa, indiscutiblemente, el único movimiento revolucionario latinoamericano que partió de los movimientos populares – no estando comprometido, por lo tanto, con los intereses de las elites locales, ni con los valores conservadores que marcaron la mayoría de los procesos de independencia ocurridos en la región.

- ³¹ LASTARRÍA, José Victorino. *La América*. 2. ed. [S.l.]: Gante, Imprenta de Eug. Vanderhaeghen. 1867. Disponible en: <http://books.google.com.br/books?id=ovpEAAAIAAJ&pg=PP2&dq=Lastarria+1867+La+Am%C3%A9rica&hl=ptBR&ei=0NPGTSLIC8G78gazqsUP&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=3&ved=0CDIQ6AEwAg#v=onepage&q=Lastarria%201867%20La%20Am%C3%A9rica&f=false>. Acceso el: 1 oct. 2010.
- ³² DIAS, Wagner da Silva. *A ideia de América Latina nos livros didáticos de geografia*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- ³³ *Ibidem*.
- ³⁴ SADER, Emir. Hegemonia e contra-hegemonia. In: CECENIA, Ana Esther (Org.). *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005. p. 15-34.
- ³⁵ *Ibidem*.
- ³⁶ *Ibidem*.
- ³⁷ *Ibidem*.
- ³⁸ *Ibidem*.
- ³⁹ FAO/ONU. Programa Mundial de Alimentos da ONU (PMA). Disponible en: <<http://www.fao.org/docrep/012/i0876s/i0876s00.htm>>. Acceso el: 30 oct. 2010.
- ⁴⁰ BRAUDEL, Fernand. Y a-t-il une Amérique Latine? *Annales*, Paris: E.S.C. n. 4, 1948.
- ⁴¹ IANNI, Octavio. *O labirinto latino-americano*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ⁴² MIGNOLO, Walter D. *La idea de América Latina*. La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007. MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- ⁴³ CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro”. In: LANDER, Edgardo (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponible en: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/castro.rtf>>. Acceso el: 30 mar. 2010.
- ⁴⁴ El Foro Social Mundial (FSM) después del primer encuentro, realizado el 2001 en la ciudad de Porto Alegre, Brasil, se configuró como un proceso permanente de búsqueda y construcción de alternativas a las políticas neoliberales. El FSM ya fue realizado varias veces en Brasil, pero en 2006 ocurrió simultáneamente en tres continentes (África, Asia y América Latina) y en 2007 aconteció en Kenia. Las dos últimas ediciones del evento, realizadas respectivamente en Belém do Pará, en la Amazonía brasileña (2009), y en Rio Grande do Sul, también en Brasil (2010),

contaron con una participación superior a las 120 mil personas provenientes de más de 150 países. Actualmente, la propuesta viene aconteciendo de forma descentralizada, con eventos y actividades desarrolladas a lo largo del año en varias partes del mundo. De esta forma, el FSM busca facilitar la articulación, de forma descentralizada y en red, de entidades y movimientos involucrados en acciones concretas, del nivel local al internacional, por la construcción de otro mundo basado en relaciones humanas y solidarias. (<www.forumsocialmundial.org.br>).

- ⁴⁵ SANTOS, Boaventura de Souza. *Globalização: fatalidade ou utopia*. Porto: Edições Afrontamento, 2001.
- ⁴⁶ SADER, *op. cit.*
- ⁴⁷ MAX-NEEF, Manfred; ELIZALDE, Antonio; HOPENHAYN, Martín. Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro. Número especial de la revista *Development Dialogue*. Cepaur, Santiago, Chile - Fundación Dag Hammarskjöld, Uppsala, Suecia, 1986. Disponible en: <http://www.dhf.uu.se/pdf/86_especial.pdf>. Acceso el: 30 abr. 2010.
- ⁴⁸ HUANACUNI, Fernando Mamani. *Buen Vivir / Vivir Bien*. Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas. Lima: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas - CAO, 2010.
- ⁴⁹ *Ibidem*, p. 22.
- ⁵⁰ GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. *Revista América Latina en Movimiento*. Ecuador: Agencia Latinoamericana de Información - ALAI, 2011.
- ⁵¹ ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo*. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Bogotá: Norma, 1996. Citado por GUDYNAS, *op. cit.*
- ⁵² GUDYNAS, *op. cit.*

Capítulo 2 - Análisis teórico-conceptual del ocio y de la recreación en América Latina

- ¹ Los autores a que nos referimos publicaron sus textos en: GOMES, Christianne *et. al.* (Org.). *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. Los autores que publicaron en esa obra y destacaron las imprecisiones y las indefiniciones conceptuales sobre recreación, ocio y tiempo libre son los siguientes: SUÁREZ, Silvana. Una aproximación de la representación social de la recreación en Argentina: aportes para resignificar el concepto In: GOMES *et. al., op. cit.*; REID, Andrés; LEIVA, Roberto; ELIZALDE, Rodrigo. La recreación en Chile: una mirada desde la actualidad y la precariedad In: GOMES *et. al., op. cit.*; LEMA, Ricardo; MACHADO, Luis. Tiempo libre y recreación en Uruguay: la construcción de un enfoque lúdico educativo In: GOMES *et. al., op. cit.*
- ² SALAZAR SALAS, Carmen Grace. *Recreación*. San José, Costa Rica: Editorial UCR, 2007.
- ³ *Ibidem*, p. 26.
- ⁴ *Ibidem*.

- ⁵ GOMES, Christianne. *Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais*. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. Disponible en: <<http://www.eeffto.ufmg.br/celar/?main=biblioteca&cid=4>>. Acceso el: 28 mar. 2010.
- ⁶ *Ibidem*.
- ⁷ La *Playground Association of America* ejerció una poderosa influencia en la ampliación de la utilización recreativa de los parques en varias ciudades, emprendiendo varias acciones: a) organización de eventos para intercambio de experiencias, como la 1ª Convención de los *Playgrounds*, realizada en Chicago en 1907; b) proporcionar ayuda para la implantación de *playgrounds* y para el desarrollo de programas de recreación; c) realización de cursos sobre diversión, ampliamente utilizados por las escuelas primarias y secundarias en el entrenamiento de líderes en recreación; y d) creación de una revista de circulación mensual, llamada *Playground*. En 1911, la asociación alteró su nombre para *Playground and Recreation Association of America*, pues se preocupó también por organizar programas recreativos para jóvenes y adultos. Se resalta que la denominación de la entidad fue alterada diversas veces a lo largo de los años. (BUTLER, George D. *Recreação*. Rio de Janeiro: Editora Lidador Ltda., 1973.)
- ⁸ GOMES. *Significados de recreação e lazer no Brasil*.
- ⁹ Lee, citado por MEDEIROS, Ethel B. *Jogos para recreação na escola primária: subsídio à prática da recreação infantil*. Rio de Janeiro: INEP; Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1959. p. xv.
- ¹⁰ GOMES. *Significados de recreação e lazer no Brasil*.
- ¹¹ *Ibidem*.
- ¹² SALAZAR SALAS, *op. cit.*
- ¹³ Además de las maestrías latinoamericanas mencionadas, a su vez existen varias otras propuestas de postgrado vinculadas a estas temáticas en los países del hemisferio norte. También en universidades de América Latina se imparten muchas cátedras que tratan sobre la recreación, la animación, el tiempo libre y el ocio, como parte de la formación profesional, principalmente en las carreras de educación física y turismo. En varios países, universidades y centros de formación técnico-profesional, como es el caso de Uruguay, México y Argentina, entre otros, hay cursos que forman técnicos en recreación y tiempo libre. Se destaca que en general casi todos estos ejemplos hablan de recreación y no propiamente de ocio, salvo contadas excepciones.
- ¹⁴ REID; LEIVA; ELIZALDE, *op. cit.*
- ¹⁵ SUÁREZ, *op. cit.*
- ¹⁶ GOMES. *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*.
- ¹⁷ DE GRAZIA, Sebastián. *Tiempo, trabajo y ocio*. Madrid: Tecnos, 1966.
- ¹⁸ GOMES, Christianne. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- ¹⁹ MUNNÉ, Frederic. *Psicosociología del tiempo libre: un enfoque crítico*. México: Trilhas, 1980.
- ²⁰ RACIONERO, Luis. *Del paro al ocio*. Barcelona: Anagra S.A., 1983.
- ²¹ GOMES. *Lazer, trabalho e educação*.

- ²² REQUIXA, Renato. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- ²³ ELIZALDE, Rodrigo. Resignificación del ocio: aportes para un aprendizaje transformacional. *Revista Polis*, Universidad Bolivariana, Santiago, n. 25, 2010. Disponible en: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n25/art26.pdf>>. Acceso el: 5 abr. 2010.
- ²⁴ DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- ²⁵ ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? In: LANDER, Edgardo (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponible en: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/escobar.rtf>>. Acceso el: 30 mar. 2010.
- ²⁶ ELIZALDE. Resignificación del ocio.
- ²⁷ MUNNÉ, *op. cit.*
- ²⁸ CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro”. In: LANDER, Edgardo (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponible en: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/castro.rtf>>. Acceso el: 30 mar. 2010. p. 6.
- ²⁹ Algunas de estas idias están presentes en la siguiente publicación: ELIZALDE, Rodrigo; GOMES, Christianne. Ocio y recreación en América Latina: conceptos, abordajes y posibilidades de resignificación. *Revista Polis*, Santiago, Universidad Bolivariana, n. 26, 2010. Disponible en: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n26/art02.pdf>>. Acceso em: 25 out. 2009.
- ³⁰ MAX-NEEF, Manfred; ELIZALDE, Antonio; HOPENHAYN, Martín. Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro. Número especial de la revista *Development Dialogue*. Cepaur, Santiago, Chile - Fundación Dag Hammarskjöld, Uppsala, Suecia, 1986. Disponible en: <http://www.dhf.uu.se/pdf/86_especial.pdf>. Acceso el: 30 abr. 2010.
- ³¹ GOMES, Christianne. Lazer – concepções. In: _____. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 119-126.
- ³² GOMES. *Lazer, trabalho e educação*.
- ³³ GOMES, Christianne. Ocio, recreación e interculturalidad desde el “Sur” del mundo: desafíos actuales. *Revista Polis*, n. 26, 2010. Disponible en: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n26/art10.pdf>>. Acceso el: 10 nov. 2010.
- ³⁴ Aparte de la multiplicidad de definiciones, la ludicidad representa una posibilidad de expresión humana de significados de la/en la cultura. Es así un lenguaje, referido a jugar consigo, con otro y con el contexto, que puede manifestarse de varias formas (oral, escrita, gestual, visual, artística etc.), pudiendo acontecer en todos los momentos de la vida (trabajo, educación, ciencia, política, ocio etc.). Las prácticas culturales no son lúdicas en sí mismas, porque es la interacción de la persona con la experiencia vivida lo que posibilita la ocurrencia de la ludicidad. Ella constituye nuevas formas de disfrutar y participar de la vida social, marcadas por la exaltación de los sentidos y de las emociones – mezclando alegría y angustia, relajamiento y tensión, placer y conflicto, libertad y concesión etc. Presupone la valorización del proceso vivido y no solamente del resultado alcanzado. (GOMES, Christianne. Lúdico. In: _____. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 141-146.)

- ³⁵ GOMES. *Lazer, trabalho e educação*.
- ³⁶ GOMES, Christianne. O ócio como objeto de estudos: notas introdutórias sobre conceitos e ocorrência histórica em nossa sociedade. *Cuadernos de Ocio y Sociedad*. Medellín, Corporación Civitas, n. 1-2, p. 23-40, 2007; GOMES. *Lazer, trabalho e educação*.
- ³⁷ SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980. p. 206.
- ³⁸ LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- ³⁹ GOMES. Lazer – concepções.
- ⁴⁰ ELIZALDE. Resignificación del ocio.
- ⁴¹ ELIZALDE, Rodrigo. *El ocio entendido desde la teoría del desarrollo a escala humana: buscando experiencias de aprendizajes para la transformación social*. Bogotá, Funlibre, 2008. Disponible en: <<http://www.redcreacion.org/documentos/congreso10/RElizarde.html>>. Acceso el: 2 abr. 2010.
- ⁴² GOMES, Christianne; ELIZALDE, Rodrigo. Trabajo, tiempo libre y ocio en la contemporaneidad: contradicciones y desafíos. *Revista Polis*, Universidad Bolivariana, Santiago, n. 22, 2009. Disponible en: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v8n22/art15.pdf>>. Acceso el: 30 mar. 2010.
- ⁴³ ELIZALDE, Rodrigo. Responsabilidad social empresarial y gestión sustentable de recursos naturales. CICE, Santiago. In: WILSON, Ronald; CARO, Pamela (Org.). *Sistematización Encuentro Nacional Ciudadanía y Responsabilidad Social Empresarial: balance de experiencia y desafíos de organizaciones de la sociedad civil*. Santiago, CICE y Red Puentes, 2007. p. 51-55; ELIZALDE. *El ocio entendido desde la teoría del desarrollo a escala humana*.

Capítulo 3 - América Latina y ocio: reflexiones históricas, culturales y geopolíticas

- ¹ ELIZALDE, Rodrigo. Resignificación del ocio: aportes para un aprendizaje transformacional. *Revista Polis*, Universidad Bolivariana, Santiago, n. 25, 2010. Disponible en: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n25/art26.pdf>>. Acceso el: 5 abr. 2010.
- ² LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. In: _____. (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponible en: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/lander1.rtf>>. Acceso em: 30 mar. 2010.
- ³ MORIN, Edgar. *El método: el conocimiento del conocimiento*. Madrid: Cátedra, 1988.
- ⁴ WALSH, Catherine. ¿Qué conocimiento(s)? Reflexiones sobre las políticas de conocimiento, el campo académico, y el movimiento indígena ecuatoriano. *Boletín ICCI - "RIMAY"*, Quito, Instituto Científico de Culturas Indígenas, año 3, n. 25, 2001.

- ⁵ ELIZALDE, Rodrigo; GOMES, Christianne. Ocio y recreación en América Latina: conceptos, abordajes y posibilidades de resignificación. *Revista Polis*, Universidad Bolivariana, Santiago, n. 26, 2010. Disponible en: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n26/art02.pdf>>. Acceso en: 25 out. 2009.
- ⁶ GALEANO, Eduardo. *Úselo y tírelo: el mundo visto desde una ecología latinoamericana*. 13. ed. Buenos Aires: Booket, 2006.
- ⁷ SALAZAR SALAS, Carmen Grace. *Recreación*. San José, Costa Rica: Editorial UCR, 2007.
- ⁸ GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 49 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- ⁹ RIBEIRO, Darcy. *Configuraciones histórico-culturales americanas*. Montevideo: Centro de Estudios Latinoamericanos, 1972.
- ¹⁰ GALEANO. *As veias abertas da América Latina*.
- ¹¹ *Ibidem*.
- ¹² DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER. *La colonialidad del saber*. Disponible en: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/dussel.rtf>>. Acceso el: 30 mar. 2010.
- ¹³ *Ibidem*.
- ¹⁴ MIGNOLO, Walter. La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In: LANDER. *La colonialidad del saber*. Disponible en: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/mignolo.rtf>>. Acceso el: 30 mar. 2010.
- ¹⁵ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponible en: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>>. Acceso el: 30 mar. 2010; DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo; LANDER. *La colonialidad del saber*. Disponible en: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/dussel.rtf>>. Acceso el: 30 mar. 2010; MIGNOLO, *op. cit.*
- ¹⁶ MIGNOLO, *op. cit.*, p. 6.
- ¹⁷ GALEANO. *As veias abertas da América Latina*, p. 61.
- ¹⁸ DUSSEL, *op. cit.*, p. 7.
- ¹⁹ *Ibidem*.
- ²⁰ MEDEIROS, Ethel. *O lazer no planejamento urbano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1975.
- ²¹ *Ibidem*, p. 14-15.
- ²² LANDER. Ciencias sociales, p. 8.
- ²³ GOMES, Christianne. Ocio, recreación e interculturalidad desde el “Sur” del mundo: desafíos actuales. *Revista Polis*, n. 26, 2010. Disponible en: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n26/art10.pdf>>. Acceso el: 10 nov. 2010.

- ²⁴ GOELLNER, Silvana *et al.* *Gênero e raça: inclusão no esporte e no lazer*. Porto Alegre: Ministério do Esporte/Editora Gráfica da UFRGS, 2009. p. 14.
- ²⁵ MEDEIROS, *op. cit.*, p. 15.
- ²⁶ RENO, Philip. El drama de la Guyana británica: un pueblo desde la esclavitud a la lucha por el socialismo. *Monthly Review*, Buenos Aires, n. 17/18, jan./feb. 1965.
- ²⁷ GALEANO. *As veias abertas da América Latina*.
- ²⁸ *Ibidem*, p. 39-40.
- ²⁹ HUMBOLDT, Alejandro. *Ensayo sobre el reino de la Nueva España*. México: Editorial Porrúa, 1966.
- ³⁰ LIMA JÚNIOR, Augusto. *Vila Rica do Ouro Preto: síntese histórica e descritiva*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1957.
- ³¹ SANTOS, Joaquim F. *Memórias do Distrito Diamantino*. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.
- ³² MACHADO FILHO, Aires M. *Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina*. 2. ed. São Paulo: Ed. Martins, 1957.
- ³³ GALEANO. *As veias abertas da América Latina*.
- ³⁴ BAGÚ, Sergio. *Economía de la sociedad colonial*. Grijalbo: México, 1993.
- ³⁵ GALEANO. *As veias abertas da América Latina*, p. 17.
- ³⁶ GRANGEIRO, Lucia Helena F. *Paulo Freire iluminando os caminhos da educação ambiental: diálogos contemporâneos e decálogo inspirador e ressignificador de novas concepções e práticas*. 2009. Tesis (Doctorado) – Palma de Mallorca, Universitat de Les Illes Balears (UIB). Disponible en: <http://www.tesisenxarxa.net/TESIS_UIB/AVAILABLE/TDX-1221109-142757//tlhfg1de1.pdf>. Acceso el: 2 mar. 2010.
- ³⁷ ELIZALDE, *op. cit.*
- ³⁸ GALEANO. *As veias abertas da América Latina*.
- ³⁹ ELIZALDE, *op. cit.*
- ⁴⁰ GADOTTI, M. *Pedagogia da terra*. 3. ed. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2000. p. 59.
- ⁴¹ GRANGEIRO, *op. cit.*
- ⁴² GALEANO. *As veias abertas da América Latina*.
- ⁴³ GOMES, *op. cit.*
- ⁴⁴ El poema “Los nuevos propietarios” fue publicado en el libro *Canto general*, del poeta chileno Pablo Neruda (2005), en 1950. Este tiempo en que Neruda fue obligado a abandonar su patria y vivir el exilio político en otros países, marca un tiempo triste (y no muy distante) de la persecución política que asoló, poco a poco, varios países latinoamericanos, sobre todo en las fases de las dictaduras militares y gobiernos autoritarios que marcaron profundamente la historia social y política de varios países de nuestra región. Los versos del poeta revelan el dolor de quien constata las injusticias sociales existentes en la realidad latinoamericana. Sus palabras expresan detalles de la tierra y de la historia latinoamericana, las cuales muestran la esencia de un contexto que, en

el siglo XXI, aún se conoce poco, de manera parcial, limitada y distorsionada. En este sentido, el libro de Neruda habla sobre naturalezas y culturas destrozadas, sobre historias oficiales y otras silenciadas; sobre tiempos y espacios varios; sobre conquistadores y libertadores, dictadores y héroes populares; países y pueblos subyugados; rebeliones, resistencias, masacres y solidaridades, victorias y derrotas, entre tantos otros temas tratados por el autor en el sentido de trascender la realidad inmediata con mucha propiedad y consciencia política. No es casual que el poema que abre el libro lleve por título “Amor América (1.400)” y, en este, el lector es invitado a hacer un viaje que tiene como punto de partida una realidad anterior a la llegada de los conquistadores a nuestro continente. Inicialmente la explotación era desarrollada por los colonizadores extranjeros, pero, con el paso de los siglos, pasó a ser ejercida por las propias élites latinoamericanas (GOMES, *op. cit.*)

⁴⁵ NERUDA, Pablo. *Canto general*. Santiago: Pehuén Editores, 2005. p. 105-106.

Capítulo 4 - Trabajo y ocio en América Latina

- ¹ Algunas ideas contenidas en este capítulo fueron publicadas en: GOMES, Christianne; ELIZALDE, Rodrigo. Trabajo, tiempo libre y ocio en la contemporaneidad: contradicciones y desafíos. *Revista Polis*, Universidad Bolivariana, Santiago, n. 22, 2009. Disponible en: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v8n22/art15.pdf>>. Acceso el: 30 mar. 2010; GOMES, Christianne L. *Lazer e trabalho*. Brasília: SESI/DN, 2005. En el presente libro, esas ideas fueron revisadas y ampliadas para focalizar el contexto latinoamericano.
- ² CEPAL/OIT. Boletín CEPAL/OIT. *Coyuntura laboral en América Latina y el Caribe – Crisis en los mercados laborales y respuestas contra cíclicas*. Disponible en: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/3/37293/2009-638-Boletin_CEPAL-OIT-WEB.pdf>. Acceso el: 30 oct. 2010.
- ³ IPEC. *Trabajo infantil y pueblos indígenas en América Latina*. Una aproximación conceptual. Lima: OIT/IPEC, 2009.
- ⁴ TAMAYO, Eduardo G. *Trabajo infantil: las cifras de la vergüenza*. Agencia Latinoamericana de información. América Latina en Movimiento, 2002. Disponible en: <<http://alainet.org/active/2093&clang=es>>. Acceso el: 26 oct. 2010.
- ⁵ OIT. *Trabajo decente en las Américas: una agenda hemisférica. 2006-2015*. XVI Reunión Regional Americana. Brasilia, OIT, 2006. Disponible en: <<http://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/rgmeet/16amr/dwork.pdf>>. Acceso el: 17 oct. 2010.
- ⁶ *Ibidem*.
- ⁷ GOMES. *Lazer e trabalho*.
- ⁸ DUROZOI, Gerard; ROUSSEL, André. *Dicionário de filosofia*. Campinas, Papirus, 1993.
- ⁹ *Ibidem*.
- ¹⁰ ARICÓ, José. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- ¹¹ ANTUNES, Ricardo. Verbetes “trabalho”. In: GOMES, Christianne L. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 227-232.
- ¹² ARANHA, Antônia V. S. Alienação do trabalho. In: FIDALGO, Fernando; MACHADO, LUCÍLIA R. S. (Org.). *Dicionário da educação profissional*. Belo Horizonte: SETASCAD/Ministério do Trabalho e Emprego, 2000.
- ¹³ *Ibidem*.
- ¹⁴ ANTUNES, *op. cit.*, p. 229.
- ¹⁵ WERNECK, Christianne Luce Gomes; STOPPA, Edmur; ISAYAMA, Hélder Ferreira. *Lazer e mercado*. Campinas: Papirus, 2001.
- ¹⁶ *Ibidem*.
- ¹⁷ SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.
- ¹⁸ ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- ¹⁹ PADILHA, Valquíria. Verbetes “Tempo livre”. In: GOMES, Christianne L. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 218-222.
- ²⁰ *Ibidem*.
- ²¹ PADILHA, Valquíria. Se o trabalho é doença, o lazer é remédio? In: MÜLLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine P. (Org.). *Lazer e trabalho: um único ou múltiplos olhares?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 243-266; PADILHA, *op. cit.*
- ²² SOUZA JÚNIOR, Justino. Verbetes “Tempo livre”. In: FIDALGO; MACHADO (Org.), *op. cit.*, p. 325.
- ²³ BECQUE, Ivonne. *L'organisation des loisirs des travailleurs*. Paris: Éditions A Pedone, 1939; SUSSEKIND, Arnaldo. *Trabalho e recreação*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1946; RUSSEL, Bertrand. *Elogio do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- ²⁴ DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- ²⁵ *Idem*. Perspectivas para o trabalho e o tempo livre. In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO/WORLD LEISURE AND RECREATION ASSOCIATION. *Lazer numa sociedade globalizada/ Leisure in a globalized society*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000-a. p. 121-137.
- ²⁶ SANTOS, Milton. Lazer popular e geração de empregos. In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO/WORLD LEISURE AND RECREATION ASSOCIATION, *op. cit.*, p. 31-37.
- ²⁷ DE MASI. Perspectivas para o trabalho e o tempo livre.
- ²⁸ KURZ, Robert. A ditadura do tempo abstrato. In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO/WORLD LEISURE AND RECREATION ASSOCIATION, *op. cit.*, p. 39-46.
- ²⁹ WERNECK; STOPPA; ISAYAMA, *op. cit.*
- ³⁰ DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- ³¹ GORZ, André. *Capitalisme, socialisme, écologie*. Paris: Galilée, 1991.

- ³² SINGER, *op. cit.*
- ³³ FERREIRA, Naura S. C. (Org.). *Formação continuada e gestão da educação*. São Paulo: Cortez, 2003.
- ³⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- ³⁵ ANTUNES. *Os sentidos do trabalho*.
- ³⁶ *Ibidem*.
- ³⁷ *Ibidem*, p. 143.
- ³⁸ RIESMAN, David. *A multidão solitária*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

Capítulo 5 - América Latina, educación y ocio

- ¹ *Diseñar* es un concepto nuevo que se refiere a la capacidad de diseñar y de soñar al mismo tiempo, en el camino de la realización de los sueños de cada persona y sociedad. Al final, la utopía está mucho más cerca de lo que podemos imaginar. (CALVO, Carlos. *Del mapa escolar al territorio educativo: diseñando la escuela desde la educación*. Santiago: Ediciones Nueva Mirada, 2007).
- ² ELIZALDE, Rodrigo. *El ocio entendido desde la teoría del desarrollo a escala humana: buscando experiencias de aprendizajes para la transformación social*. Bogotá, Funlibre, 2008. Disponible en: <<http://www.redcreacion.org/documentos/congreso10/RElizalde.html>>. Acceso el: 2 abr. 2010.
- ³ VILCHES, Amparo; GIL, Daniel. *Construyamos un futuro sostenible*. Diálogos de supervivencia. Edita: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI) - Cambridge University Press, 2003; ELIZALDE, Rodrigo. Responsabilidad social empresarial y gestión sustentable de recursos naturales. CICE, Santiago. In: WILSON, Ronald; CARO, Pamela (Org.). *Sistematización Encuentro Nacional Ciudadanía y Responsabilidad Social Empresarial: balance de experiencia y desafíos de organizaciones de la sociedad civil*. Santiago, CICE y Red Puentes, 2007. p. 51-55. Disponible en: <http://www.ciceenlinea.cl/intranet/acolumna/documento_encuentro_final.pdf>. Acceso el: 25 mar. 2009.
- ⁴ MORIN, Edgar. *El método: el conocimiento del conocimiento*. Madrid: Cátedra, 1988.
- ⁵ UNESCO, Panorámica regional: América Latina y el Caribe. UNESCO, 2010. Disponible en: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001865/186524s.pdf>>. Acceso el: 20 oct. 2010.
- ⁶ *Ibidem*.
- ⁷ CALVO, Carlos. Complejidades educativas emergentes y caóticas. *Revista Polis*, Santiago, Universidad Bolivariana, n. 25, 2010. Disponible en: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n25/art05.pdf>>. Acceso el: 5 oct. 2010. p. 1.
- ⁸ ATTALI, Jacques. *Los tres mundos (para una teoría de la post-crisis)*. Madrid: Cátedra, 1982.

- ⁹ ELIZALDE. Responsabilidad social empresarial y gestión sustentable de recursos naturales; ELIZALDE. *El ocio entendido desde la teoría del desarrollo a escala humana*.
- ¹⁰ DIAMOND, Jared. *Colapso: por qué unas sociedades perduran y otras desaparecen*. Barcelona: Editorial Debate, 2006.
- ¹¹ OLSON, Gary. De las neuronas espejo a la neuropolítica moral. *Revista Polis*, Universidad Bolivariana, Santiago, Chile, n. 20, 2008. Disponible en: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v7n20/art17.pdf>>. Acceso el: 20 may 2010.
- ¹² MATURANA, Humberto. *Emociones y lenguaje en educación y política*. Santiago: Centro de Estudios del Desarrollo (CED), 1990. p. 21-22.
- ¹³ FREIRE, Paulo. *Pedagogía de la autonomía*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- ¹⁴ *Ibidem*.
- ¹⁵ MATURANA, *op. cit.*, p. 26.
- ¹⁶ *Ibidem*.
- ¹⁷ GOMES, Christianne. Ocio, recreación e interculturalidad desde el “Sur” del mundo: desafíos actuales. *Revista Polis*, n. 26, 2010. Disponible en: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n26/art10.pdf>>. Acceso el: 10 nov. 2010.
- ¹⁸ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 241.
- ¹⁹ AZIBEIRO, N. E.; FLEURI, R. M. *Interculturalidade na educação popular e na formação de educador@s*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E SUSTENTABILIDADE, 3; Colóquio da Association pour la Recherche Interculturelle (aric) na América Latina, 1, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: CED/UFSC, 2006. p. 1-24. Disponible en: <<http://www.rizoma3.ufsc.br/>>. Acceso el: 10 mar. 2010.
- ²⁰ FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- ²¹ FLEURI, R. M. Intercultura e educação. *Revista Grifos: Dossiê Educação Intercultural*, Chapecó/Santa Catarina, Argos, p. 17-48, 2004.
- ²² WALSH, Catherine. ¿Qué conocimiento(s)? Reflexiones sobre las políticas de conocimiento, el campo académico, y el movimiento indígena ecuatoriano. *Boletín ICCI - “RIMAY”*, Quito, Instituto Científico de Culturas Indígenas, año 3, n. 25, 2001.
- ²³ *Ibidem*, p. 10-11.
- ²⁴ CALVO, *Del mapa escolar al territorio educativo*, p. 23.
- ²⁵ FREIRE. *Ação cultural para a liberdade*.
- ²⁶ ELIZALDE, Rodrigo. Resignificación del ocio: aportes para un aprendizaje transformacional. *Revista Polis*, Universidad Bolivariana, Santiago, n. 25, 2010. Disponible en: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n25/art26.pdf>>. Acceso el: 5 abr. 2010.

Consideraciones finales

- ¹ FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1980. p. 27.

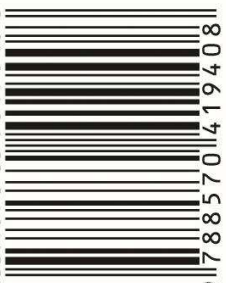
Quais são as implicações históricas, culturais e sociais das abordagens que desconsideram e invisibilizam o lazer na América Latina? A partir de quais perspectivas o lazer pode contribuir com o enfrentamento dos múltiplos desafios presentes nas sociedades latino-americanas atuais? Neste livro, os pesquisadores Christianne Gomes e Rodrigo Elizalde buscam compreender questões tão complexas e instigantes como essas a partir da ressignificação dos conhecimentos sobre o lazer numa perspectiva contra-hegemônica e transformacional. A leitura desta obra é indispensável aos pesquisadores, professores, profissionais e estudantes de distintas áreas do conhecimento interessados em ampliar os horizontes dos estudos latino-americanos do lazer.

¿Cuáles son las implicaciones históricas, culturales y sociales de los abordajes que subvaloran e invisibilizan el ocio en América Latina? ¿A partir de cuáles perspectivas el ocio puede ayudar a enfrentar los múltiples desafíos presentes en las sociedades latinoamericanas actuales? En este libro, los investigadores Christianne Gomes y Rodrigo Elizalde buscan comprender temáticas tan complejas e interesantes como estas a partir de la resignificación de los conocimientos sobre el ocio en una perspectiva contrahegemónica y transformacional. La lectura de esta obra es indispensable para investigadores, profesores, profesionales y estudiantes de distintas áreas del conocimiento interesados en ampliar los horizontes de los estudios latinoamericanos del ocio.



VENDA PROIBIDA

ISBN 978-85-7041-940-8



9 788570 141940 8